MC
MercadoComum
30 ANOS
mercadocomum.com

MercadoComum®

PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

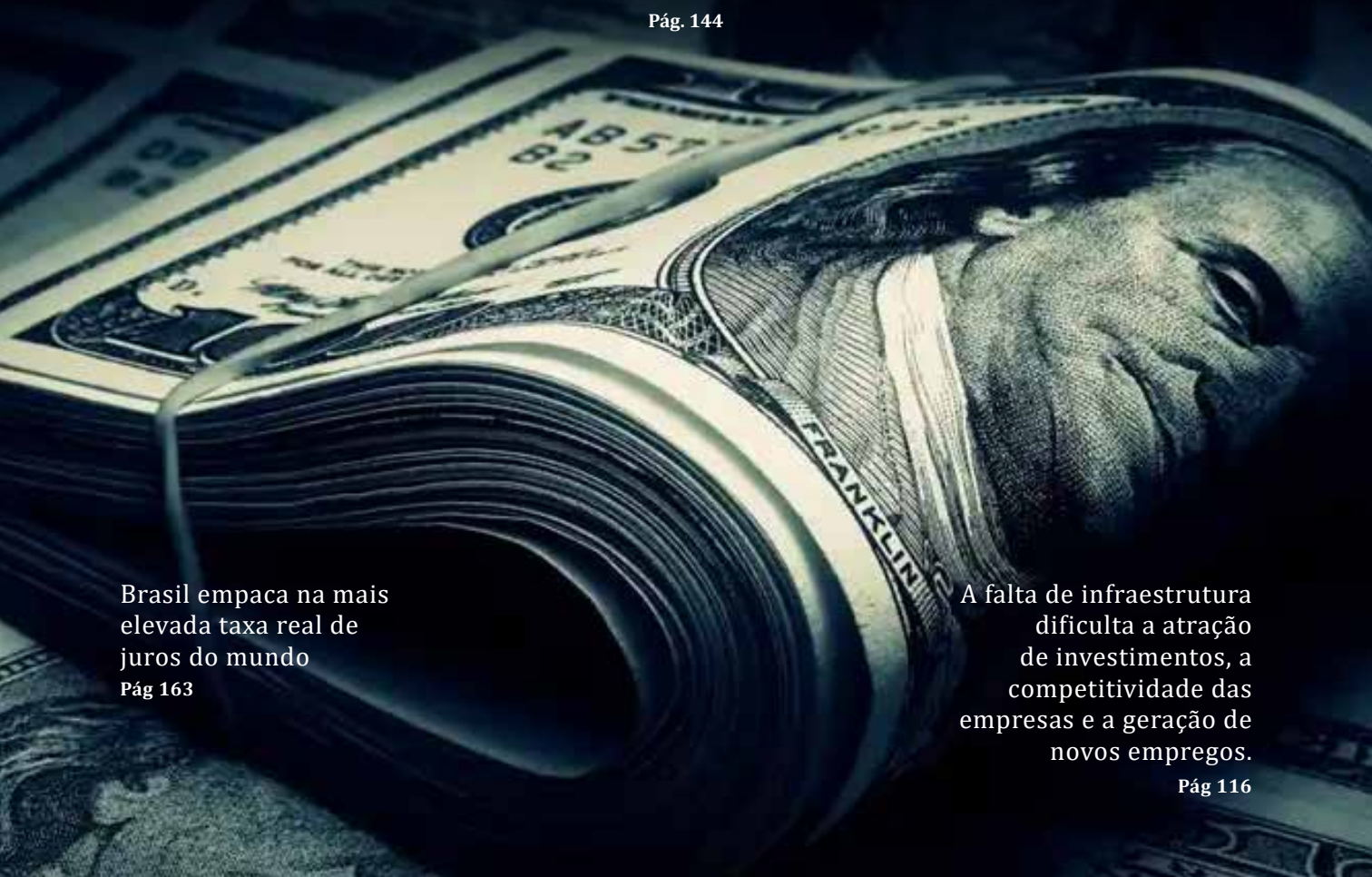
BELO HORIZONTE | MG | EDIÇÃO 319 | JUNHO DE 2023

Por que não destinar parte do valor das reservas cambiais brasileiras a investimentos infraestruturais básicos no País?

Pág. 111

Custo Brasil atinge o patamar de R$ 1,7 trilhão Apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Movimento Brasil Competitivo (MBC), o índice representa a soma de fatores que travam o crescimento da economia brasileira; governo prepara plano de redução

Pág. 144



Brasil empaca na mais elevada taxa real de juros do mundo

Pág 163

A falta de infraestrutura dificulta a atração de investimentos, a competitividade das empresas e a geração de novos empregos.

Pág 116

mercadocomum.com

MERCADOCOMUM SUPERA MARCA DE 5,26 MILHÕES DE LEITORES

De acordo com o Google Search Analytics, o site de MercadoComum Online (www.mercadocomum) obteve **5,26 milhões** de visualizações e acessos às suas páginas durante o período de 15 de abril a 10 de maio de 2023.

Outros **120.000** formadores de opinião em todo o país recebem, regular e mensalmente, as edições em PDF de MercadoComum.

MERCADOCOMUM®
HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

MERCADOCOMUM®
PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
JUNHO DE 2023
30 ANOS - EDIÇÃO 319

Publicação Nacional de
Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Reinaldo Soares

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação
mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número:
817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião dos editores. Proibida a reprodução parcial ou total sem autorização prévia por escrito da direção desta publicação. MercadoComum é uma publicação independente, não associada a qualquer grupo empresarial e não possui filiais/sucursais ou representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

5
A Economia com Todas as Letras e Números

49
Mundo Empresarial

111
Debate Econômico

159
Destaques Especiais

193
Opinião

Confira o ponto de vista de grandes nomes do cenário nacional, sobre vários assuntos.

122
Saúde

185
Turismo

PORTOGALLO
FAMILY OFFICE
Não administramos fortunas.
Administramos futuros.

Nossa vida é feita de escolhas e propósitos.

Para nós, da **Portogallo Family Office**, vai muito além de gerir o patrimônio dos nossos clientes.
A sua tranquilidade e o seu bem-estar são dois fatores de extrema importância para nós. Por isso, trabalhamos diariamente com um objetivo maior: **cuidar de você.**

Legado é fruto de realizações construídas ao longo da vida.
Aproveite o hoje, **que nós cuidamos do seu amanhã.**

Não administramos fortunas. Administramos futuros.

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6870
www.portogallofamilyoffice.com.br

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos

CVM
Comissão de Valores Mobiliários

Dívida recorde e custos de juros crescentes levam os governos a um ajuste de contas, mas os investidores podem se beneficiar

A dívida pública global aumentou 7,6%, atingindo um recorde de US$ 66,2 trilhões em 2022. Os EUA foram responsáveis por mais da metade do aumento global. As taxas de juros mais altas significaram que as contas de juros do governo aumentaram 20,9%, o aumento mais acelerado desde 1984. O Brasil é o país mais endividado da América Latina, com US$ 1,40 trilhão em empréstimos, um aumento de um terço desde antes da pandemia. Os juros pagos sobre a dívida soberana atingiram um recorde de US$ 1,38 trilhão em 2022 e dobrarão nos próximos três anos. A dívida global de 2025 deverá aumentar em um sexto em relação aos níveis recordes de 2022, chegando a US$ 77,2 trilhões. A economia mundial desacelerará mais do que os mercados esperam, e as taxas atingirão o pico mais cedo do que o previsto. Isso é muito positivo para os mercados de títulos

Os governos enfrentam um doloroso acerto de contas, pois a dívida recorde e as taxas de juros mais altas significam que os custos dos empréstimos dobrarão nos próximos três anos, de acordo com o Índice de Dívida Soberana anual da Janus Henderson. Isso colocará uma pressão significativa sobre os contribuintes e os serviços públicos, mas há oportunidades para os investidores.

Os anos de 2022 e 2023 foram marcados por mudanças drásticas nas finanças governamentais em todo o mundo. No final do ano passado, o valor total da dívida pública global havia aumentado 7,6% em moeda constante, atingindo um recorde de US$ 66,2 trilhões - o dobro do nível alcançado em 2011. O governo dos EUA foi responsável por mais empréstimos adicionais em 2022 do que todos os outros países juntos.

Os custos estão aumentando drasticamente. As contas de juros dos governos aumentaram em quase um quinto em 2022 (+20,9% em moeda constante) para um recorde de US$ 1,38 trilhão. Esse foi o aumento mais rápido desde 1984 e refletiu tanto o aumento das taxas quanto o crescimento do volume de empréstimos soberanos. A taxa de juros efetiva, que inclui empréstimos mais antigos e mais baratos, subiu para 2,2% em 2022, um aumento de um sétimo em relação ao ano anterior.

Esse custo continua a aumentar à medida que novos títulos são emitidos a taxas de juros mais altas e dívidas mais antigas e mais baratas são quitadas. A taxa de juros efetiva em 2025 deverá ser de 3,8%, quase três quartos a mais do que o nível de 2022.

Isso se revelará muito caro para os governos. Até 2025, os governos de todo o mundo terão de gastar US$ 2,80 trilhões em juros, mais do que o dobro do nível de 2022. Isso custará um adicional de 1,2% do PIB, desviando recursos de outras formas de gastos públicos ou exigindo aumen-

tos de impostos. Os EUA estão particularmente expostos a essa medida.

Além disso, há perdas nas carteiras de títulos de QE (Flexibilização Quantitativa, em inglês) dos bancos centrais, que devem ser preenchidas com dinheiro de impostos, revertendo o fluxo anterior a 2022 de lucros sobre esses títulos pagos pelos bancos centrais aos departamentos financeiros do governo.

Os déficits anuais contínuos significam que as dívidas continuarão a aumentar, chegando a US$ 77,2 trilhões em 2025. O ônus da dívida global aumentará de 78% do PIB hoje para 79% do PIB em 2025.

A DÍVIDA PÚBLICA DO BRASIL AUMENTA EM 2022, PORÉM MAIS LENTAMENTE DO QUE A MÉDIA GLOBAL

A dívida pública geral do Brasil aumentou 4,7% em 2022 para R$ 7,29 trilhões (US$ 1,40 trilhão), mais lentamente do que o aumento global, mas ainda assim a maior dívida da América Latina e a 11ª no ranking global. Além disso, o custo dos juros aumentou em um terço como resultado de taxas de juros mais altas.

Com 76%, o índice de dívida em relação ao PIB do Brasil está em linha com a média global. Entretanto, é alta para os padrões dos mercados emergentes, ficando atrás apenas da Argentina entre os países do Índice. A dívida brasileira por pessoa em 2022 estava próxima de US$ 6.675. Ainda assim, de acordo com o relatório, espera-se que os empréstimos aumentem em cerca de um décimo em 2023, e que os pagamentos de juros também aumentem em cerca de um sexto.

Jim Cielinski, Diretor Global de Renda Fixa da Janus Henderson, disse: "O nível da dívida pública e o custo de seu serviço são realmente

importantes para a sociedade, afetando as decisões sobre tributação e gastos públicos e levantando questões de justiça geracional. Desde a Crise Financeira Global, os governos têm tomado empréstimos com uma liberdade surpreendente. As taxas de juros próximas de zero e os enormes programas de QE dos bancos centrais possibilitaram uma expansão grande da dívida pública, mas os detentores de títulos agora estão exigindo retornos mais altos para compensá-los pela inflação e pelos riscos crescentes, e isso está criando um ônus significativo e crescente para os contribuintes. A transição para condições financeiras mais normais está se mostrando um processo doloroso.

Nossa previsão é que a economia global se enfraqueça acentuadamente nos próximos meses e que a inflação desacelere mais do que a maioria prevê. O mercado espera que a economia mundial tenha uma aterrissagem relativamente suave - uma desaceleração no crescimento, mas não uma contração total, exceto em algumas economias nacionais.

Acreditamos que isso não é correto. No entanto, o grande volume de dívidas de governos, empresas e pessoas físicas significa que as taxas não precisam subir tanto quanto no passado para ter o mesmo efeito. O ciclo de aperto da taxa de juros está chegando ao fim.

Os investidores podem se beneficiar. É provável que os rendimentos dos títulos de todos os vencimentos caiam no próximo ano, o que significa que os preços aumentarão. Os títulos de curto prazo oferecem rendimentos mais altos no momento porque estão mais intimamente ligados às taxas de juros dos bancos centrais. Isso é bom para quem deseja obter renda e tolera um risco menor, mas haverá menos valorização do capital. O escopo para ganhos de capital é significativamente maior para os títulos de prazo mais longo, que esperamos que tenham um desempenho muito bom no próximo ano, à medida que a economia ficar sob pressão."

O Janus Henderson Group é um gestor de ativos líder mundial dedicado a ajudar os investidores a alcançar objetivos financeiros de longo prazo através de uma ampla gama de soluções de investimento, incluindo ações, renda fixa, ativos múltiplos e estratégias alternativas de classe de ativos.

Até 31 de dezembro de 2022, Janus Henderson tinha aproximadamente US$287 bilhões em ativos sob gestão, mais de 2.000 funcionários e escritórios em 23 cidades do mundo. Sediada em Londres, a empresa está listada na NYSE e na ASX.

SILVANIA TOGNETTI E DAVID DAMASIO DE MOURA

Silvania Tognetti e David Damasio de Moura são sócios do Tognetti Advocacia

Pessoas físicas com investimentos no exterior

No dia 30 de abril de 2023 foi editada a Medida Provisória 1.171 que trouxe alterações sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no Brasil em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior.

Além da previsão de tributação exclusiva (leia-se: sem aplicação das deduções previstas na legislação para a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física) para os rendimentos decorrentes de capital investido no exterior, trouxe a tributação do lucro de entidades controladas por residentes no Brasil a cada final de exercício. Tanto os rendimentos decorrentes de capital investido no exterior efetivamente disponibilizado para a pessoa física, quanto o lucro no exterior serão tributados com alíquotas progressivas de: 0% sobre a parcela anual dos rendimentos que não ultrapassar R$ 6.000,00; 15% sobre a parcela anual dos rendimentos que exceder a R$ 6.000,00 e não ultrapassar R$ 50.000,00; e 22,5% sobre a parcela anual dos rendimentos que ultrapassar R$ 50.000,00.

As disposições da Medida Provisória 1.171/2023 determinam a tributação do lucro das entidades controladas por pessoa física residente no Brasil auferidos a partir de 1º de janeiro de 2024 e, apesar de não especificar, a legislação brasileira define entidades no exterior de forma ampla, abrangendo sociedades e demais entidades, personificadas ou não, incluindo fundos de investimentos e fundações.

A Medida Provisória 1.171/23 tem como alvo as entidades no exterior que auferem apenas rendas passivas, tais como, juros, dividendos, aluguéis, rendimentos de aplicações financeiras, royalties, entre outros. Neste sentido a norma se aproxima a de outros países, conhecidas internacionalmente como CFC (Controlled Foreign Company), que também tributa apenas os rendimentos passivos. Portanto, os ganhos de capital percebidos

pela pessoa física residente no Brasil na alienação, na baixa ou na liquidação de bens e direitos localizados no exterior que não constituam rendas passivas nos termos da Medida Provisória nº 1.171 permanecem sujeitos às regras específicas de tributação dispostas no art. 21 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

A tributação do lucro das entidades no exterior controladas por pessoas físicas residentes no país em momento anterior às efetivas distribuições de lucros já foi objeto, há dez anos, da Medida Provisória 627/2013, em seus artigos 89 e 90, mas que acabou não sendo convertida em lei. Portanto, ainda é necessário acompanhar o trâmite da Medida Provisória 1.171/2023 para saber se serão mantidas as suas previsões.

A Medida Provisória 1.171/2023 também trata da tributação dos bens e direitos detidos por trusts que tenham sido instituídos ou tenham como beneficiários pessoas físicas residentes no Brasil. Neste tema é importante notar que a norma define, com data a partir de 1º de janeiro de 2024, que a distribuição do trust para o beneficiário terá natureza de transmissão a título gratuito pelo instituidor para o beneficiário. Aos que são mais atentos ficará a pergunta: mas transferências entre trusts e beneficiários não são necessariamente transmissões a título gratuito? Sim, são transmissões a título gratuito porque não decorrem de qualquer relação entre beneficiário e trust, mas de uma estipulação por um terceiro, de forma gratuita. Não decorrem de um trabalho feito pelo beneficiário ao trust, nem de um capital aplicado pelo beneficiário.

Aqui a Medida Provisória parece aplicar a técnica de "isentar" a partir de uma data fatos geradores que não podem ser tributados por aquele ente tributante e, com isto, fazer prevalecer que antes e depois da isenção era fato tributável. Assim, se esvazia as competências tributárias e os limites ao poder de tributar estabelecidos na Constituição e na lei complementar. As distribuições de trusts para os beneficiários são, e sempre foram, transferências a título gratuito e estão na esfera de competência dos Estados.

O risco, com esta previsão, é de termos a tributação retrospectiva pelo imposto de renda de distribuições dos trusts sob a alegação de que se tornou transmissão gratuita apenas depois da edição da Medida Provisória. Desde quando o judiciário deu respaldo a esta forma de legislar, ignorando que não se pode isentar o que não se pode tributar, os limites da tributação são infinitos: basta dizer que está isento a partir de amanhã, para ser tributável até ontem, ou pelo menos, depois que for revogada a norma que conferiu a isenção.

Outro aspecto controverso da MP é a inclusão de apólice de seguro como aplicações financeiras. Primeiro porque, na visão de alguns intérpretes da legislação nacional, um não residente não pode adquirir apólices de seguro no exterior porque seria ilegal, logo, a hipótese de tributação não existiria. Outro aspecto é tratar seguro como aplicação financeira, algo totalmente em desacordo com a definição de seguro adotada pela legislação brasileira, afinal, ninguém considera o seguro do seu automóvel ou de sua casa como "aplicações financeiras". Se a Medida Provisória for convertida como está teremos bastante discussão sobre o tema.

Nova MP: poucos países não tributam Off-Shores e Trusts, analisa especialista

Apesar do barulho e precisar de alguns ajustes, ela tende a ser positiva para quem tem dinheiro fora do Brasil. Medida Provisória tem força de lei por 60 dias

A MP 1.171, publicada no último dia 30 de abril, causou movimentação entre investidores que possuem ativos financeiros no exterior. O motivo da preocupação é que o instrumento mostra, de maneira clara, a intenção de repor a potencial perda de arrecadação, gerada com a atualização da tabela do imposto de renda. "É importante ressaltar que a atualização se deu por apenas R$ 208,00 na primeira faixa de isenção. Além disso, esta medida provisória tem força de lei por 60 dias, que pode ser prorrogada por mais dois meses, e deve ser aprovada por votação a ser concluída nas duas Casas do Congresso Nacional", comenta o advogado, João Pedro Volz, especialista em direito comercial, contratual e tributário, da Saint Joseph Law, escritório sediado em Miami, nos Estados Unidos.

Segundo ele, durante este período, o texto pode sofrer alterações, ser aprovado em partes e, até mesmo, ser reprovado. Para o advogado, por se tratar de um tema polêmica, existe maior probabilidade de o texto passar por inúmeras alterações até ser aprovado, ou não, pelo Congresso Nacional. "O fato é que a tributação de empresas off-shores já seria discutido no Brasil, já que se trata de uma tendência tributária mundial. Poucos países ainda não tributam a renda passiva de empresas controladas no exterior, e um deles era o Brasil."

PONTOS IMPORTANTES

De acordo com o especialista, existem pontos interessantes que devem ser destacados. O primeiro é a alíquota, cujo teto é de 22,5% para tributação de ganho de capital. Nesta questão, em particular, ressalta-se que o limite para o alcance do teto é considerado baixo (R$ 50 mil ao ano), mas é 5% inferior à alíquota até então vigente para a distribuição dos dividendos de empresas no exterior, que era de 27,5%.

"O fato é que o texto proporcionou uma boa oportunidade para as pessoas que possuem lucro acumulado nas off-shores de anos anteriores. Para estes casos, existe a possibilidade de atualização do capital investido sob alíquota de 10%, tendo como data-base o dia 31 de dezembro de 2023", releva o advogado,

ao afirmar que se trata de uma boa oportunidade para trazer todo o lucro acumulado a valor presente, mediante tributação em alíquota extremamente favorável.

"A tributação dos ganhos a 10% se estendeu também para qualquer pessoa que tenha bens no exterior, sem necessariamente ser uma pessoa jurídica, incluindo aplicações financeiras, bens imóveis, veículos, aeronaves e participações." Neste caso, segundo o especialista, só poderá ser objeto de atualização de custo os bens e os direitos devidamente declarados na DIRPF (Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física) de 2022, que deve ser entregue até o próximo dia 31. Ele explica que aqueles que não atualizarem o custo dos investimentos ou obtiverem ganhos por meio de off-shores ou trusts, a partir de 1º de janeiro de 2024, haverá uma maneira específica e separada na DIRPF para se declarar rendimentos e capital aplicado fora do Brasil. "A apuração se dará no último dia útil de cada exercício e deverá constar os lucros individualizados no balanço. Assim, o sócio brasileiro deverá reconhecer a sua parcela de lucros na DAA (Declaração de Ajuste Anual), converter a moeda estrangeira, conforme cotação do Banco Central para o dia, recolher o imposto e aumentar o custo de aquisição na ficha de bens e de direitos."

De acordo com Volz, há também a disposição específica para a apropriação proporcional do imposto de renda pago pela empresa controlada e suas investidas até o limite do imposto devido no Brasil. Ele explica que após o reconhecimento e a tributação dos lucros na controlada, o sócio brasileiro adicionará a parcela tributada na ficha de bens e de direitos, o que aumentará o custo de aquisição, de modo que em caso de uma futura distribuição, a parcela distribuída será reduzida do custo de aquisição, assim como se faz atualmente com a redução de capital, mas sem a nova tributação.

Já para as entidades controladas no exterior, a Medida Provisória trouxe conceitos já conhecidos no cenário internacional, segundo o especialista. Entre eles, a participação em voto ou em capital superior a 50% de forma direta, indireta, isolada ou em um grupo de pessoas vinculadas. "Entende-se como pessoas vinculadas cônjuges, companheiros e parentes de até terceiro grau, diretamente ou por outra pessoa destacada juridicamente."

REFLEXOS

Para o advogado especialista, esta Medida Provisória tirou a necessidade de tributação de lucros de empresas em países que tributam renda igual ou superior a 20% ou que não concedam benefícios a não residentes. Além disso, também excetuou empresas ativas, como aquelas que têm até 20% da receita bruta composta por rendimentos de operação passiva, entre eles royalties, juros, dividendos, aluguéis, entre outros. A MP separou também um capítulo à parte para tratar sobre os trusts fora do Brasil. De acordo com Volz, os poucos atos legislativos brasileiros existentes, que estabelecem normativas sobre eles, não contam com uma boa interpretação e, infelizmente, continuam na nova MP. Ele explica que a normativa estabelece que os bens e os direitos permanecem sob a titularidade do chamado instituidor (Settlor) após a instituição do trust, e somente passa a titularidade do beneficiário após a distribuição ou falecimento do instituidor.

"Não há diferenciação conceitual entre Trust Revogável e Trust Irrevogável. O ponto alto de contradição nesta Medida Provisória está na atribuição de que a natureza jurídica da transferência de ativos do instituidor para o trust teria caráter de doação, se ocorrida durante a vida do instituidor, ou causa mortis, caso decorrente do falecimento do mesmo. A pergunta que fica é que se a transferência se dá por doação, como é possível considerar que o ativo ainda é de propriedade do instituidor? Estes e outros aspectos podem prejudicar a aprovação da MP."

MP que amplia tributação dos lucros fora do Brasil é inconstitucional

Para especialista em Direito Empresarial, a inconstitucionalidade ocorre porque a medida não configura como assunto de relevância e urgência

A Medida Provisória (MP) nº 1.171/2023 editada pelo governo federal não só eleva a isenção do Imposto de Renda para os assalariados, como também amplia a tributação dos lucros obtidos pelas pessoas físicas fora do Brasil. Esse aumento de taxação abrange aplicações feitas via entidades controladas no exterior e por meio dos chamados trusts -- estruturas estrangeiras que terceirizam administração de bens e direitos de uma pessoa ou grupo familiar.

Para o advogado especializado em Direito Empresarial, Fernando Brandariz, a adoção da MP é inconstitucional. Como justificativa para sua análise, o jurista explica que o Artigo 62 da Constituição Federal permite a adoção de medidas provisórias pelo presidente da República em casos de relevância e urgência. Na avaliação dele, as mudanças na taxação de lucros no exterior não configuram nessa condição.

"Penso que a MP nº 1.171/2023 carece justamente desses requisitos (de urgência)", destaca. Brandariz esclarece ainda que a Medida Provisória editada pelo governo prevê que tributação comece a incidir a partir do próximo ano. Segundo o Artigo 2 da MP, a pessoa física residente no país computará a tributação a partir de 1º de janeiro de 2024.

"Por isso, existe a falta de urgência, ao contrário do que está previsto na Constituição sobre a edição de medidas provisórias", analisa o advogado.

Em vigor desde o último dia 1º de maio, a MP ainda precisa ser votada pelo Congresso Nacional e, dessa forma, ser convertida em lei. A apreciação deve ocorrer em um prazo máximo de 120 dias, a contar com a data que essa tributação passou a valer.

FIGURA DO TRUST

A MP nº 1.171/2023 traz regras que tratam o trust como transparente para fins tributários no Brasil, no reconhecimento dos ativos, momento e critérios de declaração entre instituidor e beneficiários. Os ativos oriundos desses terceiros serão considerados sob a titularidade direta do instituidor. As regras tributárias deverão ser aplicadas a depender do tipo de investimento (aplicação financeira, imóvel, entre outros.

Em relação a esse tipo de empresa estrangeira, Brandariz ressalta que a MP tenta dar início a esse conceito no Brasil, muito utilizado para o planejamento sucessório e proteção patrimonial. "No país, não existe o trust e, por isso, penso que se trata de um começo para regulamentar essa figura empresarial por aqui", analisa.

COMO SERÁ A TRIBUTAÇÃO

Sobre as aplicações financeiras no exterior, a medida manteve o sistema de apuração tributária através do regime de caixa. Dessa forma, os rendimentos serão tributados pelo IR na ocasião do efetivo resgate, amortização, alienação, liquidação ou vencimento. Para esses casos, serão aplicadas as seguintes alíquotas progressivas. Para rendimentos até R$ 6 mil, a taxação é isenta. A partir desse valor e até R$ 50 mil, o percentual é de 15%. Acima disso, a alíquota passa a ser de 22,5%.

ENTIDADES CONTROLADAS

Outra mudança trazida pela MP se refere à forma de tributação de entidades controladas no exterior por pessoas físicas residentes no Brasil. Pela Medida Provisória, tratam-se de organizações controladas por brasileiros que isoladamente ou conjuntamente com outras pessoas detenham a preponderância nas deliberações sociais ou poder de eleger ou destituir a maioria dos administradores, ou que tenham mais de 50% do capital ou dos direitos a recebimento dos lucros. De acordo com as novas regras, os rendimentos apurados a partir de 1º de janeiro de 2024 passarão a ser tributados pelo IR conforme as alíquotas previstas na MP. Isso acontecerá todo o dia 31 de dezembro de cada ano, independentemente de sua distribuição. Os lucros apurados e tributados segundo o que está previsto na Medida Provisória passarão a compor o custo de aquisição da pessoa física.

Fernando Brandariz, mestrando em direito pela Escola Paulista de Direito, especialista em Direito Processual Civil, Direito Empresarial, Direito Internacional, Law of Masters (LLM) e presidente da Comissão de Direito Empresarial da subseção Pinheiros OAB-SP.

Influenciadores de finanças x CVM: os impactos para o investidor

Instituição estuda regulamentar conteúdos publicitários de criadores de conteúdo nas redes sociais

Criar conteúdo é uma tendência global nas redes sociais e, cada vez mais, impacta as decisões de consumo, o relacionamento com o cliente, o marketing de produtos e serviços e a economia. A estimativa da CB Insights é que 'creators' movimentaram no Brasil cerca de R$ 6,5 bilhões em 2022 e a expectativa é que esse valor continue crescendo, já que de acordo com uma pesquisa da YouPix, em conjunto com o Mundo do Marketing, 76% das pessoas compram determinados produtos porque são recomendados pelos influenciadores, as personalidades que seguem na internet.

Dados da Factworks for Meta apontam que o Brasil soma 20 milhões de criadores de conteúdos e o segmento de finanças também vem se destacando entre os influenciadores. Segundo o levantamento 'Finfluence: quem fala de investimentos nas redes sociais', da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) em parceria com o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD), o país têm 515 creators falando sobre finanças e investimentos, o dobro do número de influencers do início do ano passado, que juntos reúnem mais de 166 milhões de seguidores. Destes, 414 têm ou fecharam parcerias comerciais, são sócios ou funcionários de instituições financeiras.

Um estudo elaborado pela Assessoria de Análise Econômica e Gestão de Riscos (ASA) e apresentado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) levantou a possibilidade da instituição regulamentar a relação entre influenciadores e empresas do mercado financeiro. "Essa movimentação vem acontecendo devido à ausência de regras para os influenciadores que, cada vez mais, falam de determinados produtos sob a perspectiva educacional, mas podem ter a intenção de movimentar um ativo a seu favor", explica Tiago Feitosa, analista do mercado financeiro e fundador da T2 Educação, escola que prepara profissionais para as certificações necessárias do segmento. "Essa movimentação do ativo pode ser um simples comissionamento que o criador de conteúdo está recebendo e não deixa claro para a audiência ou ainda, em casos mais graves, uma manipulação de mercado que favorece ele próprio", complementa.

Entre as principais medidas em análise pela CVM estão regras que estabelecem que um influenciador financeiro contratado por uma empresa informe quando postar um conteúdo patrocinado sobre o mercado, a famosa publi. "A ideia é trazer ao investidor mais clareza sobre o conteúdo de finanças e investimentos que ele consome", salienta o especialista. "Vale lembrar que a manipulação de mercado já é considerada crime contra o sistema financeiro e, de acordo com a Lei 6.385, tem pena de até 8 anos de detenção, além da multa", reforça.

IMPACTOS DESSA POSSÍVEL REGULAÇÃO PARA O INVESTIDOR

A CVM tem levantado a discussão para que, a partir de uma eventual regulação, possa exercer fiscalização sobre estes profissionais. "Com isso, o investidor pode esperar mais clareza a respeito da informação que recebe do influenciador", destaca Tiago Feitosa. "Também podemos esperar um esforço da instituição e dos próprios criadores de esclarecer para quem investe e consome os conteúdos quando ele se trata de publicidade", pondera.

"Outro desdobramento que pode ocorrer é que a CVM, a exemplo do que faz com consultores e assessores, possa exigir a comprovação de um nível mínimo, e adequado, para que os influenciadores possam falar sobre investimentos", argumenta o especialista.

INFLUENCIADOR DE FINANÇAS: 3 DICAS DO QUE OBSERVAR ANTES DE CONSUMIR OS CONTEÚDOS, POR TIAGO FEITOSA

É importante que os influenciadores tenham responsabilidade, já que desempenham um papel de destaque não só para investidores. "Esses profissionais conversam sobre educação financeira e ajudam pessoas a também cuidarem melhor de suas finanças", finaliza.

1 – Verifique se o influenciador é cadastrado na CVM: o registro não garante que as informações que ele compartilha sejam isentas de intenção, entretanto, é mais provável que ele esteja compartilhando conteúdo de acordo com as normas da regulamentadora.

2 – Conheça o influenciador que você segue: na internet, qualquer pessoa pode se tornar uma referência, por isso, é importante saber a formação do influenciador, com o que ele trabalha, sua atuação no mercado financeiro e até quais são as certificações que ele possui.

3 – Busque sempre uma segunda opinião: não acredite em toda informação que circula nas redes e, quando houver a possibilidade, questione o conteúdo. Você pode checar em sites especializados do mercado ou com profissionais da sua confiança.

Medo do Open Finance? Saiba como o sistema pode trazer mais transparência e controle para suas contas

Compartilhar informações entre instituições bancárias pode provocar alguns receios, mas sistema é seguro e regulado pelo Banco Central; entenda melhor como se beneficiar com o serviço

O Open Finance, ou sistema bancário aberto, está revolucionando o setor financeiro ao permitir o compartilhamento dos dados de clientes entre as instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central, como bancos e fintechs.

Essa abertura permite que as empresas visualizem a saúde financeira dos clientes com mais transparência, tornando as tomadas de decisões mais precisas e acertadas. Enquanto isso, os usuários passaram a ter acesso a ofertas e serviços personalizados, com crédito adequado aos perfis, menos burocracia na obtenção de empréstimos pessoais e financiamentos, e condições de negociação mais vantajosas.

"Se um cliente tem um histórico sólido e uma vida financeira em dia, uma instituição pode oferecer taxas de juros diferenciadas ou limites e empréstimos customizados", explica Thaíne Clemente, executiva de Estratégias e Operações da Simplic, fintech de crédito pessoal.

O usuário tem controle total sobre o compartilhamento de suas informações financeiras, podendo autorizar ou revogar o acesso a qualquer momento. Ainda assim, muitas pessoas têm receios e preocupações em relação à segurança e privacidade de seus dados financeiros. Pensando nisso, a especialista elencou os principais benefícios do Open Finance:

ACESSO A MAIS OPÇÕES DE PRODUTOS FINANCEIROS

Ao concordar em compartilhar dados, o cliente fornece às empresas uma visão mais clara do seu perfil financeiro, permitindo que elas ofereçam produtos personalizados para atender às suas necessidades específicas. Isso pode trazer opções mais adequadas de empréstimos pessoais, cartões de crédito e investimentos.

MAIS CONFIANÇA ENTRE CLIENTES E BANCOS

Os consumidores têm controle sobre seus dados e podem monitorar como as informações estão sendo usadas pelas instituições, além de poderem revogar o acesso a qualquer momento. Isso aumenta a transparência do setor financeiro, o que pode estreitar as relações e levar a um maior nível de confiança entre consumidores e bancos.

TAXAS DE JUROS MAIS BAIXAS

Com acesso a informações mais precisas sobre a saúde financeira de um consumidor, as empresas podem oferecer taxas de juros mais baixas para empréstimos pessoais e outras soluções, de acordo com o perfil do correntista. Isso pode resultar não apenas em uma economia de curto prazo para os consumidores, como em uma relação mais transparente e duradoura entre as instituições e os clientes.

PROCESSOS MAIS RÁPIDOS

Uma vez que as instituições têm acesso liberado às informações financeiras dos consumidores, toda solicitação de empréstimo pessoal pode ser simplificado, sem necessidade de consultas, autorizações, confirmações e checagens de crédito. Isso pode reduzir o tempo e a burocracia envolvidos no processo, tornando-o mais rápido e menos estressante.

"O Open Finance permite que as instituições financeiras ofereçam uma cartela de serviços verdadeiramente relevantes aos seus clientes. Com a transparência e a abertura de informações, cresce a confiança nas instituições, o que pode trazer uma experiência mais fluida e eficiente para todos", declara a Thaine.

Lançada em 2014 no Brasil, a Simplic é a primeira plataforma de crédito pessoal 100%online do País. Inovadora, a ferramenta utiliza inteligência artificial, machine learning e big data para analisar dados dos usuários advindos de mais de 200 variáveis e é capaz de gerar uma resposta em menos de 3 segundos. Oferece empréstimos entre R$500 e R$3.500, que podem ser pagos em 3, 6, 9 ou 12 vezes, tudo de forma prática, rápida, segura e digital. Hoje, analisa mais de 10 mil propostas por dia e já originou meio bilhão de reais desde o início das operações.

Reforma tributária é cobrada por municípios mineradores em audiência pública na Câmara dos Deputados

Freepick

O futuro da mineração está em pauta no Congresso Nacional. No dia 10 de maio, a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG), juntamente com prefeitos e representantes de cidades associadas, estarão em Brasília para tratar sobre a necessidade de uma reforma tributária no setor mineral. O debate será realizado em uma Audiência Pública às 9h, no Plenário 14 do Anexo II na Câmara dos Deputados Federais, em Brasília.

"Precisamos, neste momento, sobressair com nossa força, representatividade e protagonismo, demonstrando que os municípios mineradores não ficarão aquém das decisões voltadas para a mineração no cenário federal", pontua José Fernando Aparecido de Oliveira, presidente da AMIG e prefeito de Conceição do Mato Dentro (MG).

A audiência será presidida pelo deputado federal Rodrigo de Castro, presidente da Comissão de Minas e Energia. Com o tema "Mineração dentro do contexto da reforma tributária", o debate terá a participação de especialistas dos setores público e privado, entre eles representantes do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Mineração e do Ministério da Fazenda.

Rodrigo Castro solicitou a realização da audiência pública devido às alterações na legislação sobre a Compensação Financeira sobre Exploração Mineral (CFEM), feitas em 2017, que introduziram maior impacto econômico sobre a mineração, aumentando o peso do Estado sobre essa atividade. Estima-se que essa elevação tenha provocado alguns impactos no setor, incluindo sobre a competitividade dos produtos minerais brasileiros no mercado internacional.

A mineração é um dos vetores mais importantes da balança comercial brasileira, sendo um dos grandes responsáveis, ano após ano, pelos superávits registrados. Esse desempenho é sensível às condições de competitividade dos produtos brasileiros. "Em um setor, marcado por grande circulação de commodities, qualquer aumento de custo pode representar alguns passos atrás dos concorrentes estrangeiros", alertou o deputado no texto de requerimento da reunião.

No documento, Rodrigo Castro ressalta que, "como a mineração é um setor intensivo no uso de capital, a estabilidade e a maturidade do ambiente de negócios, tanto do ponto de vista regulatório como tributário, são condicionantes para a atratividade de recursos financeiros internacionais. Nesse sentido, propomos a realização de audiência pública para debater esse importante tema, e contribuir para o amadurecimento das discussões que permeiam a tributação incidente sobre o setor mineral brasileiro."

Durante a audiência, a AMIG vai apresentar algumas das principais pautas que os municípios mineradores têm buscado uma agenda para apresentar ao governo federal e Ministério de Minas e Energia. Entre elas, a necessidade de corrigir a distorção presente na Lei Kandir, que há mais de 20 anos desonera o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para bens não renováveis exportados. Atualmente, as matérias primas são exportadas com valor competitivo no mercado internacional e, em troca, os territórios mineradores não são devidamente compensados proporcionalmente à degradação causada pelo setor. "A legislação favorece a expansão da indústria no exterior em detrimento do Brasil. É preciso ter uma visão agregadora de valor internamente, de gerar emprego e renda em território nacional", afirma o presidente da AMIG.

Projetos de irrigação em Minas Gerais registram R$ 514,1 milhões em valor bruto de produção em 2022

Os projetos de irrigação implantados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) em Minas Gerais, produziram, em 2022, mais de 303,8 mil toneladas de itens agrícolas, principalmente frutas. Entre as culturas, os destaques foram banana, limão e manga.

Com um total de 2.717 produtores, os projetos Gorutuba, Jaíba, Lagoa Grande e Pirapora registraram um valor bruto de produção (VBP) de R$ 514,1 milhões, com uma área cultivada de 17.584 hectares. Os dados são do balanço de produção da Área de Gestão de Empreendimentos de Irrigação da Companhia, que contabilizou, ainda, quase 50 mil empregos gerados – diretos, indiretos e induzidos – no período.

Para o produtor Renato Gonçalves Rodrigues, irrigante do Gorutuba desde o início dos anos1980, a implantação dos projetos públicos de irrigação foi determinante para que uma das regiões mais secas de Minas Gerais, com economia baseada em pecuária, se tornasse uma das maiores produtoras de frutas e sementes do país. "Trouxe valorização da mão de obra e fomentou o comércio regional em todas as suas áreas. Hoje saímos de uma região pobre para uma das mais ricas e prósperas do estado", destaca.

"É importante ressaltar que as áreas públicas de irrigação, além de promoverem o desenvolvimento socioeconômico das regiões de influência direta, com a geração de emprego e renda, tiveram o papel fundamental de fomentar a atividade da agricultura irrigada não só na abrangência do Vale do São Francisco mineiro, mas em todo o estado, cumprindo, assim, o objetivo mais relevante a que a Codevasf se propôs ao longo do tempo, cujo resultado é incontestável", conclui o superintendente da Companhia em Minas Gerais, Marco Câmara.

PRODUÇÃO

Cerca de R$ 4,57 bilhões em valor bruto de produção (VBP) e mais de 330 mil empregos diretos, indiretos e induzidos. Esse foi o saldo alcançado em 2022 pelos projetos públicos de irrigação mantidos pela Codevasf na bacia do rio São Francisco. Mais de quatro milhões de toneladas de itens agrícolas, sobretudo frutas, foram produzidos nesses projetos no período.

A área cultivada no período foi de 116,6 mil hectares, nos quais atuam 16 mil produtores. Houve predomínio da fruticultura irrigada, com destaque para uva, manga e banana. Investimentos em tecnologia por parte dos agricultores, aliados às melhorias da infraestrutura de uso comum empreendidas pela Codevasf, proporcionam mais qualidade aos produtos dos projetos de irrigação.

Em atividades de pecuária e aquicultura, os projetos alcançaram produção de 12 mil toneladas com itens como peixes, leite, carne e camarão. A área destinada a essa produção é de 2,1 mil hectares. O valor bruto de produção alcançado nessa categoria foi de R$ 81 milhões, com destaque para projetos localizados no oeste da Bahia, em Sergipe e em Alagoas.

Taxa de juros reais do mundo: os motivos que fazem do Brasil o líder mundial

O Brasil tem a maior taxa de juros reais do mundo, segundo ranking elaborado pela MoneYou e Infinity Asset Management. Nosso País figura em primeiro lugar na lista, com uma tava de 7,29%, seguido do México, com 6,13%, e da Colômbia, com 5,13%.

No Brasil, a taxa básica de juros, é definida pelo Copom (Comitê de Política Monetária), e atualmente está em 13,75% ao ano. A Taxa Selic é utilizada pelo Banco Central para controlar a inflação, e influencia todas as outras taxas de juros do país, como as cobradas em empréstimos.

Segundo o financista e coordenador do Instituto de Finanças da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), Ahmed Sameer El Khatib, a Selic é a taxa que o governo paga quando pega dinheiro emprestado. Ela é a principal forma e a mais rápida do governo impactar a economia, uma vez que ela impacta diretamente os mais diversos setores da economia.

"A taxa Selic é utilizada pelo Banco Central do Brasil como uma ferramenta para atingir seus objetivos macroeconômicos, como, principalmente, o controle da inflação. Ela influencia todas as outras taxas de juros do país, como as cobradas em empréstimos, financiamentos e até de retorno em aplicações financeiras. Qualquer mudança que o Banco Central do Brasil fizer na taxa resultará em uma alta ou queda da inflação. Além disso, a taxa Selic é um importante instrumento para controle da inflação, já que tem impacto direto sobre o consumo das famílias e, principalmente, a oferta de crédito na economia", explica o docente.

O QUE INFLUENCIA A SELIC?

A taxa Selic é influenciada por diversos fatores, sendo o principal deles a inflação. Quando a inflação está alta, o Banco Central pode aumentar a taxa Selic para desacelerar a economia e controlar a inflação. Além disso, a taxa Selic também pode ser influenciada pelo perfil dos títulos públicos federais negociados e pelo nível de emprego e renda da população. Outro fator que pode influenciar a taxa Selic é o câmbio, já que uma taxa Selic mais alta pode atrair mais recursos estrangeiros para o país.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil avalia diversos fatores para definir a meta da taxa Selic. Além disso, a ata do Copom traz informações sobre as projeções econômicas em relação à economia e às perspectivas futuras, o que pode ser útil para entender as tendências do mercado financeiro, sendo uma fonte importante de informações para investidores, analistas e demais interessados em acompanhar a política monetária do Brasil.

SELIC E OS INVESTIMENTOS

Segundo o professor universitário, quando a taxa Selic está alta, os investimentos em renda fixa, como títulos públicos e CDBs, tendem a ser mais rentáveis, já que os juros pagos pelos empréstimos e financiamentos também são mais altos.

Por outro lado, em um cenário de Selic baixa, os investidores tendem a buscar opções mais arriscadas, como ações, para obter maiores retornos. Além disso, a taxa Selic também pode influenciar indiretamente a valorização ou não das ações de empresas negociadas nas bolsas de valores.

"Quando a taxa Selic aumenta, o acesso ao dinheiro pela população, tanto por linhas de crédito, empréstimos e financiamentos, fica reduzido, o que pode afetar o consumo e, consequentemente, a economia. Em resumo, a taxa Selic é um importante indicador para investidores, que devem estar atentos às suas variações para tomar decisões de investimento mais informadas".

A taxa Selic interfere também nas aplicações de renda fixa, renda variável e previdência privada, como os planos fechados de empresas. Na renda fixa, a taxa Selic é um importante indicador para investidores, já que os juros pagos pelos empréstimos e financiamentos também são mais altos quando a taxa Selic está alta, tornando os investimentos em renda fixa mais rentáveis. Na renda variável, a taxa Selic pode afetar indiretamente a valorização ou não das ações de empresas negociadas nas bolsas de valores.

Em relação à previdência privada, a taxa Selic pode afetar tanto os planos de renda fixa quanto os de renda variável. Quando a taxa Selic está alta, os planos de renda fixa tendem a ser mais rentáveis, enquanto os planos de renda variável podem ser mais arriscados.

ONDE E COMO INVESTIR

Com a Selic alta, investir em renda fixa pode ser uma boa opção, já que os juros pagos pelos empréstimos e financiamentos também são mais altos, tornando os investimentos em renda fixa mais rentáveis. Além disso, investir em títulos públicos e CDBs pode ser uma opção interessante, já que esses investimentos costumam ser indexados à taxa Selic.

Já com a Selic baixa, os investidores tendem a buscar opções mais arriscadas, como ações, para obter maiores retornos. Além disso, investir em fundos imobiliários e em títulos privados pode ser uma opção interessante, já que esses investimentos costumam ter rentabilidades maiores em cenários de Selic baixa.

"Com a Selic alta, investir em renda fixa pode ser uma boa opção, enquanto com a Selic baixa, os investidores tendem a buscar opções mais arriscadas e com maior potencial de retorno. É importante lembrar que cada investimento tem suas particularidades e riscos, e que é importante avaliar cada opção com cuidado antes de investir", acrescenta.

FUTURO DOS JUROS NO BRASIL

Na opinião do docente, há possibilidade que a taxa encerre o ano entre 12,5% e 13%, o que ainda é um valor elevado.

"Acredito que o comitê do BC responsável por definir a taxa de juros, o Copom, deve manter a Selic estável na próxima reunião de maio de 2023. Podemos esperar uma redução moderada para os próximos meses, a partir de setembro, possivelmente, mas a perspectiva é que encerremos o ano de 2023 com um patamar na casa de 12,5% a 13%, o que ainda é elevado. Com tantos fatores no horizonte, as perspectivas para o futuro da Selic variam muito. Tudo depende de como será feita a lição de casa econômica, política e, principalmente, fiscal. Por exemplo, se essa tarefa não for feita e não tivermos interferência do governo na política de juros, nada impede de fecharmos o ano com 14% de Selic", finaliza.

Ahmed Sameer El Khatib é doutor em Administração de Empresas, Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUC/SP e graduado em Ciências Contábeis pela USP. É pós-doutor em Contabilidade pela Universidade de São Paulo e pós-doutor em Administração pela UNICAMP. É professor e coordenador do Instituto de Finanças da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e professor adjunto de finanças da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) é referência nacional em Educação na área de negócios desde 1902. A Instituição proporciona formação de alta qualidade no Ensino Médio (técnico, pleno e bilíngue), Graduação, Pós-graduação, MBA, Mestrado, Extensão e cursos corporativos e livres.

Diversos indicadores de desempenho comprovam a qualidade do ensino da FECAP: nota 5 (máxima) no ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) e no Guia da Faculdade Estadão Quero Educação 2021, e o reconhecimento como melhor centro universitário do Estado de São Paulo segundo o Índice Geral de Cursos (IGC), do Ministério da Educação. Em âmbito nacional, considerando todos os tipos de Instituição de Ensino Superior do País, a FECAP está entre as 5,7% IES cadastradas no MEC com nota máxima.

Frango: consumo dos brasileiros triplicou e preços continuam em baixa

Com a alta da exportação para diversos países, o consumo interno se beneficia com a baixa dos preços e consumidor passa a consumir mais aves nas refeições

Hoje dia 10/05, comemora-se o dia mundial do frango. O Brasil está entre os maiores criadores de aves do planeta, os números brasileiros comparados aos internacionais são, de longe, maiores em todos os sentidos. Exemplo disso, as exportações de carne de frango (considerando produtos in natura e processados) totalizaram 420,9 mil toneladas no começo de 2023, alta de 20,6% ante igual período do ano anterior e um recorde para o mês, conforme relatório da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), com firme demanda externa causada pela restrição global de oferta devido à gripe aviária que assustou criadores no início de 2023.

Principal destino das exportações da carne de frango do Brasil, a China importou 60,2 mil toneladas em janeiro de 2023, número 24,7% maior do que o registrado no mesmo período de 2022, com 48,3 mil toneladas, mostraram os dados, outros destaques foram o Japão, com 37,7 mil toneladas (+23,1%), Arábia Saudita, com 32,4 mil toneladas (+111,3%), África do Sul, com 29,5 mil toneladas (+15,7%) e União Europeia, com 21,8 mil toneladas (+20,4%).

Para Fábio Pizzamiglio, diretor da Efficienza, empresa especializada no comércio exterior, o cenário é positivo, mas ainda é necessária uma maior variação de mercado. "Podemos observar que estamos cada vez mais ampliando a nossa participação internacional quando tratamos de carnes. Assim como o Frango, também somos o principal exportador de carne bovina. Temos ainda uma dependência grande da China, mas acredito que temos a possibilidade de alcançar novos mercados e ampliar ainda mais nossa participação ainda em 2023", afirma Pizzamiglio.

Além dos criadores comemorarem os altos índices de janeiro, o consumidor brasileiro também comemora a baixa dos preços nos distribuidores varejistas e atacadistas. De acordo com levantamento de Safras & Mercado, no atacado de São Paulo os preços dos cortes congelados de frango tiveram mudanças ao longo de janeiro. O preço do quilo do peito diminuiu de R$ 7,60 para R$ 6,80.

Enquanto isso, o quilo da coxa foi de R$ 7,50 para R$ 6,50 e o quilo da asa de R$ 11,50 para R$ 10,80. Na distribuição, o preço do quilo do peito recuou de R$ 7,80 para R$ 7,00, o quilo da coxa de R$ 7,70 para R$ 6,70 e o quilo da asa de R$ 11,75 para R$ 11,00. No atacado, o preço do quilo do peito caiu de R$ 7,70 para R$ 6,90, o quilo da coxa de R$ 7,60 para R$ 6,60 e o quilo da asa de R$ 11,60 para R$ 10,90.

"O Brasil tem importância internacional quando tratamos dos produtos da avicultura. Deste modo, os preços do mercado interno também dependem de fatores como os custos logísticos e o valor da nossa moeda perante ao dólar. Precisamos estar atentos e acompanhar a variação da moeda como um fator que pode afetar o preço do frango no decorrer de 2023", completou Pizzamiglio.

A Efficienza é uma empresa fundada em 1996 com o intuito de prestar serviços de assessoria em comércio internacional. A empresa se destaca como solução integral na área de despacho aduaneiro, logística internacional e assessoria em comércio internacional. A empresa é detentora de 4% do market share de Drawback e isenção no Brasil.

Brasil é o 5º país com maior número de celulares no mundo

Com 118 milhões de usuários de smartphones, país fica atrás somente da Indonésia, Estados Unidos, Índia e China

Dentre os 193 países, o Brasil é o 5º país com a maior quantidade de usuários de smartphones no ranking mundial.

Atualmente o país possui mais de 118 milhões de usuários de celulares ativos, e fica atrás somente da Indonésia, Estados Unidos, Índia e China.

É o que revela um estudo divulgado pela plataforma de descontos CupomValido.com.br com dados da The World Bank e Statista sobre os smartphones no mundo.

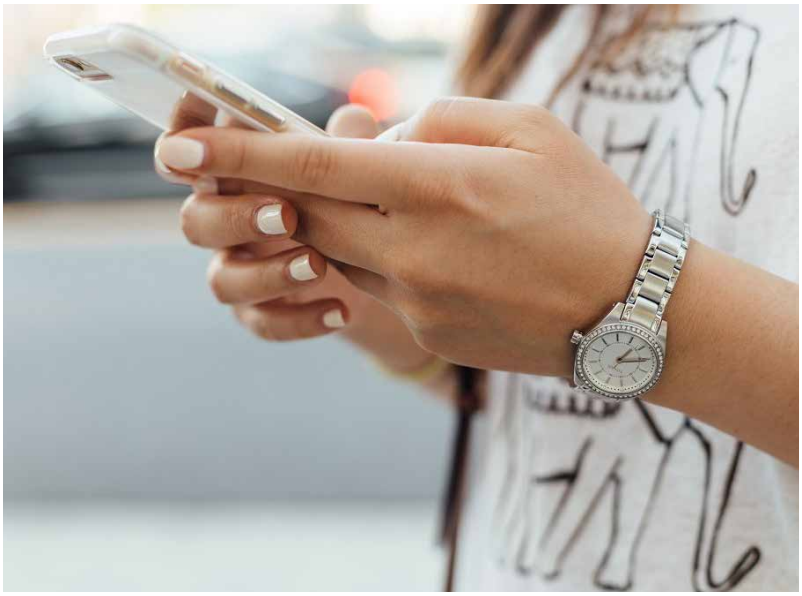
Segundo o estudo, é considerado um usuário de smartphone ativo, qualquer pessoa que usa um smartphone pelo menos uma vez por mês.

A China é o primeiro país do ranking, com mais de 953 milhões de usuários de smartphones. E a Índia segue em segundo lugar com 492 milhões, valor quase a metade da China.

TAXA DE PENETRAÇÃO DE CELULARES POR PAÍS

A taxa de penetração de celular, é a porcentagem de usuários ativos em relação a uma população de um país. Esta é uma das métricas utilizadas para mensurar o quão avançada é a economia de um país. Valores acima de 70% são considerados como países de economia avançada.

Ao considerar a taxa de penetração de celulares, o ranking muda totalmente de ordem. Neste caso, o Brasil não figura nem estre os top 10 do ranking. Com 55,4%, o país fica na 15ª posição.



Isso mostra que apesar da quantidade absoluta de usuário de smartphones ser entre as maiores do mundo, quase a metade da população brasileira ainda não possui um celular.

Os Estados Unidos é o primeiro no ranking, onde quase a maioria da população (82,2%) possui um smartphone. Seguido pelo Reino Unido (79,8%), França (78,8%) e Alemanha (78,8%).

Fonte: The World Bank, CupomValido.com.br, Statista

Mercado Financeiro critica Lula, descarta recessão e aposta em queda da Selic até setembro

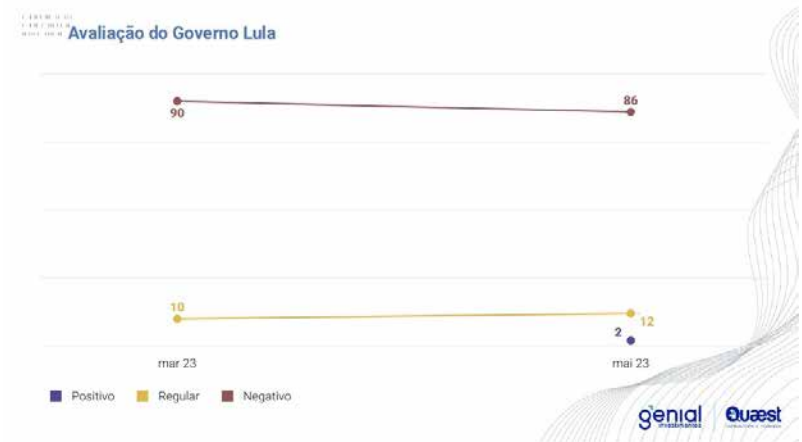
Avaliação positiva de Fernando Haddad subiu de 10% para 26%. Governo Lula é mal avaliado por 86%

· 90% acham que a política econômica está na direção errada e 80% dizem que o governo não está preocupado com a queda da inflação. Mas o índice dos que acham que há uma perspectiva melhor nos próximos 12 meses subiu de 6% para 13%.

· Na avaliação de 60% dos entrevistados, recessão não é risco para o Brasil. Em março, apenas 27% descartavam essa possibilidade.

· 48% têm visão negativa sobre o novo arcabouço fiscal, mas 92% acham que será aprovado.

A segunda edição da pesquisa quantitativa "O que pensa o mercado financeiro", da Genial/Quaest, mostrou que a maioria dos entrevistados espera que os juros da taxa Selic comecem no segundo semestre, em agosto (34%) ou setembro (25%). Apenas 12% acham que a Selic vai se manter nos atuais patamares até 2024. A pesquisa foi realizada entre 4 e 8 de maio, após a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) na semana passada. 88% dos entrevistados consideram correta a decisão do Copom de manter a Selic em 13,75%.



A pesquisa revela duas avaliações paralelas. A rejeição ao governo Lula segue alta: 86% dos entrevistados têm uma avaliação negativa do governo Lula, ante 90% em março, na primeira rodada da pesquisa. Para 80% dos entrevistados, o governo Lula não está preocupado com o controle da inflação.

Ao mesmo tempo, a opinião do mercado sobre o ministro da Fazenda,

Fernando Haddad, melhorou significativamente. Em março, ele tinha apenas 10% de aprovação. São 26% em maio. Houve uma inversão sobre o risco de o Brasil caminhar para uma recessão. Em março, 73% achavam que o País iria para recessão e 27% discordavam. Agora, 60% acham que não haverá recessão e 40% projetam que sim. A perspectiva geral para a economia ainda é negativa, mas num viés menos pessimista. 61% acham que a economia vai piorar (eram 78% em março), 26% que vai ficar igual (eram 16%) e 13% que irá melhorar (eram 6%).

Essa mudança na avaliação de Haddad não se reflete nas opiniões sobre o novo arcabouço fiscal. Embora mal avaliado por 48% dos entrevistados, 92% consideram que as medidas serão aprovadas pelo Congresso Nacional. Entre as mudanças em discussão no Congresso para o novo arcabouço, a que segundo os operadores do mercado financeiro tem mais chance de ser aprovada é o contingenciamento de despesas por frustração de receitas.

A revisão de renúncias fiscais proposta por Haddad tem o apoio de 96%. No entanto, 74% projetam que o total de arrecadação extra das medidas seria inferior a R$ 70 bilhões. A previsão do governo é de mais de R$ 100 bilhões. Para 87% dos entrevistados, a política fiscal do governo não dará sustentabilidade ao controle da dívida pública.

Piorou a perspectiva sobre a capacidade do governo Lula de aprovar suas pautas no Congresso, mostra o levantamento. Para 39% dos entrevistados, o governo tem pouca chance de aprovar seus projetos, contra 20% em março. Os que consideram alta a chance de aprovação são agora apenas 10%, ante 33% há dois meses. O pessimismo ocorre depois da derrota do governo com a aprovação pela Câmara dos decretos legislativos sobre saneamento.

Foram realizadas 92 entrevistas com gestores, economistas, analistas e tomadores de decisão de 57 das maiores casas de investimento do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre os dias 4 e 8 de maio. As entrevistas foram feitas on-line, através da aplicação de questionários estruturados.

A sondagem foi feita entre os dias 13 e 16 de abril, com entrevistas face a face com 2.015 entrevistas com eleitores de idade superior a 16 anos. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais.

A Genial é uma plataforma de investimentos que tem como objetivo facilitar o acesso ao mercado financeiro, oferecendo os melhores produtos do mercado. Sempre em busca de excelência e inovação, possui hoje mais de R$ 150 bilhões de ativos sob custódia, 700 mil clientes e mais de 20 anos de história. É uma plataforma que acredita em simplicidade e facilidade na hora de investir, por isso, é 100% digital, mas sempre humana.

A Quaest é uma empresa de inteligência de dados que alia rigor científico e tecnologia para gerar insights que levem os clientes a tomar decisões estratégicas informadas. Com seis anos de experiência em campanhas políticas presidenciais, estaduais e municipais, reúne um time de doutores e mestres das mais diversas áreas do conhecimento. O fundador e presidente da Quaest é Felipe Nunes, Ph.D. em ciência política e mestre em estatística pela Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA), professor da UFMG e presidente do Centro de Estudos Legislativos. Ele é o criador do Índice de Popularidade Digital (IPD).

'GOVERNO NÃO ACREDITA EM REFORMAS E QUER DESFAZER AS QUE FORAM FEITAS', DIZ ECONOMISTA DA PUC-RJ

Na avaliação de José Márcio Camargo, arcabouço fiscal é insuficiente para segurar relação dívida/PIB, mas é medida positiva do governo

A intenção do governo Lula de desfazer medidas adotadas pelos presidentes Jair Bolsonaro e Michel Temer na área econômica pode ameaçar a retomada de investimentos no País, segundo o professor da PUC-Rio e economista-chefe da Genial Investimentos, José Márcio Camargo. "Há uma série de anúncios antirreformas, de volta atrás das reformas dos últimos seis anos que foram importantes para gerar aumento de investimento", diz o economista.

Para ele, neste começo de ano, o comportamento do Congresso, "aparentemente responsável", tem sido positivo por evitar que as mudanças nas reformas avancem. "Até que ponto isso tem a ver com um Congresso ideologicamente mais resistente ou com o fato de o governo ainda não ter pago as emendas? Espero que seja a primeira hipótese. Vamos ver."

Petrobras - Política de Preços

Frederico Nobre

A Petrobras anunciou nesta terça-feira sua nova estratégia comercial para o diesel e a gasolina, abandonando a paridade de importação (PPI) como base principal para os reajustes e passando a aplicar premissas que miram um "equilíbrio" entre os mercados nacional e internacional. A empresa passará a usar duas referências: o custo alternativo do cliente e o valor marginal para a Petrobras.

O QUE ISSO SIGNIFICA NA PRÁTICA?

A Petrobras passa a utilizar uma lógica de custo de oportunidade para precificação, ao invés da PPI.

CUSTO ALTERNATIVO DO CLIENTE

É o custo do mesmo produto ou de produtos substitutos vendidos pelos concorrentes da Petrobras (refinadores privados, refinarias estrangeiras e trading companies).

VALOR MARGINAL PARA A PETROBRAS

É o custo de oportunidade da companhia. A Petrobras sempre terá algumas alternativas de comercialização, dentre elas, produção, importação e exportação de gasolina e diesel ou de petróleo bruto.

COMO ESSA POLÍTICA SE DIFERENCIA DA PPI?

A PPI considerava não apenas o custo do produto refinado e a taxa de câmbio, mas também outras despesas como frete e tarifas portuárias, não necessariamente incorridas pela Petrobras. Sob a ótica do custo alternativo do cliente, a empresa continuará olhando para as referências externas "da porta pra fora", mas não mais "da porta pra dentro". A ideia é que abdicando da obrigatoriedade de seguir a PPI, a Petrobras consiga ser mais competitiva em alguns mercados, sem ferir a rentabilidade da companhia.

DINÂMICA DE REAJUSTES

Os reajustes continuarão sendo realizados sem periodicidade definida. A Petrobras vem insistindo na mensagem de que evitará repassar volatilidade para o mercado doméstico e essa vem sendo a postura da empresa nos últimos trimestres. Na prática, ajustes baixistas tendem a continuar ocorrendo mais rápido do que os altistas.

Nenhuma novidade em relação ao nosso cenário base, que previa alteração da PPI em maio e continuidade da precificação lastreada em referências externas, aliada à questões regionais. A Petrobras segue com uma política de mercado e entendemos que a reação deve ser positiva, uma vez que havia muita desconfiança pairando sobre esse anúncio. Seguimos com recomendação de compra de PETR4 e target de R$ 34,50, TIR de 23%.

Mudanças na política de preços da Petrobras

Pedro Raffy Vartanian
Professor Doutor do Mestrado Profissional em Economia e Mercados da Universidade Presbiteriana Mackenzie

A Petrobrás anunciou o fim do Preço de Paridade de Importação (PPI), política de preços que ajustava o preço interno do petróleo ao mercado internacional, considerando, também, a taxa de câmbio. De acordo com o Professor de Economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Pedro Raffy Vartanian, "o anúncio de uma nova política de preços já era esperado, até pelo fato de o PPI ter produzido muita volatilidade, com vários aumentos ou reduções em um único ano".

O economista considerou, entretanto, o anúncio da mudança incompleto, já que "embora o PPI tenha sido eliminado, a nota divulgada pela empresa não deixa claro qual será a regra que irá balizar os preços a partir de agora, o que dá margem para medidas discricionárias em relação aos preços dos combustíveis para conter artificialmente a inflação".

De acordo com Vartanian, "conter reajustes de preços de combustíveis apenas transfere os custos do presente para o futuro, como o que ocorreu em 2011-2013: a inflação foi temporariamente contida, mas os reajustes se tornaram inevitáveis e a inflação acelerou em 2014 e 2015, além do impacto do represamento sobre o caixa da Petrobrás, que absorveu o "prejuízo" entre os preços externos e os preços internos."

A Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) está na 71a posição entre as melhores instituições de ensino da América Latina, segundo a pesquisa Times Higher Education 2021, uma organização internacional de pesquisa educacional, que avalia o desempenho de instituições de ensino médio, superior e pós-graduação. Comemorando 70 anos, a UPM possui três campi no estado de São Paulo, em Higienópolis, Alphaville e Campinas. Os cursos oferecidos pelo Mackenzie contemplam Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, Pós-Graduação Especialização, Extensão, EaD, Cursos In Company e Centro de Línguas Estrangeiras.

O fim da paridade de preços internacionais anunciada pela Petrobras

Como a PPI foi adotada, suas consequências e os novos rumos na estratégia comercial da estatal

Uma das notícias econômicas que foram destaque durante o mês de maio foi o anúncio da Petrobras do fim da Paridade de Preço de Importação (PPI). O anúncio foi imediatamente acompanhado da redução de valores ao distribuidor do diesel, da gasolina e do gás de cozinha, o que também foi sentido pelo consumidor. Alberto Handfas, professor de Ciências Econômicas da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (Eppen/Unifesp), explica em detalhes como a paridade foi adotada no Brasil, os impactos que ela representou e quais são os novos rumos que a Petrobras deve adotar como nova estratégia de precificação.

"Implementada em 2016, a PPI fez o preço doméstico de combustíveis vendidos pelas refinarias brasileiras seguir os preços internacionais, como se tal combustível fosse importado. Isso fez internalizar nos preços praticados no Brasil as oscilações dos altamente especulativos mercados internacionais de petróleo e de combustíveis. Além de incorporar as igualmente especulativas variações cambiais, os preços domésticos passaram a embutir também os custos de importação, como fretes, tributos e margens de risco, isso tudo a despeito do grosso do produto aqui consumido não ser importado, mas localmente produzido", explica Handfas.

A PPI, então, levou a uma explosão no preço dos combustíveis e do gás de cozinha, "afetando diretamente as famílias brasileiras e o próprio desenvolvimento socioeconômico do país".

INFLAÇÃO X COMBUSTÍVEIS

A forte elevação dos preços de combustíveis foi um dos principais causadores da alta inflacionária que tem flagelado o país nos últimos anos. Entre janeiro de 2016 e junho de 2022, enquanto a inflação (IPCA), que mede a variação média dos preços de uma cesta de bens e serviços típica do consumidor brasileiro, acumulou alta 43,5%, os preços de combustíveis veiculares e os preços de gás de cozinha tiveram altas de 101% e 110%, respectivamente. "Esses índices não apenas corroem o poder de compra das famílias trabalhadoras, como também encarecem os custos das empresas e comprometem o crescimento e desenvolvimento econômico do país", alerta o professor da Unifesp.

Handfas lembra que, além de ser deletério aos brasileiros, o PPI é desnecessário à Petrobras. "Isso porque o país e a própria empresa estatal são capazes de produzir tanto o petróleo quanto seus derivados internamente, nas refinarias brasileiras. É possível produzir o suficiente para atender praticamente a totalidade da demanda doméstica de combustíveis e outros derivados, sem necessidade de importação". E é inconsequente cobrar o preço como se importado fosse".

Com a PPI, a Petrobras tornou-se a segunda maior pagadora de dividendos do mundo. Apenas entre 2019 e 2022, distribuiu R$ 332,4 bilhões em dividendos a seus acionistas. "Esses acionistas, grande parte estrangeiros, que detêm e negociam vastos montantes em ações da Petrobras, foram os maiores agraciadores com a paridade internacional, onde os preços altos praticados ao consumidor lhes renderam elevados lucros".

Após anunciar o fim da paridade, o professor da Unifesp lembra a importância para a definição clara de todos os parâmetros das regras que ditarão a nova estratégia comercial da Petrobras. "Sabe-se que ela incluirá as condições internas de mercado, de custos de produção e de rentabilidade como orientadores do preço doméstico. Mas, não abandonará por completo a referência no preço de paridade de importação (PPI), de forma que esse apenas deixará de ser o parâmetro exclusivo".

"Trata-se, assim, de um passo positivo e necessário, que deve ser combinado com a retomada da produção doméstica nas refinarias, que passaram a operar com grande ociosidade, sobretudo com a privatização de parte delas, algo que precisa ser revertido", avalia Handfas.

ABDE pede ao Senado aprovação do artigo 9° da MP que pode gerar R$ 5 bi para inovação

Se o artigo for aprovado, recursos serão disponibilizados a custos mais acessíveis para projetos de inovação e digitalização

Jeanette Lontra, presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento

A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), que reúne 34 instituições financeiras no Sistema Nacional de Fomento (SNF), se posicionou favorável à aprovação do artigo 9° do texto da Medida Provisória 1147/22, que está pautada para votação no Senado na próxima quarta-feira (17/5). A instituição reforçou a importância de os senadores aprovarem o referido artigo. O objetivo da matéria é reduzir os custos de créditos destinados à inovação e digitalização, o que pode gerar cerca de R$ 5 bilhões por ano para projetos do setor.

De acordo com a presidente da ABDE, Jeanette Lontra, a medida é importante para acelerar projetos dessas áreas no país. "Fomentar um futuro digital é uma das missões do Plano ABDE 2030, que tem como finalidade apresentar ações estratégicas para que o Brasil possa atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas", afirmou ela.

Aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 25 de abril, o texto prevê que passará a ser remunerado pela Taxa Referencial (TR) até 1,5% do saldo dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e utilizados no apoio a operações de inovação e digitalização. Dessa forma, Taxa de Longo Prazo (TLP), principal indexador utilizado nas operações do banco, deixaria de ser referência neste caso.

Se o dispositivo da MP for aprovado, a expectativa é que sejam viabilizados cerca de R$ 5 bilhões anuais a custos mais acessíveis para projetos de inovação. Neste caso, o Conselho Monetário Nacional (CMN) deverá definir os critérios para que as entidades possam ter acesso aos recursos.

Criada em 1969 e sediada em Brasília, ABDE destacou que acredita no compromisso do Senado de promover o desenvolvimento nacional e acelerar a retomada da economia. Por isso, a Associação acredita que é fundamental tornar mais econômico o investimento à inovação para elevar o valor agregado na economia e para geração de empregos.

Agropecuária continua a liderar o desempenho da exportações

O título do press release do Icomex divulgado em abril referente à balança comercial de março era: Agropecuária lidera o desempenho das exportações e a indústria extrativa o das importações. Esse mesmo título pode ser utilizado na análise da balança comercial de abril. A principal diferença está na variação positiva do volume importado, na comparação interanual do mês de abril de 2023, que registrou recuo.

Outra diferença a destacar é que o saldo da balança comercial de março foi o maior da série histórica mensal desse mês, enquanto o de abril de 2023, no valor de US$ 8,2 bilhões igualou-se com o de abril de 2022.

Na comparação interanual do mês de abril, o valor exportado recuou 5,5%, puxado pela queda nos preços (9,5%), visto que o volume aumentou em 4,1%. A variação nas importações foi negativa (-7,7%) e explicada pela queda nos preços (-10,6%), pois o volume aumentou em 3,2%.

No acumulado do ano até abril, o valor exportado cresceu 1,6%, com aumento no volume (4,4) e queda nos preços (-2,3%). No caso das importações para essa mesma base de comparação, recuaram os preços (1,2%), o volume (1,3%) e o valor (2,3%).

As exportações de commodities explicaram 68,3% das exportações totais e recuaram, na comparação mensal do mês de abril, em 7,4%. A queda dos preços em 10,4% explica esse recuo, pois o volume aumentou em 3,0%. As variações dos preços, volume e valor para as não commodities foi negativa.

No acumulado do ano até abril, o desempenho das não commodities em termos de valor (4,7%) foi melhor que o das commodities, que ficaram relativamente estagnadas, com variação

de 0,1% em relação a igual período de 2022. A variação no volume das commodities (2,8%) superou a das não commodities (1,1%), enquanto que para as commodities os preços recuaram, para as não commodities os preços aumentaram em 3,7%. No acumulado do ano, a participação das commodities foi de 66,8% nas exportações totais.

As não commodities explicaram 89,5% das importações brasileiras, em abril, e registraram aumento de volume (2,8%) e queda nos preços (-8,2%). No caso das commodities, os preços recuaram 27,7% e o volume cresceu 7,1%. Na comparação do acumulado do ano até abril, as importações de não commodities recuaram em termos de preços (0,6%), de volume (3,1%) e de valor (3,5%). Chama a atenção, na base de comparação do acumulado do ano, o aumento em 16,3% do volume importado das commodities.

A análise por setor de atividade contribui para esclarecer o comportamento dos fluxos de comércio. O setor da agropecuária foi o único setor que registrou variação positiva no valor exportado (10,6%), na comparação mensal do mês de abril, explicada pelo aumento no volume exportado (20,1%), pois os preços recuaram (-8,2%). As exportações do setor explicaram 32% do valor total das exportações brasileiras. Em abril de 2022, esse percentual era de 27%. Entre as 23 principais commodities exportadas pelo Brasil, a participação da soja em grão foi de 41,6% no grupo das commodities e de 28,3% no total das exportações brasileiras. Seguindo o comportamento já mencionado das exportações, o volume cresceu e os preços caíram.

O recuo nos preços da agropecuária não se traduz em expectativas desfavoráveis para o desempenho do setor. No ano de 2022, o início da Guerra da Ucrânia levou a uma escalada de aumento de preços das commodities, em especial as do setor da agropecuária. Na comparação entre os meses de abril de 2022 e 2023, os preços aumentaram 46,7%. Esse recuo em abril reflete, em parte, a volta a patamares mais estáveis dos preços do setor.

Na comparação interanual do mês de abril, a indústria extrativa registrou aumento no volume exportado (13,5%), mas a queda de 21,4% nos preços levou a um recuo no valor exportado de 11,6%. No caso da indústria de transformação, valor, volume e preços recuaram na comparação mensal.

Entre os acumulados do ano até abril de 2022 e 2023, a agropecuária apresentou variação positiva em valor (8,7%), volume (7,2%) e preços (3,2%). A variação, em valor, da indústria extrativa recuou em 2,0%, com a queda de preços em 15,3% e aumento no volume de 17,6%. Na transformação, houve queda do volume (-2,4%) e do valor (-0,2%), mas aumento nos preços de 2,2%.

No ano até o momento, a principal contribuição para o aumento das exportações vem do setor de agropecuária. Em abril, o setor contribuiu em 52% na variação das exportações.

A análise por setor de atividade mostra que o volume importado em abril da indústria extrativa registrou aumento de 27,6%, seguido da transformação (1,1%) e recuo em 31,2% na agropecuária (Gráfico 5). O aumento na extrativa está associado ao crescimento em volume das importações de petróleo bruto em 124%, entre abril de 2022 e 2023. Nesse mesmo período os preços de importação do petróleo recuaram 30,3%.

A participação da extrativa nas importações totais, em abril, foi de 11,1%, da transformação de 86,7% e da agropecuária de 1,7%. A menor participação da extrativa, que cresceu acima de 20%, explica que, no agregado das importações, o aumento foi de apenas 3,2%.

Os indicadores do nível de atividade da Base do ICOMEX mostram que, em abril, o volume importado de bens de capital da agropecuária aumentou em 36%, o da indústria de transformação em 1,6%; por sua vez, o volume de bens intermediários para o setor da agropecuária caiu 0,9% e para a transformação caiu 0,5%. Observa-se que a participação das importações de bens de capital da agropecuária é de 0,5% nas importações totais e, portanto, não explicaria o aumento do volume importado.

O aumento do volume importado total em 3,2%, entre abril de 2022 e 2023, está principalmente associado às compras da indústria extrativa e não sinaliza expectativas favoráveis de crescimento para a indústria de transformação, com o recuo na compra de bens intermediários e uma variação abaixo de 2% na compra de bens de capital.

A balança comercial melhorou para os principais parceiros, exceto para a União Europeia, que passou de um superávit no primeiro quadrimestre de 2022 para um déficit no mesmo período em 2023 (Gráfico 7). Nessa mesma base de comparação, as exportações aumentaram em valor para a Argentina (27,3%), China (3,1%) e Estados Unidos (2,9%). Para a União Europeia foi registrada queda de 0,7%. Nas importações, houve aumento das compras oriundas da União Europeia (19,7%) e da Argentina (5,6%) e queda para os demais parceiros.

Destaca-se o caso da União Europeia, que reverteu o sinal da balança comercial. O principal produto exportado para a União Europeia, com participação de 19%, o petróleo bruto, registrou aumento de 52,4%, na comparação dos primeiros quadrimestres de 2022 e 2023. O mesmo vale para o farelo de soja — 11% de participação e aumento de 13,8%. No entanto, dois produtos, que somados explicam 14,6% das exportações, registraram queda: soja (7,6%) e café (37,0%). Os principais produtos que juntos somam 25,5% das compras brasileiras oriundas da União Europeia registraram alta: produtos farmacêuticos (47,6%); óleos combustíveis (282%); e partes e peças de automóveis (7,6%). A análise pelos principais parceiros mostra que a liderança na variação do volume exportado é da Argentina, seja na comparação do mês de abril (30,3%) ou no acumulado até abril, 16,0% (Gráfico 9). Ressalta-se que 21% dos produtos exportados para a Argentina, no período de janeiro a abril, pertencem ao setor automotivo, seguido da soja 9,2%.

A China, principal mercado das exportações brasileiras, registrou aumento de 15,8% e de 11,9%, na comparação mensal e do acumulado do ano, respectivamente. Nos Estados Unidos, a variação do volume recuou em abril, 7,6%, mas é positiva na comparação do acumulado do ano (4,4%). Para a União Europeia, o volume recuou 10,8%, em abril. No caso das importações, as variações, na comparação interanual de abril, foram positivas para a China (9,4%), União Europeia (3,7%) e Ásia exclusive China (5,9%). Chama a atenção o caso dos Estados Unidos, com queda no volume importado, na comparação mensal e do acumulado do ano (Gráfico 10). Como já mencionado, o principal produto importado dos EUA no acumulado até abril foi o óleo combustível, com variação negativa, em valor, de 46%, com participação de 15% no total das importações oriundas do país.

Os termos de troca registraram aumento de 0,8%, entre março e abril de 2023, queda de 1,5% entre abril de 2022 e 2023 e iguais na comparação das médias de janeiro a abril de 2022 e 2023 (Gráfico 11). Em termos de níveis, portanto, as diferenças são pequenas. No entanto, a dinâmica de comportamento dos preços em 2023 difere da observada em 2022. Entre os primeiros quadrimestres de 2021 e 2022, os preços exportados aumentaram 18,2% e os importados, 32,8%. O efeito inflacionário da Guerra da Ucrânia junto com as questões ainda pendentes de logística da pandemia afetaram relativamente mais os preços importados do que os exportados. Na mesma base de comparação entre 2022 e 2023, os preços das exportações recuam 2,3% e os das importações 1,2%. A queda nos preços exportados é maior do que a dos importados. Em ambos os casos, o comportamento dos preços não favorece um aumento nos termos de trocas.

A agropecuária é a principal fonte de dinamismo das exportações brasileiras até o momento, liderada pelo aumento do volume. A soja lidera no primeiro semestre do ano e a continuação desse protagonismo requer a sustentação das outras exportações agropecuárias. Por enquanto, mesmo com preços estáveis, as expectativas tem sido favoráveis com a retomada das compras chinesas de carne. Além disso, com a safra favorável e os problemas na Argentina (seca e questões cambiais), o cenário sinaliza para o aumento das exportações do Brasil em 2023 em relação a 2022.

A economia chinesa precisa de mais apoio

Os PMIs de abril da China divulgados este mês trouxeram surpresas negativas para os mercados de commodities. O PMI do setor industrial caiu acentuadamente de 51,9 em março para 49,2, em abril, muito abaixo das expectativas consensuais de 51,4 e voltando a níveis contracionistas pela primeira vez desde dezembro, quando as restrições da Covid Zero terminaram.

Por outro lado, o ímpeto da recuperação permaneceu forte fora do setor industrial. O PMI de serviços foi de 56,4, diminuindo em relação ao recorde de 58,2 em doze anos em março - em linha com os dados do PIB do primeiro trimestre divulgados anteriormente, em que as vendas no varejo cresceram 10,6% em relação ao ano anterior.

Entretanto, como mencionamos em relatórios anteriores, esse padrão de crescimento econômico - com um forte desempenho do setor de serviços, enquanto a indústria permanece lenta - pode não ser positivo para as commodities, já que a maior parte da demanda por matérias-primas vem do setor industrial. Neste relatório, vamos atualizar nossa perspectiva para a economia chinesa e seus impactos nos mercados de commodities.

A RELEVÂNCIA DO PMI DA MANUFATURA PARA A IMPORTAÇÃO DE COMMODITIES DA CHINA

Desde outubro de 2022, a China está enfrentando uma queda nos valores anuais das importações, atingindo o ponto mais baixo em janeiro (-21,4%). Os resultados de fevereiro e março mostraram sinais de recuperação da demanda da China, coincidindo com o retorno do PMI de manufatura a níveis expansionistas. Consequentemente, para que as importações da China se recuperem, bem como seu consumo de commodities, o PMI de manufatura precisa retornar ao território expansionista.

Para entender essa relevância, é preciso lembrar que o PMI (Purchasing Managers' Index) é, no final das contas, um índice de sentimento, de modo que os tomadores de decisão no setor de manufatura precisam ficar mais confiantes na saúde da economia chinesa. Com isso em mente, é importante entender o que pode mudar nos próximos meses para trazer uma recuperação do PMI de manufatura.

MAIS ESTÍMULOS PODEM SER A RESPOSTA

Atualmente a demanda de consumo está estreitamente concentrada em algumas categorias de serviços,

como viagens e refeições fora de casa. Enquanto isso, a demanda insuficiente por produtos manufaturados - no país e no exterior - está impedindo a recuperação do setor industrial. O governo chinês entende claramente os obstáculos e parece estar preparado para dar mais apoio.

A declaração do Politburo divulgada no dia 28 de abril observou que o apetite por gastos e investimentos continua insuficiente. Entendemos isso como um sinal de que mais estímulos virão em seguida e, do ponto de vista monetário, a China ainda tem espaço para ampliar suas políticas expansionistas.

Diferentemente da maioria das economias ocidentais, a inflação está sob controle no gigante asiático e o Índice de Impulso de Crédito mostra que as condições financeiras chinesas podem se tornar muito mais frouxas quando analisamos as altas dos últimos cinco anos em uma visão sazonal.

RECUPERAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL TAMBÉM AJUDA

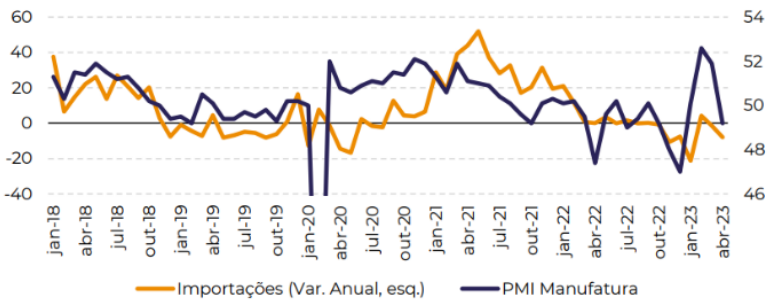
O mercado imobiliário chinês -- responsável por cerca de 30% do PIB da China -- continua dando sinais de que a pior parte da crise no setor ficou para trás. Embora o início de novos projetos ainda seja negativo em relação ao ano anterior, as vendas já estão em território positivo, o que mostra que uma recuperação na construção de novas casas pode estar a caminho.

Analisando de forma mais ampla o setor total de construção civil, temos alguns indicadores de que os fortes investimentos em infraestrutura feitos pelo governo chinês já estão levando a um certo aperto nos estoques locais de commodities metálicas.

Mesmo com o aumento da produção de aço observado nos meses anteriores (Gráfico 6), o estoque de barras de aço diminuiu em um ritmo mais rápido em relação ao ano anterior nas três primeiras semanas de abril em comparação com março. Isso aponta para a aceleração da atividade de construção, o que pode estimular o otimismo nas atividades industriais.

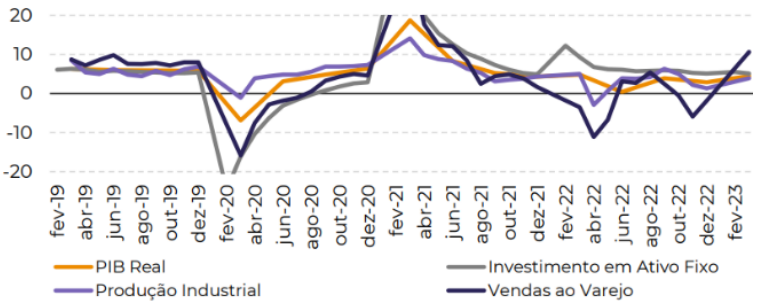
A hEDGEpoint Global Markets é uma empresa especializada em inteligência de mercado, consultoria, gestão de risco e soluções de hedge para a cadeia de valor global de commodities, com larga experiência nos mercados agrícolas e de energia. Está presente em cinco continentes e oferece aos clientes produtos de hedge baseados em tecnologia e inovação, mantendo o cliente como ponto central de todos os processos. A companhia trabalha com mais de 60 commodities e mais de 450 produtos de hedge em sua plataforma.

Gráfico 1: PMI Manufatura e Importações - China



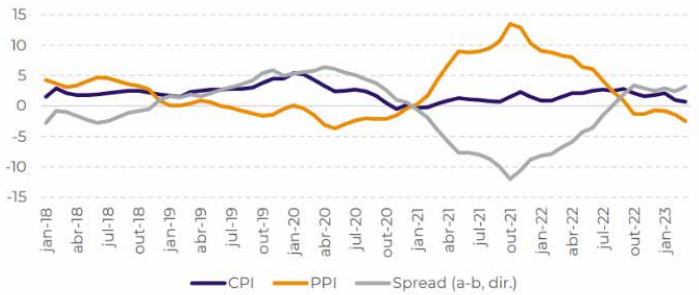
Fonte: Refinitiv

Gráfico 2: Componentes PIB (Var. Anual, %) - China



Fonte: Bloomberg

Gráfico 3: CPI e PPI - China



Fonte: Refinitiv

Os três pontos de tensão para aprovação das novas regras fiscais

Os itens que podem ser obstáculos na aprovação de novo arcabouço fiscal

A expectativa é que o texto final do arcabouço fiscal, nova regra que substituirá o teto de gastos, seja apresentado para apreciação na Câmara dos Deputados. O governo segue fazendo ajustes no projeto, de modo a facilitar a construção de consenso entre os parlamentares.

De acordo com André Roncaglia, professor de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a versão atual do texto do arcabouço fiscal contempla três pontos que podem gerar tensão e criar resistência por parte do congresso e que provavelmente estão sendo alterados.

"O primeiro ponto de tensão diz respeito ao redutor de gastos como punição por descumprimento da meta no ano corrente e que vem a incidir sobre o governo no ano seguinte. Nesse item, é possível que o congresso diminua o índice desse redutor de 50% para algo em torno de 20 ou 30%, como já vem sendo veiculado. Esse, inclusive, talvez seja o objeto de negociação mais intensa. Há razão para isso, já que um índice de redução de gastos muito drástico pune mais o governo, ao mesmo tempo em que pode provocar o chamado shutdown, que é a paralisação das atividades por falta de recursos", explica Roncaglia.

Na visão do economista e docente da Unifesp, o segundo ponto de tensão é o contingenciamento de gastos. "Trata-se de uma questão que vem aparecendo e que remete ao risco de geração de gatilhos que possam bloquear recursos na 'boca do caixa', caso exista preocupação de que o governo não cumprirá a meta fiscal".

O terceiro ponto são os itens que ficam como exceção da aplicação da regra. "Ou seja, quais são aqueles gastos que saem da incidência da regra de gastos, que tem aquele intervalo de crescimento real entre 0,6% e 2,5% do PIB. Nesse ponto específico, é bem possível que essas exceções sofram alteração, para mais ou para menos. Aí, depende de como o congresso tem observado a dureza da regra. Nesse quesito, certamente os próximos dias serão marcados por negociações, antes de o projeto ser finalizado e apresentado aos parlamentares", ressalta Roncaglia.

Mesmo com um clima de incertezas, Roncaglia acredita que as exceções sejam ampliadas, "de forma que o congresso possa inserir mais gastos e investimentos que eles entendem que são importantes para a casa legislativa, na medida em que as emendas do relator ou o chamado orçamento secreto vem sendo fortemente constrangido e até, por assim dizer, proibido pelo STF. O congresso, então, deve buscar alguma maneira de tentar contornar essa restrição para algo que permita atender aos interesses dos congressistas, de forma a investir e gerar recursos para obras e outras atividades que tenham efeito eleitoral positivo para eles", conclui André Roncaglia.

Reforma Tributária traz novas projeções para o transporte rodoviário de cargas em 2023

Os principais anseios para a classe transportadora acerca do tema

A reforma tributária tem sido pauta recorrente nos debates econômicos do Brasil, principalmente após a troca de governo. Vem sendo quase unânime, por parte de diversos setores, a necessidade de mudança no sistema tributário do país, que, atualmente, demonstra complexidade e onera demasiadamente o setor produtivo.

De acordo com especialistas, a proposta da reforma tributária apresentada pelo Governo Federal tem potencial para simplificar o sistema como um todo, reduzindo a burocracia. Além disso, uma das principais mudanças está na substituição de tributos como o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será arrecadado tanto pelos estados quanto pela União.

Tais mudanças beneficiam segmentos que representam mais de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, como é o caso do transporte rodoviário de cargas (TRC), que demonstra grandes expectativas a respeito do assunto.

"É um anseio geral das transportadoras que a reforma tributária não aumente a carga de impostos. Pelo contrário, esperamos que, se não diminuir os impostos, ao menos simplifiquem sua apuração e cobrança. Uma oneração tributária, principalmente na cadeia de serviços, impacta diretamente os custos e a inflação", comenta José Alberto Panzan, diretor da Anacirema Transportes e presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de Campinas e Região (SINDICAMP).

Além disso, a reforma prevê a criação de um imposto sobre o valor agregado (IVA) federal, que poderá ter a alíquota única para todo o país, pois o Brasil, até então, possui uma das maiores porcentagens do mundo. Assim, essa criação simplificaria a tributação e reduziria os custos administrativos para as transportadoras.

Com isso, o executivo complementa: "Acredito que todo empresário está muito ansioso e, ao mesmo tempo, apreensivo com relação à reforma tributária. Somente 18 países no mundo tributam as empresas com uma alíquota acima de 30%, sendo o Brasil um deles (34%), enquanto a média de tributos de 111 países que disponibilizam dados na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 20%".

Diante das incertezas e das dúvidas voltadas à implementação da reforma tributária e os impactos que poderão ser gerados para os diferentes segmentos da economia brasileira, como o TRC, o setor não deixa de se preocupar com tópicos que podem ser desafiadores com a não efetivação da reforma.

"Em nosso setor, basicamente as principais preocupações estão na prestação de serviços. Onde onerar tributos é muito preocupante, pois poderá diminuir a geração de empregos e aumentar a informalidade, afetando diretamente os valores finais de bens e serviços e contribuindo para aumento da inflação", indica José Alberto.

Dessa forma, as empresas transportadoras rodoviárias de carga se preparam para as adequações de acordo com as possíveis mudanças que poderão ser efetivadas com a aprovação da reforma, de modo a aproveitar as oportunidades e a enxergar um melhor futuro para o setor.

"Vejo que a reforma tributária poderá ser favorável ao desenvolvimento econômico do país e, consequentemente, ao nosso segmento, desde que não tenha o viés de aumento de receita do governo por meio da majoração dos tributos, mas pela simplificação deles", finaliza o executivo.

José Alberto é graduado em engenharia mecânica pela Universidade Paulista e possui MBA em gestão estratégica pela FGV. Desde 2014, atua como presidente do Sindicato das Empresas de Transporte e Cargas de Campinas (Sindicamp) e diretor operacional da Anacirema Transportes, empresa localizada na cidade de Americana (próxima a Campinas, SP) e especializada no transporte de cargas de lotação de ponto a ponto.

Criptomoedas como um ativo de refúgio: o impacto da turbulência econômica nos ativos digitais

Em termos de números, o FMI previu que o crescimento global diminuiria de 6,0% em 2021 para 3,2% em 2022. Se esses números parecem confusos para você, efetivamente indicam o perfil de crescimento mais fraco desde 2001.

De acordo com uma análise da Coinspaid, esse problema inflacionário afeta outros países, como a Turquia, que registrou uma taxa de inflação de 85,51% no final do ano passado, mas também potências como o Reino Unido, que tem lidado com contas de eletricidade elevadas, aluguéis exorbitantes e aumento de impostos. Se você estiver na Argentina, os produtos importados agora estão inacessíveis, e se estiver na Ucrânia, pode se encontrar sem eletricidade.

COMO AS CRIPTOMOEDAS REAGEM À CRISE ECONÔMICA GLOBAL?

Com os últimos acontecimentos do setor financeiro tradicional e também com a crise de segurança que quebrou o FTX, os investidores percebem o tanto que as criptomoedas são um ativo altamente volátil, em grande parte devido à falta de suficiente garantia. Isso significa que seu preço depende da combinação de vantagens e perspectivas tecnológicas, esforços de marketing e hype. Quanto às stablecoins, esses ativos são transacionados por 'garantias' em outro ativo que seja considerado mais estável.

Isso explica a queda da capitalização de mercado total do mercado de criptomoedas em cerca de 65% desde o mesmo período do ano passado - há simplesmente uma queda na demanda por ativos mais arriscados na blockchain.

"A CoinsPaid alcançou um nível de capacidade de trabalho ao longo dos anos que nos permite cumprir todas as nossas obrigações, mesmo em tempos tão instáveis. Nunca utilizamos os fundos dos clientes para quaisquer atividades de investimento ou negociação, eles estão bem protegidos e armazenados em nossas carteiras", comenta Max Krupyshev, CEO e co-fundador da CoinsPaid.

Além disso, para Krupyshev, o setor de pagamentos é imune às mudanças do mercado, pois os comerciantes continuam a usar criptomoedas para pagamentos rápidos e de baixo custo. Como evidência, os volumes da CoinsPaid no valor de €3.7 bilhões no primeiro trimestre deste ano, representando um aumento de 37,73% comparado ao mesmo período do ano anterior.

No entanto, enquanto as moedas voláteis como o Bitcoin e o Ethereum perderam valor, estamos observando um aumento no fornecimento de stablecoins. Com base em análises internas da CoinsPaid, há um interesse crescente das empresas em stablecoins como um caminho de investimento em criptomoedas de baixo risco. Criptomoedas como USDT e USDC, que têm uma taxa de 1 para 1 em relação ao dólar americano, têm despertado um interesse crescente entre as empresas.

A ADOÇÃO DE CRIPTOMOEDAS NA AMÉRICA LATINA EM 2022

No último ano, Vietnã, Filipinas, Ucrânia e Índia ocuparam os primeiros lugares no índice global de adoção de criptomoedas de 2022 da Chainalysis. Já na América Latina, o ranking é liderado pelo Brasil seguido de Argentina, México e Colômbia que, embora movimentem um grande volume de criptomoedas, são também os países que mais recebem valores ilícitos de criptomoedas.

Parece curioso que, apesar da demanda diminuída por criptomoedas, estejamos observando um crescimento em seu uso e adoção.

A crescente adoção das criptomoedas é provavelmente motivada pelo medo da inflação. A empresa de gestão de ativos de criptomoedas Grayscale realizou uma pesquisa e descobriu que mais de um quarto dos entrevistados sentiu um desejo crescente de interagir com criptomoedas devido à atual crise econômica global. Abrir uma conta bancária em uma moeda diferente é um procedimento complexo e caro, porém a compra de criptomoedas leva apenas alguns passos e é muito mais móvel e acessível. Tudo o que é necessário é uma conexão com a internet e um dispositivo inteligente.

COMO A COINSPAID ENXERGA O MERCADO?

Embora a crise econômica global tenha colocado uma imensa pressão nos mercados financeiros, incluindo o mercado de criptomoedas, alguns setores de ativos digitais permanecem em grande parte inalterados. Para Max Krupyshev, "os dados mostram que a

indústria de pagamentos em criptomoedas ainda está crescendo, apesar do sentimento negativo nas notícias".

Sendo a maior plataforma de pagamentos em criptomoedas da Europa em termos de transações, a CryptoProcessing da CoinsPaid processou 6 bilhões, um aumento de 41,25% em relação ao primeiro trimestre de 2022 e um aumento de 9,36% comparado ao trimestre anterior. Independentemente do "inverno cripto", o número de pagamentos aumentou - um sinal positivo da saúde do mercado.

Krupyshev afirma ainda que, depois da pandemia, houve uma pressão pela descentralização como resultado. "Espera-se que a demanda por pagamentos em blockchain aumente significativamente já que a máquina gigante e desajeitada da centralização parece estar a caminho do fim, e a pandemia recente tem parte nisso. No Brasil, por exemplo, vimos o Banco do Brasil liberar, de maneira inédita, o pagamento de impostos com criptomoedas", comenta.

Além disso, a pandemia empurrou o local de trabalho para a internet e cada vez mais pessoas estão se mudando para o exterior, já que não são mais obrigadas a morar em uma cidade cara. Isso significa que a demanda por serviços financeiros descentralizados está aumentando. Os funcionários estão procurando um meio de pagamento estável com o potencial de criptomoedas transfronteiriças, e os stablecoins estão assumindo o centro do palco como resultado.

CoinsPaid é um ecossistema estoniano de produtos para empresas e indivíduos que oferece serviços de pagamento com criptomoedas e carteiras pessoais. O ecossistema, fundado em 2014, permite que os clientes operem em todo o mundo, reduzam os custos e alcancem novos mercados, utilizando seus serviços confiáveis de processamento de criptomoedas e o aplicativo de carteira. O serviço suporta mais de 20 criptomoedas, incluindo BTC, ETH, USDT, LTC e BCH, entre outras.

Câmara dos Deputados lança proposições legislativas para retomada econômica

Propostas são resultados de estudo realizado pelo Cedes, órgão técnico-consultivo da Casa que analisa temas com potencial de transformar as realidades econômica, política e social do país

A Câmara dos Deputados lançou no dia 16 de maio, no Salão Nobre, as proposições legislativas resultantes do estudo "Retomada Econômica e Geração de Emprego e Renda no Pós-Pandemia". O evento trará reflexões sobre mudanças estruturais necessárias para impulsionar a economia do país em um novo cenário.

PROPOSIÇÕES

Realizado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados (Cedes), o estudo apresenta o contexto internacional das novas políticas implementadas e os desafios socioeconômicos do país para a retomada do crescimento sob novas bases econômicas, produtivas e sociais. O texto destaca a preocupação com mudanças estruturais que possam aproveitar as transformações tecnológicas atuais e a transição energética para uma economia de baixo carbono, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável. As análises do tema geraram onze proposições estruturantes para a retomada econômica em novas bases, que incluem medidas para o planejamento de longo prazo; a conectividade do setor agropecuário e a agricultura familiar; o aprimoramento da preferência por produtos e serviços nacionais nas compras públicas; o fomento à bioeconomia e à descarbonização; as melhorias do ambiente de negócios; e o desenvolvimento das telecomunicações e das tecnologias nacionais.

PUBLICAÇÃO

O estudo também resultou no 15º livro da série Estudos Estratégicos, elaborado pelo Cedes em parceria com o Centro de Documentação e Informação da Câmara (Cedi) e apoio técnico da Consultoria Legislativa. A publicação está prevista para ser lançada em julho, quando ficará disponível para download gratuito no Portal da Câmara ou aquisição em versão impressa no site da Livraria da Casa.

CEDE

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos é composto por 23 parlamentares, que conduzem estudos estratégicos para o Brasil. Desde sua instalação em 2003 (à época como Conselho de Altos Estudos), o Cedes tem contribuído para o aperfeiçoamento da atuação político-parlamentar, fortalecendo o papel do Poder Legislativo na interlocução de problemas de relevância social perante a população brasileira.

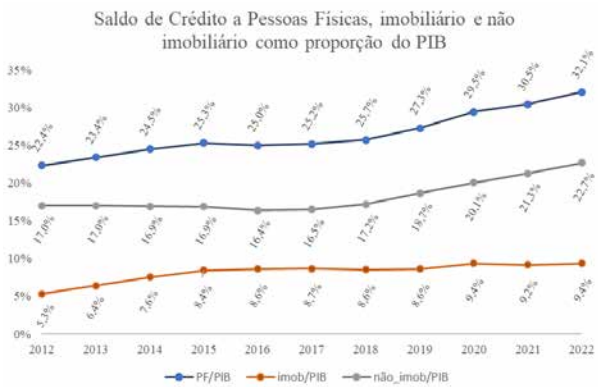
No Brasil, crédito de consumo voltado a pessoas físicas está em patamar elevado ante o PIB

Um levantamento feito pelo Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV (FGVcemif) revela que no Brasil quando comparado a outros países, o crédito para pessoas físicas voltado para o consumo (composto por modalidades como: consignado, crédito pessoal não consignado, cartão de crédito etc.), exceto o imobiliário, já está em patamar elevado em relação ao tamanho de sua economia (PIB). Além do volume elevado, a maior parte dessas modalidades de crédito têm juros elevados e aumentam o comprometimento de renda.

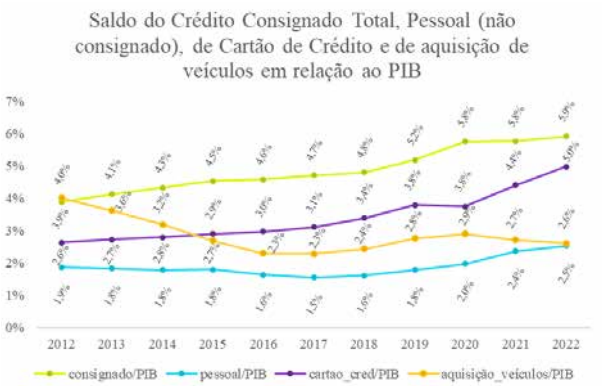
O estudo revela que até o ano de 2016, a tendência era de crescimento paulatino do saldo de crédito imobiliário, com relativa estagnação do crédito não imobiliário. Entretanto, a partir de 2016, o saldo de imobiliário manteve-se relativamente constante em torno de 9% do PIB, enquanto o não imobiliário passa a crescer e atinge quase 23% do PIB. O aumento do crédito à pessoa física, portanto, se liga às modalidades consignados, pessoal e cartão de crédito.

As principais modalidades do crédito pessoa física, além do financiamento imobiliário (29,2%), são: consignado (18,5%), cartão de crédito (15,5%) pessoal não consignado (7,9%,) e aquisição de veículos (8,1%).

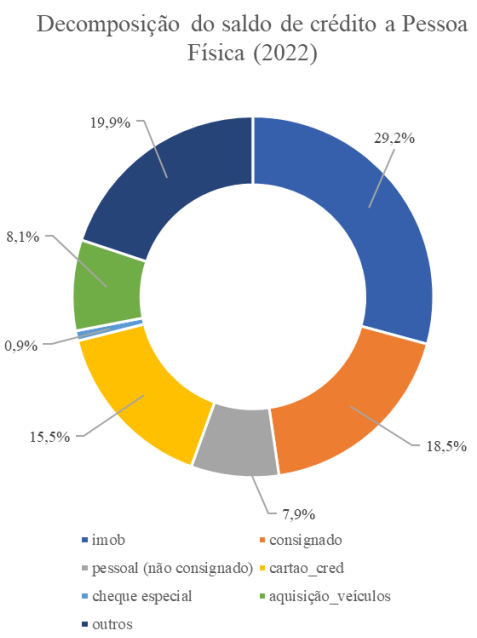
De acordo com os autores do levantamento, Lauro Gonzalez, coordenador do FGVcemif, João Pedro Haddad, pesquisador do FGVcemif e Julio Leandro, professor do Mackenzie e pesquisador



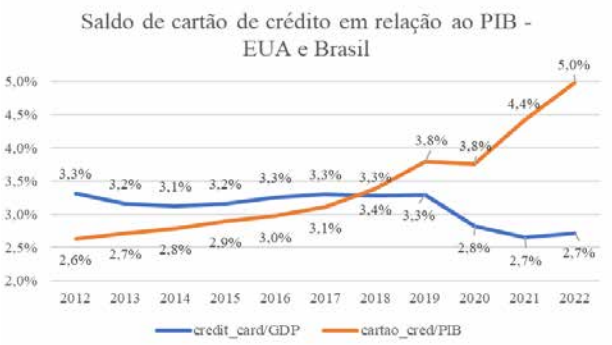
Fonte: BCB, elaboração própria



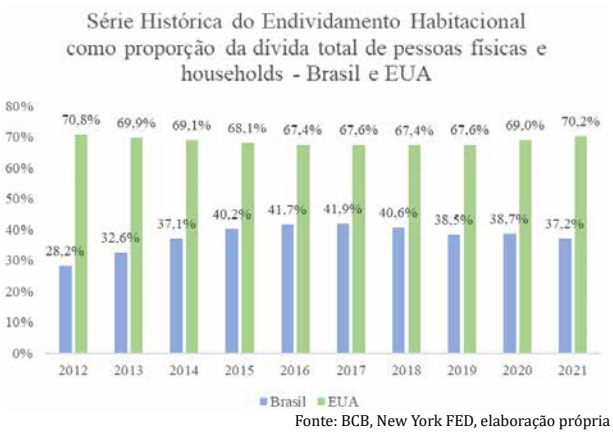
Fonte: BCB, elaboração própria



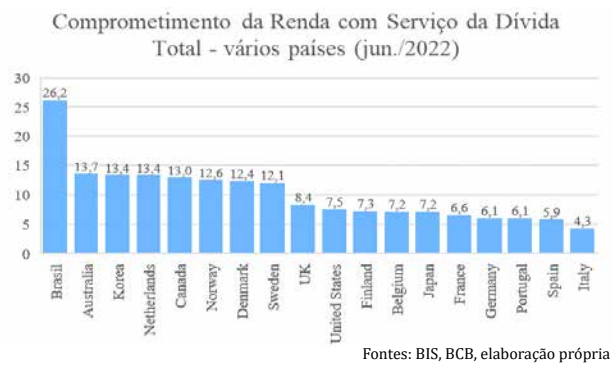
Fonte: BCB, elaboração própria



Fonte: BCB, FRED, elaboração própria



Fonte: BCB, New York FED, elaboração própria



Fontes: BIS, BCB, elaboração própria

do FGVcemif, a evolução das modalidades de crédito para pessoa física parece espelhar a trajetória recente da economia brasileira que, nos últimos anos, tem oscilado entre recessão, estagnação e crescimento anêmico. "Cai a participação do crédito de maior qualidade (imobiliário), associado a acúmulo de ativos, maior otimismo na economia e menor juros, e ganha espaço modalidades de consumo, tipicamente de maior juros e que servem para mitigar/compensar perdas de renda".

COMPARATIVO INTERNACIONAL DO CRÉDITO PESSOA FÍSICA

O estudo mostra ainda que a tendência de crescimento dessa modalidade no Brasil fez com que, em relação ao PIB, o volume tenha ficado maior no Brasil (5%) do que nos EUA (2,7%). "A expansão dos cartões de crédito propicia aumento de crédito a curtíssimo prazo, quando o cartão é utilizado essencialmente como meio de pagamento e a fatura é quitada por completo ou provoca aumento de crédito de prazos mais dilatados se pagamento não for quitado, caso no qual os juros são bastante elevados no Brasil", explica Gonzalez.

Outra forma de estimar o tamanho relativo do crédito à pessoa física é examinar a participação do crédito imobiliário no endividamento total das famílias. Nos EUA, o dado mais recente do gráfico mostra uma participação de 70% do imobiliário, logo 30% não imobiliário. No Brasil, os dados se invertem e o imobiliário tem participação de apenas 37,2%. Ou seja, 62,8% (100% menos 37,2%) do endividamento dos domicílios no Brasil deve estar ligado ao consumo.

O estudo conclui que comprometimento de renda atrelado ao crédito para pessoas físicas para consumo é extremamente elevado, aumentando a fragilidade financeira das famílias, não representando avanços reais na inclusão financeira.

Além disso, crédito consignado, apesar dos juros cobrados menores, contribui para o comprometimento de renda devido a mudanças de regras, como aumento da margem consignável, que favorecem o superendividamento.

METODOLOGIA

O Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV (FGVcemif) realizou o levantamento de dados a partir de diversas fontes de forma a realizar estudo exploratório sobre a evolução recente do mercado de crédito para pessoa física.

Quase metade dos dados vazados no mundo são brasileiros

Vazamento de dados no Brasil atingiram 112 terabytes

Em 2022, foram vazados 257 terabytes de dados no mundo, 2,29 bilhões no total, sendo 43% desses vazamentos somente no Brasil -- somando 112 terabytes, ou 984,7 milhões de dados. O relatório foi feito pela empresa norte-americana Tenable, especialista em gerenciamento de exposição cibernética, que também apontou o atraso do país na formação de profissionais de cibersegurança.

Cerca de 35% do total de dados expostos foram devido à desproteção de bancos de dados, demonstrando uma acentuada fragilidade do Brasil no quesito segurança da informação. A organização sem fins lucrativos International Organization for Standardization (ISO), pensando nessa problemática moderna, desenvolveu um conjunto de normas visando segurança de dados, sendo a ISO/IEC 27001 a principal.

A norma aborda requisitos para implementar, operar, monitorizar, rever, manter e melhorar, um Sistema de Gestão da Segurança da Informação, possibilitando que esses requisitos sejam personalizados de acordo com as necessidades da organização.

"A ISO/IEC 27001 é um instrumento de proteção para toda informação considerada crítica, como dados pessoais. Uma das partes mais importante de se implementar essa norma, é mais que uma certificação, ela traz para empresa uma cultura de segurança com treinamentos para colaboradores sobre o tema", explica Paulo Bertolini, diretor-geral da APCER Brasil, certificadora de origem portuguesa de atuação global.

Segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), apenas 27% das empresas realizam treinamentos sobre segurança digital ou gestão de riscos, número que contribui com a deficiência brasileira quesito.

"A norma ISO/IEC 27001 possui extensões, como a ISO/IEC 27701, que trata sobre gestão da privacidade da informação para todas as organizações que fazem controle e processo de informações de identificação pessoal ou a ISO/IEC 27018, que é específica para proteção de informação de identificação pessoal (PII) em nuvens públicas", conclui Bertolini.

FAMÍLIA ISO/IEC 2700 E LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foi criada para sanar a necessidade de maior segurança no tratamento de dados pessoais, impondo penalidades para o não cumprimento dela, desde multas até o fechamento dos estabelecimentos.

As normas ISO 27001 e 27701 são aliadas para organizações se adequarem à LGPD, tendo a possibilidade de comprovar a conformidade por meio de certificações. Ambas as normas são complementares, sendo necessário o estabelecimento da ISO 27001, que implementa um Sistema de Gestão da Segurança da Informação, para aquisição da ISO 27701 que instaura uma gestão da privacidade da informação, sendo específica para dados pessoais.

A APCER é uma empresa de origem portuguesa, reconhecida mundialmente como um dos principais prestadores de serviços de certificação, auditoria a fornecedores, auditoria interna e treinamento. A organização oferece soluções de valor a instituições de qualquer setor de atividade, permitindo que se diferenciem em um mercado cada vez mais complexo e em constante mudança.

Perfil dos usuários de cartão de crédito

52% dos entrevistados têm três ou mais cartões de crédito. Maioria dos usuários se autodefine como "Consumidor Consciente", utilizando os cartões para organizar as contas do dia a dia. O cartão é usado principalmente para compras parceladas (61%). Consumos considerados essenciais, como supermercados e combustível, respondem por 37% do uso

Para desvendar os hábitos de uso do cartão de crédito, a pesquisa Perfil de Crédito do Brasileiro identificou as principais características dos consumidores com a ferramenta. De acordo com o levantamento feito pela Serasa, a maioria dos entrevistados (36%) se descreve como Consumidor Consciente e utiliza o crédito como ferramenta de organização financeira com as contas diárias.

Depois de ouvir 3.097 pessoas da base Serasa entre os dias 2 de abril e 2 de maio, o levantamento identificou que mais da metade dos brasileiros (52%) possui três ou mais cartões de crédito - e, para 35% deles, o principal motivo dessa multiplicidade é para poder somar os limites. "Esse comportamento revela que o brasileiro ainda utiliza o cartão de crédito como uma forma de regularizar as despesas, mesmo que seja coordenando mais de uma fatura", interpreta Amanda Rapouzo, diretora de Serasa Crédito.

Neste cenário, o cartão tem papel importante no orçamento familiar, sendo usado principalmente para compras parceladas (61%) e consumos essenciais (37%), como compras no supermercado, lojas de varejo e combustível. Por sua vez, o uso como complemento de renda foi apontado por 14% dos respondentes.

OS 10 PERFIS DE USUÁRIOS

Com o objetivo de investigar a personalidade de uso entre os brasileiros, a Serasa definiu 10 Perfis de Crédito, que descrevem características, hábitos e desejos entre os usuários. De acordo com a pesquisa, a maior parte dos entrevistados (36%) se identificam como Consumidores Conscientes e entendem, portanto, que o cartão é uma ferramenta para a organização financeira. Ao mesmo tempo, 19% se consideram como Gestores Básicos, que utilizam o cartão de crédito de forma cotidiana para complementar a renda ao pagar contas básicas, como água, luz e gás.

"Hoje, temos uma diversidade de opções, que oferecem serviços para atender cada necessidade do consumidor", explica Amanda. "Em geral, os brasileiros buscam por oportunidades que facilitam o controle do orçamento mensal e priorizam benefícios centrais para essa organização, como zero anuidade, opções de parcelamento, taxa zero para transações bancárias e limite de crédito".

Ao mesmo tempo, Amanda ainda reforça a importância de colocar em prática essa preocupação com o controle das contas e atrelar o uso do cartão com consciência. "A pesquisa demonstra que os consumidores estão antenados às funcionalidades do cartão como um aliado na hora de tirar planos do papel e de auxiliar na melhoria da saúde financeira. Acreditamos que a educação financeira seja a chave para adotar bons hábitos e tornar o uso do crédito ainda mais responsável".

COMO SOLICITAR CRÉDITO DE FORMA SEGURA NO SERASA CRÉDITO

Antes de definir o cartão ideal, é possível simular as oportunidades no marketplace da Serasa, que disponibiliza consultas online e gratuitas e que não impactam o seu Serasa Score. "Como o acesso ao crédito é essencial para o desenvolvimento e a realização de aspirações próprias, a Serasa tem investido em soluções que facilitam essa aquisição na vida dos brasileiros", comenta Amanda.

Acesse a plataforma de forma gratuita: entre no site ou no aplicativo da Serasa, disponível no Google Play e na App Store, e informe seu CPF e senha. Se você ainda não tem cadastro, pode fazer na hora.

Complete seu perfil: ao concluir o login, clique em "atualizar perfil" e preencha com todos os dados solicitados. Isso ajudará você a encontrar as melhores alternativas de crédito.

Faça uma simulação: escolha o tipo de crédito que você procura e a Serasa buscará ofertas para seu perfil junto às instituições financeiras parceiras. Caso haja ofertas, você pode visualizar as opções e clicar em "detalhes da oferta" para saber mais.

Escolha a opção desejada e finalize a contratação: após avaliar as ofertas disponíveis, escolha a opção que considerar mais interessante, clique em "solicitar" e aguarde a análise. Em caso de aprovação do crédito, a contratação será finalizada de forma fácil e em poucos minutos. Assim, você pode buscar e comparar online as opções de cartão de crédito sempre que quiser, sem pagar nada por isso.

Com o propósito de revolucionar o acesso ao crédito no Brasil, a Serasa oferece um ecossistema completo voltado para a melhoria da saúde financeira da população com produtos e serviços digitais.

Commodities perdem brilho com ascensão do ouro

Commodities estão sofrendo um desinvestimento substancial dos fundos, pois os investidores estão concentrados em metais preciosos em meio a uma perspectiva econômica globalmente negativa

As commodities registraram uma das maiores retiradas de fundos dos últimos anos no acumulado do ano. Isso está acontecendo porque as expectativas do mercado em relação à situação da economia global permanecem negativas. Afinal, os bancos centrais desenvolvidos aumentaram as taxas de juros na maior quantia em 45 anos em apenas alguns meses. Do ponto de vista dos fundos de hedge, o fato de a perspectiva econômica ser negativa significa que a demanda marginal por ativos cíclicos permanecerá baixa. Assim, não há sentido econômico em aumentar a exposição a commodities agrícolas, energéticas e metálicas.

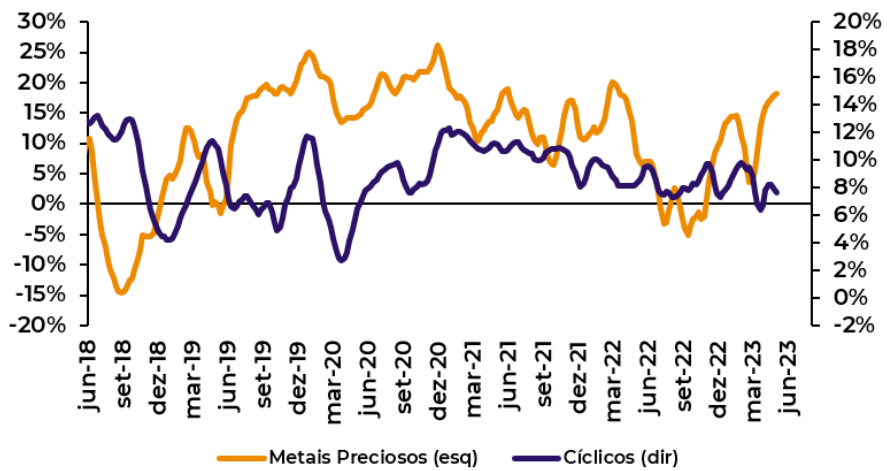
A configuração macroeconômica atual é extremamente sui generis, pois, dadas as expectativas do mercado de que os bancos centrais desenvolvidos comecem a reduzir os juros em breve, as commodities normalmente seriam vistas como tendo um desempenho financeiro superior ao de outros tipos de ativos. Entretanto, esse não é o caso, já que o sentimento permanece negativo, com a demanda financeira dos especuladores por ouro aumentando para níveis acima das médias sazonais.

Isto causou uma saída maciça de ativos cíclicos para metais preciosos, mais especificamente para o ouro. E, historicamente, toda vez que o ouro apresenta um aumento no interesse especulativo, os ativos mais arriscados veem seu posicionamento diminuir substancialmente. É por isso que o cenário macroeconômico continua sendo tão desafiador para o mercado de commodities. Os fundos de hedge começaram a comprar metais preciosos, o que está limitando o posicionamento em outras classes de commodities.

Embora o número de posições compradas líquidas em ouro esteja sazonalmente elevado, há razões para acreditar que os especuladores continuarão aumentando sua exposição aos metais preciosos. Isso se deve ao fato de que, historicamente, toda vez que o Fed diminui as taxas de juros, o posicionamento especulativo em ouro aumenta – o que normalmente também faz com que os preços dos futuros também subam.

Considerando que Jerome Powell ainda não iniciou o afrouxamento monetário do ponto de vista de juros,

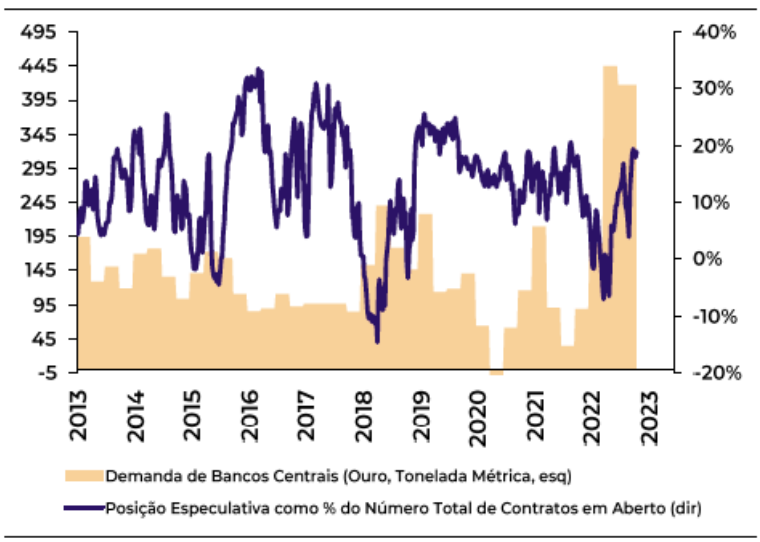
Posição comprada líquida como % do Total de Posições – Classes de Commodities (%)



Fonte: Bloomberg

uma possível recuperação do ouro, que não está totalmente precificada, poderia ser facilmente gerada assim que as taxas começassem a cair. Portanto, mais retiradas de fundos das commodities podem estar por vir – sustentando o momentum de baixa observado na maioria dos preços das matérias-primas.

Do ponto de vista de oferta e da demanda, o ouro também parece estar bem posicionado para uma fase de alta. A demanda dos bancos centrais pelo metal nunca foi tão elevada nos últimos anos, e a oferta tem apresentado uma tendência global de queda devido à redução do Capex na mineração e à incerteza ambiental.



Fonte Bloomberg

Isso sugere que os especuladores estão concentrados no ouro agora, o que implica todas as outras commodities sendo vistas como "secundárias". Se os fundamentos de oferta e demanda se enfraquecerem ainda mais, essa tendência de baixa, orientada por fatores macroeconômicos, deverá ser exacerbada nos futuros das commodities – principalmente as mais sensíveis à atividade global, como as metálicas e energéticas.

A hEDGEpoint Global Markets é uma empresa especializada em inteligência de mercado, consultoria, gestão de risco e soluções de hedge para a cadeia de valor global de commodities, com larga experiência nos mercados agrícolas e de energia. Está presente em cinco continentes e oferece aos clientes produtos de hedge baseados em tecnologia e inovação, mantendo o cliente como ponto central de todos os processos. A companhia trabalha com mais de 60 commodities e mais de 450 produtos de hedge em sua plataforma.

Consumo aparente de aço cai 12,6% em abril, informa o Instituto Aço Brasil

O consumo aparente de produtos siderúrgicos no Brasil -- vendas internas mais importações -- registrou 1,9 milhão de toneladas em abril, recuo de 12,6% em relação a março, informa o Instituto Aço Brasil. As vendas internas fecharam em 1,5 milhão de toneladas, com queda de 14,3%; as exportações chegaram a 880 mil toneladas, recuo de 29,2%; e as importações cresceram 21,1%, chegando a 403 mil toneladas, todos na mesma base de comparação. A produção de aço bruto atingiu 2,8 milhões de toneladas, alta de 5,1% na comparação com março.

Nos quatro primeiros meses do ano, a produção de aço bruto atingiu 10,6 milhões de toneladas, redução de 8,8% em comparação a igual período de 2022. As vendas internas registraram 6,4 milhões de toneladas, redução de 4% no período. As exportações fecharam em 4,0 milhões de toneladas, queda de 10,5%, e importações chegaram a 1,4 milhões de toneladas, alta de 34,4%, também na comparação do primeiro quadrimestre de 2023 com o de 2022. Já consumo aparente acumulou 7,7 milhões de toneladas no período, variação negativa de 0,9%.

O Índice de Confiança da Indústria do Aço, calculado pelo Aço Brasil, fechou em 38,0 pontos em maio, recuo de 3,7 pontos em relação a abril.

Carros no Brasil: governo pretende reduzir em até 10,96% o preço dos produzidos de valor até R$ 120 mil

Iniciativa faz parte de conjunto de medidas para aquecer a indústria brasileira e leva em conta critérios sociais, ambientais e de densidade industrial

Ricardo Stuckert

O presidente Lula (C), o vice Geraldo Alckmin e o ministro Fernando Haddad (Fazenda) durante reunião com representantes da indústria automobilística no Palácio do Planalto, em Brasília (DF)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu representantes do setor automotivo para discutir medidas de estímulo aos fabricantes de veículos. O foco é retomar o setor, aumentar a produção e gerar empregos. Haverá redução de imposto para carros de até R$ 120 mil. Os percentuais serão diferenciados considerando os critérios preço, eficiência energética e densidade industrial. Carros mais baratos, com menor emissão de CO2 e maior uso de peças e componentes nacionais terão mais estímulo.

DESCONTOS

Os descontos nos preços finais vão variar de 1,5% a 10,96%, segundo o vice-presidente Geraldo Alckmin, que acompanhou o encontro ao lado do ministro Fernando Haddad (Fazenda). Também titular da pasta de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Alckmin explicou que a medida é transitória, voltada para estimular um setor que passa por dificuldades e trabalha hoje com ociosidade de 50%.

Hoje o carro mais barato é quase R$ 70 mil. Queremos reduzir esse valor. Quanto mais acessível, maior será o desconto do IPI, PIS-Cofins. O segundo critério é premiar e estimular a eficiência energética, quem polui menos" - Geraldo Alckmin, vice-presidente da República

As medidas serão anunciadas integralmente em junho e foram discutidas com representantes dos fabricantes, dos revendedores e dos trabalhadores no encontro que ocorreu no Palácio do Planalto, em Brasília no fim da manhã desta quinta-feira (25/5). Elas fazem parte de um conjunto de ações para a retomada da indústria brasileira.

"Essa ação leva em consideração três questões. O primeiro é o carro acessível. Hoje o carro mais barato é quase R$ 70 mil. Queremos reduzir esse valor. Quanto mais acessível, maior será o desconto do IPI, PIS-Cofins. Então, o primeiro item é social, para atender a população que está precisando mais", afirmou Alckmin.

"O segundo é premiar e estimular a eficiência energética, quem polui menos. O terceiro é a densidade industrial. O mundo inteiro hoje procura fortalecer sua indústria", disse o vice-presidente, em conversa com jornalistas após o encontro.

Participaram do encontro os presidentes da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), da CNI, da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do Grande ABC. A presidenta do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, e o empresário Jorge Gerdau, presidente do Conselho da Gerdau, também estiveram presentes.

No encontro, o presidente Lula destacou a importância do setor automotivo para a economia e lamentou o fato de o setor ter encolhido tanto nos últimos tempos, vendendo hoje metade do que vendia dez anos atrás.

CRÉDITO

O presidente destacou a importância do crédito para estimular a

economia e permitir que pessoas de menor renda comprem com prestações que caibam nos seus bolsos. "Não tem como ser capitalista sem capital. É preciso ter dinheiro nas mãos do povo para a economia girar".

Ele lembrou que os primeiros cinco meses de governo foram voltados para a retomada das políticas sociais e afirmou que serão adotadas a partir de agora medidas para retomada das obras de infraestrutura, de ferrovias e rodovias.

Márcio Lima, presidente da Anfavea, reconheceu a importância das medidas para a retomada do setor. Segundo ele, a indústria automotiva está parada, mas confiante na economia brasileira, com planos de investimento de R$ 50 bilhões.

POLÍTICA INDUSTRIAL

Robson Andrade, presidente da CNI, reconheceu o esforço do governo para reindustrializar o Brasil e disse que o setor industrial como um todo precisa recuperar seu peso no PIB. "Pela primeira vez estamos vendo a possibilidade de uma política que possa retomar a indústria. Queremos que a indústria volte a ser 48% do PIB", disse.

Tanto o vice-presidente Alckmin como o ministro Fernando Haddad defenderam a combinação de marco fiscal, reforma tributária e redução dos juros como tríade fundamental para o Brasil voltar a crescer.

Jorge Gerdau fez coro à mensagem de que a reforma tributária e a criação do Imposto de Valor Agregado (IVA) são fundamentais para reduzir o custo Brasil e garantir a competitividade das empresas brasileiras.

BNDES

Em São Paulo, em encontro na Fiesp, por ocasião da celebração do Dia da Indústria, o presidente do BNDES Aloizio Mercadante anunciou linha de crédito de R$ 2 bilhões para que empresas brasileiras exportadoras com receita em moeda americana ou atrelada à variação cambial possam investir no país. Além disso, Mercadante anunciou R$ 20 bilhões nos próximos quatro anos para financiar inovação, tendo como referência de juros a Taxa Referencial (TR).

A água no centro das atenções

A água foi essencial para o surgimento da vida em nosso planeta, há aproximadamente 3,5 bilhões de anos, e segue sendo fundamental para a manutenção dela. Nos últimos séculos, passou a ser usada também no desenvolvimento de diversas outras atividades, incluindo a industrial, cujo dia nacional comemora-se em 25 de maio.

Embora o uso da água pelo setor produtivo venha de longa data, foi somente nas últimas décadas que se desenvolveram e disseminaram metodologias capazes de mitigar o impacto ambiental dessas atividades.

Um dos exemplos é a prática de reuso de água por setores intensivos na utilização desse recurso. De acordo com o Instituto Aço Brasil, 96% da água utilizada pela indústria siderúrgica nacional é proveniente de processos de reuso. O aumento desses números nos últimos anos culminou na redução da captação de água e do lançamento de efluentes.

O Instituto Brasileiro de Mineração também revela bons resultados na reciclagem e recirculação de água nas plantas de mineradoras de vários segmentos. Os números podem chegar a até 90% em mineração de ferro, ouro e carvão mineral, por exemplo.

MENOS DESPERDÍCIO, MAIS ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE

O reuso além de primariamente reduzir o lançamento de contaminantes para o meio ambiente e se apresentar como uma das soluções mais sustentáveis para a indústria, também pode contribuir de forma relevante para a redução de custos. Um exemplo de grande consumidor de água nos processos fabris, é o setor têxtil e o de confecção, que tem redobrado a atenção em relação à gestão de seus efluentes, por meio de soluções ambientalmente corretas, de modo que o precioso líquido possa ser devolvido à natureza, reaproveitado nas próprias fábricas e, de alguma forma, volte ao uso útil e não engrosse as estatísticas do desperdício e da poluição ambiental. Nesses casos, o reuso, por exemplo, pode proporcionar economia superior a 70% nos custos com o indispensável insumo hídrico.

A terceirização do processo mostra-se o caminho mais eficiente, econômico e sem riscos de descumprimento da legislação para se chegar a números expressivos. Isso porque este é um serviço altamente especializado, que exige tecnologia adequada e muito know how.

América Latina: piora o clima econômico

As expectativas melhoraram, mas continuam na zona desfavorável

O Indicador de Clima Econômico (ICE) da América Latina caiu no 2º trimestre de 2023 influenciado pelo piora das avaliações sobre a situação econômica atual. As expectativas melhoraram, mas continuam na zona desfavorável. A falta de confiança na política econômica local continua sendo um dos principais problemas para o crescimento econômico da região segundo os especialistas consultados.

O Indicador de Clima Econômico (ICE) da América Latina recuou de 73,4 pontos para 65,8 pontos entre o 1º trimestre e o 2º trimestre de 2023. O resultado é explicado pela queda do Indicador que mede a percepção dos especialistas sobre a situação econômica atual (ISA), que caiu 24,7 pontos entre os dois primeiros trimestres de 2023. No sentido oposto, o Indicador que mede as expectativas (IE) ganhou 10,2 pontos, subindo a 80,3 pontos, recuperando parte das perdas sofridas no trimestre anterior. Todos os indicadores continuam na zona desfavorável na avaliação do clima econômico

Na comparação entre os dois primeiros trimestres de 2023, o clima econômico melhorou no Chile, Uruguai e Colômbia. Para todos os outros países foi observada queda do indicador. No caso do Brasil, o indicador passou de 73,5 pontos para 58,8 pontos, um recuo de 14,7 pontos. Na zona favorável de avaliação estão o Uruguai e o Paraguai, embora esse último tenha registrado uma queda de 22,4 pontos no indicador.

O ISA piorou em todos os países. A maior queda foi registrada no Brasil, de 42,0 pontos, passando de 70,6 pontos para 28,6 pontos. O ISA do Brasil é o quarto colocado na lista dos mais baixos no 2º trimestre de 2023, depois da Argentina, Chile e Bolívia. Na zona favorável está apenas o Paraguai, com 130,0 pontos e o Uruguai na zona neutra (100,0 pontos).

O Indicador de Expectativas caiu no Equador (41,6 pontos), na Argentina (41,3 pontos) e no Paraguai (25,0 pontos) e melhorou para os outros países. Ressalta-se o caso do Chile e do Uruguai que registraram aumentos de 60,0 pontos no IE. O Brasil avançou de 76,5 pontos para 92,9 pontos na comparação entre os dois primeiros trimestres de 2023. Estão na zona favorável do IE: Paraguai, Uruguai, Peru e Chile.

A crise econômica na Argentina se reflete na avaliação dos indicadores. O país registrou o menor ICE (7,0 pontos), o menor ISA (0 ponto) e o menor IE (14,3 pontos) entre os países analisados. Em outra direção destaca-se o caso do Chile. O país re-

gistrou a maior variação positiva do ICE e do IE (nesse caso junto com o Uruguai) e a menor queda do ISA. O país não está numa situação favorável pois, exceto o IE todos os indicadores são desfavoráveis e o ISA só alcançou 20,0 pontos.

No caso do Brasil, a piora na avaliação da situação atual supera a melhora nas expectativas. Além disso, como o IE está na zona desfavorável, a perspectiva não aponta para um cenário otimista (favorável) do clima econômico.

A piora do clima econômico da América Latina se reflete na revisão para baixo do crescimento do PIB em 2023, que passou de 1,4% para 1,1% entre a Sondagem do 1º e do 2º trimestre de 2023. À exceção da Colômbia e do Chile, as projeções foram de crescimento inferior ao anteriormente esperado para o ano. A maior diferença ocorreu foi na Argentina, país em que a projeção anterior de crescimento de 1,2% passou a ser de queda de 1,0%. No Brasil, a revisão foi de um crescimento de 1,1% para 1,0%.

Observa-se que a melhora relativa das perspectivas para o Chile, de uma queda esperada de 1,8% para uma de 0,3%, coincide com a avaliação dos indicadores de melhora do clima econômico, em especial o das expectativas.

Os principais problemas – aqueles que registraram pontuações acima de 50 pontos para a América Latina – foram, em ordem decrescente: infraestrutura inadequada, corrupção, falta de inovação, aumento na desigualdade de renda; falta de confiança na política econômica, falta de competitividade internacional, barreiras legais e administrativas para investidores, demanda insuficiente, falta de mão de obra qualificada, clima desfavorável para investidores estrangeiros, instabilidade política e falta de capital. Dos 15 problemas listados, 12 apresentaram pontuação acima de 50 pontos.

No caso do Brasil, as cinco maiores pontuações são, em ordem decrescente: infraestrutura inadequada (92,9 pts.); aumento da desigualdade de renda e falta de competitividade internacional (85,7 pts.); demanda insuficiente (78,6 pts.); corrupção, falta de inovação e falta de confiança na política econômica (71,4 pts.); e falta de mão de obra qualificada e gerenciamento ineficiente da dívida (57,1 pts.). Dos 15 problemas listados, nove apresentam pontuação acima de 50 pontos., o que coloca o país numa posição melhor no grupo da América Latina.

O que não é um problema relevante para o Brasil, mas é para a América Latina? Instabilidade política, clima desfavorável para investidores estrangeiros e barreiras legais para investidores. Sob esse aspecto, segundo a Sondagem, o país garantiria um ambiente mais favorável para o investimento em comparação com outros países da América Latina.

Uma segunda informação extraída dessa Sondagem se refere ao percentual de especialistas que selecionaram os principais problemas no seu país (Quadro 3 do release). No Brasil, 64,3% selecionaram falta de confiança na política econômica, um percentual mais elevado do que na Sondagem do 4º trimestre de 2022, que era de 46,2%. No entanto, o tema da instabilidade política que era registrado com igual percentual não está mais entre os principais problemas na Sondagem do 2º trimestre de 2023. O segundo problema foi infraestrutura inadequada e desigualdade de renda e o terceiro falta de competitividade internacional. Para a América Latina, o principal problema é falta de confiança na política do governo (56,3%), seguida do tema da corrupção (39,8%) e infraestrutura inadequada (25,8%). Observa-se que falta de confiança na política do governo só não é citada entre os três principais problemas entre os países selecionados no Uruguai.

ENQUETES ESPECIAIS

A crise do Credit Suisse junto com a falência do Silicon Valley Bank, nos Estados Unidos levou a especulações sobre um abalo no sistema financeiro internacional que lembrasse 2007/08. Nesse contexto, foi indagado ao grupo de especialistas que respondem à Sondagem como avaliavam o impacto dessa crise na economia dos seus países.

Na resposta agregada para a América Latina, 69,1% consideram que não há efeito nas economias de seus países e 23,3% que haverá efeitos (Quadro 5 do release). Percentuais acima de 40% nas respostas com efeitos sobre as economias domésticas estão o Chile, Paraguai e Uruguai. São economias com graus de abertura financeira elevados e por isso podem ter essa percepção.

Entre os que responderam que haveria impactos nas suas economias, para a América Latina, o percentual foi de 65,3% de que o efeito seria médio. Nos países onde as respostas foram acima de 40% quanto o impacto da crise, foi considerado médio (42,9%) ou baixo (57,1%) no Chile. No Paraguai, 50% consideram que o efeito seja baixo. E, por último no Uruguai, 100% acham que seria baixo.

Nos países onde há um percentual acima de 40% de respostas que a crise pode afetar as economias, os efeitos esperados tendem a ser baixos.

O resultado para a América Latina é decorrência da percepção que a crise das duas instituições não pode ser comparada ao da crise de 2008. Logo não é essa a questão relevante para o clima econômico da América Latina no contexto atual; e confirma que a falta de confiança na política econômica é mesmo o fator considerado como o principal problema.

Fundação Ipead comemora 75 anos

Instituição que é referência em gestão de projetos de extensão, cursos, pesquisas e inovação tecnológica investe em plano estratégico para os próximos anos

Elton Lopes

Referência nacional em gestão de projetos de extensão, cursos, pesquisas e inovação tecnológica, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais - Ipead comemora 75 anos. "É um grande orgulho fazer parte desta que é uma das instituições mais respeitadas do país, e que tem um decisivo papel no desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo em Belo Horizonte, em Minas Gerais e no Brasil", comemora o presidente do Ipead, professor Fabrício José Missio.

O Ipead é parceiro de centros de pesquisas e pesquisadores nacionais e internacionais e, nos últimos anos, ampliou sua atuação para empresas privadas de diferentes portes, com foco no desenvolvimento de diversos estudos de mercados e análises setoriais. Para os próximos anos, a Fundação investiu em um planejamento estratégico que irá mapear o caminho a ser seguido para atingir os objetivos do negócio. "Tão importante quanto crescer, é saber crescer, pois com um método claro é possível identificar onde estamos e para onde queremos ir. Após 75 anos é preciso mais do que um conhecimento profundo do nosso negócio, é preciso medir nossos resultados para que possamos fazer escolhas assertivas. Temos ainda que estar antenados nas tendências sem deixar de lado as nossas raízes", explica o professor.

Para esse trabalho, foram feitas diversas reuniões com uma consultoria contratada. A fase atual é de implementação das ideias selecionadas.

IPEAD: MAIS DE SETE DÉCADAS GERANDO INFORMAÇÕES E PRODUZINDO CONHECIMENTO

O Ipead se consagra com relevantes serviços prestados não só à academia, mas também à sociedade por ser um gerador de informações úteis para o setor público, para empresas privadas e para os direitos da cidadania. São mais de sete décadas entregando pesquisas sobre a evolução dos preços, do custo da cesta básica, de aluguéis, entre outras. Vale destacar que as atividades de pesquisa do Instituto também produziram conhecimento sobre dimensões relevantes da vida social, contribuindo decisivamente para o fortalecimento da cidadania, como se vê no caso da construção do Índice de Preços ao Consumidor de Belo Horizonte-MG. Esse índice passou a ser calculado em dezembro de 1965, quando a escalada inflacionária se tornou recorrente no país, com importantes impactos negativos sobre as condições de vida da população. É este também o caso do cálculo da Cesta Básica em Belo Horizonte e das pesquisas sobre o mercado imobiliário, as tarifas bancárias e as taxas de juros praticadas no mercado.

HISTÓRIA

A Fundação IPEAD é uma entidade sem fins lucrativos, credenciada pelo Ministério da Educação - MEC - e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC - como fundação de apoio à Faculdade de Ciências Econômicas - FACE - da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Foi instituída em 1948 como Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas, por iniciativa de professores da FACE/UFMG, com o apoio de instituições dos segmentos comercial, financeiro e industrial do estado de Minas Gerais. Convertida em fundação em 2003, possui reconhecimento nacional pelo desenvolvimento de metodologias que atendem aos mais rigorosos padrões científicos, além de produzir indicadores de acordo com critérios técnicos atualizados.

A Fundação IPEAD tem como principais finalidades: prestar apoio às atividades de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento institucional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, efetuar pesquisas, estudos teóricos e aplicados, prestar serviços de consultoria e assessoria, ministrar treinamento especializado, com o objetivo científico ou profissional, relacionados com as ciências econômicas, administrativas, contábeis, demográficas e afins. "Nossos serviços são prestados pautados pela eficiência, transparência, segurança e baixo custo. Além de contarmos com uma equipe altamente capacitada e softwares modernos", ressalta Renato Silva, Superintendente do Ipead.

Um dos destaques da Fundação é que possui uma excelente capacidade de e flexibilidade para empreender.

Crise dos bancos: porque não é igual a 2008?

Arnaldo Silva
CIO da Portogallo Investimentos

A crise de bancos regionais dos Estados Unidos já levou à falência quatro deles em 2023.

O SILICON VALLEY BANK (SVB)

O SVB recebeu muitos depósitos e capital durante todo o ano de 2021. Ele ficou muito capitalizado, então comprou títulos do tesouro com prazo mais longo. NÃO Bitcoin, NÃO ações de alto risco. Ele comprou alguns dos títulos mais seguros que se pode comprar, títulos do Tesouro dos EUA. O erro que ele cometeu foi não proteger sua exposição à taxa de juros.

Com o avanço rápido em 12 meses da taxa de juros implementado pelo Fed, todos os títulos do Tesouro perderam valor. Com os pedidos de resgate, o banco foi forçado a vender os títulos com prejuízo.

O QUE OS REGULADORES FIZERAM?

O Fed anunciou o Bank Term Funding Program (BTFP). Este programa oferece empréstimos de até um ano a bancos, associações de poupança, cooperativas de crédito e outras instituições depositárias qualificadas, comprometendo títulos do Tesouro dos EUA, dívidas de agências e títulos lastreados em hipotecas e outros ativos qualificados como garantia. Os bancos poderão tomar empréstimos contra seus ativos "ao par" (valor de face), ou seja, o governo efetivamente aumentou a proteção do FDIC (no Brasil é o FGC, fundo garantidor de crédito) de US$ 250.000 para sem limites.

A CONTABILIDADE DE MARCAÇÃO A MERCADO FAZ PARTE DA SOLUÇÃO.

A necessidade de contabilidade de marcação a mercado com a exigência de contabilizar perdas não realizadas. Em qualquer outra área do setor financeiro dos EUA, existe a contabilidade de marcação a mercado com chamadas de margem, mas, não em bancos. A gigante dos seguros AIG faliu em 2008 porque pensou que poderia manter títulos até o vencimento e ignorar perdas não realizadas. Os bancos estão certos ao dizer que, se mantivessem seus títulos apenas até o vencimento, não precisariam se preocupar com o risco da taxa de juros. Mas a crise atual mostra que esta é a maneira errada de pensar sobre isso porque pode-se ter uma fuga de depositante. Se, em vez disso, houvesse chamadas de margem, os bancos teriam um incentivo para uma boa gestão de riscos e um desincentivo para usar alavancagem excessiva.

O SETOR PRIVADO NÃO BANCÁRIO FAZ PARTE DA SOLUÇÃO

Finalmente, os mercados privados funcionaram. Como lembrete, o Vale do Silício é uma história de altos e baixos. Uma década atrás, havia dúvidas sobre como o SVB administrava seus negócios, pois ele o administrava mais como uma empresa de capital de risco (VC). Não há nada de errado com as empresas de capital de risco, mas elas não devem ter acesso ao seguro Fed ou FDIC. A mudança na forma como as startups são atendidas pode levar algum tempo, mas haverá soluções do setor privado. Ainda haverá quem forneça empréstimos para startups, mas é mais provável que esse financiamento venha de fontes fora do sistema bancário. Isso seria uma coisa boa.

E OS BANCOS BRASILEIROS?

Os valores das perdas não realizadas nos 'books' locais não são relevantes e os índices de capital e liquidez são confortáveis, porém, 2023 será um ano desafiador em termos de inadimplência (NPL) para os mesmos, pois a qualidade dos ativos das empresas tende a se deteriorar devido às altas taxas de juros e à economia mais fraca.

Minas Gerais precisa investir mais de 100 bilhões de reais em saneamento até 2041

Pelo menos 75% desse total seriam necessários para cumprir as metas do marco legal do setor até 2033, calcula a ABCON SINDCON, que participa de Congresso sobre saneamento em Belo Horizonte

Um a cada quatro mineiros não possui acesso a coleta e tratamento de esgoto. São mais de 5 milhões de pessoas sem saneamento básico no estado. Para garantir esse direito de forma universal, Minas Gerais precisa investir 103,2 bilhões de reais até 2041. Levando em consideração as metas estabelecidas em 2020 pelo marco legal do setor, o investimento até 2033 seria de 75,8 bilhões de reais, a fim de levar água tratada a 99% da população e tratamento de esgoto a 90% dos mineiros.

Os dados são da ABCON SINDCON, associação das operadoras provadas de saneamento, e KPMG, com base no Plano Estadual de Saneamento Básico de Minas Gerais.

A ABCON SINDCON leva até o Congresso da ABES, de 21 a 24 de maio, em Belo Horizonte, propostas para acelerar investimentos em saneamento no estado e em todo o país. Durante o evento, a entidade participa de painéis sobre eventuais ajustes no marco legal e a regulação do setor.

A associação tem manifestado sua preocupação com os compromissos que o país assumiu em relação à universalização dos serviços de água e esgoto, a partir da aprovação do marco legal do setor, em 2020, no Congresso.

"O déficit de atendimento à população é enorme, não apenas em Minas, mas em todo o país. Diante desse desafio, o mercado precisa de segurança jurídica para programar investimento. O prolongamento de discussões políticas em torno de regras que já estavam estabelecidas não contribui para a alteração desse quadro", afirma Percy Soares Neto, diretor executivo da ABCON SINDCON.

Um balanço atualizado da associação mostra que os leilões realizados após o novo marco legal do setor já movimentaram 88,6 bilhões de reais em investimentos.

Para cumprir as metas da lei em âmbito nacional, o Brasil precisa investir 893 bilhões de reais até 2033, dos quais 308 bilhões de reais nos próximos quatro anos.

Uma visão construtiva para o Real

André Carvalho, gestor de investimento da Acura Capital, diz que "as valorizações mais expressivas somente deverão ocorrer caso o cenário fiscal se mostre mais claro. Também acreditamos que os números de inflação e atividade deverão se acomodar e que as expectativas de inflação que ainda permanecem elevadas para este ano deverão ceder gradualmente."

A declaração é feita mediante às divulgações nacionais e internacionais:

Índices de inflação americanos, mostrando uma acomodação e leituras benignas, reforçando a tese que o FED manterá este patamar de juros nas próximas reuniões.

Elevação de juros no Reino Unido, para 4,25% dentro do esperado pelo mercado. Outro ponto que merece destaque foi a forte desaceleração dos índices inflacionários na China.

Brasil: divulgação da produção industrial de março 1,1% m/m acima do consenso de mercado que era 0,9% m/m.

IPCA de abril 0,61% m/m, acima das expectativas de mercado que estavam em 0,53% - 0,55% m/m. Estes números tiveram impacto negativo na curva de juros, reforçando a tese que uma redução de juros deverá ocorrer somente próximo ao terceiro trimestre do ano.

Vendas no varejo brasileiro: a expectativa do mercado e uma queda de -0,3% m/m e teremos a divulgação do IBC-BR de março, expectativas de mercado em 0,3%m/m (3,8% a/a). Teremos nos Estados Unidos a divulgação de índices de atividade como produção industrial e vendas no varejo, as expectativas do mercado são que os números tenham uma leitura mais construtiva indicando um arrefecimento na atividade. Na Europa teremos a divulgação do CPI, em que as expectativas apontam um número próximo a 0,7%m/m indicando uma inflação ainda muito elevada o que deverá conduzir o BCE a seguir com sua política de aperto monetário, levando a taxa de juros a 4,00% até setembro.

André Carvalho é economista e Mestre em Economia pela FGV, com 15 anos de experiência no mercado financeiro, sendo 10 anos como Gestor de portfólio em grandes investidores institucionais, gerindo Fundos de Renda Fia, ações, multimercado, imobiliários e de investimentos no exterior.

Lula x Banco Central: qual o problema do crédito brasileiro?

Para Luciano Bravo, CEO da Inteligência Comercial e Country Manager da Savel Capital Partners "o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tem constantemente criticado o Banco Central por sua não alteração na Taxa Selic, os juros básicos da economia brasileira, que está em em 13,75% ao ano no Brasil.

Enquanto estava em Londres, por exemplo, Lula afirmou que o presidente do BC (Banco do Brasil), Roberto Campos Neto, não teria compromisso com o Brasil, mas sim com o ex presidente Jair Bolsonaro. "Ele tem compromisso com quem, com o Brasil? Não tem, ele tem compromisso com o outro governo que o indicou", disse.

As manifestações do presidente não são recentes. Desde que assumiu a liderança do país, Lula tem demonstrado uma postura contrária à política do BC. Segundo o pestista, a sociedade brasileira como um todo "não suporta mais a taxa de juros". O dólar, por exemplo, abriu em leve alta nesta última segunda-feira. Às 10h20, a moeda americana subia 0,20%, cotada a R$ 4,9532.

A meta para o ano da inflação do BC para 2023 é de 3,25%, podendo oscilar entre 1,75% e 4,25%. Luciano Bravo, CEO da Inteligência Comercial, comenta que caso a inflação continue "muito pressionada", surgirá uma nova expectativa de mais altas nos juros do país, o que favorece o dólar ante ativos considerados de risco, como o mercado de ações e as moedas de países emergentes, caso do real brasileiro. "É importante olhar a nível macroeconômico. Um dos principais fatores para o fortalecimento da economia é a geração e conservação das empresas. As empresas precisam de crédito para manter a saúde financeira em dia ou, em negócios mais estruturados e com planejamento sólido, pode servir de combustível para a expansão das operações", diz.

Segundo o SEBRAE, 24% dos novos negócios abertos fecham as portas antes de completarem dois anos de existência e, ao final de quatro anos, esse percentual chega a 50%. "Uma das formas de solucionar o problema do fechamento das empresas nacionais e, consequentemente, fortalecer a economia do nosso país, é solicitar crédito interacional. Em meio ao caos, uma organização fornece crédito de um fundo estrangeiro às empresas brasileiras, criando uma confiança, pois a taxa de juros alta não afetaria o investimento", comenta o Country Manager exclusivo da Savel Capital Internacional.

Embora o índice de preços ao produtor tenha caído 2,5% em relação ao ano anterior, o ritmo mais rápido desde junho de 2020 e em comparação com uma queda de 1,4% em fevereiro, a expectativa é que o Banco Central não recue por enquanto a taxa Selic".

Investimento em ouro para diminuir dependência do dólar é aposta de grandes bancos centrais

Guerra entre Ucrânia e Rússia e taxa de juros nos EUA são alguns dos motivos apontados por economias do mundo

O dólar mantém sua hegemonia no comércio mundial desde 1945, fim da Segunda Guerra Mundial. Uma outra guerra, de menor proporção, entre Ucrania e Rússia está começando a ameaçar o reinado da moeda norte-americana. As sanções impostas pelos Estados Unidos aos russos e o aumento na taxa de juros aplicada pelo Banco Central dos EUA (FED) estão levando os países a se livrar dos dólares para diminuir a dependência e mirarem outros ativos, como o ouro.

"O movimento de compra de ouro vem crescendo. Por exemplo, em 2022, autoridades monetárias pelo mundo acrescentaram as suas reservas a maior quantidade desde a metade do século passado. A expectativa é que esses números continuem crescendo. Países como Brasil, China e Índia já vêm fazendo isso para repor os dólares em suas reservas em um ritmo mais acelerado desde o fim da Segunda Guerra, em 1945. Já as reservas globais em moeda norte-americana registram uma queda de 70% para 58% em 20 anos", afirma Mauriciano Cavalcante, diretor de câmbio da Ourominas.

Um dos motivos apontados também pelos especialistas é que a Rússia, é o país entre os maiores desdolarizadores e compradores de ouro dos últimos tempos. Desde o início de 2023, o ouro teve seu valor em dólar acrescido em mais de 10%.

O ouro permite a diversificação dos ativos de reserva e manutenção de seus valores em tempos de crise. A China tem comprado muito metal precioso e negociado títulos do Tesouro norte-americano em uma tentativa de reduzir o risco da desvalorização do dólar.

"Os Bancos centrais de todo o mundo estão atentos e usando os dólares de suas reservas para comprar ouro com o objetivo de reduzir a dependência norte-americana. A Rússia quando sofreu sanções dos EUA só não sentiu mais, pois é um dos países mais desdolarizados e que mais compraram ouro nos últimos tempos. Outra questão são os títulos do Tesouro dos Estados Unidos que perderam valor em razão do aumento das taxas de juros pelo Federal Reserve. Isso vem turbinando a diversificação dos ativos", declarou Cavalcante.

INVESTIMENTO

O investimento em ouro é considerado uma garantia em tempos de turbulências econômicas. Ele é um meio de proteção e diversificação do portifólio e que garante que o patrimônio não será afetado com a desvalorização do real em relação ao dólar. Com as constantes baixas da Bolsa de Valores, alguns investidores escolhem o ouro no lugar de fazer a reserva no dólar. Em razão disso, os preços do metal precioso crescem com o aquecimento da demanda.

"O ouro é uma das melhores opções para quem pretende investir em momentos de instabilidade política ou agitações econômicas. Ele traz segurança. Além disso, ele consegue ficar distante das flutuações inflacionária do dinheiro e da alta e baixa na Bolsa de Valores", diz Mauriciano Cavalcante, diretor de câmbio da Ourominas.

O ouro tem sua cotação baseada no valor do metal na Bolsa de Valores de Nova York, que é avaliada em onça-troy e tem seu preço em dólar. No Brasil, é usado o "quilo" como a unidade de peso. A conta é simples. É só multiplicar o valor da onça-troy pela cotação do real, e dividir o resultado por 31,1 para ter o valor do grama.

Cavalcante ressaltou que os períodos de incertezas atraem mais investidores em ouro. "Ele mantém o patrimônio do investidor em segurança. Apresenta ainda boa recuperação em momento de instabilidade econômica pelo mundo, oscilando positivamente", garante.

Mauriciano Cavalcante é diretor de câmbio da Ourominas, uma das maiores empresas de compra e venda de ouro no Brasil. Bacharel em Negócios Internacionais e Comércio Exterior, o especialista comenta sobre a cotação do ouro e câmbio de moedas. Mauriciano também aborda sobre tendências do mercado nacional e internacional e sua correlação com o mercado cambial.

A Ourominas (OM) possui anos de história e atuação. Ao longo desse período construiu uma sólida reputação, se consolidando como uma bem-sucedida instituição do mercado e referência no Brasil em serviços financeiros.

Atualmente a OM possui um portfólio diversificado de soluções financeiras no mercado de ouro ativo financeiro para exportação, investimento e consumo industrial, da qual é certificada na Americas Gold Manufacturers Association (AMAGOLD). E no mercado de câmbio de moedas estrangeiras para turismo e negócios internacionais, integra a Associação Brasileira de Câmbio (ABRACAM).

Em 2021, a OM foi a primeira Instituição Financeira da América Latina a possuir as certificações ISO 9001, 14001 e 45001, e em 2022, a OM foi a primeira Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) da América Latina a possuir a certificação Great Place to Work (GPTW).

Corretoras de valores independentes são as que oferecem os melhores investimentos financeiros

Tais instituições são mais atrativas do que aquelas atreladas a bancos em razão de suas menores taxas e de seus produtos mais variados

Para não passar apuros financeiros em momentos de crise econômica do país, para ter onde recorrer em situações emergenciais ou para bancar sonhos de consumo, nossos bisavós, avós e até mesmo pais tinham o estranho hábito de guardar dinheiro embaixo do colchão. Muitos usavam cofres e os mais atualizados recorriam à caderneta de poupança. A última opção é ainda a queridinha dos brasileiros, mas com seus rendimentos baixos, as pessoas se questionam cada vez mais se vale a pena fazer esse tipo de investimento.

A educadora financeira Simone Sgarbi acredita que investimentos de renda fixa ou variável são na atualidade a melhor forma de as pessoas investirem seu dinheiro a fim de que ele se multiplique para transformar os sonhos em realidade. Sgarbi pondera que alguns cuidados precisam ser tomados, no entanto, com o intuito de garantir os melhores retornos. O principal deles é recorrer a uma corretora, instituição financeira regulamentada que serve como intermediária entre a pessoa e seus investimentos. Sgarbi explica que não é possível investir diretamente em uma empresa ou comprar diretamente um título, por isso a necessidade de utilizar os serviços de uma instituição financeira desse tipo.

Não obstante os bancos disponibilizarem corretoras que façam essa ponte entre o investidor, as empresas e os títulos, a educadora financeira afirma que na maioria das vezes não se trata da melhor opção. "Apesar de poder fazer isso pela corretora do seu

Simone Sgarbi

banco mesmo, os melhores produtos estão reservados a grandes investidores", diz. Sgarbi comenta que assim como comprar um refrigerante na padaria é mais caro do que comprar no atacado, investir por meio de bancos de varejo, na maioria das vezes, também sai mais caro do que investir pelas corretoras de valores, seja pelas taxas que cobram ou pela pouca variedade de produtos que oferecem.

Mesmo que a pessoa seja tradicional em relação às suas aplicações financeiras e acredite que a poupança ainda é a melhor alternativa, Sgarbi aconselha que vale a pena experimentar outros produtos, até porque, segundo ela, abrir conta nas corretoras é gratuito e pode ser feito de modo online. "Comece o processo, pode ser com um valor pequeno, até para ir se familiarizando com esse universo, mesmo que ainda tenha medo de investir", aconselha.

Para escolher a melhor corretora, a educadora financeira sugere que o futuro investidor respeite cinco passos. O primeiro deles é tão simples quanto imprescindível: entrar no site da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) – instituição cujo objetivo é disciplinar, fiscalizar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil - e analisar se a corretora está cadastrada lá. Conforme Sgarbi, o cadastramento é a prova de que a instituição financeira realmente existe.

O segundo passo é conferir as taxas cobradas para intermediar cada tipo de investimento, sendo que algumas corretoras podem até mesmo não cobrar nada. Já o terceiro passo é pesquisar os investimentos disponibilizados pela instituição financeira e assim avaliar quais combinam mais com o seu perfil. Para perfis mais conservadores, por exemplo, aplicações financeiras com garantia do FGC dão maior segurança.

Já o quarto e quinto passos estão relacionados com a facilidade de encontrar as informações necessárias, para que o foco do futuro investidor fique apenas no tipo de aplicação que deseja fazer. "Assim, navegue pela plataforma para ver se ela é intuitiva, fácil de lidar e faça algumas perguntas pelo canal de atendimento, a fim de verificar a qualidade e agilidade das respostas", orienta.

Supermercados: Brasil tem quatro mil empresas conectadas a redes e centrais de negócios no setor

Levantamento inédito contabiliza 133 grupos de negócios no segmento em 14 estados brasileiros

O Brasil mantém quatro mil empresas de supermercados conectadas a 133 redes e centrais de negócios supermercadistas distribuídas em 14 estados, segundo um levantamento inédito do Observatório Brasileiro de Redes e Centrais de Negócios.

O segmento é o que possui o maior número de redes associativas mapeadas, num universo de 501 redes e centrais de negócios que, juntas, reúnem mais de 25 mil empresas em atividade em diferentes setores econômicos. Os grupos supermercadistas estão à frente de outros setores populares neste nicho de mercado, como farmácias (106 redes e centrais de negócios) e varejo de materiais de construção (88).

No ramo de redes e centrais de negócios no varejo alimentício, os destaques nacionais são os estados de Minas Gerais, com 22 redes de negócios, seguido por São Paulo, com 19, e o Rio Grande do Sul, com 17. Os demais estados impactados são Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Espírito Santo, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Liderado pelo pesquisador e professor Douglas Wegner, da Fundação Dom Cabral (FDC), o estudo revelou ainda a existência de uma base de sustentação para o desenvolvimento do núcleo de empresas participantes dessas redes e centrais de negócios, com pelo menos seis entidades de fomento ao associativismo na categoria de materiais de construção.

O número expressivo de redes e centrais de negócios tem impacto direto sobre a economia. De acordo com o pesquisador, muitas redes são resistentes a compartilhar números, o que dificulta um cálculo preciso de resultados e geração de empregos. Entretanto, estimativas do próprio Observatório apontam para um universo composto por quase 200 mil pessoas impactadas direta ou indiretamente pelas redes e centrais de negócios brasileiras.

Outro indicativo do impacto financeiro das redes e centrais de negócios é mensurado pela Área Central, que reúne em sua plataforma de gestão especializada nessa área de atuação mais de 200 redes e centrais de negócios. Somente em 2022, a empresa contabilizou cerca de 240 mil transações que resultaram numa economia conjunta de aproximadamente R$ 500 milhões através de compras conjuntas realizadas por redes e centrais de negócios e fornecedores de mais de 20 segmentos econômicos diferentes.

SUL E SUDESTE SÃO DESTAQUE EM ASSOCIATIVISMO EMPRESARIAL

De acordo com Douglas Wegner, a maior incidência de redes e centrais de negócios brasileiras está baseada em estados das regiões Sul e Sudeste. O mesmo se repete com relação ao segmento de supermercados, com 59 redes concentradas nos estados das regiões Sudeste e 38 nos três estados do Sul. Na sequência aparecem o Nordeste (32) e o Centro-Oeste (4).

"No Sul o setor se mostra mais consolidado porque houve um programa público de apoio à formação de redes que contribuiu de maneira muito significativa para esse número de redes ativas. Já no Sudeste, pela questão demográfica e número de empresas, a região foi e continua sendo um campo fértil para formação de redes. Os exemplos bem-sucedidos nessas regiões também ajudaram a fazer com que mais empresas procurassem o associativismo empresarial como forma de obter melhores resultados", sinaliza.

O cenário é bem diferente de décadas passadas, quando o fomento à participação de empresas independentes em grupos empresariais era menos intenso. Douglas Wegner destaca que a evolução do setor acontece à medida que os benefícios deste modelo de negócios vem sendo popularizados e tornam-se mais claros para os empreendedores.

Hoje um dos principais chamarizes do segmento é a possibilidade de realização de compras conjuntas de produtos e serviços, na qual o poder de barganha do varejista é maior junto aos fornecedores de insumos e produtos que, posteriormente, serão vendidos para o consumidor. Ou seja, há impacto direto sobre os custos e os lucros de uma empresa.

Outros destaques positivos são as possibilidades que os grupos oferecem para o desenvolvimento mútuo das empresas associadas, como a oferta de serviços diferenciados e oportunidades de capacitação, marketing, inovação, acesso a conhecimentos de mercado, tecnologia e atividades de apoio.

Faltam startups de qualidade para receberem investimentos

Empreendimentos são reprovados em due diligence por apresentarem falhas básicas para quem deseja crescer usando recursos de terceiros

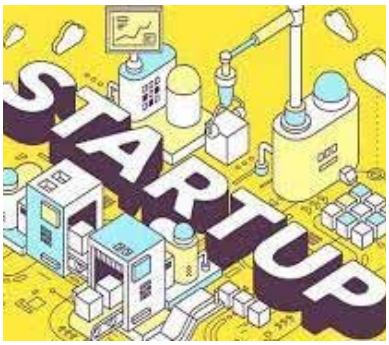
Mesmo com a crise econômica, há investidores dispostos a aplicarem em startups. O problema, segundo o CEO da Efund, Igor Romeiro, é que boa parte delas não atende aos requisitos para participarem de uma rodada de investimentos. Produtos sem inovação, gestores sem informações vitais da própria empresa, escolha por segmentos do mercado já saturados são alguns dos problemas encontrados durante o processo de seleção.

De acordo com Romeiro, nos últimos seis meses 58 startups passaram pelo processo de due diligence da Efund visando o recebimento de recursos. Apenas oito estavam em condições de darem continuidade ao processo enquanto as outras 50 foram reprovadas.

Das empresas descartadas, 32 estavam fora da tese de investimento com baixo faturamento. Cinco não passaram no quesito barreira de entrada, sete possuíam produtos sem inovação ou sem diferenciação dos que já estão no mercado e seis foram recusadas por causa dos perfis de seus gestores. "Dois eram arrogantes e quatro nem ao menos sabiam dados das empresas", conta Igor.

A reprovação, no entanto, não significa a impossibilidade de tentar novamente. Pelo menos para a maioria. O CEO da Efund explica que as 32 startups reprovadas por terem baixo faturamento ainda têm chances de participar de uma rodada de investimentos, bastando amadurecerem um pouco mais no mercado e aumentarem as vendas para o patamar exigido na tese de investimento.

"Já as que possuem barreira de entrada baixa, terão mais dificuldades porque precisam analisar mercado, fazer benchmark, pivotar etc. Isso acarreta custo extra. Já as empresas descartadas por causa do perfil de seus empreendedores, não têm



chance conosco", afirma, ponderando que nada impede que as reprovadas tentem captação por meio de outro player. "Cada casa possui sua tese de investimento. As startups descartadas na Efund são encaminhadas para parceiros como a Woli Ventures e Leonora Ventures, por exemplo".

Já a barreira de entrada envolve questões importantes como oferecer produtos iguais aos já existentes e estabelecidos no mercado. É difícil para uma empresa pequena tomar mercado de empresas já estabelecidas caso seu produto não traga inovação. Há outras barreiras como não possuir todas as licenças exigidas para atuar, ou não ter condições de comprar equipamentos necessários para produzir na mesma escala dos concorrentes, entre outros entraves.

Quanto ao perfil, o empreendedor precisa entender que ele participará de uma rodada de investimento, ou seja, captará recursos para que sua empresa possa crescer. Porém, o investidor não quer colocar dinheiro nas mãos de um gestor arrogante, que não aceita sugestões ou não seja devidamente transparente.

"Não conhecer todos os detalhes da empresa e não saber passar informações financeiras e administrativas demonstra absoluto amadorismo", diz Igor. Outro perfil inadequado é o do empreendedor delirante, que tem muitas ideias, mas trabalha pouco, não faz o suficiente para implementá-las.

Há também erros por estágios, onde o empreendedor busca por fundos que investem no seed ou série A, enquanto a startup está na validação do MVP (Mínimo Produto Viável). E Igor ressalta ainda uma falha no âmbito do relacionamento, que é quando o empreendedor só procura o fundo no momento que precisa do dinheiro. Ele não entende que o processo de captação é uma relação de confiança e que cada item da tese de investimento pode ser eliminatório. Assim, para conseguir o recurso ele precisa tirar a maior nota dentre as startups que participam da seleção.

"Investimento é um casamento. Você não olha somente os olhos bonitos de uma pessoa para casar-se. É preciso avaliar se há respeito, companheirismo, alegria e uma infinidade de coisas. Investimento é igual, porém com outros itens para serem analisados", compara, Romeiro.

Independentemente da plataforma ou fundo escolhido para a captação de recursos, o empreendedor tem de ficar atento aos principais pontos responsáveis pela morte da startup ou pela inviabilização da participação em uma rodada de investimentos. Pesquisa realizada pela CB Insights mostra que 38% sucumbem por falta de dinheiro e 35% por apresentarem produtos sem market fit. Outros 20% simplesmente não conseguiram competir com a concorrência.

Completam o levantamento modelo de negócio inadequado (19%), desafios regulatórios (18%), Precificação (15%), dificuldade em montar equipe (14%), produto mal cronometrado (10%), produto ruim (8%), desentendimento entre o time e/ou investidores (7%), o pivot deu errado (6%) e falta de entusiasmo (5%).

ArcelorMittal anuncia novo ciclo de investimento para o Centro de Inovação na capital mineira

Espaço da produtora de aço - em parceria com a FIEMG - é focado em pesquisas e soluções no segmento industrial e completa quatro anos de atividades. Laboratório receberá investimentos de mais R$ 12 milhões

Sebastião Jacinto Júnior

A ArcelorMittal, a Federação das Indústrias do Estado de Minas (FIEMG), por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a EMBRAPII (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) e as empresas parceiras Belgo Arames, DELP Engenharia e MRS Logística assinaram convênio no dia 05.05)para um novo ciclo de investimentos da ordem de R$ 12 milhões no Centro de Inovação e Tecnologia SENAI (CIT SENAI), localizado no bairro Horto, em Belo Horizonte. O anúncio ocorreu durante evento em comemoração ao aniversário de quatro anos do CIAMI (Centro de Inovação ArcelorMittal para a Indústria), um convênio de cooperação tecnológica entre a ArcelorMittal, FIEMG e SENAI, localizado na capital mineira.

A cerimônia contou com a participação do presidente da ArcelorMittal Brasil e CEO ArcelorMittal Aços Longos e Mineração LATAM, Jefferson De Paula; do presidente da FIEMG, Flávio Roscoe; de representantes e clientes da ArcelorMittal, de parceiros do CIT SENAI e do CIAMI. O novo aporte está direcionado para o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia de Manufatura Aditiva por Deposição a Arco (CDT MADA) - um dos projetos do portfólio do CIAMI - voltado para a impressão 3D de peças metálicas de grande porte.

O CIAMI promove o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação, a aceleração de ações estratégicas para a produtora de aço, o acesso a equipamentos de última geração e o intercâmbio com profissionais qualificados, além de oportunidades de capacitação técnica. "Somos referência em inovação no setor do aço e seguimos investindo em iniciativas pioneiras da Indústria 4.0, que contribuam para a transformação tecnológica do setor industrial brasileiro. O CIAMI é mais um importante passo nesse sentido", destaca Jefferson De Paula.

O presidente da FIEMG, Flávio Roscoe, diz que a inovação está no DNA das empresas e os quatro anos que a ArcelorMittal vem trabalhando junto do CIT/SENAI, prova que a inovação dos projetos realizados em conjunto é essencial para aprimorar e desenvolver novas tecnologias. "A parceria aumenta a produtividade, a eficiência e a competitividade da economia mineira. Inovar é preciso e a indústria é portadora de futuro ao fazer inovação. A ArcelorMittal está de parabéns, pois é a maior indústria do Estado de Minas Gerais e não se esqueceu de que inovar é fundamental para continuar crescendo", sintetiza Roscoe.

Este novo investimento visa o desenvolvimento de inteligência artificial para monitoramento e controle do processo de impressão 3D com arames, nominado como projeto "DEDICAR". Tal iniciativa irá possibilitar a abertura de uma linha de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias absolutamente inovadoras e disruptivas para o processo de Manufatura Aditiva por Deposição a Arco (MADA) a nível mundial. A inteligência artificial apresenta o potencial de alavancar a aplicação da MADA em escala industrial, ao proporcionar a eficácia necessária para a produção de peças com geometrias complexas de forma assertiva e qualificada.

Dos R$ 12 milhões que serão investidos no projeto DEDICAR, R$ 10,7 milhões são recursos do mecanismo "Basic Funding" da EMBRAPII, que busca incentivar empresas a investir em projetos de inovação disruptivos para o desenvolvimento de tecnolo-

gias em estágios iniciais de maturidade. O valor complementar do investimento de R$ 1,3 milhão será aportado pelos atores envolvidos no projeto CDT MADA (ArcelorMittal, Belgo Arames, DELP e MRS) em conjunto com os Institutos SENAI de Inovação de Belo Horizonte (MG) e Joinville (SC), as startups 3D Lopes e Strokmatic.

Marcos e impacto social - Durante o evento, alguns marcos do CIT SENAI foram destacados, como o avanço no Monitoramento Ambiental e as capacitações técnicas. "Além dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do CIAMI, registramos também outros importantes avanços como a centralização das medições e controle de 18.000 parâmetros ambientais, através de 133 métodos de análise, que garantem o monitoramento de nossas usinas e o pleno atendimento aos prazos acordados em nossas Licenças Ambientais, permitindo ainda realizar análises críticas, digitalização e rastreabilidade do processo, confiabilidade e conformidade com os mais altos padrões de ESG", destaca Alexandre Caldeira, gerente geral de Inovação e Açolab da ArcelorMittal Aços Longos LATAM e Mineração Brasil e responsável pelo CIAMI.

O CIAMI permite maior agilidade e complementa algumas atividades e projetos dos 14 Centros de Pesquisa e Desenvolvimento próprios da ArcelorMittal, a partir do foco dos clientes finais para desenvolver produtos e soluções inovadoras, visando adequar, e até mesmo antecipar, as demandas do mercado da indústria brasileira. Por se tratar de um convênio que pratica a Inovação Aberta em áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, formato pioneiro no Grupo ArcelorMittal, o CIAMI está conectado ao Açolab, o primeiro lab de Inovação Aberta da indústria de aço no mundo, que conecta o ecossistema de inovação formado por Startups, Universidades, Institutos de Ciência e Tecnologia e outros parceiros à ArcelorMittal para gerar valor aos stakeholders. Uma outra vantagem do CIAMI é a posição geográfica bem próxima das plantas industriais da ArcelorMittal, especialmente nas cidades de João Monlevade e Sabará.

Através do CIAMI foram investidos R$ 31,4 milhões em 18 projetos na área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), focados na solução de problemas crônicos, desenvolvimento de novos produtos, aplicação de tecnologias da Indústria 4.0 e melhorias de performance das operações industriais da empresa.

O CIAMI possui parcerias estratégicas com o CIT SENAI e outros players do ecossistema de inovação como o CTNano da UFMG. O CIT SENAI é, atualmente, um dos centros de tecnologia da indústria metal mecânica mais modernos do mundo, composto por oito institutos de Ciência, Tecnologia e Inovação com laboratórios comprometidos em oferecer hoje soluções para os principais desafios de amanhã. "O trabalho realizado no CIAMI com o CIT SENAI e o CTNano materializa o que a inovação aberta proporciona de melhor: viabilizar projetos disruptivos e novas soluções tecnológicas para a indústria, por meio da colaboração entre diferentes empresas e entidades, gerando valor para todos os envolvidos", completa Caldeira.

Em Minas Gerais, ao longo da pandemia, o CIAMI e outras organizações recuperaram respiradores mecânicos parados em hospitais por falta de manutenção. Dezoito funcionários da ArcelorMittal, engenheiros e técnicos em eletromecânica, trabalharam de forma voluntária na reforma e na recuperação dos equipamentos para hospitais localizados em diversas cidades de Minas Gerais, bem como dos estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal e Amapá. A reparação ocorreu nos laboratórios de eletrotécnica do CIT SENAI, com apoio das Forças Armadas, Governo de Minas Gerais e de empresas parceiras. Foram 169 respiradores mecânicos recuperados e calibrados em 65 dias de trabalho, impactando a vida de mais de 1.700 pessoas hospitalizadas devido ao COVID-19.

CDT MADA - O principal objetivo do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia de Manufatura Aditiva por Deposição a Arco (CDT MADA), primeiro centro para esta tecnologia no Brasil, é auxiliar no aperfeiçoamento tecnológico do mercado industrial brasileiro de manufatura aditiva metálica ao fornecer desde insumos de arames especiais até mão de obra qualificada para viabilizar a impressão de peças metálicas de grande porte, utilizando arames como matéria prima no processo MADA. O CDT MADA está também conectado com a iniciativa STEAM (Ciências, Tecnologia, Engenharias, Arte e Matemática) desenvolvida pela Fundação ArcelorMittal.

A ArcelorMittal e a Belgo Arames, por intermédio do Centro de Inovação ArcelorMittal para a Indústria (CIAMI), já estão desenvolvendo novas ligas de aço para manufatura aditiva por deposição a arco (novos arames para alimentar equipamentos que produzem peças metálicas por meio da impressão 3D). Ambas as empresas possuem o DNA inovador e, desde 2016, investem em pesquisas para a impressão 3D de peças de aço com arame.

Visita técnica - Durante o evento, os participantes puderam fazer uma visita técnica nos institutos de tecnologia e de inovação do CIT SENAI, para conhecer a infraestrutura do Centro e os projetos realizados na parceria. O gerente de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do CIT SENAI, José Luciano de Assis Pereira, afirmou que a visita é essencial para apresentar um panorama da parceria e os projetos realizados do CIAMI no CIT SENAI. "Para o SENAI é importante lembrar que estamos cumprindo nosso objetivo em apoiar a indústria e ao mesmo tempo apresentar um importante mix de conhecimento e desenvolvimento de novos processos e novos produtos, que estimulam o mercado, tornando-o mais competitivo, principalmente na siderurgia", reflete o gerente.

O mundo da inovação é delas: mães são destaque na Andrade Gutierrez em cargos de liderança

A história de três mulheres que trabalham na construtora e o que mudou em suas vidas desde a maternidade

Os impactos da diversidade de gênero nas instituições são positivos, segundo pesquisa da McKinsey & Company, fazendo com que empresas que apostam na diversidade tenham até 15% mais chances de gerar ganhos acima da média. No entanto, apenas 38% dos cargos de liderança no Brasil são ocupados por mulheres.

Apesar do número ter crescido nos últimos anos, ainda são muitos os obstáculos enfrentados por elas. Segundo um estudo da FGV, 50% das mulheres entrevistadas foram desligadas de suas empresas após a licença-maternidade, lembrando que existem leis que protegem a estabilidade profissional do período da gestação até cinco meses após o parto.

Em algumas empresas, contudo, há uma mudança cultural no sentido de estimular que as mulheres sejam acolhidas e não saiam do mercado quando se tornam mães. A construtora Andrade Gutierrez, por exemplo, ainda que seja parte de um setor antes considerado tipicamente masculino, tem diversas mães em posições de liderança e atuando em aspectos estratégicos dos negócios.

Elaine Stolf, mãe da Maria Clara, de 4 anos, é a Superintendente SMS na Andrade Gutierrez. Para ela, é fundamental que as empresas desenvolvam iniciativas de conscientização sobre o tema. "É essencial que gestores e profissionais quebrem o paradigma de que a 'mãe está menos disponível' ou que 'sua entrega será afetada por priorizar as demandas familiares'. A competência e o resultado não estão

Marília Viana, Ritha Leal e Elaine Stolf

atrelados a esse conceito e promover esse entendimento é o primeiro passo a ser tomado dentro das empresas", sugere a executiva.

MATERNIDADE E INOVAÇÃO

Para Marília Viana, Gerente de Compliance da Andrade Gutierrez, o setor de inovação vai além no seu papel ao auxiliar no processo educacional da sociedade, quebrando tabus e vieses, como o da maternidade na carreira. "A maternidade me deixou mais corajosa e mais aberta. Hoje não tenho medo de absolutamente nada, tenho certeza que consigo fazer tudo e que vai dar certo. Trabalhando em uma empresa inovadora, levamos para casa a cultura de inovação, educando nossos filhos para que sejam mais abertos ao novo e pensem fora da caixa", comenta Marília, mãe da Maitê, de 2 anos.

Ritha Leal, Coordenadora de Risco da Andrade Gutierrez, conta que a maternidade impactou positivamente o seu trabalho. "O desafio de ser mãe e trabalhar me trouxe mais maturidade, responsabilidade e organização. As empresas precisam atuar para eliminar a diferença de gênero, trazendo processos motivacionais e a criação de um ambiente com mais diversidade e mais acolhedor", defende a mãe da Lara Leal, de 8 anos.

O Vetor AG é o primeiro programa de inovação aberta do setor de engenharia e construção. Além de participar no desenvolvimento de projetos inovadores internos da Andrade Gutierrez, o Vetor AG é o ponto de conexão da AG com as soluções inovadoras do mercado. No 5º ciclo de inovação aberta do programa, mais de 220 empresas nacionais e internacionais se inscreveram para participar.

Desde 1948, a Andrade Gutierrez ajuda a construir e desenvolver o Brasil. Participa desde então de algumas das obras mais importantes da história do país. Atuando em projetos industriais, obras de infraestrutura, mobilidade urbana, energia, óleo e gás. Em 2018, criou o Vetor AG: primeiro programa de inovação aberta do setor de Engenharia e Construção, responsável por fazer o mapeamento e conexão dos desafios da AG com soluções inovadoras do mercado. Desde então a AG vem se destacando como referência, sendo reconhecida e premiada nos principais rankings e prêmios de inovação do Brasil como Prêmio Valor Inovação, Inovainfra e 100 Open Corps.

Stellantis relata aumento de 14% na receita líquida do primeiro trimestre de 2023 e todos os segmentos contribuem positivamente

• Receita líquida de € 47,2 bilhões, com alta de 14% em relação ao primeiro trimestre de 2022, principalmente devido a aumento de vendas e melhor preço médio

• Volume de vendas consolidadas de 1.476 mil unidades, com aumento de 7% principalmente devido à melhoria no fornecimento de semicondutores em relação ao primeiro trimestre de 2022

• Dividendo ordinário de € 1,34 por ação aprovado em AGO a ser pago aos acionistas em 4 de maio de 2023

• Recompra de ações de € 1,5 bilhão iniciada, a primeira parcela de € 500 milhões deve ser concluída em junho de 2023

• As vendas globais de BEV aumentaram 22% em relação ao primeiro trimestre de 2022; foco global contínuo com lançamento de nove novos BEVs em 2023

"A Stellantis teve um início sólido em 2023, mantendo o ritmo de um excelente 2022 e registrando vendas robustas e receitas líquidas em todos os segmentos. Nossa presença global e portfólio diversificado de produtos significam que estamos bem posicionados para continuar apresentando forte desempenho financeiro ao longo do ano. Acrescentaremos nove novos veículos elétricos a bateria à nossa oferta de produtos este ano, continuando nosso esforço para oferecer mobilidade limpa, segura e acessível para todos", disse Richard Palmer, Chief Finance Officer (CFO) da Stellantis

A Stellantis continua a energizar seu esforço para oferecer mobilidade limpa, segura e acessível em todo o mundo e cumprir os compromissos desafiadores do plano estratégico Dare Forward 2030, relatando um aumento da receita líquida de 14% na comparação ano a ano no primeiro trimestre de 2023, com todos os segmentos do negócio contribuindo positivamente para o resultado.

As vendas globais de veículos elétricos a bateria (BEV) aumentaram 22% ano a ano. Estão programados nove BEVs adicionais a serem lançados em 2023, ampliando a oferta para 47 modelos BEV até o final de 2024.

A ofensiva de eletrificação na América do Norte está se aproximando rapidamente, com destaque para a apresentação da novíssima Ram 1500 REV totalmente elétrica no Salão Internacional do Automóvel de Nova York. O Jeep® Avenger, o primeiro BEV da marca, foi eleito "Carro Europeu do Ano de 2023" e também foi reconhecido como "Melhor SUV Familiar do Mundo em 2023" pelo Women's World Car of the Year Awards.

A Stellantis está focada na execução dos três pilares descritos no plano estratégico Dare Forward 2030:

CARE: A Stellantis enfatizou seu compromisso com a igualdade global de gênero por meio da adoção dos Princípios de Empoderamento das Mulheres da Organização das Nações Unidas (ONU). Na marcha em direção à neutra-

lidade de carbono, a Companhia assinou um termo de compromisso vinculante com a Vulcan para desenvolver novos projetos geotérmicos destinados a descarbonizar o mix de energia do site industrial de Rüsselsheim, na Alemanha.

TECH: A Stellantis manteve um ritmo acelerado na transformação da eletrificação. Anúncios de investimentos em manufatura foram feitos em Mangualde, Portugal; Eisenach, Alemanha; Cassino, Itália; e, Kokomo, Indiana, EUA. Continuando a construir sua rede de parcerias para garantir o fornecimento de materiais essenciais para baterias, a empresa assinou acordos estratégicos com McEwen Copper, Terrafame Ltd. e Element 25. A Stellantis também expandiu sua rede de engenharia e desenvolvimento de software para oito hubs com uma nova operação em Gliwice, na Polônia.

VALOR: A Stellantis realizou várias ações de apoio ao crescimento na região do Oriente Médio e África, incluindo a assinatura de um acordo-quadro com as autoridades sul-africanas para desenvolver uma fábrica no país, firmando um acordo com a Koç Holding para expandir ainda mais a joint venture Tofaş na Turquia, e, na Argélia, o lançamento da marca Fiat, que pretende ter seis carros no mercado. Na Europa, a implementação do Novo Modelo Varejista começará a partir de meados de 2023 nos países-piloto após um acordo com as associações europeias de revendedores.

BOM DESEMPENHO NA AMÉRICA DO SUL

A América do Sul registrou bom desempenho no trimestre, com 191 mil unidades vendidas na região, com avanço de 10% em relação a igual período do ano anterior, e uma receita equivalente a € 3,5 bilhões. O relatório trimestral atribui o bom resultado ao sucesso inicial do novo Fiat Fastback e maiores volumes de comercialização dos modelos Fiat Argo, Citroën C3 e Peugeot 208.

A receita líquida aumentou 20%, principalmente devido ao aumento de volumes, melhor mix de produtos e preços médios favoráveis, bem como efeitos positivos de conversão cambial.

Commander e Compass seguem líderes em suas categorias e Jeep® se mantém à frente entre os SUVs

A Jeep® segue na liderança dos SUVs no país! Com 41.742 unidades comercializadas e uma participação de 19,3% entre os SUVs no acumulado do ano, a Jeep se mantém na liderança do principal segmento do mercado em 2023. Somente em abril, a marca emplacou 9.972 unidades, garantindo também a liderança entre os SUVs no mês. Considerando todos os segmentos, a Jeep garantiu 7,1% de market share em 2023 até o momento.

O Jeep Commander segue sua trajetória de sucesso no país. Em mais um mês com um excelente resultado entre os D-SUVs, o Commander conquistou 35.5% de participação na categoria, com 1.835 unidades emplacadas em abril. No acumulado do ano, o Commander segue líder incontestável entre os D-SUVs, posição que assumiu pouco depois de ter sido lançado, com 7.221 unidade vendidas e 33,4% de market share entre os D-SUVs.

Além de ser o número um entre os SUVs médios, com 42% de participação entre os C-SUVs, o Jeep Compass

também se posicionou entre os Top 10 mais vendido do Brasil de forma geral em abril, com 4.898 unidades comercializadas. No acumulado do ano, o Compass é líder absoluto entre os C-SUVs, com 20.454 unidades emplacadas e impressionantes 44,6% do seu segmento.

O Jeep Renegade segue entre os Top 5 no concorrido B-SUV no acumulado do ano, com 13.960 unidades vendidas e 9,6% do segmento. O Jeep Wrangler e a picape Gladiator completaram a excelente performance da Jeep em abril, garantindo a liderança da marca entre os SUVs no mês e também no acumulado do ano.

Stellantis lidera no Brasil e principais mercados da América do Sul

A Stellantis avança na liderança do mercado de automóveis e comerciais leves no Brasil, Argentina, Chile e América do Sul, consolidando-se como a maior empresa do setor automotivo na região no quadrimestre.

No Brasil, superou a marca de 192 mil veículos comercializados no acumulado do ano, com uma participação de mercado de 32,5%. Quatro modelos produzidos pela Stellantis estão entre os 10 mais vendidos no país: Fiat Strada, a campeã nacional de vendas, Fiat Argo, Jeep Compass e Fiat Mobi.

Na Argentina, as vendas da Stellantis somaram cerca de 46 mil unidades, com 31,3% de participação de janeiro a abril. No mesmo período, a empresa assumiu a liderança de mercado no Chile, com 13.629 unidades comercializadas e 12,29% de participação.

BRASIL

Fiat lidera o mercado e Strada é o veículo mais vendido do país

Considerando os quatro primeiros meses do ano, a marca Fiat continua a ser a líder do mercado brasileiro com 22% de participação nas vendas e 130 mil unidades emplacadas. A marca é a número um nos segmentos de hatches (24,2%), vans (37,7%) e picapes (43,6%). Além disso, posicionou três modelos no ranking dos 10 mais vendidos do Brasil em 2023, com a Strada encabeçando a lista entre todas as marcas, com mais de 31 mil unidades, com destaque também para o Argo, com 20.463 emplacamentos, e Mobi, com 19.352 veículos comercializados.

Jeep Commander e Compass lideram em suas categorias

A Jeep segue na liderança dos SUVs no país com 41.742 unidades comercializadas e uma participação de 19,3% na categoria no acumulado do ano. Considerando todos os segmentos, a Jeep garantiu 7,1% de participação de mercado em de janeiro a abril de 2023.

De janeiro a abril, o Jeep Commander segue líder incontestável entre os D-SUVs, com 7.221 unidade vendidas e 33,4% de market share entre os D--SUVs. O Jeep Compass repete o bom desempenho em seu segmento, liderando entre os C-SUVs, com 20.454 unidades emplacadas e 44,6% do seu segmento. O Jeep Renegade com 13.960 unidades vendidas, e os modelos Wrangler e a picape Gladiator completam o bom desempenho da marca.

Forte expansão da Citroën

O desempenho da Stellantis no quadrimestre se completa com mais de 19 mil unidades vendidas da Peugeot e da Citroën. A marca Citroën celebra o crescimento de 203% de vendas no primeiro quadrimestre quando comparado ao mesmo período de 2022. A sólida performance nas vendas foi encabeçada pelo Novo Citroën C3, que emplacou 1.965 veículos no último mês e acumula mais de 16 mil unidades vendidas no Brasil desde o seu lançamento.

Destaque no mercado premium

No segmento premium, a Ram se destacou com 3.275 unidades da marca emplacadas, 578% a mais do que no mesmo período de 2022. Isso colocou a Ram na vice-liderança das marcas deste nicho nos quatro primeiros meses do ano. Especificamente em abril, a Ram 3500, modelo de topo da gama da marca, foi a campeã entre todos os veículos premium, com 550 registros.

ARGENTINA

Dois modelos no pódio argentino

A Stellantis mantém-se como a maior empresa do setor automotivo na Argentina, liderando os rankings de produção, com 56 mil unidades fabricadas no acumulado do ano, e de vendas, com cerca de 46 mil emplacamentos e 31,3% do mercado.

Os dois modelos mais vendidos no país são produzidos pela empresa: Fiat Cronos, com 19 mil unidades comercializadas, e Peugeot 208, com 13,8 mil emplacamentos, ocupam, respectivamente, o primeiro e segundo lugar no pódio.

CHILE

Stellantis lidera mercado no acumulado do ano

A Stellantis lidera o mercado chileno no acumulado do ano, com 13.629 unidades comercializadas, o equivalente a 12,29% do mercado. Os destaques no período foram as marcas Peugeot, com 6.339 unidades vendidas no quadrimestre (5,71% de participação), Ram, com 2.638 unidades (2,38%) e Citroën, com cerca de 2 mil unidades e 1,81% de participação.

A Stellantis N.V. (NYSE: STLA / Euronext Milan: STLAM / Euronext Paris: STLAP) é uma das principais fabricantes de automóveis e fornecedoras de mobilidade do mundo. Nossas marcas históricas e icônicas incorporam a paixão de seus fundadores visionários e dos clientes em seus produtos e serviços inovadores, incluindo Abarth, Alfa Romeo, Chrysler, Citroën, Dodge, DS Automobiles, Fiat, Jeep®, Lancia, Maserati, Opel, Peugeot, Ram, Vauxhall, Free2move e Leasys. Impulsionados pela nossa diversidade, lideramos a forma como o mundo se move – aspiramos nos tornar a melhor empresa de mobilidade sustentável, não a maior, enquanto criamos valor para todos os acionistas e as comunidades nas quais operamos.

Cimed estreia no cashback por meio de parceria inédita no setor com o Méliuz

A farmacêutica é a primeira do país a ofertar cashback para os consumidores e pretende aumentar em 30% as vendas com a iniciativa

A Cimed, terceira maior farmacêutica do Brasil em volume de vendas, se uniu ao Méliuz, empresa de tecnologia que tem como objetivo impulsionar as vendas das lojas parceiras, para criar um programa de cashback para o consumidor inédito no setor farmacêutico. A iniciativa será destinada para a compra dos produtos do multivitamínico Lavitan, além da linha de higiene e beleza da farmacêutica, oferecendo de 10% a 30% de cashback para o cliente. Com a ação, a Cimed espera alavancar em 30% as vendas.

A parceria foi pensada para que mais pessoas tenham acesso aos produtos Lavitan - quem comprar a marca em qualquer farmácia do Brasil, só precisa escanear o QR code da nota fiscal no aplicativo do Méliuz. O valor do cashback será creditado automaticamente no extrato do Méliuz e, ao completar R$ 20 de saldo confirmado, o cliente pode receber o valor direto na conta bancária.

"Um dos nossos objetivos estratégicos com a parceria com o Méliuz é continuar promovendo a acessibilidade, especialmente quando falamos da categoria de vitaminas no país. Muitos brasileiros ainda não têm o hábito de consumir multivitamínicos e na Cimed, além de termos preços competitivos, agora estamos entrando no universo de cashback como mais uma ferramenta para ampliar o acesso a esses produtos", conta João Adibe Marques, presidente da Cimed.

"Estamos muito animados para trabalhar junto à CIMED nessa inovadora e promissora parceria. Através da nossa expertise em utilizar o cashback como poderosa ferramenta de aquisição e retenção de clientes, esperamos ajudar a CIMED a impulsionar seu negócio", explica Israel Salmen, fundador e CEO do Méliuz.

A Cimed é a 3a maior indústria farmacêutica do país em volume de vendas, com mais de 40 anos de história, e um dos poucos grupos que permanece totalmente brasileiro e independente até hoje. São mais de 600 produtos no catálogo e uma distribuição nacional para mais de 60 mil pontos de vendas atendidos diretamente, marcando presença em 90% das farmácias brasileiras. Além disso, a Cimed é líder em segmentos de produtos como antigripais, vitaminas e medicamentos isentos de prescrição médica (MIP). Com sede administrativa em São Paulo, a empresa tem mais de 5 mil colaboradores em todo o país. Seu complexo fabril está localizado em Pouso Alegre (MG), e o centro de distribuição central e a gráfica da companhia em São Sebastião da Bela Vista (MG), além de contar com 24 centros de distribuição espalhados pelo país. Atualmente, a empresa é uma das maiores apoiadoras do esporte nacional, patrocinando a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Fundado em 2011, o Méliuz é uma empresa de tecnologia que tem como objetivo impulsionar vendas gerando tráfego qualificado para as lojas e marcas parceiras a partir do empoderamento dos consumidores por meio de uma jornada de compra fácil e integrada à oferta de serviços financeiros. Pioneiro em diversas frentes, o Méliuz possui hoje um ecossistema robusto que oferece benefícios nas compras como cupons de desconto e cashback nas melhores lojas online, via Nota Fiscal e também na compra de Gift Card e na recarga de celular. Em janeiro de 2022 lançou sua conta digital integrando novos serviços à plataforma, como Pix, cartão de crédito e compra e venda de bitcoins, garantindo uma experiência de consumo ainda mais fluida e inteligente. Em 2020, foi a primeira startup a abrir capital na Bolsa de Valores brasileira, formando o grupo CASH3, que ainda conta com o Bankly, plataforma de Banking as a Service; Picodi.com, marca global presente em 44 países; Promobit, plataforma de social-commerce; Melhor Plano, site que oferece ferramentas de comparação de preços de serviços de telecomunicações de serviços financeiros, além do Muambator, programa de rastreamento online de pacotes e encomendas nacionais e internacionais.

Grupo Heineken investe R$ 1,5 bilhão para impulsionar mercado premium e acelerar agenda ESG no Brasil

Cervejaria ampliará produção de marcas premium e mainstream puro malte na região Nordeste com ganho de eficiência hídrica e energética em suas operações

O Grupo HEINEKEN anuncia um novo aporte de R$ 1,5 bilhão na região Nordeste, mais especificamente nas cervejarias de Igarassu (PE) e Alagoinhas (BA), para impulsionar seu portfólio premium e mainstream puro malte. O investimento recebido pela planta de Igarassu irá triplicar a capacidade produtiva das marcas Amstel e Devassa, além de incrementar em 45% a operação de linhas de embalagens retornáveis. Já a cervejaria de Alagoinhas está recebendo recursos adicionais para ampliar em 60% a produção da marca Heineken, que tem o Brasil como o maior país consumidor do mundo.

Com uma estratégia de crescimento pautada pelos seus compromissos socioambientais, a cervejaria direcionará parte do investimento para a implementação de tecnologias de alta performance que tornarão a unidade pernambucana uma referência em eficiência hídrica, reduzindo em 30% o consumo de água utilizada na produção em até três anos. Para isso, a companhia ampliará parcerias com outras empresas instaladas na região para reutilização do efluente tratado. Ainda em linha com a meta do Grupo HEINENEN de neutralizar as emissões de carbono de todas as suas operações, a planta de Igarassu funcionará com fontes de energia 100% renovável, a exemplo de biogás e biomassa, permitindo também uma redução de 25% no consumo de energia térmica.

Raquel Lyra, governadora do estado de Pernambuco, recebeu Mauricio Giamellaro, presidente do Grupo HEINEKEN, Mauro Homem, vice-presidente de Sustentabilidade e Assuntos Corporativos, e Rodrigo Bressan, vice-presidente de Produção, todos executivos da cervejaria, para uma cerimônia no Palácio do Governo que selou o investimento da empresa no estado. "Há pouco mais de 10 anos chegamos ao Brasil trazendo as credenciais e o sabor da marca Heineken, o que nos permitiu contribuir para a transformação do paladar do brasileiro. O puro malte de Heineken ganhou o Brasil e chegou ao nosso portfólio mainstream puro malte que também segue crescendo no país. Temos uma jornada consistente de premiumnização em todo o mercado nacional, com destaque para a região Nordeste, que tem se tornado cada vez mais relevante na nossa estratégia de crescimento sustentável no país", afirma Giamellaro.

"O Estado celebra o anúncio desse investimento bilionário do Grupo Heineken com a certeza de que a companhia não só ampliará suas atividades em Pernambuco, como também irá melhorar a eficiência da utilização dos recursos naturais. É um projeto que vai gerar mil empregos, conectado ao desenvolvimento sustentável", ressaltou a governadora. Durante o período de obras na unidade pernambucana, a companhia prevê a criação de 700 postos de trabalho, além das 130 vagas diretas para o momento da operação que, somadas ao número atual de colaboradores da cervejaria, totalizam mais de mil empregos no estado.

Crescendo com respeito e cuidado

Além das iniciativas ambientais priorizadas no novo investimento, na frente social, os estados serão beneficiados por programas de impacto por meio do Instituto HEINEKEN, pilar social da cervejaria que visa contribuir com a transformação da sociedade por meio do equilíbrio de oportunidades para públicos envolvidos na sua cadeia de valor, como profissionais catadores, vendedores ambulantes e jovens em situação de vulnerabilidade.

O município de Igarassu foi o pri-

meiro a receber um programa do Instituto HEINEKEN e formou mais de 70 jovens no último ano por meio do We-Lab, uma jornada de aprendizagem pessoal e profissional gratuita direcionada ao desenvolvimento e capacitação de jovens de 18 a 24 anos em situação de vulnerabilidade. Em Alagoinhas (BA) o mesmo programa impactará 150 jovens já no segundo semestre deste ano.

"O investimento destaca a importância da região Nordeste para o crescimento do Grupo Heineken. No entanto, só acreditamos que é possível prosperar se todos prosperarem junto. Por isso, no centro dessa agenda de investimento trazemos proativamente a ampliação de iniciativas socioambientais que, além de estarem conectadas ao nosso propósito de inspirar um mundo melhor, contribuem para o meio ambiente e comunidade local", reforça Mauro Homem.

INVESTIMENTOS DO GRUPO HEINEKEN NO BRASIL SOMAM R$ 4.6 BILHÕES EM QUATRO ANOS

O anúncio de um novo investimento fortalece a aposta do Grupo HEINEKEN no Brasil, que hoje já desponta como um dos principais mercado para a Companhia globalmente. Em 2020, a cervejaria investiu R$ 865 milhões na ampliação da unidade de Ponta Grossa (PR), em 2022 realizou o aporte de R$ 1,8 bilhão para construção da nova cervejaria em Passos (MG), mesmo ano em que as unidades de Jacareí e Araraquara, em São Paulo, receberam investimentos na ordem de R$ 320 milhões para expansão e ampliação de práticas ESG.

O Grupo HEINEKEN chegou ao Brasil em maio de 2010, após a aquisição da divisão de cerveja do Grupo FEMSA e, em 2017, adquiriu a Brasil Kirin Holding S.A ("Brasil Kirin"), tornando-se o segundo player no mercado brasileiro de cervejas. O Grupo gera mais de 14 mil empregos e tem 14 unidades produtivas no país, sendo 12 cervejarias e duas microcervejarias. A companhia também já iniciou a obra da sua 15ª cervejaria em Passos (MG), a unidade mais sustentável da companhia até agora.

No Brasil, o portfólio de cervejas do Grupo HEINEKEN é composto por Heineken®, Heineken® 0.0, Sol, Amstel, Amstel Ultra, Kaiser, Bavaria, Eisenbahn, Baden Baden, Devassa, Schin, Glacial, Lagunitas, Blue Moon e Tiger. O portfólio de não alcoólicos inclui Água Schin, Skinka, os refrigerantes Itubaína, Viva Schin, FYS e o recém-lançado Clash'd. Com sede em São Paulo, a companhia é uma subsidiária da HEINEKEN NV, maior cervejaria da Europa.

Por que roupas feias viraram moda?

Arte UOL/Reprodução

Lembra quando a pochete era considerada brega, mas agora é hit no bloquinho de Carnaval e na balada? Peças que ontem eram vistas como estranhas e polêmicas nos domínios fashionistas hoje são objeto de desejo, especialmente entre a geração Z —que nasceu entre o fim da década de 1990 e 2010. Ficou bonito ser feio.

Exemplos recentes da moda duvidosa incluem a calça 'mom jeans', aquele modelo largo que nasceu nos anos 1980, os tênis destruídos da Balenciaga, os Crocs de luxo e as botas vermelhas gigantes que pularam dos mangás para os pés de influenciadores.

Ter um item feio se tornou uma espécie de prêmio. Uma expressão estética de individualidade. Um símbolo de status. "Sou tão diferentão que não tenho vergonha de sair usando essa peça que sei que você vai torcer o nariz", disse qualquer "early adopter".

Para a geração Z, o feio não é só uma característica estética. "Eles buscam o autêntico", diz o antropólogo do consumo Michel Alcoforado.

Reportagem de Natália Eiras, em colaboração para Universa-Fonte:UOL

Corello desembarca em Belo Horizonte e inaugura flagship com full brand experience

Grife paulista celebra a entrada da marca na capital mineira com loja no BH Shopping

Presente no mercado de calçados e acessórios há 59 anos, a Corello dá sequência ao seu projeto de expansão e inaugura flagship em Belo Horizonte. Neste primeiro semestre de 2023, a grife já soma três inaugurações em praças importantes, conquistando novos espaços no mercado nacional.

Localizada no BH Shopping, na capital mineira, a loja levará os consumidores a uma full brand experience, apresentando suas coleções e últimos lançamentos, como a coleção-cápsula Runway Edition, criada com exclusividade para o desfile das grifes Skazi e Tufi Duek.

"Estamos muito felizes em inaugurar uma flagship em Belo Horizonte. Este é um momento muito importante para a Corello, em que retomamos o processo de expansão com inaugurações em praças estratégicas para nós. BH sempre foi um sonho para nós, pois enxergamos que temos muita sinergia com a cidade e com a mulher mineira.", conta Gabrela Silvarolli, diretora de Marketing e Comercial da Corello.

Madeira, recortes e formas geométricas, e uma estética clean presentes no conceito visual da loja representam o DNA fresh e bold da marca - identidade que também está presente em suas coleções, campanhas e comunicações. O grande destaque do projeto fica por conta da iluminação, que foi criada para colocar os sapatos e acessórios como os protagonistas do espaço.

Este processo expansão também contou com as recém-inauguradas lojas em São Caetano do Sul (Grande SP), no ParkShopping São Caetano, e em Jundiaí (também Grande SP), no JundiaíShopping, totalizando 25 lojas físicas Corello espalhadas pelo Brasil.

A loja Corello no BH Shopping foi inaugurada no dia 04 de maio, no piso Nova Lima.

Marca paulista de calçados e acessórios presente há quase 60 anos no mercado, a Corello se consolidou e continua crescendo no segmento nacional como referência de calçados, bolsas e acessórios femininos. A partir de uma atualização do estilo e identidade visual, a grife incorporou frescor e renovação para sua estética, combinado ao seu DNA tradicional da moda brasileira. A herança da Corello mantém-se através da atenção e cuidado dedicados na fabricação de seus produtos, sempre visando oferecer peças exclusivas, sofisticadas e de qualidade para suas consumidoras.

As novas tendências de moda para a temporada

É preciso estar atento para se manter competitivo no mercado

Com a chegada de uma nova estação climática, as tendências de moda também se renovam, trazendo novas cores, estampas, modelagens e muitas novidades pra o mundo.

De acordo com Rodrigo Bastos, CEO da Nutex, empresa de moda que desenvolve, importa, comercializa e distribui tecidos para diversas confecções espalhadas pelo país, para as empresas do setor é importante estar atento às novas tendências para se manter competitivo no mercado e atender às expectativas dos consumidores.

Pensando nisso, Rodrigo resolveu listar as principais tendências para a temporada de outono e explicar como as empresas podem se adaptar a elas.

1 - Cores vibrantes: As cores vibrantes serão uma grande tendência para a temporada, trazendo tons como amarelo, rosa e laranja. As empresas do setor podem investir em peças com essas cores, criando looks alegres e vibrantes que se destacarão nas prateleiras.

2 - Jeans: O jeans é um clássico que nunca sai de moda, e para esta temporada ele vem com uma pegada mais descontraída e casual. As empresas podem investir em calças, shorts e jaquetas jeans, criando looks despojados e confortáveis.

3- Tons neutros: Além das cores vibrantes, os tons neutros também serão uma grande tendência para a temporada. As empresas podem investir em peças nessas cores, criando looks elegantes e sofisticados.

4 - Oversized: As peças oversized, com modelagens mais amplas e descontraídas, são uma grande tendência para a temporada. As empresas podem investir em camisas, jaquetas e blusões oversized, criando looks modernos e confortáveis.

5 - Sustentabilidade: A sustentabilidade é uma tendência que vem ganhando cada vez mais espaço na moda. As empresas podem investir em tecidos orgânicos e reciclados, criando peças mais conscientes e eco-friendly.

"Em resumo, as tendências de moda para a temporada trazem novidades em cores, além de reforçar a importância da sustentabilidade. As empresas do setor devem estar atentas a essas tendências para se manterem competitivas no mercado e não perderem espaço para a concorrência", finaliza o CEO da Nutex.

O Grupo Nutex é impulsionado por quatro premissas que prevalecem em todas as nossas operações: Qualidade, variedade, tecnologia e criatividade. São elas que nos destacam no mercado têxtil. Nossas unidades de negócios abarcam o desenvolvimento, produção e comercialização de tecidos e vestuário sejam nacionais ou importados. Para tanto, nosso grupo detém as marcas Nutex Têxtil e Nutex Moda.

No Têxtil, desenvolvemos, importamos, comercializamos e distribuímos tecidos para diversas confecções espalhadas pelo país. Já na Moda, criamos coleções, produzimos e comercializamos por meio de representantes, revendedores, showrooms, e-commerces, lojas multimarcas e também pela loja física Chocco Mint, no Brás, em São Paulo. Adotamos a filosofia People First, por isso, nosso objetivo é oferecer a melhor experiência para todos, afinal, o que importa são as pessoas.

AeC expande atuação e abre 400 vagas em Mossoró no mês de maio

As vagas são para atendente em regime presencial e oferecem excelente oportunidade para jovens em busca do primeiro emprego, assim como pessoas acima de 60 anos

Presente em Mossoró desde 2013, a AeC - maior e melhor empresa brasileira de contact center - expande a sua atuação e geração de empregos na região. Com quase 5 mil profissionais contratados em Mossoró, no Rio Grande do Norte, a companhia abrirá mais 400 postos de trabalho no mês de maio para a unidade. Além de remuneração compatível com o mercado, as vagas presenciais terão direito a vários benefícios, como plano de saúde e plano odontológico.

Para participar do processo seletivo, é necessário ter mais de 18 anos, Ensino Médio completo e noções básicas de internet. A primeira etapa do recrutamento é uma prova online, por isso, é importante manter os dados atualizados no portal.

Hoje, a AeC desponta como grande empregadora na contratação de jovens de 18 a 24 anos em busca do primeiro emprego, que representam 46% do quadro total de colaboradores. Atualmente, cerca de 66% da equipe em Mossoró é formada por mulheres e 55% atua em regime de home office.

A AeC é apontada consistentemente como a líder brasileira na entrega de soluções de experiência do cliente e gestão de processos terceirizados. Servindo as principais marcas do mercado nacional, conquistou nos dois últimos anos a posição de Empresa do Ano de BPO pela conceituada Frost and Sullivan. Líder também nas práticas de ESG, recebe há sete anos consecutivos o título de Melhor Empresa de Serviços pelo Prêmio Época Negócios 360°. Com um olhar inovador, o seu diferencial está no modo como integra o cuidado com as pessoas e aplica tecnologia de ponta em seus processos, como inteligência artificial, robotic process automation, serviços em nuvem e ferramentas de analytics e segurança. Atualmente, a AeC conta com mais de 45 mil colaboradores em 17 unidades distribuídas por sete estados do país. É certificada pelo instituto Great Place to Work como uma das melhores empresas para se trabalhar, e somente em 2022, promoveu mais de 5,8 mil colaboradores internos. Com uma combinação única de Tecnologia e Calor Humano, completa 31 anos de história conquistando, apenas no último ano, 27 importantes prêmios e reconhecimentos do mercado.

MEI que presta serviço emitirá nota fiscal em portal único da Receita

Emissão de documento será obrigatória a partir de setembro desde ano e traz vantagens para os empreendedores

A partir de 1º de setembro, microempreendedores (as) individuais (MEI) que prestam serviços em todo o país e precisam emitir notas fiscais, deverão utilizar o portal único da Receita Federal. O uso deste portal possibilita a unificação das emissões de Nota Fiscal de Serviço eletrônica (NFS-e) e padroniza o documento, trazendo mais comodidade para as empresas.

O portal único da Receita Federal passou a funcionar em abril desde ano. Até setembro, quem é MEI e presta serviços ainda poderá emitir as notas fiscais pelos sites das prefeituras dos municípios onde suas empresas estão localizadas. Apesar do prazo, MEI com interesse em emitir a nota no novo padrão já pode acessar o portal único para se adaptar o quanto antes à migração de plataforma.

"Além da unificação nacional, a emissão das notas fiscais por um portal único simplifica o processo e desobriga quem é MEI de pagar pela obtenção do certificado digital para utilizar notas fiscais eletrônicas. Assim, para emitir o documento a pessoa tem apenas que se cadastrar no sistema e se cadastrar. Com este processo simples, obterá um login e senha que permite emitir de forma imediata suas notas", explica a analista do Sebrae Minas Laurana Viana.

Outra novidade desse novo sistema será a disponibilização de uma versão mobile, que permite a emissão e visualização da nota fiscal instantaneamente. “Quem presta serviço e vai às empresas ou visita a cada de seus clientes terá mais comodidade para emitir as notas fiscais e poupará tempo e dinheiro", justifica a analista do Sebrae Minas.

Wine zera impostos e chama atenção para o Dia Livre de Impostos e Dia Nacional do Contribuinte

A carga tributária cobrada sobre uma garrafa de vinho chega a 31,5%; Ação alavanca vendas no varejo físico e online e é conhecida como a 'Black Friday do primeiro semestre

O Impostômetro que pode ser visto na sede da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), atingiu a marca de R$ 1 trilhão esta semana. O valor se refere a impostos, taxas e contribuições que já foram pagos pelos brasileiros desde o início do ano. Também entram na conta multas, juros e correção monetária. A carga embutida em produtos e serviços no Brasil é extremamente alta e chega a 31,5% (25% média ICMS + 6,5% IPI), em média, no caso de vinhos.

Para chamar atenção sobre como a alta carga tributária encarece as mercadorias, a Wine, maior clube de assinatura de vinhos do mundo e líder no ranking de importação do Brasil, celebra o Dia Livre de Impostos e o Dia Nacional do Contribuinte, ambas em 25/05, zerando os impostos dos mais de 500 rótulos do seu portfólio durante todo o mês de maio, com uma campanha chamada 'Imposto Zero'.

"Os descontos chegam a 80% e se aplicam às compras realizadas em todos os nossos canais, como aplicativo, e-commerce, lojas físicas e venda B2B, com a Cantu Importadora, para restaurantes, supermercados, adegas e demais estabelecimentos. Realizamos a campanha Imposto Zero há cinco anos consecutivos, como forma de respeito aos nossos sócios e clientes, mostrando o impacto das altas cargas tributárias no vinho", diz Alexandre Magno, Diretor de Operações da Wine no Brasil.

A ação alavanca as vendas de vinho de tal forma que já é conhecida como a 'Black Friday do primeiro semestre' no varejo físico e online.

A Wine foi fundada em 2008, com a missão de conectar pessoas por meio da paixão pelo vinho. A empresa, que já nasceu online há 14 anos, ousou investir em vinho no país da cerveja e, hoje, é o maior clube de assinatura de vinhos do mundo e líder no ranking de importação do Brasil.

A Wine está presente também no México, com o clube "Vino como quieras". Além do Clube Wine, do e-commerce www.wine.com.br e do app Wine Vinhos, disponível para download na AppStore e Google Play, a empresa possui atualmente 17 lojas físicas no Brasil: quatro unidades na capital paulista, duas no Rio de Janeiro e outras 11 em Ribeirão Preto, Barueri (Alphaville), Campinas, Natal, Fortaleza, Goiânia, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Vitória e Porto Alegre.

Com a aquisição da Cantu Importadora, em 2021, a Wine se consolida como um player de peso no canal B2B que engloba off-trade (hipermercados, supermercados, minimercados, hortifrutis e mercearias) e on-trade (bares, restaurantes, casas noturnas, clubes e hotéis) e segue no caminho da omnicanalidade.

Isenção para produtos importados de até US$ 50 gera perda de faturamento e empregos

Campanha do Sesc em Minas, Fecomércio MG, SESI e FIEMG alerta para prejuízos causados pela não tributação de itens e destaca necessidade de equidade no tema

A isenção adotada pelo Brasil em relação às remessas de até US$ 50 via comércio eletrônico pode ter causado uma perda de faturamento na economia nacional de R$ 99 bilhões -- cerca de 270 milhões por dia - e de 1,1 mi de vagas de empregos formais em 2022. Atuais e robustos, esses e outros dados fazem parte de um estudo elaborado pela FIEMG que fundamenta a campanha "Brasil mais competitivo", liderada pelo Sesc em Minas, Fecomércio MG, SESI e FIEMG.

A iniciativa conjunta das entidades traz à tona os impactos econômicos e sociais causados diretamente e indiretamente ao país em decorrência da não tributação de produtos com preço até US$ 50, alertando para a necessidade de tratar a questão com equidade.

A ação será realizada no contexto em que se discute isenção fiscal dessas mercadorias que chegam ao consumidor brasileiro e as consequências para a indústria, o comércio e a sociedade.

Para se ter uma ideia da importância do tema, as importações de itens de pequeno valor cresceram nos últimos 10 anos no país e, entre 2021 e 2022, essas operações aumentaram 132%, passando de US$ 5,67 bilhões para US$ 13,1 bi em negócios.

O presidente do Sistema FIEMG, Flávio Roscoe, diz que as entidades estão unidas nessa causa para, sobretudo, combater o produto importado que chega ao Brasil de forma ilegal "sem arrecadar tributos, utilizando brecha na legislação e pouca fiscalização para destruir empregos", observa. "A campanha tem o intuito de conscientizar a população quanto a importância de se combater essa prática, que é irregular, e que corrói a nossa sociedade ao minar o futuro de setores vitais para o nosso país", reforça o líder empresarial.

No mesmo tom, o presidente do Sistema Fecomércio MG, Nadim Donato, afirmou que a ação conjunta das federações visa assegurar as condições para que o comércio, o setor de serviço e as empresas sigam trabalhando e criando postos de trabalho em conformidade com a legislação. "A importação é relevante para a economia, mas a importação ilegal destrói serviços, empregos e, para nós, do comércio de bens, serviços e turismo, e para setor industrial isso não é interessante. Precisamos que o governo entenda isso, cobre e faça a sua parte", acrescenta.

SALÁRIO E ARRECADAÇÃO

Além dos reflexos no faturamento e no emprego, o estudo da FIEMG apresenta outros números relacionados à ausência de tributação das importações de produtos de pequeno valor, como a perda de impostos líquidos, que chegaria a R$ 6,3 bilhões, e a de massa salarial, que alcançaria R$ 21,8 bi somente no ano passado. Somente em relação aos tributos, o montante seria necessário para a construção de mais de 40 mil imóveis do programa Minha Casa Minha Vida.

A FIEMG observa que a importação de itens de pequeno valor nos moldes que é praticada atualmente implica perda de faturamento das indústrias nacionais. Conforme a entidade, o segmento deixou de faturar US$ 13,1 bi em 2022 e os setores mais afetados pela chamada concorrência desleal foram vestuário e acessórios, móveis e produtos diversos, máquinas e equipamentos elétricos, calçados e artefatos de couro, equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos e têxteis.

De acordo com análise da Fecomércio MG, houve um déficit no faturamento nos setores de comércio e serviços no último ano em Minas Gerais. No setor de comércio, o decréscimo foi de mais de R$ 1,1 bilhão e em serviços cerca de R$ 2,6 bi. Em nível nacional, o déficit para o comércio foi de R$ 8 bi, já para o setor de serviços o valor do montante foi mais expressivo, aproximadamente R$ 14,6 bi de perda no faturamento em 2022.

Por fim, a campanha vai alertar que a prática de isentar as compras no e-commerce que custem até US$ 50 gera um efeito sistêmico negativo na economia, envolvendo queda do faturamento das empresas, de investimento, de renda, redução da demanda, da produção e das admissões.

Grupo Martins segue liderando o setor atacadista e distribuidor em MG com mais de R$ 7 bi de faturamento

Estado tem quatro empresas com faturamento acima de R$ 2 bilhões entre as TOP 10 do setor no Brasil. Atacado distribuidor mineiro apresentou em 2022 crescimento de 7% em relação a 2021 e faturou R$ 20,47 bilhões

O estudo do Ranking ABAD/NielsenIQ 2023 – ano base 2022, realizado pela ABAD – Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores em parceria com a consultoria NielsenIQ, divulgou, além dos dados nacionais, os números por estado, bem como a relação das 10 maiores empresas do setor em cada estado e em cada região.

O maior e mais tradicional destaque em Minas Gerais é o Grupo Martins, com faturamento de R$ 7 bilhões. A empresa encabeça a lista das TOP 10 do estado e figura na segunda posição nos rankings regional e nacional, atrás apenas do gigante Atacadão.

Merecem destaque, ainda, as empresas Tambasa, Vila Nova, Decminas e Tonin, todas com faturamento superior a R$ 1 bilhão.

A Tambasa (R$ 5,5 bilhões) figura no TOP 10 do Ranking geral (que abrange todas os modelos de negócios) na terceira colocação e lidera as TOP 10 do modelo Distribuidor com entrega.

A Vila Nova (R$ 2,48 bilhões) ocupa a décima posição no ranking geral nacional e a quinta colocação entre as TOP 10 Brasil do modelo Distribuidor com entrega.

A Decminas (R$ 2,37 bilhões),

assume a quarta colocação no estado, sendo ainda a quinta colocada no TOP 10 Brasil do modelo Atacado de Autosserviço e a sexta no modelo Atacado de Balcão.

O Tonin, com mais de R$ 1 bilhão de faturamento, é o quinto maior do estado e o sexto no Ranking nacional do modelo Atacado de autosserviço

De acordo com a pesquisa, o setor na região Sudeste como um todo responde por faturamento de R$ 120,94 bilhões dos R$ 231,36 bilhões apurados pelos respondentes do Ranking (ou 52,28% desse total), com crescimento de 18,5% em relação a 2021, acima da média nacional de 18,1%. Desse total, o estado de Minas Gerais contribuiu com R$ 20,47 bilhões, um crescimento de 7% sobre 2021.

São da região Sudeste 99 das 650 empresas respondentes da pesquisa, uma participação percentual de 15,23%. Minas Gerais contribuiu com 14 empresas participantes.

Confira, abaixo, as maiores do setor na região e no estado:

TOP 10 EMPRESAS POR FATURAMENTO – REGIÃO SUDESTE

Posição	*Nome Fantasia*	*UF*	*Ano 2022 (em R$)*
1	*ATACADÃO*	*SP*	*74.473.000.000*
2	*GRUPO MARTINS*	*MG*	*7.065.055.363*
3	*TAMBASA ATACADISTAS*	*MG*	*5.511.956.358*
4	*SERVIMED*	*SP*	*3.451.769.375*
5	*VILA NOVA*	*MG*	*2.479.339.898*
6	*DECMINAS*	*MG*	*2.369.498.623*
7	*VENÂNCIO PROD. FARMACÊUTICOS*	*RJ*	*2.108.518.150*
8	*UNIMARKA*	*ES*	*1.917.324.829*
9	*GUIBON FOODS**	*PR*	*1.636.066.984*
10	*LINK***	*SC*	*1.567.000.000*

*A empresa Guibon Foods aparece nesta classificação pois seu faturamento predominante é da Região Sudeste, conforme informado à pesquisa.
**A empresa Link aparece na classificação pois seu faturamento predominante é da Região Sudeste, conforme informado à pesquisa.

TOP 10 EMPRESAS POR FATURAMENTO – MINAS GERAIS

Posição	*Nome Fantasia*	*UF*	*Ano 2022 (em R$)*
1	*GRUPO MARTINS*	*MG*	*7.065.055.363*
2	*TAMBASA ATACADISTAS*	*MG*	*5.511.956.358*
3	*VILA NOVA*	*MG*	*2.479.339.898*
4	*DECMINAS*	*MG*	*2.369.498.623*
5	*TONIN*	*MG*	*1.002.398.000*
6	*GRUPO ORIENTE FARMA*	*MG*	*566.136.649*
7	*DISTRIMED*	*MG*	*430.142.017*
8	*DISTRIBUIDORA GAMA*	*MG*	*382.422.668*
9	*DISTRIBUIDORA VIA LÁCTEA*	*MG*	*324.653.038*
10	*DISTRIBUIDORA ESPARTA*	*MG*	*122.385.401*

O Ranking ABAD/Nielsen, publicado desde 1994, analisa anualmente os resultados e a atuação dos agentes de distribuição de todo o país, com informações relevantes para orientar planos estratégicos e investimentos do Canal Indireto. De acordo com o Ranking deste ano, o setor atacadista e distribuidor apresentou crescimento de 18,1% em 2022, em termos nominais, com faturamento de R$ 364,3 bilhões, a preço de varejo, o que garantiu ao setor a participação de 52% no mercado mercearil nacional, avaliado pela Nielsen em R$ 701,1 bilhões no ano passado. Em termos reais (número deflacionado pelo INPC), o crescimento foi de 12,22%.

A ABAD representa nacionalmente um setor que atende diariamente mais de um milhão de pontos de venda em todos os 5.570 municípios brasileiros, sendo responsável por dar capilaridade à distribuição de produtos industrializados essenciais por todo o território nacional e gerando mais de 460 mil empregos diretos e 5 milhões de empregos indiretos nos estabelecimentos varejistas do país.

Receita líquida do Grupo Patrimar cresce 59,1% e alcança o maior valor em um primeiro trimestre da história da empresa, chegando a R$ 229,9 milhões

O crescimento de 68,4% no lucro líquido do período também está entre os destaques nos resultados do 1T23

Os Resultados do 1º trimestre de 2023 (1T23) do Grupo Patrimar – construtora e incorporadora mineira que atua nas classes econômica, média e alta do Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e interior de São Paulo (SP) –, divulgados dia 11 de maio após o fechamento do mercado, trazem números positivos que reforçam a solidez da empresa. O principal destaque é a maior receita líquida em um 1º tri na história da companhia, atingindo R$ 229,9 milhões, com crescimento de 59,1%.

Outros destaques são o crescimento de 68,4% no lucro líquido desse trimestre, quando comparado ao primeiro trimestre de 2022, chegando a R$ 17 milhões este ano; e o maior valor já registrado na história do Grupo de contas a receber, com a marca de R$ 1,38 bilhão.

"Apesar das turbulências econômicas no Brasil e no mundo, tivemos um trimestre bastante forte em termos de vendas contratadas e receitas. Nossa estratégia, já visando o ciclo de lançamentos para o ano de 2023, foi de reduzir estoques e consolidar os direcionamentos e estruturas definidas para nossas duas marcas a Patrimar e a Novolar", comemora Felipe Enck Gonçalves, diretor executivo de Finanças e Relação com Investidores do Grupo Patrimar.

O Grupo segue bastante focado em entregar resultados nas duas marcas, Patrimar e Novolar, alinhando crescimento nos mercados de atuação e rentabilidade do negócio. O Grupo continua com forte solidez de balanço, com grande volume de carteira a receber, caixa e contratos de financiamento à construção assinados, que atingem cerca de R$ 1,1 bilhão ao final do primeiro trimestre de 2023.

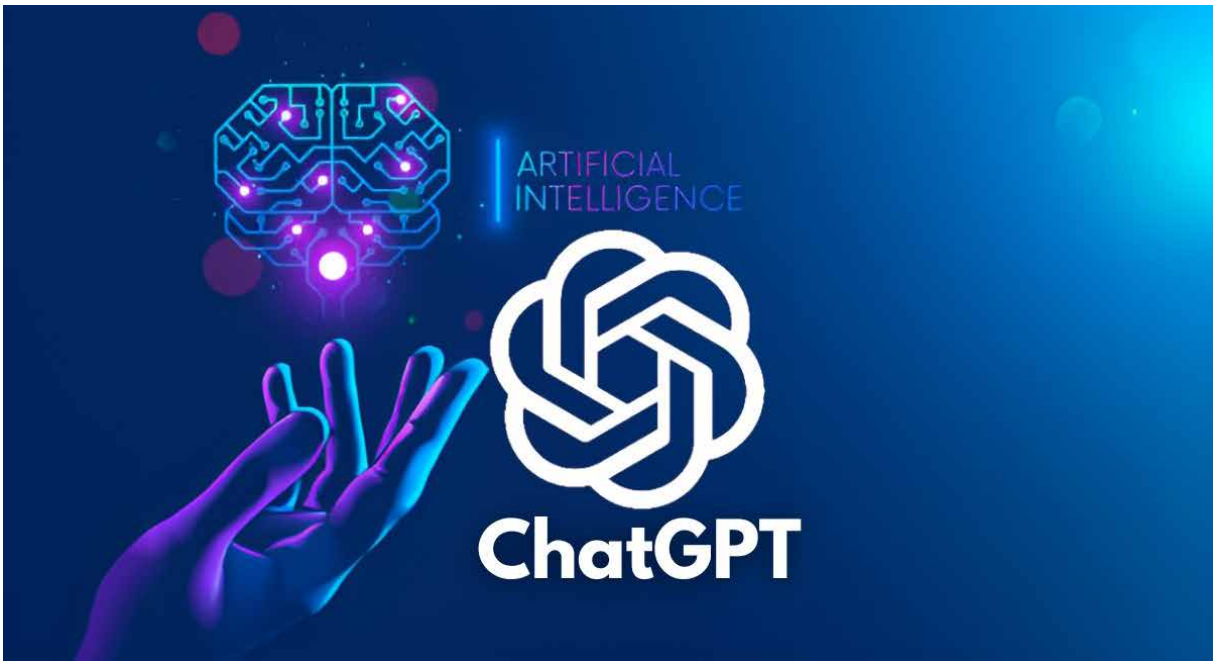
"A Companhia vem recuperando margem nas duas marcas do Grupo, Patrimar e Novolar, com escala na gestão de custos e precificação eficiente. Seguimos confiantes de estarmos caminhando na direção certa em todos os seguimentos que atuamos", finaliza Alex Veiga, CEO do Grupo Patrimar.

Em 2023, o Grupo Patrimar completa 60 anos de história. A Companhia, que atua na construção, incorporação e comercialização de imóveis, começou sua trajetória em Minas Gerais e hoje também está no interior de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, o Grupo trabalha com empreendimentos voltados para as classes econômica e média com a Construtora Novolar e alta renda com a marca Patrimar Engenharia. Com foco constante em inovação e tecnologia, a empresa busca aliar eficiência com sustentabilidade e segurança nos projetos e processos corporativos.

Vale destacar que em 2022, a Companhia se afirmou como forte referência no segmento, sendo uma das 10 maiores empresas de construção imobiliária do Brasil, de acordo com o Ranking Nacional de 2022 da Revista O Empreiteiro, além das conquistas do primeiro lugar na categoria Sustentabilidade Financeira e 375º lugar no ranking da Revista Isto É Dinheiro das maiores empresas do Brasil. Também é vencedora em duas categorias do "Oscar" da construção civil, o Prêmio Master Imobiliário 2022, com os empreendimentos Oceana Golf, no Rio de Janeiro, e La Réserve, em Belo Horizonte. Já em 2023, a Companhia já conquistou o selo Great Place To Work, de excelente lugar para se trabalhar, certificado validado pela consultoria global GPTW.

Empresas fora do eixo Rio-SP impulsionam crescimento econômico

Novas tecnologias, como o ChatGPT, são apostas para um novo impulso



De acordo com o Serasa Experian, o número de pedidos de falência no Brasil aumentou 34% em janeiro de 2023, em relação ao mesmo período do ano anterior. Já segundo um levantamento do McKinsey & Company, de 2023 concluiu que cerca de um terço das empresas em todo o mundo estavam enfrentando sérias dificuldades financeiras, ainda devido à pandemia.

Na contramão disso está o desempenho da Sankhya, uma das empresas mais relevantes provedoras de gestão corporativa do Brasil (ERP), que além de ultrapassar as expectativas, registrou um número histórico em seu faturamento para o primeiro trimestre de 2023. A empresa teve um crescimento de 34% em relação ao mesmo período do ano passado e um crescimento de 44% em sua receita recorrente, que já representa 83% de todo o faturamento da companhia.

Os números são um exemplo do sucesso das companhias fora do eixo Rio-SP. De acordo com dados do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), em 2020 a região nordeste foi a que mais criou empregos em empresas de pequeno porte, seguida pela região Sul e, segundo informações da B3, a participação dos investidores residentes fora de São Paulo e Rio de Janeiro saltou para mais de 50%.

Para acompanhar esse cenário, a Sankhya também reforça seus objetivos de expansão e crescimento, com a meta de faturar R$1 bi até 2025. Já com base nesses parâmetros, nos últimos três meses a empresa contratou 130 pessoas para equipe e abriu 4 unidades, nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste.

"Nós continuaremos investindo em tecnologia para atender as reais necessidades dos nossos clientes. Mesmo com resultados expressivos, não medimos esforços para lançar novidades. Uma delas, inclusive, é a integração do nosso "Gerente on-line" com o ChatGPT, que apoiará os gestores na interpretação dos principais indicadores de performance do negócio, e que já está em fase de testes com alguns clientes, isso com certeza deixará a nossa solução mais completa e atraente", finaliza Breno.

Em 2020, a mineira recebeu um aporte de R$ 425 milhões aplicados pelo fundo soberano de Singapura, o GIC - essa transição marcou um dos maiores investimentos em companhias de softwares de gestão do País. Também incorporou em seu portfólio três empresas nos últimos dois anos e planeja continuar expandindo sua atuação esse ano.

Sebrae e CVM, em parceira com MEC, lançam cursos gratuitos de educação financeira nas escolas

Cursos são destinados à formação de professores do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, incluindo materiais para os alunos, 100% gratuitos e à distância

Para promover a educação financeira e transformar a realidade de estudantes de todo o país, o Sebrae e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), e o apoio da B3 e do Instituto XP, lançam, no dia 16 de maio, os Cursos Educação Financeira nas Escolas. O evento de lançamento será realizado na sede do Sebrae Minas, em Belo Horizonte, com transmissão on-line pelo Youtube do Sebrae para todo o Brasil, e terá palestra magna da jornalista e especialista em finanças, Nathalia Arcuri.

O evento - "Educação Financeira: Agir hoje para a sustentabilidade no amanhã" – é voltado a secretários(as) municipais de educação, diretores de escolas, coordenadores pedagógicos e professores, prefeitos, superintendências de ensino e demais profissionais e lideranças da área. O lançamento ocorre durante a 10ª Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF), que neste ano será realizada entre os dias 15 e 21 de maio.

Os cursos são destinados à formação de professores do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, das redes pública e privada de todo o país, totalmente gratuitos e à distância (EaD) para aplicarem a Educação Financeira em sala de aula. O objetivo é capacitar os professores e fornecer conteúdo, incluindo materiais para os alunos, para trabalharem a temática e contribuírem para a criação de comportamentos financeiros mais éticos e sustentáveis. Os cursos estão estruturados em trilhas de aprendizagem totalmente conectadas à BNCC, articulando a Educação Financeira, Atitudes Empreendedoras, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e Projeto de Vida.

"O Sebrae acredita que a educação financeira é o caminho para transformar a realidade em que os estudantes estão inseridos, permitindo que se tornem cidadãos conscientes das suas escolhas, e aptos a planejarem e realizarem seus projetos de vida. Essa parceria reforça o nosso compromisso em promover a educação financeira, tornando-a acessível a professores e estudantes de todo o país", destaca o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.

Para a superintendente de proteção e orientação aos investidores da CVM, Nathalie Vidual, "a CVM tem como valor e objetivo estratégico a promoção da educação financeira e essa parceria vai ao encontro desse propósito, demonstrando nosso compromisso contínuo e firme com o desenvolvimento do país por meio da educação. A capacitação dos professores está diretamente relacionada ao crescimento do Brasil, uma vez que eles serão multiplicadores de conhecimento e ajudarão os jovens a se tornarem mais autônomos e seguros em relação ao mundo dos investimentos", destacou.

A superintendente de educação na B3, Christianne Bariquelli, frisa que "a educação financeira é muito importante para a gestão consciente das próprias finanças e no desenvolvimento de um mercado de capitais mais sólido, e ter contato a temática ainda em período escolar pode transformar a relação das pessoas com o dinheiro. Embora tenhamos avançado muito nos últimos anos, ainda temos um longo caminho pela frente, que só é possível por meio da união de esforços."

Para impulsionar a iniciativa, o Instituto XP se juntou ao Sebrae, à CVM, ao MEC e à B3 para disponibilizar os materiais didáticos de forma gratuita para capacitar os professores, permitindo que eles estejam aptos para levar educação financeira para seus alunos de Ensino Fundamental e, em breve, ao Médio.

"Buscamos disponibilizar todas as ferramentas necessárias para democratizar cada vez mais o tema no nosso país. Nosso objetivo é que todos os professores, de qualquer série, consigam levar educação financeira para as suas escolas", diz a head do Instituto XP, Gabriela Torquato. "Acreditamos que impulsionando a cidadania financeira por meio da comunidade escolar iremos gerar um grande impacto na cultura brasileira e seu bem-estar", completa.

Vino inaugura sua primeira casa em Belo Horizonte

Localizada na Savassi, a rede de wine bar tem o propósito de desmistificar o consumo do vinho oferecendo uma experiência única

Não há nada melhor do que experimentar, afinal, é a partir de novas vivências que é possível descobrir gostos e costumes que transformam o dia a dia. Para aqueles que gostam de inovar e ter experiências sensoriais, inaugurou na Savassi a Vino! — a maior rede de wine bar do Brasil.

Criada em Curitiba, a rede chega à capital mineira pelas mãos dos empresários Rafael e Gizelle Tocchetto — do antigo Campagne Restaurante, em Macacos. Com o propósito de desmistificar o consumo de vinho por meio de uma experiência leve e descontraída, o espaço é um verdadeiro bar de vinhos com um grande diferencial: será possível provar qualquer um dos mais de 200 rótulos de vinho disponíveis em taças, sem necessariamente precisar adquirir a garrafa.

"A ideia é flexibilizar o vinho. Queremos proporcionar algo único, por isso na Vino não tem uma carta de vinhos, o próprio cliente poderá escolher suas opções", explica o empresário Rafael Tocchetto.

Os clientes poderão escolher entre as mais diversas opções, permitindo que os mais habitués do vinho possam provar diferentes rótulos e que os iniciantes se arrisquem com diferentes taças. As garrafas são sinalizadas com os valores e pessoas especializadas estão à disposição para auxiliar com as escolhas, podendo o cliente optar pela garrafa ou pela taça. Para os interessados em levar um pouco dessa vivência única para casa, também será possível comprar qualquer vinho da casa com desconto.

Além disso, o charmoso ambiente conta com cardápio da gastronomia italiana, com entradas e petiscos. Com o funcionamento de segunda a sábado, a Vino!BhSavassi é a opção ideal para quem busca lazer, descontração e, principalmente, apreciar bons vinhos para todos os gostos.

CAOA Locadora inova e disponibiliza locação por aplicativo

A CAOA Locadora acaba de lançar o seu novo aplicativo digital, já disponível para download na App Store ou na Play Store. Com o propósito de oferecer mais conforto e comodidade aos seus consumidores, o App traz importantes recursos que possibilitam realizar a locação do veículo de maneira totalmente digital.

No App CAOA Locadora, o cliente pode acessar todas as informações dos planos de locação, que incluem o CAOA Sempre, com planos para clientes Pessoa Física, o CAOA Fleet, disponível para empresas na terceirização de frotas, e o CAOA Rent a Car, locação exclusiva para clientes CAOA que deixam o carro no Pós-Venda para a realização de serviços. Nessa nova plataforma, ainda é possível acessar os veículos disponíveis no catálogo, solicitar orçamentos para os serviços desejados, além de poder tirar dúvidas frequentes.

Atualmente a CAOA Locadora tem disponível os SUVs CAOA CHERY Tiggo 5x Pro Hybrid, Tiggo 7 Pro Hybrid e Tiggo 8 Pro Plug-in Hybrid, com condições especiais. Além destes, a CAOA Locadora contém em seu catálogo o Ioniq Hybrid, New Tucson e o 100% elétrico iCAR.

BTG Pactual reporta receita recorde de R$ 4,8 bilhões e lucro líquido de R$ 2,3 bilhões no 1T23

Banco tem forte captação líquida de R$ 43 bilhões no trimestre, a despeito do cenário econômico mais desafiador

Diversificação do modelo de negócio e forte crescimento das franquias de clientes resultam em um ROAE de 20,9%

Lucro líquido ajustado cresceu 10% em 12 meses, atingindo r$ 2,3 bilhões no 1T23; Receitas totais cresceram 10% em 12 meses, atingindo R$ 4,8 bilhões no 1T23 com recordes de receitas na maioria das linhas de negócio

Recorde de receita em Corporate & SME Lending de R$ 1,2 bilhão, 46% acima do 1T22; Wealth Management & Consumer Banking reportou NNM expressivo de R$31 bilhões e receitas recordes pelo 17º trimestre consecutivo de R$ 694 milhões, 21,6% acima do 1T22; Recorde de receita no trimestre em Asset Management de R$ 443 milhões, aumento de 41,4% em relação ao 1T22

Sales & Trading reportou recorde de receitas no total de R$ 1,5 bilhão, impulsionado pela contínua diversificação de produtos e expansão das atividades de clientes, além da alocação eficiente de capital

O BTG Pactual (BPAC11) registrou recorde de receitas totais no primeiro trimestre de 2023, de R$ 4,8 bilhões, avanço de 10% na comparação anual. O lucro líquido ajustado foi de R$ 2,3 bilhões no período, aumento de 10% sobre o 1T22. O retorno ajustado sobre o patrimônio líquido (ROAE) chegou a 20,9% no primeiro trimestre. Se o BPAN tivesse vendido ao mercado o portfólio de crédito comercializado ao BTGP, o ROAE no 1T23 teria sido 23,0% vs. 20,9%.

"Encerramos o primeiro trimestre com recorde de receitas e forte captação líquida mesmo em um ambiente mais desafiador, reflexo da resiliência e diversificação do nosso modelo de negócio. Nossas franquias de cliente continuam crescendo, pautadas no

comprometimento de longo prazo com nossos parceiros e clientes.

Por fim, estamos muito orgulhosos em informar que a Casa Branca anunciou um investimento no nosso Fundo de Reflorestamento, que ajudará a mobilizar US$1 bilhão para apoiar a restauração de quase 300.000 hectares de áreas degradadas no Brasil, Uruguai e Chile. Este é mais um marco importante na nossa história e no nosso compromisso com a sociedade.", afirma Roberto Sallouti, CEO do BTG Pactual.

No primeiro trimestre, o BTG Pactual captou R$ 43 bilhões em Net New Money (NNM) e atingiu o total de R 1,3 trilhão de ativos (AuM/WuM) sob gestão e administração, aumento de 23% na comparação com o 1T22.

A área de Investment Banking reportou recorde de receitas em M&A e manteve a liderança nos rankings da indústria, apesar da menor atividade de mercado nos segmentos de DCM e ECM. A receita total da área no período foi de R$ 260 milhões.

A área de Corporate & SME Lending apresentou recorde de receita de R$ 1,2 bilhão no 1T23, crescimento de 46% na comparação anual, com maiores spreads e níveis adequados de provisionamento. O portfólio de crédito somou R$ 143,4 bilhões no trimestre, avanço de 29% em relação ao primeiro trimestre de 2022. Continuamos comprando parte da carteira de crédito consignado do Banco Pan no 1T 2023, aumentando a diversificação do nosso portfólio.

Já a área de Sales & Trading registrou receita recorde de R$ 1,5 bilhão nos primeiros três meses do ano, em linha com o desempenho do primeiro trimestre de 2022, e avanço de 31% frente ao 4T22, com forte contribuição das franquias de clientes. Destaca-se, portanto, a eficiente alocação de risco, com VaR de 0,29%, abaixo da média histórica.

Em Asset Management, o total de ativos sob gestão e administração (AuM e AuA) somou R$ 717 bilhões no primeiro trimestre, avanço de 22% sobre o 1T22, com captação líquida (NNM) de R 12,5 bilhões no período. A área apresentou recorde de receitas, com crescimento de 41% na comparação anual, para R$ 443 milhões.

Wealth Management & Consumer Banking reportaram recorde de receitas pelo 17º trimestre consecutivo, de R$ 694 milhões, alta de 22% na comparação com 1T22. Os ativos sob gestão (WuM) somaram R$ 568 bilhões, avanço de 24% em relação ao mesmo período. Apesar do cenário macroeconômico mais desafiador, a área reportou forte captação líquida (NNM), de R$ 30,7 bilhões. O Banco foi eleito pela Euromoney como o melhor private bank do Brasil, a melhor plataforma de varejo da América Latina, o melhor banco para High Net Worth Individuals (HNWI) da América Latina e o melhor private bank internacional da Colômbia.

O índice de Basileia fechou o trimestre em 15,5%, enquanto o índice de cobertura de liquidez (LCR) foi de 174%.

ESG E INVESTIMENTOS DE IMPACTO

Em abril, a Casa Branca comunicou que o U.S. International Development Coporporation (DFC) está trabalhando em um financiamento de US$ 50 milhões para a estratégia de reflorestamento do BTG Pactual, coordenado pelo Timberland Investment Group (TIG), que pretende levantar US$ 1 bilhão para comprar e restaurar áreas degradadas no Brasil, Uruguai e Chile. Nos últimos meses, o Banco ainda lançou o relatório de Responsabilidade Social de 2022 e o Relatório Anual.

Houve também o lançamento do Chilean Venture Debt Fund II, focado no financiamento de PMEs para que promovam impacto positivo e contribuam para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O BTG Pactual (BPAC11) é o maior banco de investimentos da América Latina e atua nos mercados de Investment Banking, Corporate Lending, Sales & Trading, Asset Management, Wealth Management e Banking. O BTG Pactual se consolidou como uma das plataformas de investimentos mais inovadoras do País, com um banco transacional completo para apoiar o momento de vida e a construção da história de seus clientes. Além disso, é pioneiro na agenda ESG, com produtos financeiros que apoiam a transição para uma economia mais verde e sustentável. A instituição é reconhecida e premiada internacionalmente, e conta com mais de 6 mil colaboradores no Brasil, Chile, Argentina, Colômbia, Peru, México, Estados Unidos, Portugal e Inglaterra.

Brasil exportou US$ 103,5 bilhões no primeiro quadrimestre deste ano

Radar Siscomex é o processo de habilitação de empresas para o comércio exterior

O Brasil somou 25.691 empresas "presentes, permanentes" de exportação em 2021, de acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Nos quatro primeiros meses deste ano, as empresas brasileiras exportaram US$ 103,5 bilhões e importaram US$ 79,5 bilhões, com saldo positivo da balança comercial de US$ 17,9 bilhões.

Até abril deste ano, as vendas para China, Hong Kong e Macau atingiram US$ 30,6 bilhões e as importações totalizaram US$ 16,7 bilhões, superávit de US$ 13,97 bilhões na balança comercial. As exportações para os Estados Unidos nesses quatro meses contabilizaram US$ 2,57 bilhões e as importações foram de US$ 3,26 bilhões, déficit de US$ 690 milhões. Para a Argentina, os valores da exportação chegaram a US$ 5,61 bilhões e as importações somaram US$ 3,84 bilhões, saldo positivo de US$ 1,8 bilhão.

Já os países do bloco da União Europeia compraram do Brasil, de janeiro a abril, US$ 14,99 bilhões e as importações brasileiras desse grupo totalizaram US$ 15,86 bilhões, déficit de US$ 870 milhões.

Empresas brasileiras que exportam e importam precisam estar cadastradas no Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros (Radar) do Sistema de Comércio Exterior (Siscomex), do Ministério da Economia, independentemente do tamanho. A gerente paralegal da PLBrasil Paralegal, Andressa Lago, explica que o Radar Siscomex é o processo de habilitação de empresas e pessoas físicas para exportação e importação.

"A habilitação é a comprovação de que a empresa está apta a realizar operações de importação e exportação devidamente legalizadas. A habilitação pode ser solicitada por pessoa física ou pessoa jurídica, conforme prevê a legislação. Mas é importante conhecer os critérios e as modalidades do Radar Siscomex, além de entender a Revisão Estimativa, que tem como objetivo revisar o limite pré-estabelecido, de acordo com a modalidade, evitando o risco de bloqueio da empresa no sistema", alega a gerente.

Andressa esclarece que a habilitação para pessoa física não é mais exigida. Ela alerta, no entanto, que a pessoa física somente poderá atuar no comércio exterior em seu próprio nome, e apenas nas operações de suas atividades profissionais, inclusive na condição de produtor rural, artesão, artista ou assemelhado; para uso e consumo próprio; e para coleções pessoais.

Segundo a gerente há três modalidades no Radar Siscomex. O Radar Expresso é voltado para sociedades anônimas de capital aberto, com ações negociadas em bolsa de valores ou no mercado de balcão, e suas subsidiárias integrais, empresa pública ou sociedade de economia mista. A pessoa jurídica enquadrada nesses casos não estará sujeita a limites de operação.

O Radar Limitado, explica Andressa, tem dois valores limites, para empresas que desejam iniciar suas operações no comércio exterior com até US$ 50 mil e até US$ 150 mil, ou o equivalente em outra moeda, para importações por semestre, e valor ilimitado para exportação. O Radar Ilimitado atende empresas que querem iniciar suas operações no comércio exterior acima de US$ 150 mil para importações por semestre e valor ilimitado para exportação, sem limites de operação.

A Revisão de Estimativa é o processo no qual o importador demonstra sua capacidade financeira superior à estimada previamente, através da comprovação de receita bruta, funcionários, e outras informações, de acordo com a gerente. Ela lembra que o sistema da Receita Federal supervisiona o volume importado pelas empresas até o limite pré-estabelecido, de acordo com sua modalidade.

Caso esse valor seja ultrapassado, o sistema pode ser bloqueado, e o importador vai precisar realizar a Revisão de Estimativa. "É recomendável que a empresa não deixe extrapolar o limite para solicitar revisão", aponta Andressa. Ela comenta que a PLBrasil Paralegal oferece serviços e atendimento de habilitação. "Nossos profissionais estão preparados para realizar todo o trabalho de habilitação da empresa no Radar Siscomex e oferecer toda a orientação necessária", afirma.

O Grupo PLBrasil oferece soluções de negócios às empresas e aos investidores e estrangeiros que desejam expandir investimentos e ter um backoffice de qualidade. Com o lema Pensar Globalmente e Agir Localmente, a assessoria tem parceiros em todo o território nacional que conhecem as técnicas e as bases legais de aperfeiçoamento dos processos e controle internos.

TIM terá 100 usinas de fontes renováveis abastecendo suas operações até o fim do ano

Operadora encerrou primeiro trimestre de 2023 com 64 usinas solares, hídricas e de biogás e produção que representa 50% do consumo total da empresa. Com a autogeração, aquisição no mercado livre e compra de certificados de energia renovável (I-REC), companhia já opera com 100% de energia limpa desde 2021

A TIM é uma das vencedoras do 28º Prêmio Top of Mind – Mercado-Comum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2023.

Em 2023, a TIM vai ampliar ainda mais seu projeto de geração distribuída de energia, que promove o abastecimento da rede com a utilização de usinas de energia renovável arrendadas de parceiros. A expectativa da companhia é contar com 100 unidades alimentando suas operações em diferentes Estados até o fim do ano, com predominância de plantas solares. Somente no primeiro trimestre, 15 novas usinas foram incorporadas pela operadora, totalizando 64 unidades, que produzem 50% do consumo total da empresa.

As usinas que iniciaram a produção para a TIM entre janeiro e março deste ano estão localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul e produzem, no total, 3.000 MWh, o suficiente para abastecer mais de 1,6 mil antenas. Com essas novas unidades, a companhia totaliza 18 parceiros, incluindo grandes nomes como Faro Energy, Gaswatt Energia e Hy Brazil Energia e também fornecedores menores, como Fotossíntese Tecnologia Solar e Progressul Sistemas de Energia, estimulando o mercado de produção de energia renovável. A companhia vem priorizando a energia solar, representando cerca de 80% do total da planta, mas conta também com usinas hídricas e de biogás.

Bruno Gentil, Vice-Presidente de Recursos Corporativos da TIM, ressalta o protagonismo da operadora em geração distribuída de energia no setor de telecomunicações: "Investimos em energia renovável desde 2017 e já temos usinas em 18 Estados e no Distrito Federal. Até o fim do ano, seremos a operadora com maior autogeração, o que reforça ainda mais a sólida agenda ESG da TIM".

Usina Canabrava (PE), em operação com a Faro Energy

O executivo destaca que a empresa alcançou a marca de 100% de energia limpa em seu consumo total em 2021 e mantém esse patamar desde então, complementando a produção oriunda das usinas com aquisição no mercado livre e compra de certificados de energia renovável. Cada certificado garante que 1 MWh foi injetado no sistema interligado nacional a partir de uma fonte de geração de energia renovável. Ou seja, é uma forma de compensar o consumo proveniente de fontes não renováveis. "A aquisição de certificados e a compra no mercado livre complementa nossa estratégia e, ao mesmo tempo, fomenta a produção de energia limpa no setor elétrico brasileiro, gerando um círculo virtuoso para toda a sociedade", explica.

IMPACTO POSITIVO PARA A ECONOMIA LOCAL

O investimento da TIM e de empresas parceiras na implementação de usinas beneficia diretamente as comunidades onde as plantas estão localizadas. Desenvolvidas principalmente para alimentação de torres e antenas, a produção de energia é compartilhada com a população dos municípios. Além disso, o projeto incentiva a criação de postos de trabalho, voltados para a construção e a manutenção das usinas. Estimativa da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) diz que cada megawatt de energia solar instalada demanda uma força de trabalho de 30 novos empregos.

"Evoluir juntos com coragem, transformando tecnologia em liberdade" é o propósito da TIM. A operadora tem a maior cobertura móvel e presença 4G do Brasil e lidera a implementação do 5G no país, em linha com sua atitude protagonista e a sua assinatura: "Imagine as possibilidades". Comprometida com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança, integra importantes carteiras da bolsa brasileira, como a do Novo Mercado, do S&P/B3 Brasil ESG e do Índice de Sustentabilidade Empresarial. Está listada no Sustainability Yearbook, que reúne as empresas mais sustentáveis do mundo, e foi a primeira operadora a certificação ISO 37001, de combate ao suborno. Faz parte ainda do Índice de Equidade de Gênero da Bloomberg e lidera, entre as empresas do Brasil e do setor de telecom mundial, o Refinitiv Diversity & Inclusion Index.

Carteira de Crédito do Bmg continua a crescer e atinge R$ 25 bilhões nos primeiros meses do ano

Crescimento da carteira foi de 46% nos últimos 12 meses. No trimestre, Bmg também anunciou a chegada de Felix Cardamone como novo CEO da instituição financeira

O Banco Bmg (B3:BMGB4) divulgou os resultados consolidados do 1º Trimestre de 2023 (1T23), encerrado em 31 de março de 2023. Em março, o Bmg atingiu o total de 12,9 milhões de clientes, um crescimento de 24% nos últimos 12 meses, considerando o critério do Banco Central. Vale ressaltar que 57% deles possuem algum tipo de produto de crédito contratado.

Apoiado na estratégia de um banco completo e focado em fortalecer o engajamento dos clientes, o Bmg aumentou em 20% a quantidade de contas nos últimos doze meses. Hoje, são mais de 8,5 milhões de contas digitais e o Banco ultrapassou os R$ 2,2 bilhões em volume transacionado na soma de todos os seus cartões.

Em relação à carteira de crédito total, o Bmg atingiu R$ 25,022 bilhões, representando um crescimento de 46% nos últimos doze meses, e de 5% no trimestre.

No trimestre, o Lucro Líquido foi de R$ 23 milhões. Já o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio foi de 2,4% a.a. O Patrimônio Líquido encerrou 31 de março de 2023 com saldo de R$ 3,899 bilhões e o Índice de Basileia foi de 12,8%. A Margem Financeira Líquida atingiu R$ 1,082 bilhão no primeiro trimestre do ano.

O trimestre também foi marcado pela chegada de Felix Cardamone como novo CEO do Banco. Com sólida carreira no mercado financeiro e de meios de pagamento, o executivo foi CEO em outras instituições financeiras, possui larga experiência em Conselhos de Administração e atuou em entidades de classe, como a Associação Brasileira de Bancos (ABBC) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Ainda no período, o Banco evoluiu no seu planejamento de fortalecer o braço de seguros. "Em fevereiro, anunciamos a celebração de um contrato de compra e venda de ações para aquisição, pela Bmg Participações em Negócios, de 30% do capital social da Bmg Seguros S.A. detido pela Generali. Dessa maneira, a Bmg Participações em Negócios passará a deter 100% do capital da Bmg Seguros. Vale ressaltar que a conclusão da operação está pendente de aprovação regulatória", explica Felix Cardamone, CEO do Banco Bmg.

Sede do Bmg

Em maio, o Banco anunciou que adquirirá 5% do capital social da Granito Instituição de Pagamento S.A., detidos pelos acionistas minoritários. A conclusão da operação está sujeita à aprovação pelas autoridades regulatórias e, uma vez implementada, o Bmg passará a deter 50% do capital social total e votante da Granito. Em linha com seu compromisso com a diversidade e a inclusão, o Bmg passou a integrar o OUTstand Brasil, grupo de empresas que tem como objetivo promover a diversidade e inclusão de profissionais LGBTQIAP+ no mercado financeiro brasileiro. O Banco ainda foi reconhecido também pela Great Place to Work (GPTW) como uma das melhores empresas para pessoas com mais de 50 anos trabalharem. Enquanto isso, a help!, rede de franquias de crédito do Bmg, ficou entre as melhores empresas empregadoras para mulheres.

O suporte ao cliente também foi destaque do Bmg no trimestre e o Banco conquistou o Prêmio Ouvidorias Brasil 2022, da Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente (ABRAREC), que reconheceu o seu compromisso, empenho, dedicação e qualidade no atendimento.

Por fim, o Bmg aprovou, ainda, a declaração e pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) referente ao 1T23, no montante bruto de R$ 11,7 milhões, equivalentes a R$ 0,02 (R$ 0,017 líquido) por ação ordinária e preferencial. O pagamento aos acionistas será efetuado no dia 16 de maio de 2023.

Em constante transformação, o Bmg é um banco sem barreiras que segue inovando e proporcionando aos seus clientes a melhor experiência, com intuito de democratizar as soluções financeiras no Brasil. Com investimentos permanentes em tecnologia, o Bmg está sempre modernizando seus produtos, serviços e canais de atendimento, transformando-se, cada vez mais, em uma plataforma completa de relacionamento.

O Bmg é pioneiro na oferta de crédito consignado, que promoveu o acesso ao crédito com juros mais baixos, e possui a maior rede de correspondentes bancários do País, auxiliando no crescimento econômico local e na disseminação de oportunidades por todo território nacional. Hoje, é um banco para milhões de brasileiros e micro e pequenas empresas e seu portfólio de produtos e serviços inclui conta digital, cartões de crédito, empréstimos, seguros, consórcios, entre outros. Apaixonado por inovação, ética com transparência e empreendedorismo, o Bmg é um dos maiores incentivadores do esporte nacional e apoia as equipes femininas e masculinas de futebol do Corinthians, do Atlético Mineiro, do Vasco e do Ceará.

Apoiado na estratégia de um banco completo e focado em fortalecer o engajamento dos clientes, o Bmg aumentou em 20% a quantidade de contas nos últimos doze meses. Hoje, são mais de 8,5 milhões de contas digitais e o Banco ultrapassou os R$ 2,2 bilhões em volume transacionado na soma de todos os seus cartões

Empresa goiana usa nanotecnologia para melhorar desempenho de cosméticos

A nanotecnologia, ramo da ciência e da tecnologia que consiste em manipular a estrutura molecular dos mais diversos materiais, vem ao longo dos anos chamando a atenção da indústria brasileira, especialmente a de cosméticos.

Isso porque quando há nanotecnologia aplicada, os produtos são potencializados, pois, as partículas nano fazem com que eles sejam mais eficazes - hidratantes com maior poder de absorção, por exemplo - e muitas vezes em uma escala menor de tempo. A tecnologia também reduz custos de produção, uma vez que são necessárias menores concentrações dos ativos para se ter o mesmo efeito que o ativo não-nanoencapsulado.

De olho no potencial inovador desse mercado, a startup goiana Glia Innovation tem desenvolvido, desde 2018, vários tipos de nanotecnologias para indústrias de cosméticos e farmácias de manipulação. Um adendo aqui. A empresa nasceu como Nanoceuticals e, após se fundir com a startup de biotecnologia de Campinas, PlateInnove, se transformou em Glia Innovation, no início de 2022. A companhia foi fundada por cientistas acadêmicos e profissionais da indústria e até hoje não recebeu capital de investidores externos.

Na prática, a Glia desenvolve matéria-prima com base na nanotecnologia, as indústrias de cosméticos adquirem esses ingredientes e os incorpora em seus produtos. "A ideia é agregar valor, oferecer uma série de benefícios aos processos e produtos de quem compra nossa matéria-prima. Existem processos de produção que levam até 5 horas para serem concluídos, e com nossa solução isso cai para apenas 5 minutos", garante João Paulo Longo, um dos sócio-fundadores.

Por meio de insumos como manteigas e óleos, a Glia Innovation desenvolve nanopartículas lipídicas sólidas biodegradáveis e que não utilizam solventes orgânicos. Também são criados lipossomas, nanopartículas poliméricas, dendrímeros, sistemas de liberação drones e síntese de novas moléculas.

A sede industrial da startup fica em Aparecida de Goiânia, município de Goiás, local onde foram desenvolvidos mais de 90 produtos para uso em cosméticos capilares, faciais e corporais. Segundo João Paulo, hoje o portfólio está mais enxuto, com 40 produtos, e 78 clientes ativos, entre indústrias de cosméticos e farmácias de manipulação: Adcos, Vita Derm e Lakma são alguns exemplos.

A nanotecnologia, ramo da ciência e da tecnologia que consiste em manipular a estrutura molecular dos mais diversos materiais, vem ao longo dos anos chamando a atenção da indústria brasileira, especialmente a de cosméticos.

De olho no potencial inovador desse mercado, a startup goiana Glia Innovation tem desenvolvido, desde 2018, vários tipos de nanotecnologias para indústrias de cosméticos e farmácias de manipulação. Um adendo aqui. A empresa nasceu como Nanoceuticals e, após se fundir com a startup de biotecnologia de Campinas, PlateInnove, se transformou em Glia Innovation, no início de 2022. A companhia foi fundada por cientistas acadêmicos e profissionais da indústria e até hoje não recebeu capital de investidores externos.

Na prática, a Glia desenvolve matéria-prima com base na nanotecnologia, as indústrias de cosméticos adquirem esses ingredientes e os incorpora em seus produtos. "A ideia é agregar valor, oferecer uma série de benefícios aos processos e produtos de quem compra nossa matéria-prima. Existem processos de produção que levam até 5 horas para serem concluídos, e com nossa solução isso cai para apenas 5 minutos", garante João Paulo Longo, um dos sócio-fundadores.

Por meio de insumos como manteigas e óleos, a Glia Innovation desenvolve nanopartículas lipídicas sólidas biodegradáveis e que não utilizam solventes orgânicos. Também são criados lipossomas, nanopartículas poliméricas, dendrímeros, sistemas de liberação drones e síntese de novas moléculas.

A sede industrial da startup fica em Aparecida de Goiânia, município de Goiás, local onde foram desenvolvidos mais de 90 produtos para uso em cosméticos capilares, faciais e corporais. Segundo João Paulo, hoje o portfólio está mais enxuto, com 40 produtos, e 78 clientes ativos, entre indústrias de cosméticos e farmácias de manipulação: Adcos, Vita Derm e Lakma são alguns exemplos.

ESTRATÉGIAS PARA CRESCER

Em conversa com o Startups para a série Além da Faria Lima, o sócio-fundador da Glia conta que a startup conseguiu durante seus cinco anos de vida manter um crescimento sustentável, de 60% a 70% anualmente. Mas agora em 2023, a empresa pretende acelerar essa expansão apoiada em algumas estratégias.

A distribuição internacional do que produz é uma delas. "Hoje vendemos nossa matéria-prima para todo o Brasil e também para o Peru, por meio de distribuidores. Em breve, fecharemos contrato com revendedores também nos EUA (Flórida), na Índia e Polônia", afirma João Paulo.

Quando adquiriu a PlateInnove no ano passado, cujas tecnologias são fortes no desenho de peptídeos, moléculas muito usadas em cosméticos, a Glia desenvolveu cinco patentes de moléculas proprietárias.

Pois bem, a outra forma que a startup vislumbra para ampliar seu faturamento está na negociação de royalties pela exclusividade dessas moléculas. Dessa forma, o cliente além de comprar a matéria-prima, paga um royalty de exclusividade e o bolso da startup agradece.

Hapvida Notredame Intermédica teve no 1º trimestre expansão na receita operacional e no Ebtida

Companhia ainda registra no primeiro trimestre elevação do ticket médio e redução de sinistralidade

O grupo Hapvida NotreDame Intermédica começou o ano de 2023 com resultados financeiros positivos. O balanço do primeiro trimestre registrou receita líquida de R$ 6,7 bilhões, uma alta de 12,8% na comparação com o mesmo período do ano passado. Também houve avanço significativo num dos indicadores mais relevantes para os analistas de mercado, o Ebitda – sigla em inglês para: lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização. O Ebitda ajustado da companhia atingiu R$ 634,5 milhões, um aumento de 63,5% em relação ao primeiro trimestre de 2022.

Parte do bom desempenho do grupo pode ser atribuído a uma estratégia de negócios focada na recomposição do ticket médio. Graças a esse esforço, o faturamento por beneficiário subiu 8,3% na comparação de primeiro trimestre com primeiro trimestre. Outro índice que mostrou evolução favorável foi um dos mais importantes para o setor de planos de saúde, a sinistralidade, que reflete a relação entre os custos dos serviços realizados e os valores recebidos dos beneficiários. Quanto menor o índice, mais fôlego financeiro tem a companhia. O indicador de sinistralidade da Hapvida NotreDame Intermédica ficou em 72,3%, um dos mais baixos percentuais entre todas as empresas do setor, mostrando uma evolução em relação ao último trimestre reportado (4T22) e o mesmo trimestre do ano anterior (1T22).

"Os números comprovam que a companhia tem conseguido se adaptar ao cenário desafiador do setor, com melhor desempenho financeiro e operacional, reforçando a resiliência de seu modelo de negócio", diz o CEO da Hapvida NotreDame Intermédica, Jorge Pinheiro. "Seguimos nossa trajetória baseada no atendimento verticalizado, no trabalho de prevenção da saúde, na ampliação do mercado de atuação, no controle rigoroso de custos e na captura de sinergias."

O detalhamento dos resultados financeiros mostrou igualmente melhora no perfil da dívida da empresa. A dívida líquida, que era de 2,8 vezes o Ebitda no primeiro trimestre de 2022, caiu para 2,3 vezes o Ebitda no primeiro trimestre de 2023, mesmo após a conclusão da aquisição da HB Saúde, que custou R$ 650 milhões. Após dois eventos de captação de recursos realizados nos meses de abril e maio, essa alavancagem ficou em torno de 1,6 vez, uma redução significativa e alinhada com o plano estratégico da companhia.

Carga tributária para as empresas aumenta: MP 1159 entrou em vigor em maio

Medida Provisória determina a retirada do ICMS da base de cálculos do crédito de Cofins e PIS

No dia 1º de maio, começou a valer a Medida Provisória nº 1.159/2023, que traz novas regras fiscais. O texto deixa de incluir o ICMS no cálculo dos créditos de PIS e Cofins. A medida, que afeta principalmente o varejo, ainda gera muitas dúvidas aos contadores e advogados da área.

Segundo o advogado especializado em Direito Tributário, com vasta experiência em Direito Empresarial e sócio do escritório Moreira Garcia Advogados, Diego Weis Júnior, todas as entradas de maio já devem estar na nova regra. "Todas as mercadorias que entraram no estabelecimento em maio já têm o desconto do ICMS no cálculo dos créditos do PIS e Cofins", explica.

Para as empresas, essa nova medida significa um aumento na tributação de imediato. "Com essa nova base de cálculo, o crédito acaba se tornando menor, aumentando a carga tributária sobre o contribuinte", argumenta o advogado. Outro fator é o aumento também na insegurança jurídica, já que muitas questões ainda estão incertas quanto à prática da nova base de cálculos.

Como o ICMS pode variar de estado para estado, outra consequência para as empresas é que, com a MP 1159, será preciso analisar suas aquisições. "Será preciso reavaliar se é mais benéfico comprar dentro ou fora do estado, por exemplo", alerta o especialista. Isso também pode gerar um retorno da guerra fiscal entre os estados.

A medida ainda não produziu efeito, que entrou em funcionamento ainda esse mês, porém juristas

já alertam sobre a possibilidade de questionamento quanto à constitucionalidade e legalidade. Mais uma situação que aumenta a insegurança jurídica para as empresas.

Com tantos pontos ainda indefinidos, pode-se dizer que a MP 1159/23 tem dois pontos consolidados: o aumento da complexidade da tributação brasileira, assim como aumento da carga tributária.

Essa MP faz parte do pacote proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no início de janeiro e está relacionada à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na "tese do século", que retirou o ICMS da base de cálculo das contribuições.

Focado em advocacia trabalhista, tributária e empresarial/societária, o escritório Moreira Garcia Advogados Associados foi fundado em 2015 e apresenta aos clientes soluções por meio de estratégias consultivas e preventivas, além de oportunidades de negócio. A banca conta com profissionais com mais de 15 anos de experiência, apresentando amplo domínio em áreas do conhecimento que ultrapassam o campo jurídico e incluem contabilidade, tributação, acordos e negociações coletivas.

Minas Gerais concentra mais de 3 mil microempreendedores individuais estrangeiros

Levantamento do Sebrae Minas mostra que a maioria das pessoas formalizadas no estado são da Colômbia, Venezuela, Portugal e Argentina

Dos mais de 1,6 milhão das pessoas formalizadas como microempreendedores individuais (MEI) em Minas Gerais até o fim de abril, cerca de 3,3 mil são estrangeiras, segundo levantamento do Sebrae Minas com base nos dados do Portal do Empreendedor. Esse número aumentou 24% no estado se comparado com o acumulado do ano passado.

De acordo com o estudo, Minas Gerais concentra MEI de 109 nacionalidades, sendo em maior proporção as formalizações de pessoas que migraram da Colômbia (612 MEI), Venezuela (352 MEI), Portugal (261 MEI) e Argentina (203 MEI). Belo Horizonte lidera o ranking das cidades mineiras com o maior número de formalizações como MEI de pessoas de origem estrangeira (1.137), seguida por Uberlândia (330), Contagem (200), Juiz de Fora (172) e Ribeirão das Neves (97).

Já em relação a ocupação dessas empresas, a maioria atua principalmente nos setores de Serviços (1.426) e Comércio (1.104). Também há registro de formalizações como MEI na Indústria (596), Construção Civil (177) e Agropecuária (7).

Entre as ocupações com o maior número de formalizações de pessoas estrangeiras, destaque para o comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (503), cabeleireiros, manicures e pedicures (169), ensino de idiomas (121) e restaurantes e similares (94).

RECOMEÇO

A fotógrafa cubana Neida Soldevila, de 53 anos, é uma das empreendedoras estrangeiras que se formalizaram em Minas Gerais. Ela optou em vir para o Brasil para ficar mais próxima da sua única filha, casada com um brasileiro. Foi no empreendedorismo que Neide encontrou uma alternativa para seu sustento e para um recomeço.

Em 2022, ela se tornou microempreendedora individual, exercendo a atividade de fotógrafa de casamentos, aniversários, festas de criança e eventos em geral. Também fotografa em praças e parques de diversões e divulga parte do seu trabalho no Instagram (@fotoslacubana).

Residente na região de Venda Nova, em Belo Horizonte, ela está atenta às oportunidades e interessada em expandir seu negócio. "É muito importante se tornar MEI devido às vantagens da formalização. Além disso, formalizadas, temos ainda uma confiança maior de clientes, com isso conseguimos mais trabalhos que ajudam a cobrir os gastos diários e, ainda, a investir em novos equipamentos como câmeras, luz e tripés".

FORMALIZAÇÃO

Para se tornar MEI no Brasil, quem tem origem estrangeira precisa ter visto permanente no país, seja pelo casamento ou dupla nacionalidade. Também deverá ter o Registro Nacional de Estrangeiro emitido pela Receita Federal, em que constará seu CPF. Caso não tenha visto permanente no país, será necessário ter um visto para investimento, obtido junto ao Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) pelo site GOV.br.

"Quem vem de outros países para o Brasil deve fazer o cadastro no site do governo federal indicando o país de nacionalidade (conforme cadastro no CPF) e dados de identificação civil de estrangeiro(a). Toda pessoa imigrante, detentora de visto temporário ou de autorização de residência, precisa se registrar na Polícia Federal no prazo concedido no documento ou na legislação", explica a analista do Sebrae Minas Laurana Viana.

Unimed Nacional desenvolve programa para melhorar gestão da rede de atendimento

Programa fortalece a qualidade assistencial do Sistema Unimed, presente em 90% do território nacional

A Unimed é uma das marcas vencedoras do 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2023.

Equilibrar os custos assistenciais, sem prejuízo para a qualidade do atendimento, é um dos principais desafios da saúde suplementar. Em 2022, segundo dados da ANS, o setor registrou um aumento de custos em torno de R$ 8 bilhões em comparação com o ano anterior. Para o presidente da Unimed Nacional, Luiz Paulo Tostes Coimbra, é preciso que o setor busque soluções em conjunto, que visem a sustentabilidade da saúde suplementar. Ele cita como exemplo o Programa de Qualificação da Rede do Sistema Unimed (PQRS).

Sexta maior operadora de saúde do país, a Unimed Nacional atua na gestão assistencial direta de cerca de 2 milhões de clientes de sua carteira, e de mais 2,6 milhões de beneficiários de outras Unimeds, localizados em uma das cidades consideradas sua área de atuação – Salvador, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Itabuna, Ilhéus, na Bahia; Luziânia (GO); São Luís (MA); Brasília (DF); São Paulo e ABC (SP).

Como o core business da cooperativa são planos de saúde para grandes empresas nacionais e multinacionais espalhadas pelo território nacional, aproximadamente 1,3 milhão dos seus clientes também são atendidos por outras Unimeds.

Essa troca de atendimento que há entre o Sistema Unimed é chamada Intercâmbio Nacional. E para garantir que os clientes da Unimed Nacional tenham um padrão de qualidade assistencial em todas as Unimeds que buscarem por atendimento, desenvolveu o PQRS - Programa de Qualificação de Rede para o Sistema Unimed.

O objetivo do programa é compartilhar os dados assistenciais dos clientes da cooperativa nacional e, em parceria com as Unimeds, propor a adequação/otimização dos custos e o aprimoramento da qualidade do atendimento.

Luiz Paulo enfatiza que as iniciativas são pensadas caso a caso, considerando a realidade de cada Unimed e que são questões pertinentes ao setor saúde. Por isso, ele acredita que a abrangência do Sistema Unimed ajude com que o programa tenha reflexos no setor, de uma forma geral. “O objetivo final do PQRS é justamente melhorar a gestão da saúde suplementar, e pretendemos usar a força do cooperativismo para isso”, afirma o presidente.

Para 2023, após implementação e consolidação no ano passado, a expectativa é de que se dê um novo passo, adotando soluções disruptivas e bonificando as cooperativas que cumprirem os índices de performance estabelecidos. “O PQRS veio para fortalecer a sustentabilidade do Sistema Unimed, por meio de uma análise criteriosa de cenário e buscando, em conjunto, estabelecer iniciativas que promovam a eficácia assistencial para os clientes.”, ressalta Luiz Paulo.

Grupo Heineken cria Diretoria de Felicidade e sinaliza nova prioridade para sustentar seu plano de crescimento no Brasil

A Heineken é uma das marcas vencedoras do 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2023.

Em continuidade à agenda que teve início em meados de 2022, quando o Grupo HEINEKEN passou a medir a felicidade de seus colaboradores, a cervejaria anuncia a criação da sua Diretoria de Felicidade, área que será responsável por acompanhar e agir para aumentar o sentimento de bem-estar das 14 mil pessoas colaboradoras espalhadas pelo Brasil. A iniciativa representa um novo pilar estratégico da Companhia para sustentar o crescimento previsto nos próximos anos, em linha com os investimentos recém-anunciados no país.

Responsável por trazer essa agenda para o centro do negócio, Mauricio Giamellaro, presidente do Grupo HEINEKEN, explica que a nova diretoria consolida os aprendizados de uma jornada que começou há cerca de 1 ano com o objetivo de entender como a empresa poderia cuidar do colaborador de forma integral, passando pelos sentimentos e emoções com o que acontece dentro e fora do trabalho. "Após uma fase importante de aprimoramento, conseguimos disseminar a jornada da felicidade para 100% da nossa empresa, principalmente para nossa liderança. Esse pilar está totalmente alinhado à nossa cultura de respeito e cuidado, começando pelas nossas pessoas, que são as responsáveis por construir a história da HEINEKEN no presente e no futuro. Acreditamos que gente feliz brinda mais e é isso que nos motiva a trabalhar por um ambiente cada vez melhor e mais saudável para o nosso time", destaca.

A Diretoria de Felicidade do Grupo HEINEKEN é formada por profissionais de Recursos Humanos e de Saúde, como psicólogos e médicos, para que seja possível um cuidado integrado de saúde física e mental. "Para as pessoas estarem bem no trabalho precisam se sentir bem com a vida para além dele, e vice-versa. A jornada da felicidade é sempre individual, mas o entorno pode sim fazer uma grande diferença. Estamos engajados em inspirar uma vida melhor para as nossas pessoas e, consequentemente, para o nosso negócio", complementa Raquel Zagui, vice-presidente de Pessoas da cervejaria.

A nova área está sob a vice-presidência da Raquel com liderança direta de Livia Azevedo, executiva da cervejaria desde 2012, sempre com foco em impactar positivamente a vida das pessoas. Entre as principais atribuições da sua posição estão a governança da pesquisa quinzenal de felicidade enviada a todos os colaboradores, treinamentos para liderança e ações nacionais voltadas à melhoria contínua do ambiente de trabalho, saúde mental e incentivo a um estilo de vida mais equilibrado.

O Grupo HEINEKEN chegou ao Brasil em maio de 2010, após a aquisição da divisão de cerveja do Grupo FEMSA e, em 2017, adquiriu a Brasil Kirin Holding S.A ("Brasil Kirin"), tornando-se o segundo player no mercado brasileiro de cervejas. O Grupo gera mais de 14 mil empregos e tem 14 unidades produtivas no país, sendo 12 cervejarias e duas microcervejarias. A companhia também já iniciou a obra da sua 15ª cervejaria em Passos (MG), a unidade mais sustentável da companhia até agora.

No Brasil, o portfólio de cervejas do Grupo HEINEKEN é composto por Heineken®, Heineken® 0.0, Sol, Amstel, Amstel Ultra, Kaiser, Bavaria, Eisenbahn, Baden Baden, Devassa, Schin, Glacial, Lagunitas, Blue Moon e Tiger. O portfólio de não alcoólicos inclui Água Schin, Skinka, os refrigerantes Itubaína, Viva Schin, FYS e o recém-lançado CLASH'D. Com sede em São Paulo, a companhia é uma subsidiária da HEINEKEN NV, maior cervejaria da Europa.

Grupo 3corações marca presença na Apas Show 2023 e apresenta novidades para os apaixonados por café

O estande contou com um espaço de degustação das novas linhas de cafés de alta qualidade e de lançamentos como o Cappuccino Power Whey, a linha Vegetal, além de opções em diferentes intensidades e formatos, com cápsulas para todos os tipos de máquinas

Café 3 Corações é uma das marcas vencedoras do 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2023.

O Grupo 3corações, reconhecido nacionalmente pela liderança no segmento de cafés, marcou presença em um dos maiores eventos de alimentos e bebidas das Américas, a Apas Show 2023. Entre os dias 15 e 18 de maio, a empresa apresentou em São Paulo, no Expo Center Norte, uma dezena de novos produtos para todos aqueles que são apaixonados por café.

Na edição deste ano, a 3corações movimenta o mercado e traz novidades para todos os gostos, como o Cappuccino Power Whey, a linha Vegetal produzida à base de castanha-de-caju, entre diversos cafés especiais com intensidades e versões para as melhores experiências de consumo. Parceiros e visitantes serão recebidos em um ambiente especial, uma cafeteria montada para a degustação dos produtos do portfólio e para a interação e relacionamento com os executivos da empresa, que acompanharão tudo de perto.

"A 3corações é uma empresa de gente apaixonada pelo que faz. Este carinho se reflete na qualidade de todos os nossos produtos, em todo o longo percurso que vai do grão até a xícara. Temos certeza de que o consumidor reconhece este cuidado, valoriza a nossa tradição na oferta das melhores experiências. A Apas Show é um ponto de encontro do mercado nacional, uma grande vitrine, e estamos muito felizes em apresentar o que temos de mais moderno e inovador para aqueles que amam café assim como a gente", destaca Pedro Lima, presidente do Grupo 3corações.

Grupo SADA divulga Relatório de Responsabilidade Social Corporativa

O Grupo SADA, maior conglomerado de logística e transporte de veículos zero quilômetro da América Latina, divulga o Relatório de Responsabilidade Social Corporativa 2022. O documento é uma importante ferramenta de interface com as partes interessadas e trata dos impactos dos projetos e ações sociais realizadas pela companhia de norte a sul do país, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

O relatório mostra como o grupo está trabalhando a agenda de desenvolvimento em mais de 50 cidades próximas às suas operações para proporcionar desenvolvimento sustentável e promoção da igualdade de oportunidades para crianças, jovens e idosos por meio da educação, cultura e esporte.

O Grupo SADA é composto por mais de 30 empresas de diversos segmentos de mercado, sendo o principal o de logística e transporte de veículos zero quilômetro, e forma o maior conglomerado desse negócio na América Latina. Sua solidez está alicerçada em uma história de 47 anos e na visão de um futuro inovador, que transforma e colabora com o desenvolvimento do país.

Presente em mais de 50 cidades em todas as regiões brasileiras, conta também com operações na Argentina. O conglomerado emprega mais de 7,5 mil pessoas nas áreas de transporte e logística, siderurgia, bioenergia, reflorestamento, comunicação, esporte, fundação social e concessionárias de automóveis de passeio e de carga.

O Grupo é motivado pela ideia de que sempre é possível ser e fazer melhor por meio da diversificação dos negócios, do investimento em inovação e em ações de ESG, a fim de criar um impacto positivo na sociedade.

Fiat Argo ultrapassa marca de 400 mil unidades vendidas no Brasil

Um dos veículos mais vendidos do Brasil, o Argo também é exportado para 10 países da América Latina. Modelo é um dos automáticos mais econômicos do segmento.

A Fiat é uma das marcas vencedoras do 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2023.

Com carros que conquistaram o público brasileiro, é impossível falar do mercado de hatches sem citar a Fiat. A marca carrega a tradição até hoje, tanto é que possui a liderança do segmento e encerrou o último mês com 24,3%% de market share da categoria. Um dos grandes responsáveis por esse lugar no topo do pódio é o Fiat Argo, um dos veículos mais vendidos do país e que celebra mais um importante marco da sua história: ultrapassou a marca de 400 mil veículos vendidos.

Em 2017, a Fiat inovou mais uma vez ao lançar um hatch premium, com um visual marcante e nome de constelação. Desenvolvido e fabricado no Polo Automotivo Stellantis Betim (MG), o Argo foi projetado para atender às necessidades dos consumidores latino-americanos. Além do Brasil, é comercializado também em mais 10 países da América do Latina, como Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Equador.

Unindo o design clássico dos modelos italianos com um toque urbano, o hatch premium se destaca pelo estilo e autenticidade. Desde que chegou ao mercado, ele ganhou atualizações, como novas versões, cores e tecnologia. No início deste ano, trouxe mais uma novidade para as versões Drive e Trekking: o câmbio automático tipo CVT de sete velocidades, que combinado com a potência de 107 cv do motor Firefly 1.3 resulta em eficiência e desempenho competitivos para a categoria. Mais do que isso, com consumo de até 13,9 km/l, ele se tornou um dos veículos automáticos mais econômicos do segmento.

Com toda essa trajetória de atualizações e inovações, o resultado não poderia ser outro se não o sucesso. Além de atingir a expressiva marca de 400 mil unidades vendidas, o modelo é o quinto veículo mais vendido do país em 2023 com mais de 20.500 emplacamentos no acumulado do ano até abril. No quarto mês de 2023, o Argo também garantiu a posição no top 5 dos mais comercializados no Brasil, com 5.475 unidades vendidas.

"A Fiat possui tradição em hatches no Brasil. A marca já vendeu mais de oito milhões de unidades da categoria desde que chegou ao país em 1976. Ao longo dos anos, a Fiat seguiu inovando sempre e lançou hatches que fizeram parte da vida dos brasileiros, assim como o Argo. Lançado há seis anos, ele faz parte do processo de reposicionamento da marca e desempenha muito bem o papel de sucessor de modelos de grande sucesso que entraram para a história da marca e da indústria automotiva brasileira. Com muito estilo, tecnologia, conforto, performance e segurança, o Argo se tornou um dos mais queridos no país e vem conquistando cada vez mais os brasileiros desde que passou a contar com o novo câmbio CVT recentemente", afirma Herlander Zola, vice-presidente sênior da Fiat na América do Sul.

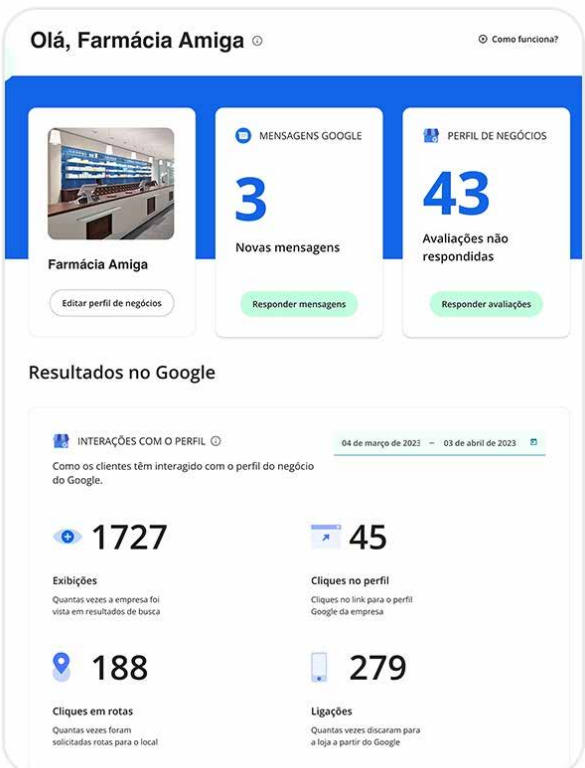
Google e Napp lançam plataforma gratuita para PMEs expandirem presença e negócios on-line

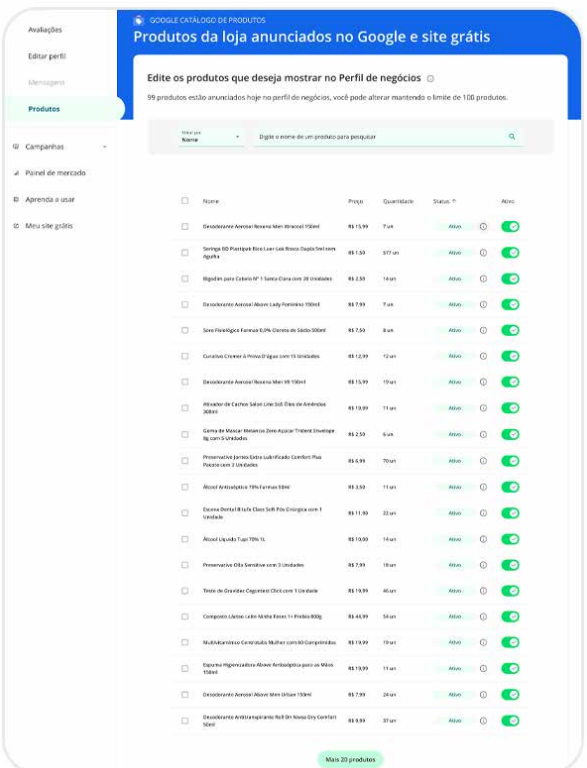
Plataforma já está disponível para o segmento de pequenas e médias farmácias de todo o Brasil e deve chegar a milhares de empresas até o final do ano; Além de permitir que empresas gerenciem campanhas de publicidade do Google, a Plataforma Napp também permite criar um site de forma automática e oferece insights em tempo real

As pequenas e médias empresas brasileiras passam a ter uma nova aliada na gestão de sua presença on-line a partir desta quinta-feira, 18: a nova Plataforma Napp, desenvolvida pela Napp Solutions em parceria com o Google, ajudará pequenas e médias empresas de todo o Brasil a construir sua presença on-line de maneira simplificada e expandir seus negócios. As empresas cadastradas poderão não só criar seu primeiro site on-line, como também ter acesso a um conjunto de produtos do Google para atrair mais clientes com a ajuda da publicidade on-line e ferramentas para gerenciar o negócio de forma mais eficiente.

A Plataforma Napp foi desenvolvida considerando os diversos desafios e responsabilidades enfrentados diariamente pelas PMEs, que precisam de tempo para gerenciar o dia a dia do negócio. Sua interface é simples de usar e oferece recursos automatizados, em sua maioria, evitando que os empreendedores tenham que executar tarefas manuais ou complexas – em especial para aqueles com pouco conhecimento em tecnologia.

A nova plataforma permite o acesso a sete produtos do Google. Com ela, o empreendedor poderá criar campanhas de publicidade e de promoção de seu estoque em lojas físicas com a ajuda das Campanhas Inteligentes, poderá acessar insights e tendências de mercado gera-





dos a partir das campanhas realizadas no Google Ads, interagir com seus clientes por meio do Business Messages, além de acessar conteúdos educacionais exclusivos do Google com dicas para alavancar seus negócios. Ao se cadastrar, cada PME também poderá criar um site próprio disponibilizado pela Napp onde poderá promover seus serviços e produtos.

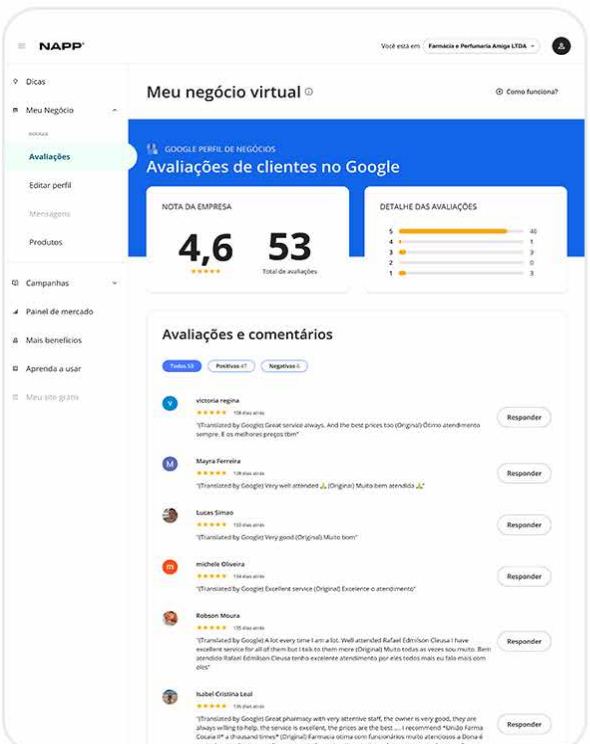
A ferramenta contará com abas simples e de fácil navegação, incluindo página de insights, com as informações mais importantes do dia para o lojista, resumo das avaliações, mensagens e interações, manutenção de perfis no Google, com atualização de informações comerciais no Perfil da Empresa e gerenciamento de produtos no Merchant Center; criação de campanhas de publicidade de forma simplificada, com auxílio em todas as etapas; além do Painel de Mercado da Napp, com dicas de negócios, comparação de preços de produtos com concorrentes da região e análise do desempenho da empresa frente a eles.

Nesse primeiro momento, a plataforma está disponível para o segmento de farmácias, com cerca de 8 mil pequenas e médias farmácias cadastradas em todo o Brasil. O segmento foi escolhido como o primeiro a testar a plataforma após a identificação do potencial de acelerar a digitalização e o uso de novas tecnologias no setor. Segundo levantamento realizado em 2022 pelo Instituto Axxus, que integra o ecossistema do Parque Científico e Tecnológico da Unicamp, 92% das farmácias independentes não utilizam qualquer plataforma de marketplace e 86% delas realizam levantamento manual do registro de medicamentos.

Ao longo dos próximos meses, a Napp vai gradualmente oferecer a plataforma para outros segmentos do comércio, com o objetivo de chegar a dezenas de milhares de empresas até o final de 2024. Atualmente, empresas interessadas em usar a nova plataforma podem se cadastrar por meio do site da plataforma. Após o cadastro, cada PME passa por um processo de integração à plataforma, de forma totalmente independente e simplificada. As pequenas e médias empresas que não fazem parte do segmento farmacêutico também podem realizar o cadastro no site para serem notificadas quanto a plataforma estiver disponível.

"As pequenas e médias empresas precisam ter ferramentas simples e eficientes para se beneficiar da economia digital e empresas como a Napp são parceiros importantes do Google para que nossos produtos cheguem a todos os empreendedores brasileiros", afirma Newton Neto, diretor de parcerias do Google para a América Latina. "Estamos felizes em anunciar mais uma iniciativa para tornar a vida dos brasileiros mais fácil."

"Essa parceria com o Google, que é uma referência em tecnologia, é fundamental para que a Napp possa ser cada vez mais útil às pequenas e médias empresas brasileiras", diz Bruno Zenatte, CEO da Napp Solutions. "Estamos recebendo ótimos feedbacks dos nossos primeiros usuários e queremos seguir expandindo essa plataforma para diferentes segmentos."



Heineken firma parceria com Live Nation Brasil e será cerveja oficial de shows internacionais

Marca estará nos principais eventos programados para arenas e estádios em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e Brasília

A Heineken®, atual marca de cerveja mais amada pelos brasileiros*, das maiores cervejarias do mundo, se junta à Live Nation Brasil, braço nacional da líder no mercado de entretenimento global, responsável por grandes turnês no país, como Sandy & Junior, Maroon 5, Metallica, entre tantas outras, a fim de fomentar sua presença e incentivar a cultura e grandes espetáculos ao vivo, além de promover ações colaborativas para seus consumidores.

A parceria ocorrerá em 15 shows internacionais a serem realizados pela Live Nation no Brasil em 2023 e 2024, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e Brasília, com a expectativa de impactar mais de 650 mil pessoas em todos os eventos. A primeira parceria foi ativada já no início de maio, durante a mais recente turnê mundial da cantora norte-americana Alicia Keys, nos shows realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo. Além disso, a Heineken® também já está confirmada como a cerveja oficial da apresentação da banda norte-americana Foo Fighters, que desembarca no país em setembro.

"Para a Heineken®, é uma parceria que faz muito sentido. Temos no nosso DNA o propósito como marca de oferecer experiências inesquecíveis e únicas, e o encontro com a Live Nation Brasil sintoniza totalmente essa visão da empresa em relação ao incentivo ao entretenimento e à cultura", explica Guilherme Bailão, diretor de Experiências de Marca e Patrocínios do Grupo HEINEKEN no Brasil.

A marca celebra a parceria como uma consolidação de relevância no segmento de eventos e Brand Experience. Já patrocinadora e presente nos maiores festivais do Brasil, como Rock in Rio e The Town, Heineken® investiu mais de R$ 200 milhões em cerca de 200 produções, só no ano passado. Além disso, foram mais de 1 mil dias de eventos e 25 milhões de pessoas impactadas por esses espetáculos.

A Heineken é uma das marcas vencedoras do 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2023.

"Acreditamos e promovemos momentos de socialização e conexões. Festivais de músicas são exemplos dessas oportunidades de entretenimento, em que as pessoas estão lá para desfrutar e colecionar memórias. Como marca de cerveja, estar presente nessas ocasiões de consumo tão especiais é fundamental", conclui Bailão.

"Os shows lidam diretamente com a paixão e acabam sendo a plataforma perfeita para criar conexões reais e diretas com o público. Um bom evento é a relação perfeita entre o artista no palco com a experiência do entorno, e essa parceria com a Heineken® é um resultado disso. Estamos juntos mirando no bem estar dos fãs a longo prazo, para que possamos entregar memórias inesquecíveis." comenta Alexandre Faria, vice-presidente da Live Nation Brasil.

O Grupo HEINEKEN chegou ao Brasil em maio de 2010, após a aquisição da divisão de cerveja do Grupo FEMSA e, em 2017, adquiriu a Brasil Kirin Holding S.A ("Brasil Kirin"), tornando-se o segundo player no mercado brasileiro de cervejas. O Grupo gera mais de 14 mil empregos e tem 14 unidades produtivas no país, sendo 12 cervejarias e duas microcervejarias. A companhia também já iniciou a obra da sua 15ª cervejaria em Passos (MG), a unidade mais sustentável da companhia até agora.

Live Nation Entertainment (NYSE: LYV) é a principal empresa de entretenimento no mundo, composta por líderes do mercado global: Ticketmaster, Live Nation Concerts e Live Nation Sponsorship.

Seguros Unimed prevê faturamento 18% maior em 2023

Resultado deve chegar a R$ 6 bilhões, impulsionado pelo crescimento nos segmentos de Saúde, Odonto, Vida e Ramos Elementares

A Seguros Unimed, braço segurador e financeiro do Sistema Unimed, está otimista sobre seu desempenho financeiro e operacional em 2023. A expectativa da Companhia é alcançar um faturamento de até R$ 6 bilhões neste ano, o que representa um crescimento de 18%, impulsionado pela perspectiva positiva dos seguros Saúde, Odontológico, Vida e Ramos Elementares, que devem aumentar em 18%, 22%, 15% e 15%, respectivamente. Além disso, a empresa prevê uma evolução de 10% nos investimentos em Previdência Privada.

A projeção vem amparada pelo bom resultado de 2022, período em que a Seguros Unimed atingiu faturamento consolidado de R$ 5,1 bilhões (R$ 4,9 bilhões referentes a prêmios de seguros e R$ 200 milhões devido a contribuições de previdência). O resultado operacional consolidado foi de R$ 35,5 milhões e o lucro líquido chegou a R$ 216,8 milhões, permitindo um ROAE (Retorno Sobre Patrimônio Médio) de 12,62%, equivalente a 101,98% da Selic média. Além do pagamento de R$ 35 milhões em JCP (Juros Sobre Capital Próprio).

Esses números foram puxados principalmente pelos seguros Odonto, Saúde e Ramos Elementares, que aumentaram os respectivos faturamentos em 25,7%, 20,7% e 19,1%, no ano de 2022. É importante ressaltar, porém, que todos os segmentos da Seguros Unimed têm participação nestes resultados. Em 2022, a carteira geral alcançou a marca de 6,2 milhões de clientes, um crescimento de 6,1% em relação ao ano anterior.

Helton Freitas, presidente da Unimed Seguros

"Atualmente, trabalhamos com

plataformas de Inteligência Artificial e outras tecnologias que nos permitem analisar o mercado e o desempenho da Seguradora nos próximos meses para termos essas perspectivas mais claras de resultado. Claro que podem ocorrer variações nestes valores, mas estamos otimistas. Além disso, temos os parceiros corretores como importantes aliados para nos ajudar a alcançar nossas metas. Para eles, disponibilizamos ferramentas que facilitam a simulação de cotação e vendas, bem como excelentes condições dos nossos produtos para nos ajudar a aumentar a carteira de beneficiários", explica Helton Freitas, presidente da Seguros Unimed.

Outro ponto importante a ser destacado é a sinergia da empresa com as cooperativas que compõem o Sistema Unimed. Por meio delas, por exemplo, a Unimed Odonto, operadora de planos odontológicos do Sistema Unimed, teve um dos melhores desempenhos.

"Para potencializar nossas parcerias, estamos investindo fortemente em inovações com foco em negócios, no desenvolvimento de novos produtos e no relacionamento com clientes. Um ponto importante a ser destacado é que esses resultados são possíveis porque a Seguros Unimed tem uma carteira de produtos diversa, que vai além da saúde", afirma Freitas.

A companhia também tem voltado seus esforços para proporcionar canais tecnológicos de atendimento cada vez mais efetivos. Um exemplo recente, voltado para os beneficiários, é a Tina, consultora virtual de saúde bucal com Inteligência Artificial (IA). Essa plataforma é capaz de oferecer orientação personalizada, avaliar o risco de patologias bucais e, ainda, indicar profissionais com maiores probabilidades de resolver o problema do usuário.

Já para os parceiros corretores, a empresa segue trabalhando em melhorias para tornar cotações e contratos mais fáceis e rápidos, como a implementação de plataformas online e offline para gerir processos e facilitar a apresentação dos produtos para os clientes na hora da venda.

Ainda no ano passado, os esforços da operadora também se voltaram para fortalecer o incentivo do uso da Atenção Primária à Saúde (APS), implementando esse modelo em seus produtos, como o Cuidar Mais, lançado especificamente com esse propósito. "Somos fortes defensores da APS justamente pela sua finalidade de promover, de forma mais assertiva, o cuidado integral, preventivo e acessível", explica o presidente. Pelo SuperApp, aplicativo da Seguros Unimed, o beneficiário que escolhe essa modalidade começa o atendimento pela plataforma e, se necessário, é encaminhado para um especialista. "O primeiro passo é online. Entretanto, também deixamos claro aos nossos clientes que eles contarão com toda uma equipe composta por médico de família, enfermeiro e outros profissionais que vão atuar para o sucesso do tratamento", complementa.

INVESTIMENTO NA VERTICALIZAÇÃO DO SISTEMA UNIMED

Ainda em 2022, a Seguros Unimed deu um grande passo para acelerar a verticalização da marca. Por meio da InvestCoop Asset Management, gestora de recursos do Sistema Unimed, administrada pela seguradora, lançou o primeiro fundo imobiliário para construção de um hospital em Campina Grande, na Paraíba. Após essa bem-sucedida operação, a InvestCoop deu outro passo importante, dessa vez para viabilizar a construção de uma unidade de alta complexidade da Unimed Maceió. Com custo estimado de R$200,0 milhões, a obra deve ser concluída em 2024.

"A InvestCoop é responsável pela gestão de R$ 4,4 bilhões. Ela busca encontrar a melhor maneira de investir esses recursos, de forma a promover a independência das singulares e das empresas que compõem a marca, que é referência em saúde e cuidado há 55 anos. Temos ainda um fundo imobiliário nacional, que acreditamos ser capaz de captar cerca de R$ 2,0 bilhões. Com esse valor, será possível investir, ainda mais, em serviços próprios e diferenciados, como hospitais, laboratórios, centros de imagem e oncológicos", comenta Helton Freitas, também CEO da InvestCoop Asset Management.

NOVA MARCA

A Seguros Unimed também apresentou novos ares à sua imagem. Para essa mudança, a Companhia iniciou uma parceria com a DPZ e já colocou em prática um dos primeiros resultados do trabalho em conjunto. Desde novembro, está com uma campanha patrocinada nos maiores cinemas do país, em que exibe sua nova assinatura: Se é Unimed, é Seguro, mensagem que reforça a ligação da marca ao Sistema Unimed para o público de todo o país.

A Seguros Unimed é o grupo segurador e braço financeiro do sistema de cooperativas médicas Unimed, presente em 90% do território nacional. Com uma trajetória de 33 anos no mercado, a Companhia atende a 6 milhões de segurados nos segmentos de Saúde, Odontologia, Vida, Previdência (aberta e fechada) e nos Ramos Elementares (com seguros patrimoniais e de responsabilidade civil médica). Desde 2019, atua também na gestão de recursos financeiros para o sistema cooperativo, com a criação da InvestCoop Asset Management. O grupo conta com mais de 1,6 mil colaboradores na Matriz e Central de Relacionamento, além de outros 22 escritórios regionais pelo país.

A Unimed é uma das marcas vencedoras do 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2023.

Grupo Heinken lança pedra fundamental da cervejaria de Passos, em Minas Gerais

No dia 25 de maio último, o Grupo Heineken celebrou o início da construção da sua cervejaria de Passos, em Minas Gerais, durante cerimônia de lançamento da Pedra Fundamental da nova unidade. Com previsão de inauguração em meados de 2025, a planta mineira representa a 15ª cervejaria da empresa no país e produzirá, inicialmente, as marcas Heineken® e Amstel®, em linha com a estratégia de premiumnização do mercado nacional por meio de rótulos premium e mainstream puro malte.

Idealizada para ser a mais sustentável da empresa até aqui, a unidade de Passos recebeu investimentos da ordem de R$ 1,8 bilhão e irá gerar 350 empregos diretos, além de 11 mil postos de trabalho indiretos, quando estiver em operação. Na atual fase de obras, o projeto deve criar 2 mil oportunidades de trabalho para os moradores de Passos e região.

A cerimônia de lançamento da Pedra Fundamental aconteceu nesta manhã no município de Passos e contou com a presença o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, o prefeito de Passos, Diego Rodrigo De Oliveira e autoridades locais, além do presidente do Grupo Heineken, Maurício Giamellaro, e do vice-presidente de Sustentabilidade & Assuntos Corporativas da cervejaria, Mauro Homem.

"Esse é um projeto muito esperado por nós, pelos nossos clientes e, principalmente, pelo estado de Minas Gerais. A cervejaria de Passos foi idealizada para atender aos nossos objetivos de negócio, mas também para contribuir com a prosperidade da região por meio de desenvolvimento econômico e social e aceleração da agenda ambiental", comentou o presidente da cervejaria.

Cervejaria mais sustentável e o compromisso com Minas Gerais

A cervejaria, projetada para ser a unidade mais sustentável da com-

panhia até aqui, será abastecida com fontes de energias 100% renováveis - contribuindo para a meta de alcançar a neutralidade de carbono de toda a cadeia de valor do Grupo Heineken até 2040 – além de contar com um sistema de abastecimento hídrico eficiente que permitirá a ampliação da infraestrutura de captação de água existente na cidade.

O projeto está em fase inicial de obras, mas o Grupo Heineken já colocou em prática uma série de iniciativas socioambientais na região. Em abril, a cervejaria aderiu ao Programa Produtor de Águas da Agência Nacional de Águas (ANA), tornando-se apoiadora do Projeto Bocaina de Pagamento por Serviços Ambientais. A parceria tem como objetivo estimular produtores rurais locais a investirem em ações sustentáveis em suas propriedades, recompensando-os financeiramente por contribuírem com o meio ambiente e por agirem de forma preventiva para evitar que o município venha a passar por situações de desabastecimento hídrico.

Ainda como parte dos compromissos ambientais da empresa, a cidade de Passos já faz parte do programa de geração distribuída de energia verde da marca Heineken®, que permite que todos os moradores do município tenham acesso à energia renovável por meio de usinas sustentáveis a partir de um cadastro simples e 100% digital na plataforma da marca. O projeto contribui para a redução do impacto de cada residência ao meio ambiente e ainda oferece desconto de 15% na conta mensal de luz.

ZEMA SE DIZ PREOCUPADO COM RETROCESSOS

De acordo com o Blog PCO, "preocupado com os rumos da economia brasileira, o governador Romeu Zema aproveitou a inauguração da fábrica da Heineken, em Passos, no Sul de Minas, para considerar como retrocesso algumas propostas do presidente

Lula. Segundo Zema, "infelizmente, o governo federal, ao invés de falar de reformas e avanços, tem falado mais em retrocessos. Uma das conquistas que nós tivemos há poucos anos, foi o Banco Central autônomo, que é o guardião da nossa moeda. Querem reverter isso. Não é certo, senão teremos inflação como a Argentina. Não é isso que queremos. Tivemos avanços nas estatais federais, que hoje precisa, para contratar alguém, mostrar que é idôneo e tem competência, é assim em qualquer empresa séria. Querem acabar com isso e colocar lá qualquer pessoa desqualificada e com histórico ruim. Tivemos o Marco do Saneamento, aprovado dois anos atrás. Querem desfazer". Durante a cerimônia, Zema comemorou os investimentos da cervejaria Heineken em Minas Gerais. A unidade de Passos recebeu investimentos da ordem de R$ 1,8 bilhão e irá gerar 350 empregos diretos, além de 11 mil postos de trabalho indiretos".

O Grupo Heineken chegou ao Brasil em maio de 2010, após a aquisição da divisão de cerveja do Grupo FEMSA e, em 2017, adquiriu a Brasil Kirin Holding S.A ("Brasil Kirin"), tornando-se o segundo player no mercado brasileiro de cervejas. O Grupo gera mais de 14 mil empregos e tem 14 unidades produtivas no país, sendo 12 cervejarias e duas microcervejarias. A companhia também já iniciou a obra da sua 15ª cervejaria em Passos (MG), a unidade mais sustentável da companhia até agora.

No Brasil, o portfólio de cervejas do Grupo Heineken é composto por Heineken®, Heineken® 0.0, Sol, Amstel, Amstel Ultra, Kaiser, Bavaria, Eisenbahn, Baden Baden, Devassa, Schin, Glacial, Lagunitas, Blue Moon e Tiger. O portfólio de não alcoólicos inclui Água Schin, Skinka, os refrigerantes Itubaína, Viva Schin, FYS e o recém-lançado Clash'd. Com sede em São Paulo, a companhia é uma subsidiária da HEINEKEN NV, maior cervejaria da Europa.

Com aporte de R$ 5 bilhões, Uberaba (MG) ganha fábrica de fertilizantes a partir de hidrogênio verde

O Triângulo Mineiro vai receber mais uma fábrica de fertilizantes a partir de hidrogênio verde, um dos principais componentes do insumo. A Atlas Agro Brasil, empresa especializada em fertilizantes nitrogenados, assinou o protocolo de intenção para instalação da fábrica no Distrito Industrial III de Uberaba (MG). Ao todo, o investimento deve chegar a R$ 5 bilhões, com previsão de geração de empregos diretos na região.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação de Uberaba, Rui Ramos, destaca que o município está em pleno desenvolvimento e possui uma posição estratégica que beneficia empresas.

"Uberaba no ano passado e nesse início de ano tem sido um dos municípios que mais tem gerado emprego no Brasil, pelos dados do Caged. Nós temos aqui um polo de fertilizantes, que é o nosso Distrito III, que é um dos maiores da América do Sul. Nesse local nós temos uma posição logística fantástica, nós estamos equidistantes em torno de 500 quilômetros dos principais centros de consumo do Brasil, das principais capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e Brasília", afirma.

A Câmara dos Vereadores de Uberaba (MG) já aprovou a concessão de um terreno do poder público com aproximadamente 1 milhão m² para o projeto. De acordo com informações da Câmara, o terreno cedido é o mesmo onde seria instalada uma planta de amônia, que acabou não saindo do papel. De acordo com o secretário, as obras estão dentro do previsto pelo cronograma.

"Nós estamos acabando a celebração dos contratos de incentivo tanto do município como do estado e formalizando esses contratos, nos próximos 30 dias a empresa dará início aos projetos de engenharia. É um complexo industrial nos moldes da refinaria que envolve toda uma tecnologia nova. Os projetos em geral são feitos no exterior, então tem um período grande de detalhamento de projeto, licenças ambientais, licença de instalação. A previsão é iniciar a obra no segundo semestre de 2024 e início de operação em 2027", explicou.

Segundo Ramos, durante a construção da unidade devem ser gerados 2.000 empregos diretos e depois da operação, entre 500 e 600 diretos e indiretos.

FUTURO HIDROGÊNIO VERDE

Um estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre as perspectivas de aplicação do hidrogênio na indústria brasileira identificou que os setores de refino e fertilizantes (consumidores de hidrogênio cinza, que é produzido a partir de gás natural) têm potencial de uso imediato das opções sustentáveis como estratégia de descarbonização.

Dados do levantamento apontam que o setor de refino tende a ser o principal cliente, com cerca de 74% do hidrogênio consumido na indústria brasileira. Já os setores de fertilizantes e amônia vêm logo em seguida. O estudo ainda indica que o Brasil tem potencial para a produção de amônia a partir de hidrogênio verde próxima ao agronegócio, que hoje consome 87 mil toneladas por ano de hidrogênio.

No Congresso Nacional, tramita o projeto de lei 1878/2022, que trata de incentivos ao hidrogênio verde e está em discussão na Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde, onde aguarda relatoria. O deputado federal Zé Vitor (PL-MG) destaca o potencial do estado de promover o aumento da produção de insumos a partir de fontes renováveis e, assim, gerar mais empregos e renda para a população.

"Minas tem sido palco de grandes investimentos por vários fatores: pelo bom alinhamento com o governo do estado, pela disponibilidade de mão de obra qualificada por uma boa rede de prestadores de serviço e de fornecedores de produtos e mostra o quanto nós estamos dispostos a trabalhar pela captação de mais investimentos, que certamente significa mais emprego e renda e a transformação da vida de muitas famílias", ressalta.

Fonte: Brasil 61

Afya divulga balanço do 1Q23 com destaque para a marca de quase 300 mil médicos e estudantes usando suas soluções todo mês

Resultados financeiros consistentes, como a receita líquida ajustada (+ 25,0%) e a margem EBITDA ajustada (+ 46,5%), e o aumento na base de alunos de Medicina na graduação e na pós apontam para mais ano de forte crescimento

A Afya Limited (NASDAQ: AFYA) anunciou hoje os resultados do 1Q23, que consolidam sua liderança tanto na formação quanto na oferta de soluções digitais para estudantes de Medicina e médicos em todo o país. Na frente educacional, são 20.822 alunos de graduação em Medicina matriculados em 30 unidades de 14 estados – crescimento de 18,8% em relação ao mesmo período de 2022 – e 3.163 vagas de Medicina autorizadas pelo Ministério da Educação (MEC). Em demais cursos da área da saúde, a Afya atingiu 21.660 alunos no período, além de 25.043 alunos de outras áreas, totalizando 67.525 alunos de graduação. Em educação continuada, são 4.774 médicos matriculados em cursos de pós-graduação e especialização em 13 unidades – aumento de 37,2% comparado ao mesmo período do ano passado.

Já no segmento de soluções digitais para médicos, no qual a empresa entrou em 2020, a Afya também encerrou o trimestre com importantes avanços: são quase 300 mil usuários ativos por mês, entre médicos e estudantes de medicina. Isso significa que 1 em cada 3 médicos do país é usuário de pelo menos uma solução digital da Afya. O ecossistema digital criado pelo grupo (imagem abaixo) é dividido em pilares, onde estão distribuídas as 11 healthtechs adquiridas pela empresa nos últimos três anos: PEBMED, Medphone, iClinic, Medicinae, Medical Harbour, CliqueFarma, Shosp, RX PRO, Além da Medicina, CardioPapers e Glic.

EDUCAÇÃO TECNOLOGIA SAÚDE

"Entramos no 3º ano de implantação da nossa estratégia de ser o maior ecossistema de formação e soluções digitais para o médico. É muito gratificante ver, através dos resultados em todas as nossas frentes de negócio, o crescimento consistente e a sinergia entre elas. A Afya é a única empresa que se relaciona com o médico em todas as etapas da carreira, potencializando sua formação, atualização, assertividade e produtividade. No centro de tudo o que fazemos estará sempre o médico, sejam aplicativos de suporte à tomada de decisão clínica, plataformas de atualização médica, ferramentas de gestão, prontuário e prescrição eletrônica, ferramentas para a melhoria e adesão a tratamento de doenças crônicas, além de soluções de relacionamento com o paciente e players do setor de saúde", destaca Virgilio Gibbon, CEO da Afya.

DESTAQUES FINANCEIROS

No 1º trimestre de 2023, a receita líquida ajustada da Afya cresceu 25,0%, chegando a R$ 709,4 milhões. O EBITDA ajustado foi de R$ 330,2 milhões (+21,9%), com expansão de 46,5% na margem EBITDA ajustada. O lucro líquido ajustado no período foi de R$ 166,4 milhões, enquanto a conversão de caixa atingiu 111,9%, resultando na sólida posição de R$ 722,7 milhões ao final do 1Q2023. Excluídas as aquisições, a receita líquida ajustada foi de R 644,2 milhões (+13,5%). Já o EBITDA ajustado foi de R$ 304,2 milhões (+12,3%), com margem EBITDA ajustada de 47,2%.

A empresa confirmou o guidance reportado no início de 2023:

- ***Receita líquida ajustada em 2023 entre R$ 2.750 milhões e R$ 2.850 milhões***
- ***EBITDA ajustado em 2023 entre R$ 1.100 milhões e R$ 1.200 milhões.***

"Importante destacar a evolução da nossa dívida líquida. Se compararmos a de março de 2023 com o valor da dívida liquida de 2022, somado ao investimento da aquisição da Unit (AL) e da FITs (PE), concluída em janeiro, vemos uma redução do nosso endividamento líquido em R$ 177 milhões durante o primeiro trimestre", avalia o CFO da Afya, Luis André Carpintero Blanco.

GERAÇÃO DE ALTO IMPACTO NA SOCIEDADE

Comprometida com a visão de "transformar a saúde com quem tem a Medicina como vocação", a Afya atua fortemente na geração de impacto social nas regiões onde opera. Entre os indicadores ESG (sigla em inglês para meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa) que a Afya reporta ao mercado desde 2021, destaque para:

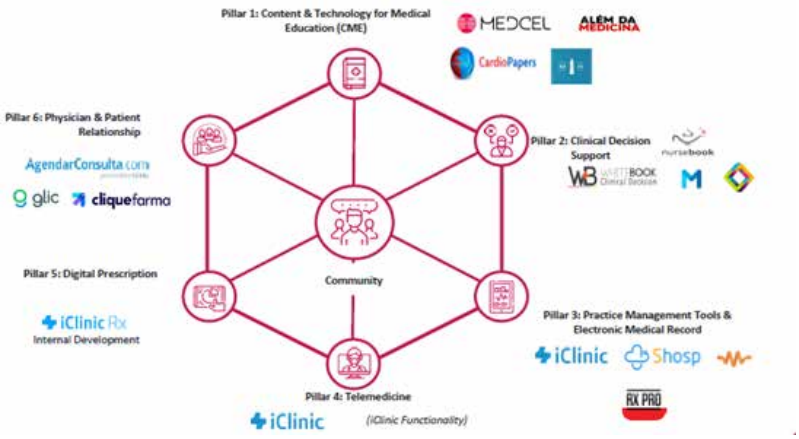
Mais de 116 mil atendimentos gratuitos realizados no 1Q por alunos, médicos e preceptores às comunidades em que atuamos. Ao longo de 2022, o número de atendimentos chegou a quase meio milhão.

Até março de 2023, as instituições de ensino que compõem a Afya já tinham formado mais de 18 mil médicos ao longo dos últimos 24 anos.

Na frente ambiental, 8 instituições de ensino do grupo já estão com 100% de placas fotovoltaicas em uso. Outras 10 IES estão em fase de implantação, o que vai garantir a estas unidades autossuficiência em geração de energia, menor reflexo da operação no entorno e, consequentemente, sobre as mudanças climáticas.

Em janeiro de 2022, pelo 2º ano consecutivo, a Afya anunciou ser uma das empresas brasileiras a integrar o Índice Bloomberg de Igualdade de Gênero, que considera o desempenho de empresas de capital aberto em métricas relacionadas à equidade de gênero no local de trabalho, somando-se a um seleto grupo de 483 empresas. Além de ser uma das 16 empresas brasileiras a integrar o índice, a Afya é uma das poucas representantes dos setores de saúde e educação.

No mês de março, A Afya foi uma das vencedoras da quinta edição do prêmio "Mulheres na Liderança 2023", que reconhece as empresas com as melhores práticas para ascensão feminina. Das 207 empresas



participantes, 27 foram reconhecidas como destaque em 36 categorias. No setor de Educação, a Afya foi a empresa com o melhor desempenho nos pilares avaliados. Um dos temas analisados foi a presença de mulheres em conselhos de administração. Com 4 conselheiras mulheres entre os 10 membros, a Afya busca alcançar 50% de participação feminina nos postos de liderança até 2030, meta que deverá ser atingida em breve. Hoje, as mulheres já respondem por 41% dos cargos de gerência e superiores.

A Afya é o maior ecossistema de educação em saúde e heatlhtechs do Brasil, líder em graduação em medicina, atualmente com 3.163 vagas autorizadas pelo Ministério da Educação (MEC). O grupo conta com 32 Instituições de Ensino Superior, sendo 30 com oferta do curso de medicina, e unidades de pós-graduação na área médica e de saúde em 13 cidades brasileiras.

Operando oficialmente desde 2019, a partir da incorporação de outras marcas do segmento de educação médica, o grupo teve a sua primeira faculdade de medicina em atividade há 24 anos, no Tocantins, região Norte do país. Desde então, a Afya tem por objetivo ser parceira destes profissionais em toda a sua jornada de formação.

Pioneira na adoção de práticas digitais voltadas para a aprendizagem contínua e suporte ao exercício da medicina e saúde em toda a carreira médica, a Afya inova no mercado a partir da construção de um portfólio diversificado que facilitam o dia a dia da prática clínica. Em 2020, a companhia se consolidou no mercado de serviços digitais por meio da aquisição das healthtechs PEBMED, Medphone, iClinic, Medicinae, Medical Harbour, Cliquefarma, Shosp, RX PRO, Além da Medicina, CardioPapers e Glic.

Por meio de suas unidades de ensino, a Afya atua desde a graduação - são diversos cursos com foco na área da saúde, com destaque para a medicina -, passando por um dos mais renomados cursos preparatórios de residência médica a título de especializações clínicas. Em uma abordagem metodológica inovadora, que combina conteúdo integrado, aprendizado interativo e uma experiência adaptativa para alunos de medicina ao longo de sua formação profissional, o grupo oferece aos estudantes acesso a materiais didáticos altamente tecnológicos, incluindo tutoriais em vídeo, podcasts, materiais de leitura, plataformas e questões práticas.

Primeira empresa de educação médica do mundo a abrir capital na Nasdaq, em julho de 2019, a Afya escolheu a bolsa americana pelo alinhamento daquele mercado e das outras empresas lá listadas com o trinômio educação & saúde & tecnologia. A Afya segue transformando a saúde através da educação e tecnologia.

Fundação Dom Cabral está na 7ª colocação geral no Ranking de Educação Executiva do Financial Times de 2023, subindo 2 pontos em relação ao ano anterior

Com este resultado, a FDC é a única instituição brasileira a permanecer no topo das 10 melhores escolas de negócios do mundo

Cerca de 80% do Ranking geral do Financial Times é composto pela combinação de programas elaborados de acordo com as necessidades das empresas – customizados - e de programas abertos, que levam em consideração critérios como preparação; design do programa; métodos e materiais de ensino; corpo docente; novas competências e aprendizagem; acompanhamento; objetivos alcançados; custo-benefício; probabilidade de voltar para mesma instituição. Em "customizados", a FDC ficou no 11º lugar em 2023 e, em "abertos", em 7º, subindo duas posições em relação ao ano anterior. Já os outros 20% do Ranking são compostos por critérios que a escola tem que responder sobre: clientes internacionais; programas no exterior; crescimento em receita; número e qualidade das escolas parceiras e diversidade no corpo docente.

"Estamos muito felizes com o resultado porque eles são, antes de mais nada, a prova de um trabalho árduo, como mostra nosso desempenho desde que participamos pela primeira vez do ranking, em 2005, quando ficamos na 12ª colocação geral", celebra Paula Simões, vice-presidente da Fundação Dom Cabral. "O ranking reforça nossa qualidade, preparo, flexibilidade e capacidade de adaptação. Somos uma escola de educação executiva que cocria experiências de aprendizagem transformadoras, capazes de promover conexões significativas, unindo rigor científico, conhecimento aplicado e afetividade", lembra Paula.

PRINCIPAIS DESTAQUES

"Customizados":
Programme Design: a FDC ficou em 4º, subindo 4 posições. Esse critério avalia: flexibilidade do curso e a disposição das escolas de complementar seu corpo docente com especialistas externos;

Faculty: a FDC ficou em 5º, subindo 4 posições. Esse critério avalia: qualidade do ensino e até que ponto o corpo docente trabalhou em conjunto para apresentar um programa coerente.

"Abertos":
Course Design: a FDC ficou em 3º, subindo 6 posições. Esse critério avalia: flexibilidade do curso e adequação do tamanho, estrutura e design da turma;

Teaching methods and materials: a FDC ficou em 3º lugar, subindo 2 posições. Esse critério avalia: até que ponto os métodos e materiais de ensino foram contemporâneos e apropriados, incluíam uma mistura adequada de rigor acadêmico e relevância prática.

"Preparação": ficamos em 4º lugar, subindo 3 posições. Esse critério avalia: fornecimento de informações antecipadas sobre o conteúdo do programa e o processo de seleção de participantes.

A FDC é uma escola de negócios brasileira com mais 46 anos, que atua em três pilares: Educação Executiva, Educação Acadêmica e Educação Social. Com um jeito único de ser, e acompanhando as demandas das transformações globais, a FDC tem como missão contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade por meio da educação, capacitação e desenvolvimento de executivos, empresários e gestores públicos. Em 2022, cerca de 46 mil profissionais passaram pela instituição.

No âmbito da Educação Social, o FDC - Centro Social Cardeal Dom Serafim foi concebido para apoiar jovens em situação de vulnerabilidade social, empreendedores populares, organizações sociais e seus gestores, por meio do desenvolvimento e capacitação. A escola também tem o portal Seja Relevante, que democratiza o acesso a conteúdos proprietários e a informações relevantes sobre carreira, gestão, negócios e impactos positivos.

Minas Gerais sediará novo Centro de Competência com investimento de R$ 60 milhões da Embrapii e MCTI

O Inatel, localizado em Santa Rita do Sapucaí, está entre os três centros de pesquisa brasileiros selecionados para gestão dos Centros de Competência Embrapii

O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) anunciaram, no dia 24 de maio último, as instituições selecionadas para formação de três Centros de Competência (CCs) Embrapii nas áreas de tecnologia de fronteira, como 5G e 6G, tecnologias imersivas para mundos virtuais e Open RAN (Open Radio Access Networks). O Instituto Nacional de Telecomunicações - Inatel, localizado em Santa Rita do Sapucaí (MG), está entre os selecionados. No total, serão investidos R$ 180 milhões para a realização de pesquisas em setores de tendências de inovação, formação de competências tecnológicas e apoio ao setor industrial no acessa às possibilidades oferecidas por tecnologias ainda emergentes.

A iniciativa é realizada em parceria com o MCTI, com recursos financeiros oriundos dos Programas Prioritários PPI IoT/Manufatura 4.0. A Chamada Pública 01/2022, que prevê a seleção dos Centros de Competência, foi publicada no último ano, com início do processo de seleção em agosto.

"Estamos recuperando os investimentos na produção de conhecimento, especialmente das tecnologias altamente especializadas. Nesse sentido, os Centros de Competência Embrapii vão ser fundamentais na estratégia do Governo Federal para a reindustrialização do país em novas bases. Este modelo de apoio à inovação concebido pelo MCTI com a Embrapii significa a união entre a academia e o setor

produtivo em busca de soluções para as demandas e desafios da indústria do futuro. Ao criar hubs de inovação, os Centros de Competência vão atrair mão de obra qualificada, estimular atividades de pesquisa e desenvolvimento, além de formar recursos humanos e contribuir para o desenvolvimento de soluções de alta complexidade tecnológica", Luciana Santos, ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O modelo é inédito no Brasil e estes são os três primeiros de nove Centros de Competência que a Embrapii vai anunciar em todo o Brasil ainda este ano. Ao todo a Embrapii vai investir R$ 495 milhões para criação dos CCs, sem incluir os recursos dos centros de pesquisa selecionados e de parceiros institucionais. Ainda serão anunciados os resultados para as áreas de Terapias Avançadas, Segurança Cibernética; Plataformas de Hardware Inteligentes e Conectados; e Tecnologia Quântica.

"Os Centros de Competência Embrapii vão construir conhecimento e criar pontos de referência para as pesquisas em áreas de tecnologias de fronteira, cujo desenvolvimento é estruturante e estratégico para o posicionamento do país na economia mundial. Queremos inserir de vez o Brasil dentro do mapa desse novo ecossistema de inovação e em posição de destaque para as pesquisas", disse Igor Nazareth, presidente interino da Embrapii.

O Instituto Nacional de Telecomunicações - Inatel, em Santa Rita do Sapucaí (MG), foi selecionado para o Centro de Competência na área de tecnologia e infraestruturas de conectividade 5G e 6G. Apesar de já estar em implantação em todo o mundo, atividades de pesquisa ainda estão em andamento para complementar as especificações atuais das redes 5G. Em paralelo, já está em curso em fóruns internacionais e em instituições de pesquisa o desenvolvimento de normas para a próxima geração de redes móveis – o 6G. Ele poderá viabilizar tecnologias que exigem elevadas taxas de transferência, como transporte autônomos, cirurgias à distância, tecnologias vestíveis, entre outros. A tendência é que o 6G possua uma taxa de transferência de 1 terabit por segundo - atingindo, pela primeira vez, a frequência do terahertz (THz) -, enquanto o 5G possui 1 gigabit por segundo - operando nas frequências de gigahertz (GHz).

O Centro de Excelência em Inteligência Artificial da Universidade Federal de Goiás (CEIA-UFG), em Goiânia (GO), foi selecionado para o Centro de Competência Embrapii de tecnologias imersivas aplicadas a mundos virtuais. Serão realizadas pesquisas em tecnologias que visam simular o mundo físico por meio da realidade virtual, criando um sentimento de imersão, estimulando os sentidos – visão, audição, tato, olfato, paladar - e criando sensações reais.

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD), em Campinas (SP), vai atuar na temática de Open RAN, que visa o desenvolvimento de tecnologias abertas para infraestrutura de redes de telecomunicações. Atualmente, essas redes são dependentes dos poucos fornecedores e de soluções proprietárias. O Open RAN permitirá que empresas se especializem no desenvolvimento de software e hardware, a partir de especificações abertas, permitindo o surgimento de novas empresas no segmento e tornará mais fácil para que as operadoras de redes utilizem soluções de fornecedores distintos e de novos componentes.

A intenção do Open RAN é permitir a combinação de soluções tecnológicas, independentemente do fornecedor. A adoção do Open RAN permitirá que os sistemas das operadoras de telecomunicações possam mover seus sistemas para a nuvem, dentro de um processo de virtualização da infraestrutura de rede.

INVESTIMENTOS

Os três Centros de Competência Embrapii receberão investimento de R$ 180 milhões, sendo R$ 60 milhões para cada instituição selecionada. Os recursos serão aplicados em um período de 42 meses em uma série de ações que combinam ampliação e fortalecimento de competência científica e tecnológica em PD&I; formação e capacitação de recursos humanos nessas áreas; associação tecnológica e atração e criação de startups.

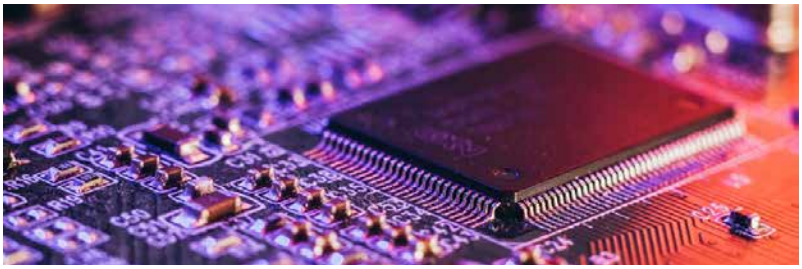
Os Centros de Competência Embrapii vão potencializar e fortalecer as ICTs que já possuem competência na área temática, bem como desenvolver conhecimentos para atender aos desafios tecnológicos empresariais. Além disso, eles serão hubs de inovação nas regiões das quais estiverem sediados. A presença deles atrai e retém mão de obra qualificada, empresas e investimentos relacionados com atividades de PD&I, gerando um aumento do IDH e do PIB per capita da região.

A Embrapii é uma organização social que atua em cooperação com instituições de pesquisa, públicas ou privadas, para atender ao setor empresarial, com o objetivo de fomentar a inovação na indústria. Para isso, conecta pesquisa e empresas, e divide riscos, ao aportar recursos não reembolsáveis em projetos que levem à introdução de novos produtos e processos no mercado. Para ter acesso ao modelo, a empresa deve apresentar seu desafio tecnológico à Unidade com a competência técnica que se enquadra às necessidades de seu projeto. A Embrapii possui contrato de gestão com o Governo Federal, por meio dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Semicondutores: o que são essas pequenas peças que estão causando estragos na indústria automobilística

A falta desses componentes vem comprometendo a produção global de veículos nas montadoras

Quando a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou pandemia global, por conta da COVID-19, em março de 2020, o mundo todo parou e uma das indústrias mais afetadas foi (e está sendo até os dias de hoje) a automobilística. O resultado foi uma redução significativa na oferta desses componentes para os todos os segmentos, o que resultou na queda da produção industrial em países de todo o mundo.



Os semicondutores são essenciais para o perfeito funcionamento dos veículos

Com a retomada gradual das atividades industriais, os semicondutores foram direcionados, principalmente para empresas de computadores, smartphones e sistemas de comunicação. O setor automotivo consome 11% de todos os semicondutores produzidos no mundo e um estudo encomendado pela Associação da Indústria Automotiva da Alemanha - VDA, divulgado em fevereiro deste ano, mostrou que a falta desses componentes pode resultar em uma queda global de 20% na produção até o ano de 2026, o que corresponde a cerca de 18 milhões de veículos. Os semicondutores começaram a ser inseridos na indústria automobilística na década de 1960, mas sua utilização estava relacionada a aplicações limitadas, como a ignição eletrônica, por exemplo. Nos anos seguintes, houve um aumento no uso desses componentes nos veículos automotores, graças aos avanços tecnológicos e à demanda por recursos eletrônicos mais sofisticados presentes nos carros. Foi a partir da década de 1980, que os semicondutores passaram a ser amplamente utilizados, em sistemas de controle do motor, freios com antibloqueio (ABS), injeção eletrônica de combustível e controle de tração. Esses sistemas dependem de circuitos eletrônicos para processar informações e tomar decisões em tempo real, para melhorar a eficiência, o desempenho e a segurança dos veículos.

Nos últimos anos, com o avanço da tecnologia automotiva, o uso de semicondutores se tornou ainda mais essencial, pois os modelos atuais estão equipados com uma variedade de recursos eletrônicos avançados, como sistemas de entretenimento e navegação, assistência ao motorista, sensores de estacionamento, câmeras de visão traseira, sistemas de comunicação e conectividade, entre outros. Todos esses recursos dependem de semicondutores para seu funcionamento adequado.

Vale ressaltar também que, com o desenvolvimento de veículos elétricos e autônomos, os semicondutores são ainda mais, de extrema necessidade na indústria automobilística. Os sistemas de propulsão elétrica, de gerenciamento de bateria, de assistência ao motorista e de percepção e tomada de decisão autônomos são exemplos de funcionalidades nas quais os semicondutores são amplamente utilizados. As montadoras brasileiras vêm reduzindo a produção de veículos e, em alguns casos, até mesmo paralisando temporariamente suas operações, devido à falta desses componentes eletrônicos. Isso resulta em atrasos nas entregas de veículos novos e também em um impacto significativo na cadeia de fornecimento de autopeças. A dependência do Brasil em relação à importação de semicondutores também contribui para a situação, pois o país não possui uma produção significativa de semicondutores, dependendo de fornecedores estrangeiros, principalmente de países asiáticos.

O governo brasileiro tem buscado medidas para mitigar os impactos da escassez de semicondutores na indústria automobilística, com incentivos fiscais e programas de estímulo à produção local de semicondutores, mas a construção de uma indústria nacional de semicondutores leva tempo e requer investimentos significativos em infraestrutura e pesquisa.

Para o Gerente de Produtos da DPK, Antonio Marcos Pereira, toda a cadeia envolvida na indústria automobilística vem sofrendo com a escassez dos semicondutores e está sendo obrigada a se reinventar. "A falta dos componentes afetou não apenas as montadoras, mas todos os envolvidos no processo. O mercado se viu na obrigação de se reinventar, pois os semicondutores, na atualidade, são responsáveis pelo bom funcionamento de quase todos os recursos oferecidos pelos veículos. O mercado brasileiro é muito dependente de componentes que são produzidos em outros países, por isso, temos que pensar no incentivo às empresas locais, para diminuirmos essa dependência, mas é claro que essa é uma solução a médio e longo prazo", afirmou Pereira.

Especializada na distribuição automotiva no Brasil, a DPK está no mercado desde 1987, contando com quinze filiais pelo país com um sistema avançado de distribuição de produtos. Com sua matriz em Campinas e sempre atenta a modernização do mercado e a exigência do cliente por serviços e atendimentos mais dinâmicos, a DPK criou o KDaPeça, um catálogo eletrônico completo e simples de utilizar, através do qual é possível realizar compras online, verificar o estoque, fazer orçamentos personalizados e comparativos entre os produtos, 24 horas por dia.

Associação dos Cafeicultores do Sudoeste de Minas e Sebrae lançam marca território para valorizar a origem produtora

Iniciativa envolve 21 municípios em uma estratégia para fortalecer a identidade territorial, gerar valor para o café e estimular o desenvolvimento da região

O Sudoeste de Minas Gerais responde atualmente por 10% da produção de café em todo o estado. Anualmente, quase 12 mil propriedades rurais da região, composta por 21 municípios e com população total de 480 mil habitantes, colhem 2,6 milhões de sacas de 60 kg em 178.530 mil hectares de área plantada, conforme dados de um levantamento da Emater. Para aumentar a competitividade da atividade cafeeira, a Associação dos Cafeicultores do Sudoeste de Minas e o Sebrae Minas lançam, no dia 30 de maio, em Guaxupé, a marca território da região.

A iniciativa faz parte de uma estratégia de reposicionamento do Sudoeste no mercado global do café, por meio da valorização da origem produtora. Além do lançamento da marca, os produtores apresentarão à comunidade e ao mercado o planejamento para fortalecer a identidade regional, contribuir para o desenvolvimento sustentável da cafeicultura e viabilizar a inserção competitiva dos produtores no mercado global.

"A nova marca expressa a identidade, os valores, as crenças e atitudes dos produtores do Sudoeste de Minas, que se somam para garantir ao mercado um café diferenciado e único. Ela dará suporte aos planos estratégico, operacional e tático que serão direcionados por ações relacionadas ao desenvolvimento da governança, marketing, estruturação do sistema de origem controlada, engajamento dos produtores e empresas e disseminação de conhecimentos e tecnologias", explica o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.

APOIO AO SETOR CAFEEIRO

A criação do branding da Região Sudoeste de Minas representa um passo decisivo para que os produtores avancem nos trabalhos de organização e desenvolvimento do setor. Essa construção coletiva vem sendo feita há três anos, quando o Sebrae começou um trabalho junto a um grupo de produtores da região. Diversas propriedades rurais do território são assistidas pelo Educampo, programa criado em 1997 e importante ferramenta de gestão da atividade cafeeira.

A primeira iniciativa foi a realização de um diagnóstico de avaliação do potencial de Indicação Geográfica (IG), instrumento legal que assegura a exclusividade do uso do nome geográfico por produtores e empresas do território. As IGs identificam um produto pela sua origem, agregam valor e ampliam o acesso a mercados específicos.

Em julho do ano passado, a Associação solicitou ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) o reconhecimento de Marca Coletiva Sudoeste de Minas, que visa diferenciar um produto ou um serviço oferecido por membros de uma entidade coletiva daqueles de seus concorrentes. Ainda em 2022, a entidade deu entrada no INPI no pedido de Indicação Geográfica, na modalidade Indicação de Procedência (IP) Sudoeste de Minas.

A IP consiste no nome geográfico que se torne conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Ou seja, regiões que possuam reputação positiva na oferta de determinado bem ou serviço.

A Associação dos Cafeicultores do Sudoeste de Minas, constituída em 2021, reúne atualmente 56 associados e, a partir do lançamento, buscará mobilizar um número crescente de produtores para se unirem à entidade e somar forças para aumentar a sustentabilidade e a competitividade da cafeicultura na região.

REGIÃO SUDOESTE DE MINAS

O café é um importante produto para a economia dos 21 municípios que fazem parte da região: Arceburgo, Alpinópolis, Alterosa, Bom Jesus da Penha, Botelhos, Cabo Verde, Carmo do Rio Claro, Conceição de Aparecida, Fortaleza de Minas, Guaranésia, Guaxupé, Itamogi, Jacuí, Juruaia, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Muzambinho, Nova Resende, Passos, São Pedro da União e São Sebastião do Paraíso.

A vegetação predominante no Sudoeste de Minas é o de florestas tropicais da Mata Atlântica, com altitudes de 1.250 metros e temperaturas anuais entre 5C° e 28°C. A pluviosidade média no local é de 1.350 mm na região, suficiente para o desenvolvimento da cafeicultura de alta qualidade.

A atividade é uma grande empregadora de mão de obra familiar nesse território, e se destaca pela atuação de produtores que estão na segunda ou terceira geração dos negócios, além da expressiva participação de mulheres na administração das fazendas.

Segundo o presidente da Associação dos Cafeicultores do Sudoeste de Minas, Fernando Barbosa, a marca território se torna fundamental para que a região ganhe protagonismo e fique ainda mais competitiva na atividade cafeeira: "A marca expressa um reconhecimento à região, que tem suas características, valores e cultura. Defendemos uma cafeicultura sustentável e consciente e percebemos que o mercado está cada vez mais atento aos produtos de qualidade. Por isso, essa iniciativa é importante para fortalecer a identidade e a origem do território, valorizar o trabalho dos produtores e buscar oportunidades de negócios".

A Região Sudoeste de Minas se soma ao Cerrado Mineiro e a outros territórios como locais genuínos de produção cafeeira no estado. De 2010 a 2020, a produção cafeeira local cresceu 34%, saltando de 3,25 milhões de sacas em 2010 para 4,37 milhões de sacas em 2020. No mesmo período, a produtividade da cafeicultura brasileira cresceu 27%. O valor bruto da produção na região na safra 2020-2021foi de mais de R$ 2,2 bilhões.

A atividade tem uma importante contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios produtores, que atingiu o valor de R$ 12,2 bilhões, segundo o IBGE (dados de 2020). Os cafés da região são caracterizados pelo sabor doce – com notas de chocolate, caramelo, avelã, frutas amarelas, frutas vermelhas frutas secas, mel e melaço; aroma de chocolate, frutado e açúcar mascavo –, acidez predominantemente cítrica e aspecto encorpado.

Huawei lança novas soluções para provedores de internet durante Encontro Nacional ABRINT 2023

50 GPON e Premium Wifi são destaques da empresa para o maior encontro de ISPs do Brasil

A Huawei, multinacional líder em infraestrutura para Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) e dispositivos inteligentes, marca presença no Encontro Nacional ABRINT 2023, nos dias 24, 25 e 26 de maio no Transamérica Expo Center.

Durante o evento, a Huawei irá expor três ilhas em seu estande. Na primeira, apresentará soluções voltadas a melhoria da experiência dos usários de internet fixa como Premium WiFi, FTTR (Fiber to the Room) e o 50G PON. Na segunda, a empresa irá mostrar como as operadoras regionais podem potencializar a utilização de suas redes e aumentar o seu faturamento explorando serviços voltado as empresas (B2B). E, por fim, na terceira ilha, a multinacional também irá demonstrar como transformar as redes dos ISPs para que elas estejam aptas a suportar as novas demandas das redes de telecomunicação, como o 5G e suas aplicações.

O evento também marca o lançamento de duas tecnologias: o 50G PON e o Premium WiFi. A tecnologia 50G PON lançada pela Huawei, a primeira da indústria, foi projetada para atender aos requisitos de largura de banda, latência e confiabilidade que são cada vez maiores a medida que ganha escala o uso de tecnologias como Computação em nuvem, big data, AR/VR e IoT. Esta solução compartilha a mesma plataforma das tecnologias da Huawei atualmente utilizadas no Brasil - GPON e XG(S)-PON – e, portanto, permitrá a expansão gradual da rede, a coexistencia das tecnologias e reutilização da infraestrutura instalada.

O Premium WiFi é uma ferramenta de gestão desenhada para melhorar a experiência dos usuários finais, reduzir custos operacionais das operadoras e criar novas oportunidades de negócios. A plataforma oferece gerenciamento fim a fim para rede WiFi do usuário residencial, possibilitando a configuração otimizada da rede para aumento de performance, diminuição do tempo de reparo e de visitas técnicas e oferecimento de novos produtos dependendo do perfil de utilização de cara usuário (streaming, games, videos, etc).

Lucas Mattos, Diretor de vendas da Huawei Brasil, apresentará os dois produtos no dia 25 de maio, às 14h30, na Plenária 1 – Provedores. De acordo com o executivo, "A Huawei aposta na parceria com os provedores regionais para levarmos internet de qualidade para todo Brasil. Para isso, entre outras soluções, estamos trazemos o Premium WiFi que suportará as operadoras a vencer alguns dos principais desafios atuais, enquanto planejamos o futuro com a solução 50G PON."

A Huawei é líder global de infraestrutura para Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e dispositivos inteligentes, e uma das marcas mais valiosas do mundo, de acordo com a Forbes. A companhia tem como visão enriquecer a vida das pessoas por meio das tecnologias digitais e é dedicada à inovação centrada no cliente. A Huawei possui quatro unidades de negócios no Brasil: o grupo dedicado às operadoras, que oferece equipamentos e infraestrutura de telecomunicações; a área que atende às necessidades do mercado corporativo, fornecendo soluções e infraestrutura em TIC; a Huawei Cloud, com os serviços de nuvem pública e híbrida e soluções para dar escala aos negócios com estabilidade e segurança; e a Huawei Digital Power, com soluções inteligentes voltadas para geração, distribuição e armazenamento de energia fotovoltaica. A empresa também desenvolve projetos na área de soluções automotivas inteligentes e dispositivos para o consumidor final, como smartwatches, roteadores, smartphones e outros. Com mais de 207 mil funcionários em todo o mundo, a companhia atende mais de um terço da população mundial. A Huawei também acredita que a digitalização é o caminho para um mundo mais sustentável e uma economia zero carbono, baseada em fontes renováveis de energia. A Huawei é uma das empresas que mais investe em pesquisa no mundo. É por isso que se tornou uma das maiores detentoras de patentes do globo. Na nova era digital, a indústria de TIC exige ainda mais investimento em pesquisa e desenvolvimento, e a Huawei continuará desempenhando seu papel principal na inovação para construir um mundo totalmente conectado e inteligente. Há 25 anos no país, a Huawei está no Brasil para o Brasil e quer se tornar cada vez mais uma importante parceira na transformação digital e na contribuição com tecnologias sustentáveis para a sociedade brasileira. Além de líder no mercado nacional de banda larga fixa e móvel por meio das parcerias estabelecidas com as principais operadoras de telecomunicações, a Huawei tem um perfil integrado, com soluções para os setores público, privado, financeiro, transporte, mineração e energia, entre outros. A empresa possui escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e Recife, além de um Centro de Distribuição em Sorocaba (SP) e duas unidades fabris, em Jundiaí (SP) e em Manaus (AM). Trabalha em parceria com brasileiros, impulsionando a inovação e ajudando a desenvolver novos talentos locais para o setor de telecomunicações. Nos últimos 10 anos, treinou mais de 40 mil profissionais em todo o Brasil.

Mastercard aposta em segurança e benefícios para o novo momento do débito online

Com o anúncio da padronização da forma de pagamento, companhia garante transações seguras e programa de recompensas ao consumidor

Anunciada no dia 22 de maio pela Abecs, associação que representa o setor de meios eletrônicos de pagamento, a nova iniciativa de expansão do débito online oferece uma experiência sem atrito para compras consideradas de baixo risco, com alta frequência e de baixo valor com o objetivo de promover uma utilização mais prática e segura para o consumidor nas compras online. Para a Mastercard, a segurança, facilidade e disponibilidade de benefícios associados aos cartões serão os diferenciais para o avanço do uso da modalidade.

A solução permite que os usuários paguem, com seu cartão de débito, os principais serviços de streaming, delivery e aplicativos de transporte, sem a necessidade de senha para transações até R$ 300. Caso a compra ultrapasse esse valor, a plataforma de e-commerce pode pedir etapas de confirmação de senha e identidade se tiver implementado o protocolo 3DS (autenticação que permite o processamento seguro de transações com cartões), ou direcionar para outra forma de pagamento, como o cartão de crédito, por exemplo, protegendo o consumidor e o comerciante.

A iniciativa busca ampliar a base de aceitação online do cartão de débito nos principais portais de e-commerce e serviços de assinatura. "Pagar no débito faz parte do dia a dia dos brasileiros, e a disponibilização desse método nas compras online era urgente e essencial. Aplicamos toda a nossa experiência e tecnologia no varejo para garantir uma experiência simples e segura", afirma Marcelo Tangioni, Presidente da Mastercard Brasil. "Conduzimos o grupo de trabalho dentro da Abecs para aumentar rapidamente a oferta do débito online, percebendo sua importância para a indústria e para os consumidores e comerciantes brasileiros"", conclui o executivo.

Além da não exigência de senha para compras de baixo valor, o usuário do débito online tem a possibilidade de contestar uma determinada compra junto ao emissor do cartão, seja por não reconhecimento da despesa, seja por desacordo comercial com a loja que vendeu o produto ou serviço, diferente de como acontece em outras formas de pagamento instantâneo.

SEGURANÇA

Para garantir a segurança das transações, os comércios que aderirem o pagamento por débito online precisam atender a certos critérios, como apresentação do histórico de fraude nos últimos três meses, ter pelo menos 60% das transações tokenizadas, ou seja, o número original do cartão de 16 dígitos será substituído por um número alternativo exclusivo, ou 'token', sendo uma versão digital mais segura, entre outros.

Marcelo Tangioni ressalta que esses requisitos aos comerciantes são níveis complementares a um sistema de segurança já existente. "Como as demais transações oferecidas pelo setor, o débito online está amparado por uma robusta rede de segurança digital", afirma o executivo.

MASTERCARD SURPREENDA

Outra vantagem para o consumidor é a possibilidade de resgatar benefícios nos programas de fidelidade das bandeiras que geram pontos a partir de transações na modalidade débito, crédito e pré-pago de pessoa física ou corporativo, como é o caso do Mastercard Surpreenda.

Disponível desde 2009, o programa foi idealizado como um benefício complementar aos programas de recompensas já disponibilizados pelos bancos, gerando um fluxo incremental no varejo.

Atualmente, o Mastercard Surpreenda conta com 80 parceiros comerciais, proporcionando ofertas, promoções e sorteios exclusivos para milhares de clientes. O programa conta com três modalidades de benefícios: Use Pontos, Ofertas Especiais e Benefícios para o dia a dia. Todos os cartões Mastercard emitidos no Brasil são elegíveis à participação do programa para ganhar pontos e descontos. É possível cadastrar todos os seus cartões com bandeira Mastercard no Surpreenda, acumulando pontos de todos eles em uma única conta.

A Mastercard é uma empresa global de tecnologia do setor de pagamentos. Nossa missão é conectar e impulsionar uma economia digital inclusiva que beneficie a todos, em todos os lugares, tornando as transações seguras, simples, inteligentes e acessíveis. Usando dados e redes seguras, parcerias e paixão, as nossas inovações e soluções ajudam indivíduos, instituições financeiras, governos e empresas a alcançar seu maior potencial. Com conexões em mais de 210 países e territórios, estamos construindo um mundo sustentável que abre possibilidades Priceless para todos.

Porto reforça cobertura de seguros para eventos

Quer seja corporativos, sociais, esportivos, culturais ou religiosos, segurança e proteção são indispensáveis

Após o período de isolamento social provocado pela crise sanitária do COVID-19, o setor de eventos voltou a funcionar a todo vapor com encontros presenciais. Nessa retomada, uma grande festividade muito aguardada são as comemorações do mês de junho, celebradas por todo o país, as tradicionais festas juninas são repletas de comidas, bebidas, danças e brincadeiras típicas. E, para que a diversão seja garantida e aproveitada da melhor forma, a Porto Seguro é uma grande aliada neste momento pois possui em seu portfólio, coberturas e assistências personalizadas para estes tipos de confraternizações.

O seguro para eventos da Porto é destinado às pessoas físicas e jurídicas que atuam na prestação de serviços em eventos técnicos, esportivos, promocionais, sociais e religiosos seja na organização, promoção e/ou exposição e ampara todos os participantes diante de algum imprevisto. A modalidade está disponível para diversos segmentos de eventos, tais como: Confraternizações, Festividades, Encontros Religiosos Feiras, exposições, recreações, eventos técnicos, Espetáculos Teatrais, Circenses e Shows, Exibições Artísticas/ Políticas, Torneios esportivos entre outros.

Segundo Antonio Santos, Gerente de Produtos de Ramos Elementares da Porto Seguro, estar presente e ser lembrada em muitos momentos da vida das pessoas é o grande propósito da organização. "A Porto Seguro tem buscado proporcionar a melhor experiência aos clientes e inovar em seus serviços, sempre prezando pela proteção e cuidado em tudo que se propõe a fazer. Afinal, a sensação de segurança nos momentos mais importantes de nossas vidas faz toda a diferença."

A Contratação deste tipo de seguro pode ser feita numa única apólice abrangendo vários eventos, podendo ser simultâneos ou em locais e datas distintas, desde que esses eventos sejam do mesmo proponente. Além do pacote básico de contratação, com cobertura para o civil organizador e/ou expositor, o segurado pode escolher serviços adicionais como instalação, montagem, desmontagem, acidentes pessoais, equipamentos eletroeletrônicos musicais e cinematográficos, danos ao conteúdo do local de risco e outros.

A contratação pode ser feita por meio de um Corretor de seguros que está preparado para oferecer a melhor solução em proteção.

A Porto é mais que uma seguradora, é um ecossistema de soluções de serviços de proteção com tecnologia embarcada, para melhorar e facilitar a experiência do cliente. Com mais de 75 anos de mercado, a companhia possui três verticais de negócios: Porto Seguro, Porto Saúde e Porto Bank. Além de 12,3 milhões de clientes únicos, 13 mil funcionários, 13 mil prestadores e 33 mil corretores parceiros, a empresa conta ainda com 55 sucursais e escritórios regionais em todo o Brasil. Ao todo 27 empresas fazem parte do universo Porto Seguro – entre elas: Azul Seguros, Itaú Seguros de Auto e Residência e Porto Seguro Uruguay. Em 2022, a Companhia apresentou R$ 28,0 bilhões de receita e lucro líquido de R$ 1,13 bilhão. O momento é de aceleração do crescimento e expansão de novas frentes de negócio para lançar cada vez mais produtos inovadores e ser cada vez mais um porto seguro para as pessoas e seus sonhos.

MEI completa 15 anos com mais de 1,6 milhão de formalizados em Minas

Pesquisa do Sebrae Minas mostra a importância da criação do MEI para a economia e a realidade de muitos desses empreendimentos no estado

Mais de 15 milhões de brasileiros saíram da informalidade nos últimos 15 anos, graças à Lei Complementar 128, que criou a figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI), em julho de 2008. Em Minas Gerais, os MEI representam 64% das empresas formais e 70,5% dos pequenos negócios optantes pelo Simples Nacional. O estado ocupa o terceiro lugar no acumulado de formalizações no país, com 1,6 milhão de MEI, de acordo com dados da Receita Federal.

Para analisar os desafios enfrentados por esses empreendedores e os motivos que os levaram a formalização, além de outras informações relevantes sobre a realidade desses negócios, o Sebrae Minas realizou a Pesquisa Perfil dos MEI em Minas Gerais, com 584 microempreendedores individuais em todo o estado, entre os dias 21 de abril a 1º de maio de deste ano.

"Um dos objetivos deste estudo foi o de avaliar a evolução desses empreendedores e a importância desse modelo de formalização, responsável pelo maior fenômeno de inclusão produtiva registrado no Brasil ao abranger milhões de pessoas no mercado formal", afirma o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.

A maioria dos entrevistados da pesquisa eram homens (64%), tinham entre 31 e 50 anos (64%) e com Ensino Superior (40%). Questionados sobre os motivos que os levaram a se tornar MEI, o desejo de ser um empreendedor e ter a oportunidade de dar início ao negócio (29%), flexibilidade, independência e autonomia (19%) e as vantagens de ser MEI em relação a de ser contratado por uma empresa (19%) foram as principais motivações apontadas.

Em se tratando das vantagens da formalização, as mais citadas pelos entrevistados foram: vender mais por emitir nota fiscal (52%), maior acesso a crédito (40%) e melhores condições de compras com os fornecedores (37%).

"O MEI nasceu para incentivar a formalização sem complicações e ainda oferecer vantagens para que os empreendedores tenham condições de abrir uma conta bancária da empresa, emitir notas fiscais, alugar máquinas de cartão, participar de licitações públicas, vender para outras empresas e ter acesso a empréstimos com melhores condições para investir no seu próprio negócio", justifica Marcelo Silva.

A pesquisa também mostrou que 40% dos MEI mineiros trabalham em casa, 38% em um estabelecimento comercial e 25% na empresa do cliente. A maioria dos entrevistados (57%), tem uma carga horária diária de mais de 8 horas e trabalha mais de 6 dias por semana. Devido a essa sobrecarga, 69% dos MEI mineiros afirmaram que não costumam tirar férias, já que muitos não têm a ajuda de um funcionário.

Sobre o uso da internet no negócio, metade (50%) dos MEI mineiros usam o ambiente digital para divulgar seus produtos e serviços, 47% para atender seus clientes e esclarecer suas dúvidas, e 21% utilizam para realizar vendas on-line. Ainda sobre as vendas, grande parte (97%) dos entrevistados aceitam o PIX como forma de recebimento.

Ainda de acordo com o estudo do Sebrae Minas, 77% dos MEI mineiros têm o empreendedorismo como principal forma de atuação e fonte de renda. Sobre o faturamento, 29% dos entrevistados têm rendimento médio entre R$ 1 mil e R$ 3 mil por mês e 26% faturam mais de R$ 5 mil. Atualmente, o limite de faturamento permitido para o MEI é de até R$ 81 mil por ano, mas para a maioria dos empreendedores a faixa de faturamento ideal seria de mais de R$ 150 mil por ano.

Em relação aos desafios enfrentados no dia a dia do empreendedor, as mais listadas foram: a dificuldade financeira de obter recursos financeiros (50%), falta de infraestrutura adequada

do negócio (33%) e manter em dia o pagamento do Documento de Arrecadação Mensal (DAS).

Apesar desses entraves, a maioria (69%) dos MEI mineiros busca por capacitações e orientações relacionadas à contabilidade, gestão e funcionamento do negócio. Grande parte tem muito ou algum conhecimento em mercado (86%) e gestão (75%). Além disso, 67% têm um negócio financeiramente sustentável e 59% conseguem separar as finanças pessoais das empresariais.

"Hoje os microempreendedores individuais estão mais atentos às necessidades do consumidor e também as informações que podem ajudar na melhoria de seus negócios. Esse avanço é fruto do trabalho incansável do Sebrae Minas ao longo desses 15 anos para orientar o empreendedor, desde o processo de formalização até a organização gerencial e impulsionamento de suas vendas", explica o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas.

Já em relação à visão de futuro, pensando nos próximos dois anos, 68% dos entrevistados pretende continuar empreendendo no mesmo negócio, 11% tem planos para mudar de ramo ou atividade de atuação, 6% preveem o fechamento do negócio, e 15% não souberam responder.

PRINCIPAIS MARCOS DO MEI EM 15 ANOS

- *2008 - Criação da LC 128*
- *2009 - Primeiros MEI formalizados*
- *2012 - O limite de faturamento anual do MEI passou de R$ 36 mil para R$ 60 mil*
- *2016 - Inclusão da atividade de fabricação de outros produtos têxteis e não especificados.*
- *2018 - O limite de faturamento anual do MEI passou de R$ 60 mil para R$ 81 mil e as atividades de arquivista de documentos, contador(a)/técnico(a) contábil e personal trainer são excluídas do MEI.*
- *2019 - Minas chega a 1 milhão de MEI registrados*
- *2020 - O prazo de parcelamento de débitos do MEI foi ampliado de 60, temporariamente, para 120 meses*
- *2023 – Projeto de Lei prevê aumento do faturamento anual do MEI de R$ 81 mil para R$ 130 mil*

Projeto vai estimular e valorizar o turismo e a gastronomia no Campo das Vertentes de Minas Gerais

Estimular e valorizar a gastronomia. Esse é o objetivo do projeto Resgate de Saberes e Sabores no Campo das Vertentes, em Minas Gerais. Uma iniciativa da Emater-MG, prefeituras e o Circuito Trilha dos Inconfidentes.

O projeto envolve 22 municípios. Tem como foco promover o desenvolvimento econômico da região, por meio do turismo e da gastronomia, além de estimular a melhoria da qualidade alimentar e a preservação ambiental.

"Nesse projeto percebemos a necessidade da melhoria do trato gastronômico com foco no turismo", explica Elisabeth Almeida, coordenadora de Bem-estar Social da unidade regional da Emater-MG em São João del-Rei.

Trinta e quatro estabelecimentos fazem parte do projeto. O grupo é variado, tendo a participação de restaurantes com mais de 30 anos de tradição e de

comércios com menos de um ano de funcionamento. A proprietária do restaurante Canto do Mato, Ana Paula, conta sobre suas expectativas: "O projeto vai nos ajudar com tudo, tanto com conhecimento prático quanto com o crescimento do nosso restaurante".

O cronograma do projeto se estende ao longo deste ano, incluindo reuniões, consultorias individualizadas, palestras, workshops e feiras gastronômicas.

Dicas ESG para pequenas e médias empresas

Empresa de pesquisa e inteligência garante que mesmo sem práticas ESG específicas do negócio, práticas gerais podem fazer a diferença na imagem da empresa, nas oportunidades de parceria e no planeta

As tão faladas práticas ESG (sigla em inglês para "Ambiental, Social e Governança") são comumente aplicadas por corporações que, do contrário, emitiriam toneladas de carbono na atmosfera. Essas grandes empresas têm também o dinheiro necessário para as mais avançadas técnicas de sustentabilidade, o que, às vezes, faz parecer que empresas menores não precisam ou não têm o suficiente para se engajar nesse movimento. A verdade é que as práticas ESG nem sempre implicam em grandes investimentos e que pequenas e médias organizações podem, sim, ter práticas ESG e contribuir para uma sociedade mais sustentável. É o que garante a Jumppi (www.jumppi.com.br), empresa de inteligência e pesquisa, que apresenta seis dicas ESG básicas que podem fazer a diferença para a empresa, para os clientes e para o planeta.

"Qualquer empresa que queira se engajar com os princípios ESG precisa avaliar o impacto que ela causa na sociedade e no meio ambiente. A partir dessa avaliação, a empresa poderá estabelecer práticas alinhadas com os desafios específicos do seu ramo de atuação e com as expectativas do seu público. Mas existem práticas gerais que podem ser adotadas por qualquer organização. Começar pelo básico é um ótimo caminho!", aconselha Lucas Caetano, head de ESG, Academics e Licitações da Jumppi.

A Jumppi integra a matter&Co., um ecossistema de empresas de inteligência de negócios. O grupo, que reúne empresas com serviços e produtos complementares, tem mais de 20 anos de experiência no mercado. Além da Jumppi, fazem parte da matter&Co. as empresas Smart Business Lab, consultoria em estratégia e gestão de negócios; beePO, especialista em gestão financeira de negócios; Umanse, recrutadora de talentos e Desenvolvimento de times de alta performance; IN3, empresa de ciência e análise de dados; GO!NTELLIGENCE, consultoria de inteligência de mercado; e Calebe_, empresa de branding e produtos digitais.

AS SEIS DICAS ESG BÁSICAS DA JUMPPI:

1) Use energia limpa

Hoje existem soluções simples – e econômicas – de utilizar energia limpa sem precisar instalar qualquer aparelho na empresa (como placas solares) ou mexer na rede elétrica. Diversas produtoras de energia renovável e geração distribuída fornecem esse serviço com apenas um cadastro em seus sites. A única mudança para a empresa é a troca do boleto da conta de luz, que passa da concessionária de energia da cidade para a empresa de energia limpa. Geralmente, esse serviço é mais barato do que o das concessionárias, portanto, mais um motivo para aderir.

2) Opte por materiais ecológicos

Quantos copinhos de plástico são descartados todos os dias na sua empresa? Busque opções de materiais ecologicamente corretos, como copos e garrafas metálicas, papéis reciclados (quando houver a necessidade), mobiliário feito com madeiras certificadas por extração responsável, tintas não tóxicas e materiais de construção sustentáveis. Para a limpeza do espaço, escolha produtos naturais que não irão contaminar a água, nem causar alergias em ninguém. Observe seu espaço de trabalho e pense em tudo que pode ser substituído por soluções mais sustentáveis. Também vale reutilizar materiais.

3) Faça coleta seletiva e reciclagem

Em lixeiras diferentes, separe o resíduo comum daquele que pode ser reciclado: papel, plástico, vidro e metal. É preciso preparar alguns materiais antes de separá-los: evite amassar o papel e enxágue as embalagens com um pouco d'água e espere secar. Para encaminhar os recicláveis, procure saber se a prefeitura da sua cidade oferece esse serviço ou busque por cooperativas de catadores. Atenção: no caso de lâmpadas, pilhas e aparelhos eletrônicos, procure lugares especializados; há, inclusive, fabricantes que recebem os aparelhos de volta.

4) Apoie a Diversidade & Inclusão

O primeiro passo para apoiar o movimento de Diversidade & Inclusão é dar espaço a pessoas geralmente excluídas no mercado de trabalho, como as mulheres, pessoas negras, indígenas, PcDs, idosos e LGBTQIA+. Ao fazer um processo seletivo, você pode destinar

uma porcentagem de vagas para inclusão, por exemplo, ou criar um mecanismo igualitário de seleção por meio de uma consultoria de RH especializada na área. Mais do que contratar, é importante dar voz a essas pessoas. Por isso, certifique-se de que todos se sintam ouvidos e respeitados. A igualdade salarial é um ponto importantíssimo nesse quesito, pois indica que sua empresa dá o mesmo valor a todos e todas.

5) Promova o bem-estar dos colaboradores

Pessoas felizes e saudáveis trabalham melhor. Para isso, você pode incluir nos benefícios dos colaboradores consultas com psicólogos ou terapeutas e auxílio-academia, por exemplo. O vale-cultura também é uma boa opção, pois é uma forma de incentivar o lazer e lembrar às pessoas que para utilizar o benefício, ela deve ir ao cinema, à livraria, ao teatro, entre outras agradáveis possibilidades. Outra forma de promover o bem-estar, e sem custos, é incentivar pausas regulares durante o dia de trabalho para descansar um pouco, fazer um lanche ou se alongar. Importante: saiba diferenciar tarefas urgentes e tarefas não urgentes (ou menos urgentes), entregando uma urgência por vez ao colaborador. Precisar resolver diversos problemas ao mesmo tempo é, primeiramente, infactível, e segundo, estressante. Contribua para um ambiente de trabalho com fluxos bem definidos, isso pode poupar muito estresse e gerar melhores resultados.

6) Incentive a nova cultura organizacional

Para que todas as práticas ESG dêem certo é necessário garantir que toda a equipe esteja ciente da cultura organizacional e que a agenda ESG figure entre os seus valores. Os líderes da empresa devem aplicar e engajar os colaboradores com os valores ESG. Isso pode ser feito por meio de reuniões, comunicados (newsletters, por exemplo), workshops e, mais importante, o diálogo no dia a dia. Todas as pessoas que trabalham na empresa precisam estar "na mesma página", ou seja, precisam cooperar com as regras que promovem o "E" (Ambiental) e o "S" (Social). Isso é Governança.

A Jumppi é uma empresa de pesquisa com mais de 18 anos de experiência, reconhecida pela qualidade das suas entregas e especializada em transformar informações em inteligência. Atende empresas de diversos segmentos, compreendendo o contexto de cada negócio, utilizando os melhores métodos, ferramentas e tecnologias disponíveis no mercado. A Jumppi é mineira, com sede em Belo Horizonte e filial em São Paulo, e integra o ecossistema de inteligência de negócios matter&Co. Entre seus clientes estão Vivo, UNICEF, Petrobras, Mitsubishi Motors, Fiat, Fundação Getúlio Vargas, Fundação Dom Cabral e Ambev. Saiba mais em www.jumppi.com.br.

]

A matter&Co - Grupo empresarial e ecossistema de inteligência de negócios. Fundado em 2022, em Belo Horizonte (MG), é formado pelas empresas Smart Business Lab, consultoria de estratégia e gestão de negócios; Jumppi, centro de pesquisas acadêmicas e de mercado; GO! Inteligence, consultoria em inteligência de mercado; IN3, empresa de ciência de dados; Umanse, recrutadora de talentos; e BeePo, operadora de finanças. Juntas, as empresas já realizaram 1.200 projetos para clientes de 24 estados do Brasil e outros cinco países. Em seu primeiro ano, o grupo prevê um faturamento de R$ 22 milhões.

Bradesco usa ChatGPT na análise de documentos oficiais

Utilização da IA generativa tem permitido complementar a análise dos comunicados e atas do Copom

O Bradesco começou a adotar o ChatGPT como uma ferramenta complementar à leitura de textos oficiais produzidos pelo Banco Central do Brasil (Bacen). A análise minuciosa desses documentos é parte fundamental do trabalho dos economistas para a previsão das próximas movimentações de juros. Por isso, o Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos (Depec) da instituição financeira tem testado o modelo de IA generativa para obter uma visão "agnóstica" dos comunicados e atas do Comitê de Política Monetária (Copom).

O uso da solução da OpenAI permite uma leitura não subjetiva dos documentos, o que ajuda a confrontar e apoiar as análises tradicionais feitas pelos economistas. Além disso, o modelo de linguagem é capaz de interpretar novos textos e indicar um possível comportamento futuro com base no treinamento que recebeu com documentos existentes sobre o tema.

Para garantir uma pontuação mais precisa, o Bradesco, por meio do Depec e do inovabra, seu ecossistema de inovação, desenvolveu uma metodologia de rotulagem das comunicações escritas pelo Banco Central. Com o uso de um Prompt (conjunto de frases gramaticalmente corretas que diz para a IA o que deve ser feito) e a submissão de cada parágrafo para a IA generativa, a ferramenta fornece uma pontuação para cada trecho da ata ou comunicado.

"Os resultados iniciais do uso do ChatGPT pelo Depec são encorajadores e ajudam a calibrar a expectativa para o movimento de juros de curto prazo imediatamente após a publicação dos comunicados", explica Fernando Honorato, Economista-Chefe do Bradesco. "Essa é mais uma ferramenta em nossa busca pela excelência na análise de dados em grande escala (big data) e antecipação de cenários, apoiando o banco em suas tomadas de decisões".

Sigma Lithium pavimenta estradas com cascalho derivado de rejeitos

Empresa situada no Vale do Jequitinhonha (MG) produz insumo tecnológico de pré-químico de alta pureza e sustentável de lítio sem utilizar químicos nocivos nem barragem, com 100% de eficiência em energia renovável e água 100% reciclada

A Sigma Lithium, indústria verde de produção de insumo tecnológico de pré-químico de alta pureza e sustentável de lítio, está colaborando com a pavimentação de estradas de terra das comunidades de Araçuaí e Itinga, no Vale do Jequitinhonha (MG), onde está situada. A empresa, que não utiliza químicos nocivos nem barragem e tem 100% de eficiência em energia renovável e água 100% reciclada, tem doado carregamentos de cascalho grosso obtido a partir de rejeitos, beneficiando os moradores da zona rural e auxiliando o trânsito de veículos, especialmente nos meses chuvosos.

Recentemente, a Sigma deu outro importante passo para cumprir sua estratégia de zero rejeito e fechou um acordo com a chinesa Yahua para vender 300 mil toneladas por ano de rejeitos ultrafinos, dos quais é extraído o concentrado de lítio reciclado, insumo utilizado na produção de baterias. A comercialização desse material possibilita à empresa contribuir com mais recursos para os municípios de Araçuaí e Itinga, que poderão investi-los em saúde e educação, beneficiando a população sem causar impacto no meio ambiente.

A estratégia de zero rejeito garante que o material proveniente do lítio não seja desperdiçado, tornando a Sigma a primeira produtora de lítio do mundo a atingir esse objetivo desde o início. “É um marco importante para a empresa e para a indústria de materiais para baterias de lítio, demonstrando que podem ser produzidos em harmonia com o meio ambiente e sem barragens de rejeitos perigosos", afirma a CEO da Sigma, Ana Cabral.

Nos últimos cinco anos, a companhia investiu de forma ostensiva em tecnologias limpas para atingir o compromisso de estabelecer um processo produtivo sustentável para o lítio, transformando o minério bruto em um produto com alto grau de pureza, ideal para a indústria de baterias elétricas. "Como produtora de lítio verde, a Sigma está ajudando a elevar o papel do Brasil na transição energética, ao mesmo tempo em que cria um impacto positivo nas comunidades do Vale do Jequitinhonha”, finaliza Ana Cabral.

Pela primeira vez, mulheres são maioria na direção da CAIXA

Ricardo Stuckert

Nova direção da CAIXA. Ao centro, a presidente Maria Rita Serrano

Presidente Lula e a presidente Maria Rita Serrano com as novas vice-presidentes da CAIXA

A CAIXA anuncia, nesta sexta-feira (26), duas novas executivas: Maria Cristina Abdelnour Farah vai ocupar a vice-presidência de Negócios de Varejo e Lucíola Aor Vasconcelos assume a vice-presidência Agente Operador. As vice-presidentes dessas áreas foram selecionadas após processo seletivo público e aprovadas pelo Conselho de Administração (CA) da CAIXA.

A divulgação foi feita pela presidenta da CAIXA, Maria Rita Serrano, no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Com essas nomeações, o processo de seleção de vice-presidentes foi finalizado e 50% desses cargos passam a ser ocupados por mulheres, a maioria delas de carreira. Considerando a presidência, pela primeira vez as mulheres serão a maioria na direção da CAIXA, o único grande banco brasileiro nesta condição e que passa a figurar na vanguarda no mundo empresarial global.

O número supera os dados do setor público federal. De acordo com pesquisa do Observatório de Pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos divulgada em abril, as mulheres ocupam 34% dos cargos de alta liderança. Outra pesquisa da BR Rating aponta que, no país, apenas 16% dos cargos de diretoria de empresas e 19% dos cargos de gerência são ocupados por mulheres. No caso dos postos de alto comando, o índice é de 23%.

Quando considerados os Conselhos de Administração, o estudo da ACI Institute revela que a participação de mulheres passou de 14% para 16% em 2021.

Maria Rita Serrano disse que esse é mais um passo para a promoção da equidade de gênero. "A política de respeito à diversidade e igualdade de gênero adotada pelo banco vai ao encontro das diretrizes do Governo Federal. O exemplo da CAIXA pode servir de estímulo para que outras mulheres possam chegar a alta gestão. Precisamos de mais mulheres nos cargos de liderança", afirma.

Com essas nomeações, o processo de seleção de vice-presidentes foi finalizado e 50% desses cargos passam a ser ocupados por mulheres, a maioria delas de carreira. Considerando a presidência, pela primeira vez as mulheres serão a maioria na direção da CAIXA, o único grande banco brasileiro nesta condição e que passa a figurar na vanguarda no mundo empresarial global.

O número supera os dados do setor público federal. De acordo com pesquisa do Observatório de Pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos divulgada em abril, as mulheres ocupam 34% dos cargos de alta liderança. Outra pesquisa da BR Rating aponta que, no país, apenas 16% dos cargos de diretoria de empresas e 19% dos cargos de gerência são ocupados por mulheres. No caso dos postos de alto comando, o índice é de 23%.

Quando considerados os Conselhos de Administração, o estudo da ACI Institute revela que a participação de mulheres passou de 14% para 16% em 2021.

Maria Rita Serrano disse que esse é mais um passo para a promoção da equidade de gênero. "A política de respeito à diversidade e igualdade de gênero adotada pelo banco vai ao encontro das diretrizes do Governo Federal. O exemplo da CAIXA pode servir de estímulo para que outras mulheres possam chegar a alta gestão. Precisamos de mais mulheres nos cargos de liderança", afirma.

Por que não destinar parte do valor das reservas cambiais brasileiras a investimentos infraestruturais básicos no País?

O Brasil continua credor líquido do resto mundo, ou seja, possui mais reservas cambiais do que todo o saldo da sua dívida externa

O custo de manter o nível de reservas cambiais brasileiras é muito alto e, só em 2022, superou US$ 20 bilhões apenas no pagamento de juros sobre os títulos públicos que o país teve de emitir para mantê-las

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira*

Revela o Relatório de Gestão das Reservas Internacionais – divulgado pelo Banco Central do Brasil em março deste ano que, em 31 de dezembro de 2022, as reservas cambiais (ou internacionais) do Brasil totalizavam, pelo conceito caixa, US$324,70 bilhões, volume menor que o observado no final de 2021 (US$362,20 bilhões).

"Para o Banco Central, as reservas cambiais "são os ativos do Brasil em moeda estrangeira e funcionam como uma espécie de seguro para o país fazer frente às suas obrigações no exterior e a choques de natureza externa, tais como crises cambiais e interrupções nos fluxos de capital para o país.

No caso do Brasil, que adota o regime de câmbio flutuante, esse colchão de segurança ajuda a manter a funcionalidade do mercado de câmbio de forma a ate-

BRASIL – RESERVAS CAMBIAIS X DÍVIDA EXTERNA – 2001/2023
Em US$ bilhões – valores correntes

Ano	Reservas Cambiais*	Dívida Externa Bruta	Dívida Externa Líquida
2001	35,87	209,93	174,06
2002	37,82	210,71	172,89
2003	49,30	214,93	165,63
2004	52,94	201,37	148,43
2005	53,80	169,56	115,76
2006	85,84	172,67	86,83
2007	80,33	193,35	13,02
2008	193,78	198,52	4,74
2009	238,52	198,34	-40,18
2010	288,58	256,91	-31,67
2011	352,01	309,65	-42,36
2012	373,16	327,67	-45,48
2013	358,81	312,65	-46,16
2014	363,55	352,82	-10,73
2015	356,46	334,75	-21,72
2016	365,02	326,30	-38,72
2017	373,97	317,71	-56,66
2018	374,72	320,61	-54,11
2019	356,88	322,99	-33,89
2020	355,62	310,81	-44,81
2021	362,20	325,44	-36,76
2022	324,70	319,63	-5,07
2023ª	333,00	329,79	-3,21

a - Projeções
*Conceito de Liquidez Internacional. Fonte: LCA Consultores/Banco Central
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

BRASIL - RESERVAS CAMBIAIS X PIB-Produto Interno Bruto - 2001/2023

Ano	Em %
2001	6,41
2002	7,45
2003	8,81
2004	7,91
2005	6,03
2006	7,76
2007	12,92
2008	11,45
2009	14,27
2010	13,07
2011	13,47
2012	15,15
2013	14,54
2014	14,81
2015	19,85
2016	20,28
2017	18,13
2018	19,56
2019	19,06
2020	24,10
2021	21,96
2022	16,91
2023*	16,07

*Projeções
Fonte: LCA Consultores/Bacen
Elaboração: MinasPart Desenv

nuar oscilações bruscas da moeda local - o real - perante o dólar, dando maior previsibilidade e segurança para os agentes do mercado.

Essas reservas, administradas pelo Banco Central, são compostas principalmente por títulos, depósitos em moedas (dólar, euro, libra esterlina, iene, dólar canadense e dólar australiano), direitos especiais de saque junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), depósitos no Banco de Compensações Internacionais (BIS), ouro, entre outros ativos".

Acrescenta o Bacen que "a alocação das reservas cambiais é feita de acordo com o tripé segurança, liquidez e rentabilidade, nessa ordem, sendo a política de investimentos definida pela Diretoria Colegiada do Banco Central".

Estudo intitulado "Nível Ótimo de Reservas Internacionais: a experiência recente do Brasil" de autoria de Caroline Pelisser, André Moreira Cunha e Marcos Tadeu Caputi Lélis apresentado durante o XIX Encontro de Economia da Região Sul, realizado pela ANPEC de 8 a 10 de junho de 2016, em Florianópolis-SC, registrou que o Brasil, aparentemente, vinha desde então seguindo a tendência mais geral em economias emergentes e em desenvolvimento no sentido de manter níveis elevados de reservas internacionais e revelou: "em especial, a partir de 2006, o país experimentou um crescimento exponencial das reservas em moedas conversíveis. Medidas convencionais apontam que o país pode estar mantendo um nível excessivo de reservas, assim como a maioria dos países emergentes. Além disso, teoricamente em um regime cambial flutuante, não deveriam ocorrer intervenções no mercado cambial e, consequentemente, não haveria necessidade de acúmulo de grandes montantes de reservas estrangeiras. Tal cenário instiga dúvidas acerca do motivo principal que guia as ações da autoridade monetária referentes

à política de acumulação de reservas".

Destacava o referido trabalho que, na ausência de um consenso ou regra indicada para todos os países acerca de qual nível seria o ideal – também já eram à época citados alguns dos indicadores de cobertura mais utilizados, e que são medidas que procuravam prescrever um nível adequado para reservas em moedas conversíveis. Para os autores, "a relação entre importações e reservas - usualmente utilizada em meses - é um exemplo desse tipo de indicador, relativo à conta corrente. Garantir a cobertura das reservas internacionais em meses de importação ancora-se na hipótese de uma parada súbita das exportações. Caso isso venha a ocorrer, a sugestão é que as reservas cambiais de um país sejam suficientes para financiar as importações por um mínimo de três meses, segundo o critério tradicional". Nesta abordagem e de acordo com estatísticas do Banco Central, as reservas cambiais brasileiras de US$ 324,70 bilhões em 31.12.2022 seriam suficientes para cobrir 14 meses de importações, eis que estas somaram US$ 272,73 bilhões à mesma data e, portanto, encontrava-se quase 5 vezes a mais do que o critério tradicional vigente.

De outro lado, o mesmo estudo apontava como outra alternativa que o total de reservas cambiais fosse superior às dívidas com maturidade de um ano e que deveria ser satisfatório para o cumprimento das obrigações, mesmo em períodos de turbulências financeiras. Dessa forma, entende-se que as reservas internacionais de um país devem, no mínimo, se igualar às dívidas externas de curto prazo. Considerando-se tal alternativa/recomendação de política monetária/cambial, verifica-se que, em 31.12.2022 e conforme dados do Banco Central, as reservas cambiais brasileiras de US$ 324,70 bilhões eram, também, quase que cinco vezes mais o valor das obrigações de curto prazo do país (de um ano) e que totalizava US$ 67,78 bilhões, à mesma época.

O citado estudo também abordou a questão dos custos decorrentes da acumulação de reservas internacionais pois, "quando se fala em acumulação de reservas internacionais, normalmente, a associação feita quase de forma instantânea relaciona-se a aspectos puramente benéficos, de autoproteção contra crises financeiras e garantia de liquidez para o país. Contudo, essa análise superficial negligencia um aspecto macroeconômico importante: o custo da sua manutenção. A análise dos custos envolvidos com a manutenção e aquisição de reservas é de crucial importância, tendo em vista que altos montantes desse instrumento podem custar caro a um país, podendo, no limite, superar os seus benefícios esperados. As-

Tabela 2.1 – Distribuição por moedas das reservas internacionais[1/ 2/]

Período	US$	EUR	JPY	GBP	CAD	AUD	CNY	Ouro	Outras
2013	77,70%	5,70%	2,00%	3,20%	5,80%	2,70%	0,00%	0,76%	2,14%
2014	79,70%	4,50%	1,25%	3,08%	5,98%	2,73%	0,00%	0,74%	2,02%
2015	82,95%	4,62%	1,81%	3,01%	4,29%	2,65%	0,00%	0,66%	0,01%
2016	83,46%	4,42%	2,13%	2,60%	4,35%	2,59%	0,00%	0,70%	-0,25%
2017	82,25%	4,97%	1,83%	2,82%	4,49%	2,88%	0,00%	0,76%	0,00%
2018	89,93%	5,13%	1,49%	1,92%	0,47%	0,30%	0,00%	0,75%	0,00%
2019	86,77%	7,35%	1,73%	2,11%	-0,12%	0,00%	1,10%	0,94%	0,12%
2020	86,03%	7,85%	1,72%	2,02%	0,00%	0,00%	1,21%	1,19%	0,00%
2021	80,34%	5,04%	1,93%	3,47%	1,01%	0,97%	4,99%	2,25%	0,00%
2022	80,42%	4,74%	1,86%	3,15%	1,01%	0,92%	5,37%	2,52%	0,00%

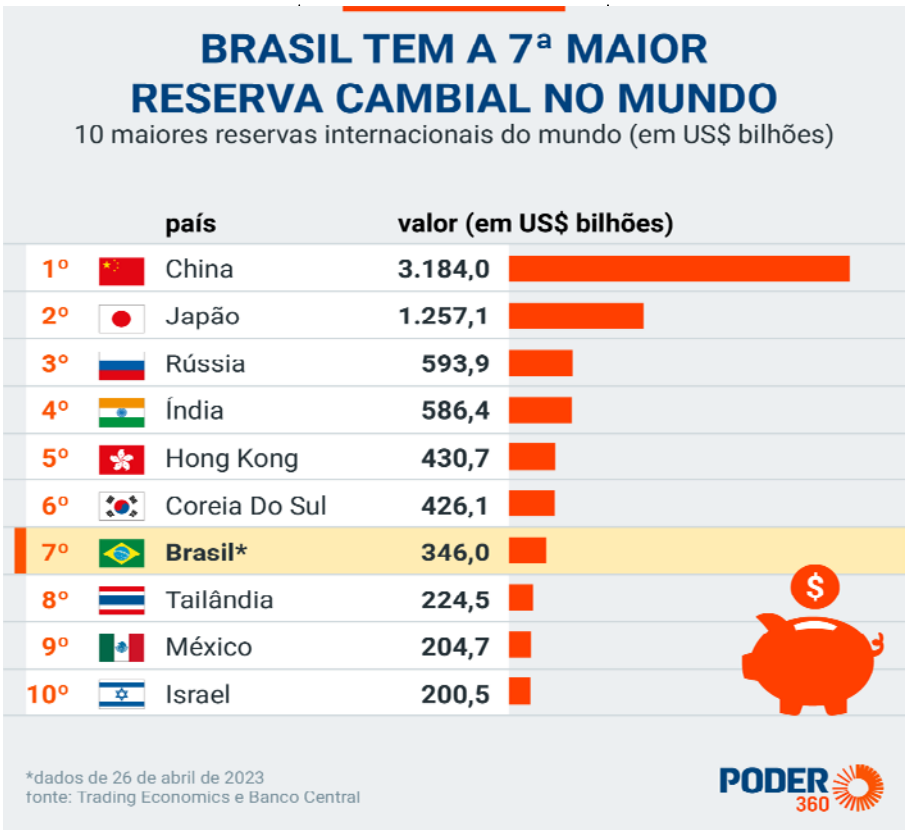
1/ Reservas no conceito caixa (dados de fim de período).
2/ Eventuais proporções negativas refletem posições vendidas em moeda.

Tabela 2.2 – Distribuição por classes de ativo das reservas internacionais[1/ 2/]

Período	Soberanos	Agências	Supra-nacionais	Depósitos bancos	Depósitos supran.	Índices de Ações	Corporates	Ouro	Outros
2013	91,17%	2,31%	1,05%	0,27%	3,47%			0,76%	0,99%
2014	89,99%	2,70%	1,26%	0,24%	3,69%			0,74%	1,38%
2015	88,47%	2,57%	1,01%	0,16%	4,50%			0,66%	2,62%
2016	88,70%	1,60%	0,70%	0,20%	7,87%			0,70%	0,24%
2017	87,64%	1,61%	0,74%	0,65%	8,49%			0,76%	0,11%
2018	93,18%	1,56%	0,78%	0,36%	2,47%	0,74%		0,75%	0,17%
2019	93,03%	1,78%	0,86%	0,41%	1,63%	1,04%		0,94%	0,33%
2020	88,18%	2,45%	1,22%	0,23%	4,99%	1,29%		1,19%	0,45%
2021	89,26%	1,64%	0,63%	0,47%	3,61%	1,13%	0,44%	2,25%	0,58%
2022	89,71%	1,43%	0,61%	0,10%	2,42%	1,04%	1,34%	2,52%	0,83%

1/ Reservas no conceito caixa (dados de fim de período).
2/ As alocações em ETF de US MBS (liquidadas em 2021) e seus históricos nos demais anos estão incluídos em "Outros".

Março 2023 | **Relatório de Gestão das Reservas Internacionais**



sim, pode não ser vantajoso manter altos níveis de reservas". Esta tem de ser considerada uma questão de extrema importância, principalmente para o Brasil e que, tradicionalmente, vem praticamente uma das taxas reais de juros mais elevadas da história econômica dos povos civilizados.

Finalizava o estudo divulgado que ao se consolidar os resultados daquele trabalho "é possível sugerir que os níveis de reserva observados no Brasil, especialmente a partir de 2006, se revelam mais elevados do que os parâmetros convencionais sugeridos pela literatura, ... Ademais, há custos não desprezíveis associados à sua acumulação e efeitos negativos sobre algumas variáveis macroeconômicas relevantes, como a dívida pública. Tal resultado converge com análises prévias e com estudo recente do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2014), no sentido de se reconhecer os efeitos positivos das reservas para mitigar impactos deletérios das crises financeiras, mas, também, de avaliar a pertinência do seu sobre-acúmulo".

Ressalta o Banco Central do Brasil, em seu Relatório de Gestão das Reservas Internacionais de março deste ano – "que o retorno dos investimentos das reservas internacionais decorre de alguns fatores que influenciam o valor das carteiras, como os níveis de juros e as paridades das moedas de investimento contra o dólar norte-americano (moeda numerário para avaliação das reservas). Ao longo de 2022, além da alta significativa de juros nos EUA (cerca de 3% nas taxas no setor de três anos da curva de juros americana), a apreciação do dólar americano ante outras moedas que compõem as reservas internacionais (aproximadamente 8%) contribuiu também para a apuração do resultado negativo. Assim, o resultado acumulado em 2022 com o investimento das reservas internacionais gerenciadas internamente foi negativo em 7,45%, sendo que a perda foi de 6,09% decorrente da marcação a mercado com juros e outros fatores e de 1,36% devido às variações de paridades de moedas". Sendo assim, pode-se estimar que apenas o custo direto da manutenção das reservas cambiais custou ao país cerca de US$ 24 bilhões. Esse valor, ademais, não considera por exemplo, outra importante despesa, que é o custo de financiar esse nível de reservas internacionais através títulos públicos emitidos para captações de recursos em reais, remunerados com base na Selic e que devem ter onerado, também o país, em 2022, em valor superior a US$ 20 bilhões.

DISTRIBUIÇÃO POR MOEDAS

Esclarece o Banco Central do Brasil que, "como mencionado, um dos objetivos no âmbito da gestão das reservas internacionais é a redução da exposição do país ao risco cambial. Dessa forma, define-se uma carteira diversificada com perfil anticíclico e que busque a cobertura cambial da dívida externa bruta.

Em dezembro de 2022, a alocação por moedas das reservas se dava da seguinte forma: 80,42% em dólar norte-americano (USD), 5,37% em renminbi (CNY), 4,74% em euro (EUR), 3,15% em libra esterlina (GBP), 2,52% em ouro, 1,86% em iene (JPY), 1,01% em dólar canadense (CAD) e 0,92% em dólar australiano (AUD). Destaca-se que o ouro adquirido pelo BC para compor as reservas internacionais do país decorre de negociação realizada exclusivamente no exterior. Ou seja, o BC não adquire ouro no mercado interno

Fonte: Banco Central do Brasil

para composição das reservas internacionais.

Matéria publicada em 30 de abril no Poder 360, de autoria de Hamilton Ferrari, destaca que o Brasil dispõe da 7ª maior reserva cambial do mundo em dólares. Somou US$ 346 bilhões no dia 26 de abril último. Ao considerar a cotação do dólar de R$ 4,99, o valor representa R$ 1,726 trilhão. "Os dados do Banco Central mostram que o montante é 815% superior ao estoque registrado antes de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumir o 1º mandato de governo. A alta equivale a R$ 308,2 bilhões".

Segundo a matéria, "o volume subiu sob os dois primeiros mandatos de Lula. Aumentou de US$ 37,8 bilhões ao final de 2002 para US$ 85,8 bilhões no fim do 1º mandato do presidente e para US$ 288,6 bilhões em dezembro de 2010, último mês do 2º mandato de Lula. Na parcial de 2023, as reservas cambiais aumentaram US$ 21,3 bilhões, o que representa uma alta de 6,6%. A maior reserva internacional é da China, segundo dados do Trading Economics. Totalizavam US$ 3,2 trilhões em março, último dado disponível. Na moeda brasileira, equivale a quase R$ 16 trilhões. As reservas do Brasil ficam atrás dos estoques da Rússia, Índia e Coreia do Sul, que são países emergentes. Está na frente, porém, do México e a Turquia. O pico das reservas internacionais do Brasil foi registrado em 25 de junho de 2019, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), quando somou US$ 390,5 bilhões".

Vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2022, a dívida externa bruta brasileira (pública + privada) totalizava US$ 323,79 bilhões e, portanto, as reservas cambiais que somavam

BRASIL – CORRENTE DE COMÉRCIO EXTERIOR
(Exportações + Importações) – Em US$ bilhões correntes 2001/2022

Ano	US$ bi
2001	113,9
2002	107,7
2003	121,5
2004	159,5
2005	192,1
2006	229,1
2007	281,3
2008	370,9
2009	280,7
2010	383,7
2011	481,6
2012	465,8
2013	474,0
2014	451,7
2015	359,9
2016	318,9
2017	373,9
2018	417,2
2019	407,1
2020	367,0
2021	500,2
2022	607,3
2023*	549,3

*Projeçoes
Fonte: Banco Central
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

BRASIL – BALANÇO DE PAGAMENTOS
Em US$ bilhões correntes – 2001/2023

Ano	Saldo Balança Comercial	Saldo Balanço Trans. Correntes	Saldo IED-Invest. Estr. Diretos
2001	1,46	-24,89	23,23
2002	11,87	-9,41	16,59
2003	23,47	2,19	10,12
2004	31,31	8,96	18,16
2005	43,91	11,68	15,46
2006	45,05	10,77	19,42
2007	37,77	-2,75	44,58
2008	21,06	-35,60	50,72
2009	22,39	-29,33	31,48
2010	17,10	-86,72	82,39
2011	25,70	-83,58	102,43
2012	14,79	-92,68	92,57
2013	-8,96	-88,38	75,21
2014	-9,90	-110,49	87,71
2015	13,68	-63,41	64,74
2016	40,20	-30,53	74,29
2017	56,04	-25,34	68,89
2018	46,57	-54,79	78,16
2019	35,20	-68,02	69,17
2020	50,39	-28,21	37,79
2021	61,41	-46,36	46,44
2022	61,85	-55,67	90,57
2023*	61,60	-56,59	91,77

*Projeções

US$ 333,00 à época eram, mais que suficientes, para saldar os compromissos do país e, além do mais, ainda sobrava um saldo de US$ 3,21 bilhões – o que significava que o Brasil era credor líquido do resto do mundo – posição esta, favorável registrada em todos os anos seguintes, desde 2009. Em 2017, o saldo favorável ao Brasil atingiu US$ 56,66 – bilhões considerado o mais alto da história.

"O nível de reservas internacionais do Brasil é adequado para cobrir um amplo conjunto de riscos", havia declarado antes o Fundo Monetário Internacional. O volume já era visto como apropriado com base na métrica do Fundo de avaliação de recursos em moeda forte dos países, medida que leva em conta a dívida de curto prazo, as exportações, os meios de pagamentos ampliados e outras obrigações, como aplicação em títulos e ações.

Em março de 2019, quando estavam em R$ 383 bilhões, elas equivaliam a 165% da métrica do FMI, 'levemente acima do intervalo tido como apropriado', de 100% a 150%, e da média dos mercados emergentes, de 140%. 'Apesar disso, em comparação com o PIB, o Brasil historicamente teve menos reservas que outros emergentes e atingiu a mediana (do grupo desses países) de 20% do PIB apenas depois de 2015', dizia o Fundo".

RANKING MUNDIAL DAS TAXAS REAIS DE JUROS

Ao ano - Taxas de juros atuais descontadas a inflação projetada para os próximos 12 meses

01.	Brasil	7,29%
02.	México	6,13%
03.	Colômbia	5,13%
04.	Chile	4,89%
05.	Filipinas	2,62%
06.	Indonésia	2,48%
07.	África do Sul	2,37%
08.	Turquia	2,20%
09.	Israel	1,65%
10.	Hong Kong	1,55%
11.	Nova Zelândia	0,55%
12.	Malásia	0,54%
13.	Reino Unido	0,25%
14.	China	0,22%
15.	Rússia	0,20%
16.	Estados Unidos	0,08%
17.	Índia	-0,10%
18.	Coreia do Sul	-0,17%
19.	Espanha	-0,26%
20.	Grécia	-0,30%
21.	Taiwan	-0,53%
22.	Suíça	-0,66%
23.	Dinamarca	-0,72%
24.	Tailândia	-0,78%
25.	Bélgica	-0,78%
26.	Holanda	-0,83%
27.	Cingapura	-1,12%
28.	Canadá	-1,17%
29.	Austrália	-1,56%
30.	França	-1,63%
31.	Portugal	-1,63%
32.	Japão	-1,94%
33.	Alemanha	-2,29%
34.	Áustria	-2,46%
35.	Itália	-2,46%
36.	Hungria	-2,94%
37.	República Checa	-3,16%
38.	Suécia	-3,50%
39.	Polônia	-5,37%
40.	Argentina	-13,02%

MoneYou e Infinity Asset Management

RANKING MUNDIAL DE TAXA DE JUROS NOMINAIS

Ao ano - Taxa de juros nominais sem descontar a inflação

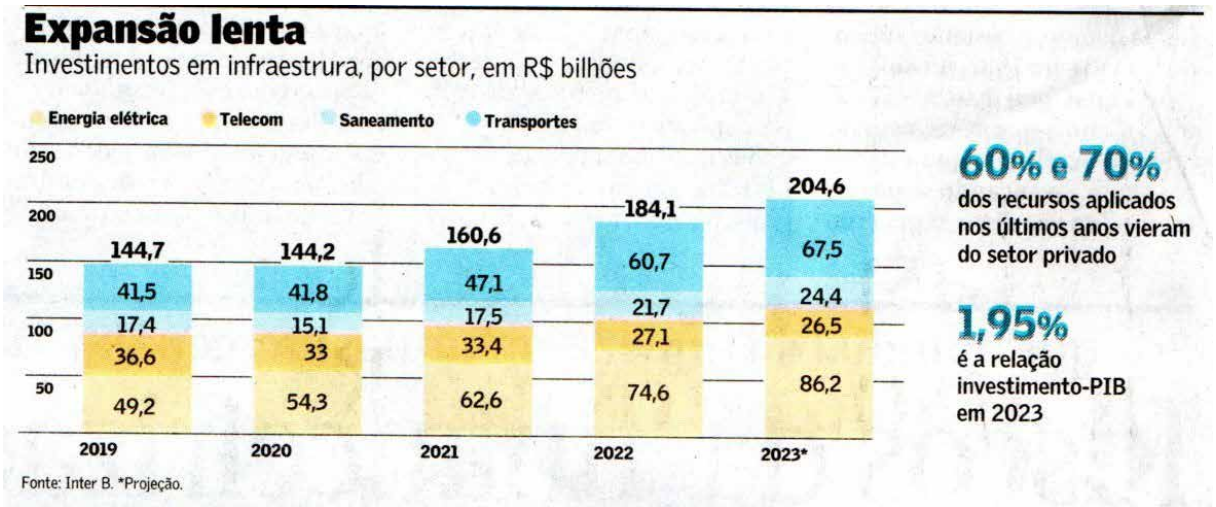
1.	Argentina	91,00%
2.	Brasil	13,75%
3.	Colômbia	13,25%
4.	Hungria	13,00%
5.	Chile	11,25%
6.	México	11,25%
7.	Turquia	8,50%
8.	África do Sul	7,75%
9.	Rússia	7,50%
10.	República Checa	7,00%
11.	Polônia	6,75%
12.	Índia	6,68%
13.	Filipinas	6,25%
14.	Indonésia	5,75%
15.	Hong Kong	5,25%
16.	Nova Zelândia	5,25%
17.	Estados Unidos	5,00%
18.	Canadá	4,50%
19.	Cingapura	3,78%
20.	Israel	4,50%
21.	China	4,35%
22.	Reino Unido	4,25%
23.	Austrália	3,85%
24.	Alemanha	3,75%
25.	Áustria	3,75%
26.	Espanha	3,75%
27.	Grécia	3,75%
28.	Holanda	3,75%
29.	Portugal	3,75%
30.	Suécia	3,75%
31.	Bélgica	3,75%
32.	França	3,75%
33.	Itália	3,75%
34.	Coreia do Sul	3,50%
35.	Malásia	3,00%
36.	Dinamarca	2,60%
37.	Tailândia	2,00%
38.	Taiwan	1,88%
39.	Japão	-0,10%
40.	Suíça	-0,75%

MoneYou e Infinity Asset Management

Necessidade de se investir em infraestrutura básica

Infraestrutura é o conjunto de serviços fundamentais para o desenvolvimento socieconômico de uma região tais como saneamento, transporte, energia e telecomunicação.

A falta de infraestrutura dificulta a atração de investimentos, a competitividade das empresas e a geração de novos empregos.



Fonte: Valor – 26.05.2023

Indica a recém concluída" Carta de Infraestrutura 2023", elaborada pela Inter. B Consultoria de Negócios e divulgada pelo jornal Valor, em 26 de maio último, que "a infraestrutura no país – em meio a um cenário que une crédito caro e sinalização de mudanças de rumos na condução de políticas em energia e saneamento básico deverá receber R$ 204,6 bilhões (cerca de apenas US$ 41 bilhões) em investimentos neste ano, uma alta nominal de 11,1% em comparação a 2022. Do total de recursos, 65% sairão da iniciativa privada. Puxados por energia elétrica, transportes e saneamento básicos, os aportes poderão representar 1,95% do PIB-Produto Interno Bruto, se o Ministério dos Transportes cumprir seu plano, ressalva a Inter B. Em 2022, o investimento em infraestrutura somou o equivalente a 1,86% do PIB de R$ 10,5 trilhões.

A mesma matéria destaca que "mesmo em alta, o investimento em infraestrutura no país é claramente insuficiente para impulsionar a economia e reduzir a desigualdade. Ampliar o acesso a serviços e melhoria na qualidade exigiriam injeção de 4% do PIB por ano".

Trago a nossos leitores, mais uma vez, proposta de minha autoria já apresentada aqui, em algumas oportunidades anteriores, para que o governo brasileiro dê uma destinação mais nobre a uma parte das suas atuais reservas cambiais, aplicando tais recursos em novos investimentos infraestruturais que tanto necessita o país para que a sua economia volte a ser competitiva, aumente o PIB, amplie os níveis de renda e emprego e evitar assim, gargalos e entraves que a cada dia mais se amplificam e exponeciam perigosamente. Vale mencionar que melhorias infraestruturais têm de ser consideradas investimentos e, não da forma tradicional, como custos.

Proponho que se utilize US$ 100 bilhões das atuais reservas internacionais e se redirecione tais recursos a imprescindíveis investimentos infraestruturais básicos, principalmente em energias alternativas, recuperação de rodovias,

mobilidade urbana e saneamento básico. Tal aporte de recursos na economia nacional poderá ensejar uma elevação de cerca de 5% do PIB nacional e adicionará, fundamentalmente, novas receitas tributárias e a ampliação dos atuais patamares de renda e emprego, reposicionando-se o país na rota do desenvolvimento. Saliente-se: JK já declarava que "país cuja economia não cresce é país condenado à miséria, pobreza e ao desenvolvimento – que são considerados os maiores inimigos da democracia".

E qual será o custo dessa decisão? Praticamente o diferencial que se remunera atualmente os títulos da dívida pública (fundamentalmente taxa Selic de 13,75%) e o ganho proveniente da remuneração das aplicações brasileiras realizadas em títulos de outros governos com recursos das nossas reservas cambiais, que também se encontram, em sua quase totalidade, concentradas em títulos do governo norte-americano remunerando cerca de 5% ao ano no momento, com tendência de queda. Saliente que durante quase dez anos seguintes a partir de 2009 a remuneração desses títulos norte-americanos era em torno de apenas 0,25% ao ano.

Aumentaria o endividamento público? Não, porque os títulos da dívida pública já foram anteriormente emitidos para bancar as reservas cambiais do país.

O país correria algum risco se forem baixados os atuais níveis de reservas cambiais? Não, porque, como ficou demonstrado anteriormente, eles permaneceriam mais que suficientes para enfrentar qualquer outra contingência ou riscos externos. Além do mais, o país ainda conta com patamares recordes de Investimentos Estrangeiros Diretos que, em 2022, atingiram o recorde de US$ 90,57 bilhões e deverão somar neste ano 91,77 bilhões. Em outra vertente, o saldo da Balança Comercial brasileira foi superavitário no ano passado em US$ 61,85 bilhões e as projeções indicam aumento para 2022, alcançando US$ 66,69 bilhões. Relativamente ao balanço de Serviços e Rendas, também, a situação oferece baixo nível de risco – esse item atingiu um déficit de US$ 100,06 bilhões no ano passado e deverá situar-se em US$ 94,57 como indicam também as projeções.

Ressalte-se que a ampliação dos investimentos em infraestrutura consta, inclusive, de recomendação especifica para o caso brasileiro, do documento intitulado "Economic Policy Reforms 2019. Going for Growth, da OCDE de 2019:

Increase public and private investment in infrastructure. Addressing infrastructure gaps would lead to higher productivity growth and improve export competitiveness.

- **Actions taken:** A 2017 investment partnership law has created a central entity attached to the presidency tasked with selecting and prioritising projects, and monitoring their implementation. Less subsidised lending resulting from a financial market reform will enhance the scope for private participation in infrastructure financing.
- **Recommendations:** Improve the technical capacity and planning for infrastructure projects, including in local governments. Increase the independence of infrastructure regulators. Expand the range of financing models, including syndicated loans, structured financial instruments, project financing and infrastructure bonds. Make wider use of public-private partnerships and concessions, but in a transparent way, using standardised bidding documents and guidance manuals. Avoid local content requirements in infrastructure projects.

ECONOMIC POLICY REFORMS 2019: GOING FOR GROWTH © OECD 2019

Sem investimento não há hipótese de desenvolvimento! E aqui o investimento encontra-se em um de seus níveis mais baixos, principalmente aquele proveniente de fontes e recursos públicos.

A verdade é que o Brasil desaprendeu como se faz e o que é crescer a sua economia. Esta armadilha do baixo ou do nulo crescimento econômico precisa ser, urgentemente, desarmada, e esta precisa ser entendida como uma grave questão de soberania e de segurança nacional!

Além dos positivos e benéficos efeitos multiplicadores, como em relação à ampliação do emprego e da renda, tal decisão de redirecionar parte das reservas cambiais para investimentos produtivos e alavancadores do desenvolvimento redundará em uma maior dinamização da economia brasileira, propiciando mais injeção

de recursos proveniente da ampliação da arrecadação tributária aos cofres públicos – o que permitirá redução adicional no déficit nominal e na expansão da dívida pública nacional.

Há, ainda, de se destacar, mais uma vez, que tal medida não ensejará nem provocará nenhuma modificação ou influência na dívida pública nacional, uma vez já ter sido a mesma contabilizada anteriormente, através da emissão de títulos pelo Tesouro, quando da sua constituição.

O saldo das reservas cambiais resultante e a ser mantido, após o resgate dos US$ 100 bilhões, cobrirá integralmente toda a dívida externa brasileira atualmente existente, aí compreendidos também aqueles saldos, tanto do endividamento público, quanto dos privados.

Com o título de "Mudanças são necessárias para a economia crescer", o ex-ministro Delfim Netto, em sua coluna na Folha de São Paulo de 31 de julho de 2019 declarou:

Nosso problema é como fazer para retomar o crescimento robusto – única solução para o mais grave problema nacional que são os milhões de desempregados e na informalidade. A resposta é fazer reformas que tornem mais competitiva a nossa economia.

Entendo que ainda cabe aqui acrescentar que tivemos, antes a oportunidade, juntamente com vários outros economistas, de ressaltar a necessidade e a importância da retomada firme do crescimento econômico e constatamos que alguns equívocos têm permeado as políticas econômicas do País e, se persistirem, obstruirão inapelavelmente qualquer tentativa de relançamento da economia brasileira de volta ao caminho do desenvolvimento.

Um desses equívocos diz respeito à crença de que a estabilidade econômica é condição prévia à retomada do desenvolvimento do País. Primeiro a estabilidade, só depois o desenvolvimento. Sendo assim, as políticas de estabilização assumem um caráter de primazia absoluta, subordinando e sufocando todas as outras políticas. Apequena-se a política econômica, amesquinham-se os objetivos para a economia do País. E já lá se vão algumas décadas de busca inglória da miragem da estabilidade.

Evidentemente, ninguém, em sã consciência, há de negar a necessidade de as economias nacionais ostentarem bons e saudáveis fundamentos macroeconômicos. O caminho da estabilidade deve ser concebido e implementado, no bojo de uma política de desenvolvimento para o País. A estabilidade não precede o desenvolvimento; ao contrário, é a estratégia de desenvolvimento do País que deve, simultaneamente, orientar e contextualizar as opções da política macroeconômica. Até porque, ao contrário do que se costuma propagar, os caminhos possíveis para se alcançar a estabilidade econômica são vários.

Outro desses equívocos é imaginar que apenas o ajuste fiscal e algumas reformas – como já se declarava a previdenciária - devem também ser considerados como condições prévias à retomada do desenvolvimento. Da mesma forma colocada em relação à estabilidade econômica, deve-se privilegiar – concomitantemente - a expansão econômica que produzirá ganhos generalizados e, em especial, aumentos da arrecadação tributária. Cabe destacar que, quando um denominador é baixo, todos os numeradores tendem a ser considerados altos – o que se aplica efetivamente no tocante à questão das receitas e despesas públicas. Quando há declínio da atividade econômica, como vem ocorrendo ao longo de várias décadas – a arrecadação nacional não cresce – os lucros se transformam em prejuízos para empresas e, com isso, não há como gerar Imposto de Renda e outras receitas.

No entanto, é salutar ressaltar que não basta apenas crescer. É necessário, ademais, que o crescimento da nossa economia supere a média mundial e possa se compatibilizar com o nível de expansão das economias dos países emergentes. E, ainda, que incorpore outros elementos, como as da qualidade, da produtividade e da competitividade.

Há de se considerar que o nosso desenvolvimento é um imperativo de segurança nacional, como pregava o ex-presidente Juscelino Kubitschek:

"Estamos avançados no sentido de nosso desenvolvimento material, mas somos forçados a reconhecer-nos ainda muito atrasados, principalmente em relação aos países de alto grau de industrialização. Uma análise comparativa de nossa marcha com a das nações desenvolvidas resultará em algo de inquietude.

Devemos ter a ambição de não nos contentar com o que já fizemos, e o orgulho de não nos resignarmos a continuar em posição secundária. Na verdade, não se trata sequer de ambição ou orgulho.

Creio que já existe, na consciência coletiva brasileira, a noção de que o nosso desenvolvimento é um imperativo de segurança nacional.

Temos de acelerar o passo, integrando-nos num ritmo de crescimento mais rápido.

Cumpre-nos procurar, a todo o transe, o socorro da técnica moderna. Temos de ocupar, nos mapas econômicos e políticos, uma posição correspondente à nossa importância territorial e demográfica.

A grande tese do nacionalismo brasileiro, a meta dos verdadeiros patriotas consiste em diminuir a margem imensa que nos separa dos povos que se elevaram à prosperidade. Esse ideal constitui, por outro lado, um objetivo de prudência neste mundo de dura competição".

Ilustrações: Internet

*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é administrador, economista e bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Governo de Minas Gerais e Diretor-Geral (Reitor) da Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de MERCADOCOMUM. Autor de vários livros, como a coletânea intitulada Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento.

Brasil tem prejuízos bilionários com isenção de imposto na importação de substâncias minerais

Municípios mineradores reforçam a necessidade de corrigir a distorção presente na Lei Kandir que, há mais de 20 anos, desonera o ICMS para bens não renováveis exportados

Dirigentes da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG), juntamente com prefeitos e representantes de cidades associadas, estiveram em Brasília para participar de uma audiência pública, realizada pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, com o intuito de debater a mineração no contexto da reforma tributária. A reunião foi comandada pelo deputado federal Rodrigo de Castro, presidente da Comissão, e contou com a participação de especialistas dos setores público e privado, entre eles representantes do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Mineração (ANM) e do Ministério da Fazenda.

"Desde que cheguei em Brasília, como deputado federal, falamos sobre a necessidade da reforma tributária no Brasil e ela até hoje não aconteceu. Agora, chegamos a um consenso da urgência de fazermos essa reforma acontecer", ressaltou Rodrigo de Castro na abertura da audiência.

René de Oliveira e Souza, secretário de fazendo do Pará, destacou que é preciso enfrentar os tabus que rodeiam os aspectos tributários e econômicos na mineração brasileira. "Precisamos implementar, com urgência, os impostos na importação dos bens não renováveis. Além disso, é preciso igualar os royalties de minério (3,6%) ao de petróleo (9,6%). Em 2020, por exemplo, o Pará arrecadou R$ 3 bilhões de royalties, se fosse aplicado a alíquota de 9,6% esse valor subiria para R$8,5 bi. Em Minas, foram arrecadados R$ 2,3 bilhões e iria para R$ 7,3 bilhões. Essa diferença não tem justificativa. Temos que fazer uma reforma de tributo sobre consumo. É oportuno e urgente rever essas questões", avaliou.

José Fernando, Rodrigo de Castro, Bernard Appy e René de Oliveira Souza

O presidente da AMIG e prefeito de Conceição do Mato Dentro (MG), José Fernando Aparecido de Oliveira,

reforçou a luta dos municípios mineradores para resolver a falta de uma cadeia produtiva na atividade mineral, que tem onerado os cofres brasileiros. "Praticamente todo nosso produto vai para outros países para alimentar uma cadeia produtiva, gerando emprego, renda e industrialização."

Ele sinalizou que o setor tem atuado dentro de uma ótica tributária perversa. "Precisamos urgentemente corrigir a distorção presente na Lei Kandir, que há mais de 20 anos desonera o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para bens não renováveis exportados. 83% do minério de ferro produzido no Brasil é exportado e não gera impostos no mercado interno. A legislação favorece a expansão da indústria no exterior em detrimento do Brasil. É preciso ter uma visão agregadora de valor internamente, de gerar emprego e renda em território nacional", afirmou.

O Brasil está isentando a China, por exemplo, que compra o minério de ferro e enriquece sua cadeia produtiva. "Em 1980, nós produzimos 30 milhões de toneladas de aço e a China os mesmos 30 milhões de toneladas. Hoje, a China passa de 1 bilhão de toneladas, com o nosso minério. E o Brasil continua produzindo os mesmos 30 milhões de toneladas de aço. Não dá mais para continuar nessa situação", criticou.

José Fernando pontuou que, antes da Lei Kandir ser instituída, o estado arrecadava 12% com a exportação. "Hoje, não se ganha nada. Enquanto isso, vemos os lucros exorbitantes das mineradoras. A exemplo da Vale, que em 2022, teve carga tributária de R$ 15 bilhões, ou seja, 14,93% do lucro antes dos tributos e 6,70% sobre a receita bruta auferida. Como vamos construir uma mineração sustentável, cuidar da população, diversificar a economia de nossos municípios vendo nossas riquezas indo embora, sem custos, para outros países", alertou.

Em 2022 as exportações minerais brasileiras alcançaram US$41,7 bilhões. O saldo comercial mineral (exportações minerais menos as importações minerais), de quase US$24,9 bilhões equivaleu a 40% do saldo comercial brasileiro, que foi de US$ 61,8 bilhões. "Está comprovado em números que a mineração brasileira, principalmente aquela que exporta, pode e deve contribuir mais para o país. Queremos que as mineradoras sejam cada vez mais prósperas, mas que a exportação tenha equidade e equilíbrio entre aquilo que fica no país e aquilo que fica nos cofres de seus sócios", reforçou o consultor de Relações Institucionais e Econômicas da AMIG, Waldir Salvador.

SONEGAÇÃO

A cada R$1 arrecadado na mineração, R$1 real é desviado. Waldir Salvador fez uma crítica a essa cultura de sonegação persistente no setor. "À medida que o antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a ANM foram definhando, foram aumentando o número de acidentes, de sonegação e de ajuizamento de ações para não se pagar a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)."

O consultor da AMIG disse que "quando se pega o balanço da Vale de 2021, por exemplo, estão lá, destacados, mais de R$10 bilhões de perdas prováveis para pagamento de CFEM. Não pagam, geram dinheiro para fazer investimentos com seus próprios negócios. A realidade da mineração brasileira é a seguinte: as pequenas não pagam, as médias pagam o que elas acham justo e as grandes fazem um refinamento tributário e desrespeitam o preço de referência", avaliou. Para ele, cabe no Brasil uma contribuição melhor. "Quem exporta pode contribuir mais. Não é na CFEM, e sim nos cofres dos estados e da federação que estão sendo prejudicados há anos", pontuou.

O consultor da AMIG também fez uma crítica à fala da ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, que, em outra ocasião, disse que a ANM não pode ser estruturada, pois criaria uma anomalia. "Eu gostaria que a comissão a convidasse para explicar qual foi esse raciocínio. O que está acontecendo conosco, sendo que para R$1 pago, há R$1 sonegado? Falo isso sobre a mineração mensurável, pois há uma outra clandestina, que não é mineração, é caso de polícia, afinal, ela destrói, mata e conseguimos mensurar CFEM sobre sua atividade. Isso não pode continuar assim e os municípios vão reagir", ressaltou.

Daniel Pollack, superintendente de Arrecadação e Fiscalização de Receitas da ANM, salientou que o debate promovido pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados é oportuno para que todos conheçam mais de perto a situação e as dificuldades enfrentadas na agência. "A ANM até hoje não recebeu os 7% do total arrecadado com a CFEM, previstos na Lei, que deveria ser utilizado para nos dar estrutura para trabalhar. Comparada às demais agências reguladoras, a ANM está com o seu quadro de funcionários e de remuneração defasados, o que reduz e limita nossa capacidade de atuação", alertou.

Pollack afirmou que a agência possui apenas cinco profissionais para fiscalizar mais de 30 mil processos de lavras. "Como vamos garantir que a CFEM está sendo paga de maneira correta e que o pagamento não está sendo feito na base da "boa fé". A ANM não tem pessoal suficiente para ir em todas as empresas para fazer essa fiscalização. Estruturar a agência significa combater a ilegalidade e a sonegação, garantir a segurança jurídica e tributária, garantir o aumento significativo da arrecadação, geração de emprego e renda, a mitigação de riscos sociais e ambientais, além de garantir a sustentabilidade da atividade mineral", enfatizou.

Trânsito no Brasil mata mais de 33 mil pessoas por ano

Sociedade Brasileira de Trauma Ortopédico alerta as graves consequências

Diariamente, as emergências dos hospitais ficam lotadas de pacientes vítimas de acidentes de trânsito. Também todos os dias, pessoas perdem a vida nas ruas, pelo mesmo motivo. O cenário atual é preocupante: No Brasil, o trânsito mata mais de 33 mil pessoas por ano. Em São Paulo – estado mais populoso do país, por exemplo, o primeiro trimestre de 2023 já registrou 1.152 óbitos em decorrência de acidentes, contra 1.143 no mesmo período do ano passado.

A mistura de álcool e direção, mesmo que proibida por lei, continua sendo um potencial agente causador – em 2022, motoristas com suspeita de embriaguez provocaram mais de 325 mil acidentes em todo o país, quase 50% a mais do que o registrado em 2021, segundo dados da Secretaria Nacional de Trânsito. Só nos dois primeiros meses deste ano, foram 539 acidentes causados por motoristas embriagados, de acordo com a Polícia Rodoviária Federal.

Estatísticas envolvendo motociclistas também trazem alerta: no fim de abril, Boletim Epidemiológico lançado pelo Ministério da Saúde mostrou um aumento da taxa de internações desse público entre 2011 e 2021, em 55%, considerando apenas a rede do SUS e conveniados, com custo de R$167 milhões, apenas no ano retrasado.

As lesões de trânsito são um grave problema de saúde pública global, configurando entre as dez principais causas de morte em países de baixa e média renda e a sexta causa de DALY - da sigla em inglês 'Disability Adjusted Life Years', que significa "anos de vida perdidos ajustados por incapacidade".

"Os acidentes de trânsito são a principal causa de politraumatismo, em que dois órgãos ou mais, ou a partir de duas partes distintas do corpo, são lesionadas gravemente. É uma situação que leva o paciente a uma condição de esgotamento da capacidade fisiológica de equilíbrio orgânico, o que pode resultar em óbito. Após sofrer politraumatismo, recuperar-se totalmente é algo raro, pois, geralmente, um acidente de grande impacto deixa sequelas, as quais limitará a vítima por toda a vida", ressalta o presidente da Sociedade Brasileira de Trauma Ortopédico (TRAUMA), José Octavio Soares Hungria.

A Polícia Rodoviária Federal pontua que quase 80% dos acidentes poderiam ser evitados por mudanças de conduta dos motoristas. Um aumento médio na velocidade em 1 km/h, por exemplo, está associado a um aumento em 3% no risco de uma colisão produzir lesões. Em colisões graves, o aumento do risco é ainda maior: um aumento médio em 1 km/h na velocidade aumenta em 5% o risco de colisões graves ou fatais.

Quando o problema envolve pedestres, eles têm 90% de chance de sobreviver a uma colisão de um veículo que circula a uma velocidade igual ou abaixo de 30 km/h, mas em um impacto a uma velocidade igual ou acima de 45 km/h, as chances de sobrevivência ficam abaixo de 50%. A probabilidade de um pedestre morrer aumenta 8 vezes quando a velocidade de impacto do veículo aumentar de 30 km/h para 50 km/h.

Em um acidente de trânsito, o especialista ressalta que, durante a remoção, o tronco, o pescoço e as vias respiratórias do paciente devem estar protegidos para que uma possível lesão da coluna e/ou medula não tenha seu estado agravado. "Se a pessoa estiver inconsciente, enquanto o resgate não chega, a vítima não deve ser mobilizada. Deve-se esperar chegar profissionais treinados que possam manipular a vítima com segurança, evitando que o seu estado de saúde se torne mais grave", fala.

IMPACTOS

As lesões causadas por acidentes de trânsito acarretam não só danos físicos, mas também emocionais e econômicos, ressalta o presidente do TRAUMA. "Para cada morto, ferido ou incapacitado em decorrência de uma colisão de trânsito, toda a família é afetada. O custo do cuidado médico prolongado, a perda de um membro que sustenta a família ou os custos adicionais necessários para cuidar de pessoas incapacitadas impactam significativamente a renda do lar", pontua.

O especialista salienta que, embora a prevenção aos acidentes de trânsito seja pauta reforçada no mês de maio, a questão deve ser lembrada todos os dias, assim como serem executadas ações que enfrentem e combatam o problema. "A segurança no trânsito envolve diferentes setores. Deve ser ressaltada aos filhos desde pequenos, abordada em campanhas nas escolas, no trabalho, nos hospitais, empresas, órgãos públicos... Não são poucos os números que evidenciam a magnitude dessa problemática e, cada vez mais, há a necessidade de uma estrutura funcional e eficaz para o desenvolvimento e implementação de políticas e programas que previnam as lesões e as mortes causadas pelo trânsito", conclui.

Presidente Lula: problema de artrose no quadril e como é feito o tratamento

A patologia atinge mais pessoas do sexo feminino e acima de 60 anos, além dos pacientes do grupo de riscos como obesos, sedentários e diabéticos

De acordo com dados do Ministério da Saúde, as articulações mais atingidas pela artrose são joelhos, dedos e quadris, sendo que 10 milhões de brasileiros possuem a artrose de quadril (comumente chamada desgaste do quadril). É o processo degenerativo acompanhado da inflamação de toda a articulação envolvendo não só a cartilagem, mas também ligamentos, cápsula articular, osso e musculatura local, por isso também é denominada osteoartrite do quadril.

A articulação do quadril é formada pelo acetábulo e a cabeça do fêmur. Essas estruturas são envoltas por diversos músculos, tendões, ligamentos e outras estruturas que permitem que os movimentos sejam realizados. A artrose causa um desgaste da cartilagem entre a cabeça femoral e a bacia, causando dor na virilha ou lateral do quadril, diminuição da mobilidade e claudicação, as famosas câimbras e fisgadas.

Uma doença multifatorial, ou seja, não tem uma causa única. É mais comum no sexo feminino e em pacientes acima de 60 anos, mas pode ocorrer em adultos jovens. A patologia está relacionada também a fatores hereditários, à obesidade, sobrecarga articular, fatores hormonais, traumas locais, doenças reumatológicas e deformidades do quadril, podendo levar às alterações mecânicas e à displasia do desenvolvimento do quadril em crianças e adolescentes, entre outras.

Leandro Alves de Oliveira, Membro titular da Sociedade Brasileira do Quadril (SBQ), explica que a artrose do quadril pode ser primária, quando não temos uma causa definida, ou secundária, quando se sabe a causa que levou ao desgaste do quadril. "As principais causas de artrose secundária são: displasia do desenvolvimento do quadril, impacto fêmoro-acetabular, sequelas de trauma como fraturas, necrose avascular da cabeça femoral, doenças do quadril da criança e do adolescente, doença de Legg-Calve-Perthes, epifisiólise femoral proximal", esclarece Oliveira.

Segundo o médico, o principal sintoma é a dor acompanhada de limitação de movimentos do quadril. "A dor inicia de forma branda e pode piorar com os esforços. Localizada geralmente na região anterior do quadril (virilha), pode irradiar até o joelho. Com a evolução da artrose, a dor vai aumentando de intensidade e dificultando atividades diárias. Na fase mais crítica da doença, a dor pode acometer o paciente até mesmo em repouso e ao dormir", explica o especialista.

Além disso, a mobilidade do quadril também piora gradativamente e o paciente pode apresentar dificuldades de realizar tarefas simples como calçar meias e sapatos, cortar as unhas dos dedos dos pés, subir escadas, entrar e sair do carro. Outro sintoma, é a dificuldade para andar. Com o avanço da doença alguns pacientes necessitam bengala e andador como auxílio para se locomover.

Dr. Leandro explica que o diagnóstico é realizado na consulta médica pela caracterização dos sintomas e o exame físico bem feito realizado pelo especialista, associado aos exames de imagem. "O principal exame de imagem utilizado para o diagnóstico da artrose é a radiografia simples da pelve e da articulação do quadril. Com esse exame é possível realizar o diagnóstico, identificar o grau da artrose e realizar o planejamento terapêutico. A ressonância magnética auxilia no diagnóstico na fase inicial quando tem poucas ou nenhuma alteração na radiografia." conclui o Membro da SBQ.

Para o tratamento, em sua fase inicial, é importante a conscientização dos pacientes para a mudança dos hábitos de vida e adoção de um estilo saudável; perda de peso, fortalecimento muscular, realização de atividades físicas, prevenção de impacto, são comportamentos que ajudam a preservação da saúde do quadril. O tratamento também inclui medicamentos que podem ser utilizados para alívio da dor.

Ainda segundo o médico, o procedimento cirúrgico só é indicado quando o paciente não tem alívio da dor com a conduta não cirúrgica. "Pode ser realizado cirurgias para correção de deformidades do quadril na sua fase inicial, osteotomias ou artroscopia do quadril, e a artroplastia total do quadril", afirma Oliveira

A artroplastia total do quadril é a substituição protética do quadril que traz uma grande satisfação ao paciente com alívio da dor e melhora da qualidade de vida, sendo considerada pela revista "Lancet", uma das principais revistas científicas médicas, como a cirurgia do século pelos seus bons resultados.

Como o colesterol pode ajudar a preservar a saúde vascular?

As principais formas de controlar o colesterol

Muitas vezes visto como vilão, o colesterol é um tipo de gordura essencial para o funcionamento do corpo humano. Entretanto, se seus níveis no organismo estão em excesso, ele pode dificultar o fluxo do sangue em alguma região, pois se acumula dentro da parede das artérias. Por essa razão ele precisa estar controlado para que não aconteça o entupimento da passagem do sangue e ocasiona grandes problemas circulatórios, como o infarto, Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Guilherme Jonas, médico angiologista e cirurgião vascular frisa que o organismo produz no fígado cerca de 70% de todo colesterol e a alimentação é responsável pelos outros 30%. "Quando se consome alimentos com muito teor de gordura o fígado produz mais colesterol do que o necessário e isso ocasiona a alteração do nível normal para um que não é saudável. É bom lembrar que tanto as altas taxas de colesterol quanto as muito baixas são prejudiciais para a saúde", diz.

É fundamental manter o colesterol controlado. "Bons hábitos são muito importantes para isso. Praticar exercícios físicos, não fumar, evitar o estresse, evitar comidas que contenham muita gordura de origem animal, e consumir mais legumes, verduras, grelhados, frutas, alimentos integrais, fibras e cereais", destaca Guilherme.

TIPOS DE COLESTEROL

LDH: é uma lipoproteína de baixa densidade, conhecido popularmente como colesterol "ruim". Leva ao acúmulo de placas de gordura em suas artérias, que podem causar doenças cardíacas;

HDL: é uma lipoproteína de alta densidade, conhecido popularmente como colesterol "bom". Leva o excesso de colesterol no sangue para o fígado, que o remove do corpo;

VLDL: é uma lipoproteína de baixíssima densidade, produzida no fígado e tem como sua principal função transportar os triglicerídeos pela corrente sanguínea.

OS PRINCIPAIS PASSOS PARA CONTROLAR OS NÍVEIS DE COLESTEROL

- *Reduzir o consumo de bebidas alcoólicas;*
- *Evitar a obesidade e o sobrepeso;*
- *Reduzir o consumo de açúcares simples;*
- *Reduzir o consumo de carboidratos;*
- *Praticar exercícios físicos com uma frequência de pelo menos 3 a 5 vezes por semana;*
- *Consumir gorduras poli-insaturadas ricas em ômega-3.*

Fonte: Guilherme Jonas, médico angiologista e cirurgião vascular, especialista em cirurgia vascular pela SBACV (Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular).

Crise nos planos de saúde põe em risco seguro mais desejado

Setor de saúde suplementar cresceu no pós-pandemia e já cobre mais de 50 milhões de brasileiros, mas registrou o pior resultado desde 2001 e consequências atingem os beneficiários

Três anos após o início e decretado o fim da pandemia, o setor de saúde passa por uma séria crise. A dificuldade entre as empresas do setor é generalizada, envolvendo operadoras, hospitais e laboratórios. De janeiro a setembro de 2022, as operadoras tiveram prejuízo líquido de quase R$ 3 bilhões. O que está por trás destas dificuldades é um enorme aumento de custos assistenciais, algo que foi exacerbado pela pandemia. Estudo patrocinado pela Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) e pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (Ibross) revelou quebra estrutural na tendência de longo prazo dos custos de medicamentos e materiais médico-hospitalares em decorrência do coronavírus. Em março de 2022, quando o estudo foi concluído, essa alta, que chegou a máximas muito mais elevadas, ainda variava de 30% a 41% quando comparada a fevereiro de 2020, mês imediatamente anterior à chegada oficialmente da Covid no Brasil.

As operadoras também têm sido pressionadas pelo aumento da demanda de atendimento, com a retomada de procedimentos eletivos que ficaram represados na pandemia – muitos casos chegam aos hospitais já agravados e assim demandam tratamentos mais caros. A tendência de encarecimento dos custos completa-se com o envelhecimento populacional.

Desde o início da pandemia, a saúde suplementar tem mantido tendência consistente de aumento do número de beneficiários. Em 2022 alcançou 50,5 milhões de usuários nos planos médico-hospitalares, patamar mais alto desde 2014 e bem próximo do recorde histórico. Demonstração clara da importância que os brasileiros dão aos planos de saúde. No entanto, as receitas com as mensalidades não têm sido mais suficientes para bancar as despesas assistenciais. Já são seis trimestres consecutivos de prejuízos operacionais, o que equivale a dizer que, desde abril de 2021, o negócio plano de saúde não consegue se pagar. Apenas em 2022, até setembro, o rombo chega a R$ 11 bilhões. Além disso,

no terceiro trimestre a sinistralidade dos planos assistenciais chegou a 93,2%. Trata-se de percentual inédito desde que o setor passou a ser regulado no país, 24 anos atrás.

Esse cenário impacta todos os agentes da cadeia, chegando até os beneficiários. Vemos usuários de planos sendo descredenciados de redes e o aumento da burocracia para ter atendimento. O índice de reclamações contra as operadoras dobrou entre 2019 e 2023.

A crise no setor de saúde levou operadoras de planos de saúde, hospitais e laboratórios, que sempre travaram queda de braço com interesses distintos, a unir forças para garantir receita e compartilhar riscos. Os grupos se esforçam para reorganizar a casa no momento em que enfrentam a crise pós-pandemia, promovendo o acesso à saúde de qualidade a cada vez mais brasileiros.

As empresas estão olhando para toda a cadeia de saúde suplementar, buscando formas de promover a sustentabilidade de todo o setor, gerando maior eficiência e evitando fraudes e desperdícios que impactam os beneficiários como um todo. As operadoras também têm focado nos corretores, na apresentação e oferta de novas maneiras de solucionar as demandas desses consumidores, que confiam e contam com os serviços.

Para promover sustentabilidade e controle de sinistro, tem sido valioso o investimento em tecnologia focada em promover o acesso à saúde suplementar e melhor qualidade de vida, incluindo cuidado coordenado (medicina preventiva) e telemedicina. O mercado também está investindo em planos regionalizados com melhor custo-benefício que promovem maior acesso à saúde, e parceria com hospitais e laboratórios de cada região. Produtos mais simples, como com coparticipação e sem reembolso, estão sendo interessantes para

Christianne Piola, superintendente Comercial da Galcorr Corretora de Seguros

operadoras e usuários equalizarem as contas.

No princípio do mutualismo, é importante os beneficiários entenderem o quanto o uso indevido do plano de saúde afeta toda a carteira, o que pode acabar pesando mais no bolso do cliente. As fraudes são as mais diversas, praticadas muitas vezes inconscientemente por usuários e até mesmo por médicos e clínicas, que oferecem exames em suas dependências ou reembolso além do devido. Por isso, empresas e entidades do setor estão se unindo em campanhas de conscientização, como o movimento "Todos por Todos Com Muita Saúde", idealizado pela Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) e associadas (todosportodosoficial.com.br) e a campanha "Saúde sem fraude", lançada pela FenaSaúde com o propósito de informar e orientar sobre as boas práticas e o uso adequado dos planos de saúde (saudesemfraude.com.br).

A Federação listou 10 dicas para bom uso do plano de saúde: Não compartilhar login e senha do plano de saúde com terceiros; Não emprestar a carteirinha; Não solicitar nem aceitar o fracionamento de recibos; Não aceitar propostas de reembolso sem que tenha que desembolsar pelo atendimento; Não aceitar oferta de procedimentos estéticos pagos pelos planos de saúde; Conferir se as guias dos planos de saúde informam corretamente os procedimentos realizados; Usar o pronto socorro apenas no caso de urgências e emergências; Usar a telessaúde como aliada para casos de baixa complexidade; Procurar preferencialmente a rede credenciada ou estabelecimentos de saúde de confiança; e Informar ao médico sobre exames realizados recentemente, evitando repetições desnecessárias.

O aumento das fraudes tem feito as operadoras investirem em proteção e fiscalização, com isso a liberação de pagamentos torna-se mais exigente e as recusas crescem. Com o prejuízo causado, as operadoras deixam de investir em equipamentos e melhorias, o que reflete em perda de qualidade na assistência.

A crise chegou a níveis insustentáveis, mas pode trazer importante conscientização e novas perspectivas. Afinal, é nos momentos de turbulência que saem as melhores ideias e inovações, enquanto o mercado está calmo as empresas tendem a se acomodar. É a hora de empresas, corretores e clientes se unirem para salvar o seguro mais aspiracional entre os brasileiros.

Christianne Piola é superintendente Comercial da Galcorr Corretora de Seguros. Executiva com mais de 15 anos de experiência no mercado de seguros. Formada em Administração, possui MBA em Marketing e diversos cursos de especialização e gestão. É membro da Sou Segura, associação que reúne executivas do setor.

Equipe de ortopedia do Hospital Felício Rocho realiza procedimento inédito no Brasil

Reforçando sua missão de cuidar das pessoas e agregar qualidade à vida, o Hospital Felício salta mais uma vez na direção da modernidade em busca das melhores condições de tratamento aos pacientes. Em maio, a equipe de ortopedia da instituição realizou uma cirurgia de prótese de tornozelo com substituição total do tálus, procedimento até então inédito no Brasil.

Esse recurso garante ao paciente a recuperação da capacidade de locomoção após um tumor que acometeu a região no corpo do tálus. Tal procedimento, feito através de uma peça de titânio em 3D, consiste na implementação de uma prótese para o tornozelo, com a substituição total do tálus.

Liderados por Dr. Daniel Baumfeld, ortopedista do Hospital Felício Rocho, a equipe ainda contou com os ortopedistas Dr.Tiago Baumfeld, Dr. José Sanhudo, Dr. Bruno Macedo, Dr. Benjamim Macedo e Dr. Hugo Ribeiro. Unidos, o grupo de especialistas realizaram a substituição do local acometido por uma prótese.

"O osso do tálus fica localizado na parte inferior do tornozelo e conecta o pé aos dois ossos inferiores da perna, que são a tíbia e a fíbula. O tálus e o calcanhar são essenciais para garantir a mobilidade e, quando acometido, provoca a perda dos movimentos, dificuldade para andar e calçar assim como dores limitantes na região", explica o médico.

Dr. Daniel ainda acrescenta que "doenças nessa região podem comprometer a locomoção e a capacidade de manter o equilíbrio do indivíduo. Os traumas, tumores, osteonecrose, casos avançados de osteoporose, lesões da cartilagem desta articulação e quedas de grandes alturas afetam a capacidade do osso de receber carga e movimentar. O que motiva a busca pelo melhor tratamento para os pacientes".

O médico ainda esclarece a diferença entre este tratamento inédito e outras possibilidades convencionais. "Sem a cirurgia que realizamos, o paciente passaria por uma série de procedimentos invasivos e que modificam toda a estrutura da região operada. Poderia haver perda do movimento da articulação e diminuição do tamanho da perna. Com o procedimento, essa margem o paciente tem a possibilidade de recuperação mais rápida e a condições de mobilidade ampliada, sem comprometer a função normal desta articulação".

A cirurgia foi um sucesso e o paciente recebeu alta apenas dois dias após realização. Inovações como essa são exemplos da importância dos avanços tecnológicos para a garantia da qualidade de vida e evolução no tratamento de fraturas, que comprometem a independência do paciente.

Cálculo na vesícula: a doença que afeta milhões de pessoas

Os segredos por trás dos cálculos biliares e seu tratamento

Esta doença, também chamada de cálculo ou pedras na vesícula, é mais comum do que pode imaginar e pode afetar pessoas de todas as idades, embora seja mais comum em mulheres acima dos 40 anos. Os "cálculos" podem trazer desconforto e, se não tratada, pode causar complicações como inflamação da vesícula biliar (colecistite) ou infecções graves nos ductos biliares (colangite).

Quando o colesterol, os sais biliares ou os bilirrubinatos são produzidos em excesso pelo fígado, há precipitação formando pequenos grânulos (pedras). Estas podem variar em tamanho, desde pequenas partículas até pedras maiores e podem causar dores intensas.

Conversamos com o Médico Cirurgião, especialista em Laparoscopia, Dr. Ernesto Alarcon, que vai explorar as causas e os tratamentos para essa condição, oferecendo informações valiosas para aqueles que desejam conhecer melhor o assunto.

O QUE É A COLELITÍASE?

Colelitíase é o acúmulo de cálculos na vesícula biliar, um órgão pequeno em formato de saco que armazena bile, um líquido produzido pelo fígado que ajuda na digestão de gorduras e na absorção de alguns nutrientes. Os cálculos são formados por uma combinação de colesterol, sais biliares e bilirrubina, como já dito acima.

E AS CAUSAS?

A bile é composta por água, colesterol, sais biliares, bilirrubinato e lecitina. Quando há desequilíbrio na produção hepática de algum de seus componentes, há precipitação e formam-se os cálculos.

A formação de cálculos na vesícula biliar também está relacionada à diversos fatores, incluindo dieta rica em gorduras e carboidratos, obesidade, diabetes, sedentarismo, histórico familiar e idade avançada – explica o Dr. Ernesto Alarcon.

Algumas condições médicas também podem aumentar o risco de Colelitíase, como doença inflamatória intestinal e cirrose hepática, que podemos falar em breve.

QUAIS OS TRATAMENTOS EXISTENTES?

O tratamento da Colelitíase, depende dos sintomas, do tamanho e quantidade dos cálculos. No cálculo assintomático a análise de todas as variáveis envolvendo o caso são analisadas para que se possa decidir ou não pela cirurgia. Cálculos sintomáticos são indicação para o tratamento cirúrgico.

Essa cirurgia, chamada de colecistectomia, pode ser realizada por Laparoscopia, uma técnica minimamente invasiva que oferece uma recuperação mais rápida e menos dolorosa.

QUAL CONSELHO PARA QUEM SOFRE DE COLELITÍASE OU SUSPEITA QUE TEM?

Como já dissemos, a colelitíase, é uma condição comum que pode causar desconforto e dor abdominal. Felizmente, existem tratamentos eficazes disponíveis para ajudar a prevenir e tratar essa condição. Se você está preocupado com seus sintomas, consulte um médico o quanto antes, para uma avaliação completa e um plano de tratamento adequado.

Rede Mater Dei promove 1º EM Day para compartilhar informações qualificadas sobre esclerose múltipla

Dia Mundial da Esclerose Múltipla é lembrado no dia 29 de maio

Doença autoimune, na qual o próprio sistema de defesa do organismo ataca as células do cérebro, tronco encefálico e da medula espinhal, a esclerose múltipla (EM) ainda carrega muitos estigmas, principalmente por acometer mais mulheres jovens, com idade entre 20 e 40 anos. A pouca informação sobre a doença entre a população em geral e o impacto do diagnóstico são prejudiciais e podem influenciar na eficácia do tratamento e na qualidade de vida das pessoas que convivem com ela. Para levar informações à população, o dia 29 de maio foi escolhido para ser o Dia Mundial da Esclerose Múltipla, que acomete cerca de 2,5 milhões de pessoas em todo o mundo. Apesar de ainda não ter cura, a EM é objeto de estudo de pesquisadores do mundo todo, que buscam contribuir para a melhoria na qualidade de vida dos portadores.

No dia 27 de maio, a Rede Mater Dei de Saúde em Belo Horizonte promove o 1º Esclerose Múltipla Day, evento voltado para pacientes, familiares e pessoas com suspeita de EM, profissionais e estudantes da área de saúde e demais interessados no tema. O encontro híbrido, que será realizado na Unidade Contorno e on-line, já tem cerca de 200 inscritos e contará com especialistas na doença que falarão sobre vários temas relacionados à esclerose múltipla.

"Esse evento é de grande importância para levar informação qualificada para as pessoas e vai reunir grandes especialistas que abordarão vários aspectos da doença. Não apenas sobre tratamentos em si, mas também sobre a questão psíquica do paciente, a importância da alimentação e das atividades físicas, e até a gravidez para mulheres com esclerose múltipla", comenta a neurologista, especialista em esclerose múltipla e coordenadora do Centro de Tratamento em Esclerose Múltipla da Rede Mater Dei de Saúde, Juliana Santiago.

A doença, segundo ela, existe porque o corpo confunde uma estrutura do sistema nervoso central com um agente externo, gerando assim uma inflamação em diferentes partes do cérebro. "Essa inflamação gera perda da mielina, uma camada de gordura que cobre os neurônios. É como se a fiação de uma casa, em que os fios são encapados para que a eletricidade passe com mais velocidade, fossem desencapados: a energia não passa com a velocidade adequada e começa a falhar. Quando a EM atinge determinada parte do corpo é a mesma coisa, ela começa a falhar", exemplifica.

A causa da esclerose múltipla ainda é desconhecida, mas os médicos acreditam que seja provocada por diversos fatores, principalmente do encontro de uma predisposição genética com o ambiente em que o portador vive. "Existem estudos que apontam para gatilhos virais, outros relacionam a baixa exposição solar, mas ainda não existe um fator definido", diz a médica. Por ser uma doença rara e ainda pouco conhecida pela população e pelos próprios médicos, o programa Mais Saúde Mater Dei criou o Centro de Tratamento em Esclerose Múltipla com o objetivo de melhorar ainda mais o atendimento aos pacientes.

"Com uma equipe de especialistas, o centro atua de forma a dar toda segurança e ofertar os cuidados adequados durante o tratamento. Além de poder marcar consultas com especialistas em esclerose múltipla, o paciente pode fazer todos os exames laboratoriais e de ressonância magnética no hospital, além de contar com o serviço do centro de infusão de medicamentos. Importante também lembrar que a rede tem outros profissionais como nutricionista, ginecologista, especialista em fertilidade, que atuam em conjunto para o atendimento multidisciplinar dos pacientes com a doença", pontua a neurologista.

SINTOMAS

A esclerose múltipla pode dar sinais no cérebro, medula ou nervos ópticos. Por isso, sempre que surgir um sintoma súbito de dificuldade visual, alteração de sensibilidade (como perda de sensibilidade, dormência ou formigamento), fraqueza em alguma parte do corpo e/ou dificuldade de coordenação ou equilíbrio é recomendado que a pessoa busque a busca por uma avaliação neurológica urgente. Esses sintomas são alertas para uma avaliação mais imediata, não apenas por poderem ser sinal da EM, mas por se assemelharem a outras doenças neurológicas, como acidente vascular cerebral (AVC).

TRATAMENTO

Ao contrário do que muitos pensam, na atualidade a esclerose múltipla é uma doença tratável. Já existem diferentes tipos de tratamentos profiláticos que reduzem a atividade da doença e o risco de incapacidade, promovendo qualidade de vida para o paciente. Esses medicamentos buscam modular o sistema imunológico, reduzindo o risco de surtos da doença, novas lesões assintomáticas na ressonância e a chamada progressão.

Em relação ao tratamento do sintoma agudo da doença, chamada de surto, geralmente é realizada a pulsoterapia, que consiste num esquema com altas doses de corticoide dadas por três a cinco dias, com o objetivo de acelerar a recuperação mais imediata do paciente em crise.

Na Rede Mater Dei, esse tratamento pode ser feito com o paciente internado ou em nível ambulatorial, dependendo do contexto clínico. "O tratamento da EM evoluiu muito nos últimos anos e, atualmente, temos diversas opções de medicações disponíveis. Hoje sabemos que devemos tratar o quanto antes e da melhor maneira possível, individualizando a escolha do tratamento de acordo com as características de cada pessoa.

SOBRE A REDE MATER DEI DE SAÚDE

A Rede Mater Dei é uma rede de saúde completa, com 43 anos de vida, cuidando da saúde dos moradores de Belo Horizonte, tendo o paciente no centro de tudo e ancorada em três princípios: inteligência e humanização como pilares do atendimento; tecnologia como apoio da excelência; e solidez das governanças clínica e corporativa. Nossos serviços médico-hospitalares estão disponíveis para toda a família, em todas as fases da vida, com qualidade assistencial e profissionais altamente capacitados e especializados.

UNIDADES:

Minas Gerais:
Hospital Mater Dei Santo Agostinho, Hospital Mater Dei Contorno, Hospital Mater Dei Betim-Contagem, Hospital Mater Dei Santa Genoveva, CDI Imagem e Hospital Mater Dei Santa Clara;
Bahia:
Hospital Mater Dei Salvador e Hospital Mater Dei Emec;
Goiás:
Hospital Mater Dei Premium;
Pará:
Hospital Mater Dei Porto Dias.

Rede Mater Dei de Saúde comemora 43 anos

Excelência clínica, qualidade hospitalar e atendimento humanizado celebram novo momento de um dos principais grupos hospitalares do país

Nascido no interior de Minas – Santana de Pirapama – e criado numa fazenda, José Salvador Silva tinha um sonho desde a infância: ter seu próprio hospital. Estudou medicina, fez mais de 20 mil partos atendendo mulheres de gerações diferentes da mesma família e dedicou mais de 60 anos à prática da profissão sem deixar de lado o antigo desejo de construir um novo modelo de cuidado e assistência médica no Brasil

Mas foi 1º de junho de 1980, que o "Doutor Salvador", como é conhecido, viu sua vontade se transformar em realidade quando foi inaugurada a primeira unidade do Hospital Mater Dei. Desde então, passados 43 anos, a Rede Mater Dei de Saúde (RMDS) vem evoluindo cada vez mais e se consolidando como um dos principais grupos hospitalares do país.

"Desde nossa fundação, nossa trajetória é marcada pela capacidade de nos reinventarmos. Enfrentamos as mais diversas crises e passamos por momentos de importantes adequações políticas, econômicas e sociais." conta o atual presidente da RMDS, Dr. Henrique Salvador. "Atualmente, passamos a ocupar uma posição única no setor. Nos tornamos referência pelo atendimento humanizado e pela excelência assistencial, representada pelos elevados padrões de qualidade em diagnósticos, tratamentos, segurança do paciente e prevenção em saúde.", celebra.

Após mais de 4 décadas aprimorando protocolos, procedimentos e metodologias hospitalares, a instituição segue orientada em se tornar um ente cada vez maior e mais relevante no setor mantendo sua capacidade de inovação e proximidade entre o corpo clínico, o público interno, familiares e pacientes.

E nesse momento de celebração, as comemorações seguem ampliando a discussão sobre importância do atendimento de excelência e a sustentabilidade em saúde - que deve considerar todos os atores envolvidos no cenário hospitalar - para trazer os melhores resultados para todos: pacientes, médicos, sociedade e operadoras.

COMPROMISSO COM A QUALIDADE DE VIDA

Um dos temas mais discutidos no setor é a Gestão em Saúde, essencial para o crescimento sadio das instituições. Por isso, acompanhamos o que o setor pensa sobre temas como o impacto da economia no crescimento da área de saúde, como a tecnologia pode beneficiar as instituições ou os modelos de cuidados com os pacientes.

Recentemente, a RMDS promoveu o 1º Workshop de Governança Clínica e Lideranças Assistenciais. Na ocasião, os diretores-médicos e principais lideranças assistenciais dos 9 hospitais da Rede Mater Dei de Saúde compartilharam cases de sucesso, que obtiveram resultados exemplares para o paciente com processos de otimização de recursos, sem onerar nenhum agente envolvido no cenário global de saúde.

Uma oportunidade única, durante uma semana, para uma troca e alinhamentos de melhores práticas entre os Hospitais, assim como uma capacitação no modelo de gestão e governança clínica que se iniciou em 2004, se transformando em um case de sucesso.

Fechando a semana, foi realizado o 1º Seminário de Excelência Clínica da Rede Mater Dei de Saúde que promoveu seis ciclos de palestras científicas com os principais especialistas na área, com quadros multidisciplinares de profissionais como médicos, enfermeiros, farmacêuticos e operadoras. Entre os temas abordados, Governança Clínica na Rede Mater Dei; Liderança e Gestão de Gente; Processos de qualidade e segurança; Programa de Compliance; Protocolos gerenciados; Gestão do Corpo Clínico; Comissões e Comitês; Processos Jurídicos; Comunicação; Experiência do Paciente; e Novos modelos de Remuneração.

"Direcionamos nossas ações para um modelo que integra prevenção, diagnóstico e tratamentos que promovam resultados excelentes, baseados em evidências científicas de alto padrão. Essa conduta, além de oferecer qualidade de serviço, contribui para a sustentabilidade da saúde suplementar. Importante ressaltar que a expertise em governança clínica aumenta as chances de cura e reduz as possibilidades de novas internações, assim como diminui o número de dias de internação hospitalar, as complicações e os efeitos adversos ao tratamento, o que onera os serviços de saúde. Essa postura traz a melhor experiência e desfecho para o paciente,

mas também significa controle de desperdício e de custos, contribuindo com o sistema global da saúde e gerando um ciclo de benefícios para todos os envolvidos", explica.

Para sustentar esse crescimento, a instituição precisou se adaptar aos novos tempos e ressignificar seus princípios para continuar crescendo de forma sustentável, com soluções inovadoras, mantendo e gerando conhecimento e cuidando das pessoas em todas as fases da vida.

A excelência no atendimento na saúde é sem dúvida uma das melhores maneiras dos hospitais para atrair e manter seus pacientes e ainda continuar sobrevivendo e crescendo no mercado.

"Acreditamos, acima de tudo, no atendimento humanizado. Acolhemos as diferenças e promovemos a inclusão. É assim que nos comportamos no dia a dia e que conquistamos um padrão internacional com qualidade equiparada aos melhores centros de saúde do mundo disponibilizando o melhor que a medicina pode oferecer", diz Dra. Márcia Salvador Géo, vice-presidente assistencial e operacional da RMDS. "Cuidamos dos nossos pacientes com gentileza, paixão e agilidade de forma preventiva e proativa gerenciando os riscos", conclui a executiva.

Atualmente, a Rede Mater Dei de Saúde é composta pelas unidades em Minas Gerais (Hospital Mater Dei Santo Agostinho, Hospital Mater Dei Contorno, Hospital Mater Dei Betim-Contagem, Hospital Mater Dei Santa Genoveva, CDI Imagem e Hospital Mater Dei Santa Clara), Bahia (Hospital Mater Dei Salvador e Hospital Mater Dei Emec), Goiás (Hospital Mater Dei Premium Goiânia) e Pará (Hospital Mater Dei Porto Dias).

***Mater Dei** é uma rede de saúde completa, com 43 anos de vida, tendo o paciente no centro de tudo e encontra-se ancorada em três princípios: inteligência e humanização como pilares do atendimento; tecnologia como apoio da excelência; e solidez das governanças clínica e corporativa. Os seus serviços médico-hospitalares estão disponíveis para toda a família, em todas as fases da vida, com qualidade assistencial e profissionais altamente capacitados e especializados. A empresa está em expansão, levando para mais pessoas o Jeito Mater Dei de Cuidar e de Acolher, tendo como premissa valorizar a vida dos seus pacientes em cada atendimento, disponibilizando o melhor que a medicina pode oferecer.*

Saúde é o bem maior do ser humano

DR. HENRIQUE SALVADOR
Médico e presidente da Rede Mater Dei de Saúde

Quando falamos em gestão da saúde, os desafios são muitos e não param. Especialmente aqueles relacionados aos cuidados e atenção com os pacientes para que a assistência recebida seja realizada com qualidade e excelência. A governança clínica, ou governança assistencial, possui um papel fundamental para o sistema de saúde, já que quando executada de forma eficiente melhora a segurança assistencial, experiência do paciente e contribui diretamente na gestão de custos hospitalares. Porém, para gerar resultados positivos, esse modelo de gestão deve ser executado com base em alguns pilares.

Embora muito discutido entre profissionais e comunidades médicas, algumas instituições ainda enfrentam dificuldades na implementação eficiente da Governança Clínica em um ambiente complexo e incerto, uma vez que a alta variabilidade na jornada dos pacientes implica na dificuldade da monitoração dos padrões de excelência e de qualidade da assistência.

Para alcançar o objetivo da governança assistencial, hospitais e clínicas precisam motivar o comprometimento dos gestores e profissionais no seguimento correto das normas estabelecidas, analisando não só os resultados quantitativos de um atendimento, mas todos aqueles que impactam no desfecho de uma jornada.

Ao longo dos nossos 43 anos temos evoluído cada vez mais e nos consolidando como uma das principais redes de saúde do país. E para sustentar esse crescimento precisamos nos adaptar a um novo momento e ressignificar os princípios que guiam nossos comportamentos. Crescendo de forma sustentável, com soluções inovadoras, mantendo e gerando conhecimento e cuidando das pessoas em todas as fases da vida.

Acreditamos, acima de tudo, no atendimento humanizado. Acolhemos as diferenças e promovemos a inclusão. É assim que nos comportamos no dia a dia e que conquistamos um padrão internacional com qualidade equiparada aos melhores centros de saúde do mundo disponibilizando o melhor que a medicina pode oferecer.

Cuidamos dos nossos pacientes com gentileza, paixão e agilidade de forma preventiva e proativa gerenciando os riscos.

A excelência no atendimento na saúde é sem dúvida uma das melhores maneiras dos hospitais para atrair e manter seus pacientes e ainda continuar sobrevivendo e crescendo no mercado.

Temos um compromisso com a qualidade de vida.

Cuidar da saúde é cuidar da vida das pessoas.

Gustavo Pimenta é o novo presidente do Conselho de Administração da VLI

Companhia anuncia, ainda, a manutenção de Mônica Herrero na posição de conselheira independente

A VLI – companhia de soluções logísticas que opera terminais, ferrovias e portos – anuncia a escolha de Gustavo Pimenta como novo presidente do Conselho de Administração da companhia, para mandato de um ano. Pimenta é vice-presidente executivo de Finanças e Relações com Investidores na Vale e sucede a Luciano Siani no desempenho da função. O executivo tem sólida carreira em companhias multinacionais, tendo exercido previamente à sua passagem pela Vale o cargo de CFO Global na AES Corporation, onde liderou o reposicionamento mundial da marca para uma empresa focada em ESG e baixo carbono, participando, também, de inciativas de diversidade e inclusão no grupo. Formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e com mestrado em Finanças e Economia pela Fundação Getúlio Vargas, Pimenta foi também vice-presidente de Estratégia e Fusões e Aquisições do Citibank, em Nova York, além de ter sido membro de diversos conselhos de empresas, como AES Gener (Chile) e AES Clean Energy (EUA).

"O Conselho de Administração da VLI tem participação ativa na tomada de decisão da companhia em vários escopos, do ESG ao planejamento estratégico. Pretendo contribuir para a continuidade do crescimento sustentável da VLI, bem como no atingimento de metas socioambientais já traçadas, em temas como redução da pegada de carbono, diversidade e inclusão e geração de legado nas comunidades onde a companhia se faz presente", diz Pimenta.

A VLI anuncia, ainda, a permanência de Mônica Stefanini Herrero como conselheira independente no Conselho de Administração. A posição, criada em maio de 2022, é um avanço que coloca a VLI como uma referência no rol de companhias de capital fechado, uma vez que não possui obrigação legal ou regulatória de ter membros independentes no seu Conselho de Administração.

A VLI tem o compromisso de apoiar a transformação da logística no país, por meio da prestação de serviços multimodais, que envolvem a integração de portos, ferrovias e terminais, gerando eficiência e valor para o negócio dos clientes e para a economia brasileira. A companhia engloba as ferrovias Norte Sul (FNS) e Centro-Atlântica (FCA), além de terminais intermodais, que unem o carregamento e o descarregamento de produtos ao transporte ferroviário, e terminais portuários situados em eixos estratégicos da costa brasileira, tais como em Santos (SP), São Luís (MA) e Vitória (ES). Por três anos consecutivos presente no ranking 100 Open Corps – que reconhece o estímulo à inovação aberta –, a VLI transporta as riquezas do Brasil por rotas que passam pelas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste.

Votorantim Cimentos anuncia Osvaldo Ayres como novo CEO Global e Marcelo Castelli como novo membro do Conselho de Administração

A Votorantim Cimentos, empresa de materiais de construção e soluções sustentáveis, informa que, após mais de quatro anos à frente da companhia, Marcelo Castelli deixa o cargo de CEO global para assumir a função de membro do Conselho de Administração. Para sua sucessão, a Votorantim Cimentos anuncia a promoção de Osvaldo Ayres Filho, atual diretor de operações da empresa (COO), para a posição de CEO global da companhia.

Executivo com mais de 35 anos de carreira, dos quais 26 foram em empresas investidas da holding Votorantim S.A., como VCP e Fibria, Castelli chegou ao comando da Votorantim Cimentos em fevereiro de 2019, após concluir o fechamento da operação entre Fibria e Suzano. Sob sua liderança, a Votorantim Cimentos cresceu e inovou, realizou importantes investimentos no Brasil, expandiu-se internacionalmente, avançou na sua estratégia de "go to market", reforçou os negócios adjacentes, definiu metas arrojadas de descarbonização, melhorou os indicadores de segurança, superou a pandemia da Covid-19, construiu uma nova estratégia para 2030, revisitou sua cultura, renovou sua marca e evoluiu sua performance operacional e financeira, melhorando o retorno sobre o capital empregado.

"Em comum acordo com o Conselho de Administração da Votorantim Cimentos, alinhamos o encerramento do meu ciclo como CEO Global dessa maravilhosa empresa. A partir desse mês de maio, passo a ser membro do Conselho de Administração da companhia. Não vou deixar de acompanhar e vibrar com a Votorantim Cimentos, agora em um novo papel. E nada melhor do que deixar um legado e um processo sucessório robusto. Meu sucessor será um talento da casa, o Osvaldo Ayres Filho. Acreditar nos talentos internos sempre foi a minha marca e fico feliz em, mais uma vez, manter essa convicção", afirmou Castelli.

Osvaldo Ayres Filho, novo CEO global da Votorantim Cimentos

Com mais de 25 anos de carreira, Osvaldo Ayres Filho atuou em empresas como Avon, Fibria e Ciba Chemicals. Na Votorantim Cimentos desde 2012, Osvaldo ocupou as posições de diretor financeiro da regional Europa, Ásia e África, diretor de operações da regional Sudeste, diretor financeiro da operação brasileira e diretor financeiro global e de Relações com Investidores (RI), sendo responsável também pelas áreas de Estratégia, Tecnologia de Informação (TI), Fusões e Aquisições (M&A) e Compras Globais. Desde abril de 2021 ele exercia a função de diretor de operações (COO), responsável pelas áreas de cimento, logística e pelos negócios adjacentes. Osvaldo é formado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem pós-graduação em Administração pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

"Estou muito feliz e honrado em assumir a posição de CEO Global da Votorantim Cimentos, empresa que admiro e que tem uma cultura com a qual me identifico. Agradeço a confiança e a amizade do Castelli e o suporte do Conselho de Administração e dos acionistas. Sou grato, também, a todos os mentores e colegas de jornada. Juntos com uma equipe de mais de 13 mil pessoas, no Brasil e nos demais dez países em que atuamos, vamos trabalhar para fazer da Votorantim Cimentos uma empresa cada vez melhor e mais admirada", disse Osvaldo Ayres Filho, novo CEO Global da Votorantim Cimentos.

A Votorantim Cimentos é uma empresa de materiais de construção e soluções sustentáveis com mais de 13 mil empregados. O portfólio de materiais de construção vai além de cimentos e inclui concretos, argamassas e agregados. A companhia também atua nas áreas de insumos agrícolas, gestão de resíduos e coprocessamento. As unidades da Votorantim Cimentos estão estrategicamente próximas aos mais importantes mercados consumidores em crescimento e presente em dez países, além do Brasil: Argentina, Bolívia, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Luxemburgo, Marrocos, Tunísia, Turquia e Uruguai.

Marco Maciel é o novo economista-chefe do Banco Fibra

O Banco Fibra anuncia a contratação de Marco Maciel. O executivo assume como economista-chefe da instituição, reportando diretamente ao diretor de tesouraria e produtos, José Lourenço Cassandre Júnior, CFA.

Com uma trajetória de mais de 20 anos no mercado financeiro, Maciel conta com passagens em importantes instituições como Kairós Capital, Bloomberg, Banco Pine, Itaú BBA e Banco Bozano, Simonsen, onde foi responsável pela modelagem e pesquisa macroeconômica. É graduado em Economia pela UFRJ, Mestre em economia matemática pela Cornell University em Nova York, e Ph. D. em Economia e Finanças pela Graduate Faculty of Political and Social Sciences em Nova York.

Ele chega ao Fibra para dar apoio à mesa de operações e à área comercial, bem como participar de decisões estratégicas da empresa. "Acredito que o cenário econômico atual é desafiador, mas ao mesmo tempo repleto de oportunidades. Tenho certeza de que tenho muito a agregar no time, contribuindo para que o banco tome decisões estratégicas no momento", declara.

Marco Maciel, economista-chefe do Banco Fibra

O Fibra é um banco B2B, que oferece soluções com precisão e muita velocidade, priorizando a segurança e o conhecimento a partir de um atendimento ágil e humanizado, em um ambiente de confiança e transparência. . Com atuação em nível nacional, concentra seus negócios nos segmentos: Corporate, Agronegócios, Middle Market e PMEs, oferecendo soluções financeiras como Operações de Crédito (Capital de Giro, Cheque Empresa e outros), Antecipação a Fornecedores, Derivativos, Câmbio, Mercado de Capitais, além de serviços de Conta Corrente para PJ, Cobrança Bancária e Pagamento a Fornecedores. O Fibra pertence ao Grupo Vicunha, que possui controle societário da CSN, Vicunha Têxtil e Fibra Experts.

Inter anuncia a chegada de Mauro Rangel, ex-Banco Safra e Itaú, para liderar a área de concessão e recuperação de crédito

Executivo atuou por quase 20 anos em instituições financeiras e acumula grande experiência no setor

O Inter acaba de receber um reforço de peso para o time de Crédito. Mauro Rangel assume como novo diretor de Concessão e Recuperação, com o desafio de contribuir em diferentes frentes do negócio: diversificação da prateleira de produtos, otimização da concessão para a base de clientes, e aumento da eficiência na parte de recuperação. Para isso o executivo pretende focar bastante na evolução dos modelos de análise de riscos, que permitem potencializar as linhas de empréstimos.

Com quase 20 anos de experiência no mercado financeiro, Rangel é engenheiro formado pela Poli/USP e tem passagens pelo Itaú, onde atuou por 15 anos nas áreas de crédito pessoa física, pessoa jurídica e cobrança, e pelo Banco Safra, onde também teve papel importante na Safra Financeira. No Inter, o executivo também terá os clientes PJ como foco especial, desenvolvendo novas linhas de oferta de capital de giro, antecipação de recebíveis, descontos e empréstimos para folha de pagamento para empreendedores de todos os tamanhos.

"Chego ao Inter muito animado com o caráter inovador da empresa. O investimento que já existe em tecnologia é muito importante para sermos cada vez mais assertivos no ponto de vista de análise e concessão de crédito. A tecnologia também é uma aliada importante para continuarmos evoluindo o modelo de recuperação do Inter e, mais do que isso, apoiarmos os clientes na retomada da saúde financeira", comenta Mauro Rangel, Diretor de Crédito e Recuperação no Inter.

O vice-presidente de Tecnologia, Operações e Finanças, Alexandre Riccio, acrescenta que a chegada do novo diretor vai contribuir muito para a expansão da oferta de crédito de forma cada vez mais assertiva. "Com o reforço do Mauro esperamos ampliar com eficiência a concessão de crédito para nossa base não só no cartão, mas também com outras opções para diversificar ainda mais o portfólio do Inter. Nossa ideia é oferecer o melhor atendimento aos clientes também com os produtos de crédito e o Mauro chega com esse objetivo", diz o vice-presidente.

Mais que banco digital, um Super App que simplifica a vida das pessoas: o Inter se reinventou e cria todos os dias produtos e serviços para seus mais de 26 milhões de clientes. Seja na hora de cuidar das finanças, fazer compras online ou ganhar cashback. Tudo está reunido no mesmo aplicativo, de forma simples e 100% digital. O Inter oferece serviços completos em banking, investimentos, crédito e seguros, remessas internacionais, além de um shopping que reúne os melhores varejistas do Brasil e dos Estados Unidos. A empresa conta com uma carteira de crédito de R$ 25 bilhões, patrimônio líquido de R$ 7 bilhões e R$ 46 bilhões de ativos totais.

Celso Pansera – presidente da Finep é eleito presidente da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento

Focada no desenvolvimento sustentável, ABDE é responsável pelo Sistema Nacional de Fomento, que registrou mais de R$ 5 trilhões em ativos

Presidente da Finep é eleito para comandar Associação Brasileira de Desenvolvimento

O presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Celso Pansera, foi eleito na tarde desta quarta-feira (24) presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), que reúne 34 instituições financeiras de desenvolvimento (IFDs). Ex-ministro de Ciência e Tecnologia no governo Dilma Rousseff, ele terá mandato de dois anos no novo posto e ocupará o lugar de Jeanette Lontra, primeira mulher a comandar a associação e presidente do Badesul Desenvolvimento.

Eleita por aclamação e encabeçada por Pansera, a chapa única tem dois vice-presidentes: José Luis Gordon, diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, e Heraldo Neves, diretor-presidente da Fomento Paraná.

A diretoria eleita também é composta por representantes de outras sete instituições espalhadas pelo país: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Cresol, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) e Banpará.

Com ações focadas no Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável, a associação é responsável pelo Sistema Nacional de Fomento (SNF), que registrou mais de R$ 5 trilhões em ativos, até o terceiro trimestre de 2022. O SNF responde por 94% da carteira de crédito para o financiamento ao setor público, 86% da carteira de crédito para investimentos em infraestrutura e 81% do crédito rural brasileiro.

De acordo com a associação, as micro e pequenas empresas foram as que mais realizaram operações. O Pronampe, programa de crédito lançado em meio à pandemia com avais da União, foi o carro-chefe dos empréstimos.

Ao todo, segundo o levantamento da ABDE, as micro e pequenas empresas contrataram R$ 108 bilhões em mais de 1,4 milhões de operações no país, até março de 2023, conforme dados mais recentes.

O Sistema Nacional de Fomento, de acordo com a entidade, foi responsável por 78,7% do valor contratado, o equivalente a R$ 85,1 bilhões. No total, 524,4 mil microempresas foram beneficiadas com R$ 26,1 bilhões; e 544,5 mil pequenas empresas, com R$ 81,5 bilhões. Elas absorveram 24% e 75% dos recursos do programa, respectivamente. O restante ficou com microempreendedores e profissionais liberais.

Pampulha, 80 anos e o seu simbolismo de mineiridade

Mauro Werkema
Jornalista e escritor
mwerkema@uol.com.br

Museu Casa JK – Pampulha – BH - MG

Empreendedor e visionário, Juscelino imaginou a Pampulha como um novo centro urbanístico para o lazer e o turismo da então jovem capital, cidade planejada pelo pioneirismo dos mineiros com a inspiração da República recém instaurada sob o lema positivista da ordem e do progresso. Hoje, 80 anos depois, a Pampulha tem história, significados e simbolismos que a projetam internacionalmente. Em articulação com a moldura natural da lagoa, Oscar Niemeyer implantou patrimônio excepcional, berço e marco da arquitetura modernista brasileira, traços que o arquiteto leva para obras em todo o mundo e encontra expressão maior em Brasília, novamente pela ação futurista de Juscelino.

Entender a Pampulha, na dimensão do seu simbolismo, da sua trajetória e inserção históricas, dos condicionantes que a produziram e hoje a conformam, exige abordagem contextualizante, que nos coloca na origem e na formação de Minas Gerais e de Belo Horizonte. E na mineiridade. Será neste percurso que encontraremos a extensão do que representa, nos nossos dias, entre as muitas lições e enunciados que expressa, e que justificam sua inscrição, pela Unesco, por iniciativa do então prefeito Márcio Lacerda, na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, integrada por excepcionais criações humanas, dignas da preservação e divulgação, pela singularidade do seu patrimônio e pela exemplaridade de sua história, atributos que lhe conferem a distinção de marco e referência.

É o próprio Niemeyer que re-

mete à Minas setecentista os referenciais de sua arquitetura, como o fizeram os modernistas que, sob a liderança de Mário Andrade, enxergaram as raízes de uma cultura original brasileira, revelada no cinzel de Aleijadinho e na riqueza do surto artístico do Século XVIII. Arquiteto do IPHAN, participante dos primeiros esforços por revelar e interpretar uma cultura brasileira, autônoma e própria, nacionalista e rebelde, Niemeyer terá na Pampulha o momento inspirador para dar expressão concreta e ampliada do estilo que já ajudara a desenhar no prédio do Ministério da Educação, no Rio, em 1936, sob o traço básico de Le Corbusier. E encontra em Juscelino, singular figura humana, de empreendedor e político, alma mineira formada sob as contradições, opressões e rebeldias do Distrito Diamantino, a ousadia para a experimentação.

Juscelino e Niemeyer se encontram na Pampulha e nos sentimentos profundos de autonomia e modernidade, de recusa do estilo convencional. Na Pampulha, o estilo "se impõe sobre os relevos e as ondulações do seu sítio natural". Buscam no barroco mineiro, nas curvas com que já se libertara, no Século Dezoito, do traçado retilíneo jesuítico das primeiras matrizes mineiras, uma aproximação com a natureza, a integração com o conjunto paisagístico, a lagoa. Dirá Niemeyer, entre seus inúmeros depoimentos: "É à Pampulha que devemos o início da nossa arquitetura, voltada para a forma livre e criadora que até hoje a caracteriza". Nos prédios da Pampulha estão os elementos da arquitetura brasileira moderna, com a maleabilidade permitida pelo concreto armado, que propícia a beleza das artes plásticas, "celebrando as curvas e a sensualidade da mulher brasileira", repetiu sempre Niemeyer.

Nos pilotis, no balanço, nas lajes, nas soluções construtivas, no Museu, nascido cassino, na igrejinha, na Casa do Baile, no Iate, "um grande barco debruçado sobre a lagoa", na Casa de JK, reaberta ao turismo, na Casa do Zoológico, Niemeyer dá concretude ao novo estilo. Na história da Igrejinha franciscana, na incompreensão que retardou sua sagração, na ousadia dos painéis de Portinari, um São Francisco real, magro e descarnado, nos desenhos de Paulo Werneck, viu-se iconoclastas. Niemeyer situa suas formas integradas às paisagens naturais, na assimetria do barroco, no gosto pelo movimento, no estímulo ao sensorial, na arquitetura escultural. Portinari, Ceschiatti, Zamoisk, Paulo Werneck Burle Marx, todos comprometidos com a renovação artística, ampliam a excepcionalidade dos monumentos e do conjunto da Pampulha.

Consolida-se a visão futurista de Juscelino ao contemplar a Pampulha ainda nascente e vislumbrar sua vocação turística e cultural, propiciadora de muitas e raras vivências.

Internet: 92 milhões de brasileiros acessam apenas pelo telefone celular

Lançada no dia 16 de maio pelo CGI.br, pesquisa mostra que 142 milhões fizeram uso diário ou quase diário da rede no país e 67 milhões compraram online

A maior parte dos usuários de Internet brasileiros (62%) acessa a rede exclusivamente pelo celular, realidade de mais de 92 milhões de indivíduos. A conclusão é da TIC Domicílios 2022, lançada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). A nova edição da pesquisa, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), revela que o uso da Internet apenas pelo telefone celular predomina entre as mulheres (64%), entre pretos (63%) e pardos (67%), e entre aqueles pertencentes às classes DE (84%).

O levantamento investigou pela primeira vez quais as habilidades digitais dos usuários de Internet, independentemente do dispositivo utilizado para acesso à rede. Mais da metade (51%) disse ter buscado verificar se uma informação que encontrou no ambiente online era verdadeira. A porcentagem caiu quando a pergunta foi direcionada aos que acessavam a rede somente pelo celular (37%), e ela foi maior entre os que se conectavam por múltiplos dispositivos -- tanto pelo computador quanto por celular (74%).

Situação semelhante ocorreu quando os entrevistados foram indagados se adotaram medidas de segurança, como senhas fortes ou verificação em duas etapas, para proteger dispositivos e contas: apenas 33% dos que acessam a rede exclusivamente pelo celular adotaram essas medidas, enquanto entre os usuários que acessam por múltiplos dispositivos a proporção foi de 69%. A pesquisa também investiga a alteração das configurações de privacidade em dispositivos, contas ou aplicativos para limitar o compartilhamento de dados pessoais (citada por 23% dos que usam apenas o telefone celular, e por 57% dos usuários de múltiplos dispositivos) e a criação de programas de computador ou aplicativos de celular usando linguagem de programação (3% e 7%, respectivamente).

"Nessa edição, o indicador de habilidades digitais foi aplicado para o conjunto dos usuários de Internet no país. Os dados indicam que aqueles que acessam a rede pelo computador reportam essas habilidades em maiores proporções do que os que utilizam unicamente o celular. Uma conectividade significativa -- que permita que os usuários obtenham um melhor proveito da Internet -- não depende apenas de uma boa conexão à rede, mas também da qualidade dos dispositivos", enfatiza Alexandre Barbosa, gerente do Cetic.br|NIC.br.

Enquanto a conexão via computador se manteve estável (38%) em relação à edição anterior do estudo, o uso da televisão para acessar à Internet segue com viés de alta, passando de 50% para 55% entre 2021 e 2022. Os aparelhos de televisão continuam como o segundo dispositivo mais utilizado para acessar a rede no país, atrás apenas do celular (99%).

DESAFIOS DE CONECTIVIDADE

Dos 149 milhões de usuários de Internet no território nacional, 142 milhões se conectam todos, ou quase todos os dias -- com prevalência nas classes A (93%) e B (91%) e em menores proporções nas C (81%) e DE (60%). No outro extremo, 36 milhões de brasileiros não são usuários da rede. Esse grupo é maior entre habitantes de áreas urbanas (29 mi-

lhões); com grau de instrução até o Ensino Fundamental (29 milhões); pretos e pardos (21 milhões); das classes DE (19 milhões); e com 60 anos ou mais (18 milhões).

Entre os principais motivos apontados por aqueles que nunca acessaram a Internet, a falta de interesse (35%) e a falta de habilidade com computador (26%) foram os mais citados. Ao considerar somente a classe A, a "falta de interesse" salta para 90%. Já a "falta de habilidade" aumenta quando o recorte é feito na faixa etária de 35 a 44 anos, passando para 45%.

"A pesquisa aponta que houve um avanço relevante no uso da rede no primeiro ano da pandemia COVID-19, mas o indicador voltou a se estabilizar em 2022. O Brasil ainda tem um caminho importante a percorrer na universalização do acesso, adotando estratégias específicas para a inclusão digital das populações mais vulneráveis", avalia Barbosa.

ACESSO NOS DOMICÍLIOS

A presença de Internet nos domicílios também ficou estável entre 2021 e 2022, alcançando 60 milhões de lares brasileiros, o que corresponde a 80% do total de domicílios no país. Verificou-se estabilidade na presença de conexão nas residências das áreas urbanas (82%) e rurais (68%) e em todos os estratos sociais analisados: classe A (100% dos domicílios conectados), B (97%), C (87%) e DE (60%).

Cabo ou fibra óptica segue como o principal tipo de conexão no Brasil, presente em 38 milhões dos domicílios, sobretudo, naqueles da região sul, onde 72% dos lares adotam essa tecnologia. Por outro lado, a região Norte possui a maior proporção de domicílios cuja principal conexão é pela rede móvel 3G ou 4G (27%).

Entre os domicílios conectados, 16% compartilham a conexão com o domicílio vizinho. Essa situação é mais comum nas áreas rurais (27%), no Norte (21%) e no Nordeste (22%) do Brasil e nas classes C (16%) e DE (25%). "Observamos que um maior compartilhamento da conexão ocorre entre os estratos onde também é maior a proporção de domicílios sem acesso à Internet, indicando a existência de barreiras à conectividade", analisa Fabio Storino, coordenador da pesquisa.

Já no caso dos domicílios sem acesso à rede, o preço do serviço, a exemplo do verificado ao longo da série histórica da pesquisa, foi apontado pelos entrevistados como principal motivo (28%) para a não conexão, seguido pela falta de habilidade (26%) e falta de interesse (16%).

COMÉRCIO ELETRÔNICO

A atual edição da TIC Domicílios divulgou também os resultados do módulo de comércio eletrônico, que havia sido aplicado pela última vez na pesquisa de 2018. O estudo mostrou que 67 milhões de usuários de Internet compraram online produtos e serviços em 2022. A atividade se manteve em alta, mesmo após o fim das medidas de distanciamento social impostas pela pandemia.

"Com a crise sanitária provocada pelo novo coronavírus e o consequente isolamento social, houve um incremento da proporção de pessoas que compram online, proporção essa que se manteve em 2022. Observou-se também uma ampliação dos tipos de produtos comprados pela Internet, revelando uma mudança no perfil do comércio eletrônico do país nos últimos anos", afirma Storino.

Na comparação com 2018, a categoria de roupas, calçados e materiais esportivos destacou-se em compras online, sendo citada por 64% dos que adquiriram pela Internet em 2022, proporção que era de 49% em 2018. Na sequência, aparecem produtos para a casa e eletrodomésticos (de 45% para 54%) e comidas e produtos alimentícios (avanço de 21% para 44%).

Em relação aos serviços realizados online, os que mais cresceram no período foram: pedir táxi ou motoristas em aplicativos (de 32% para 40%); pagar por filmes ou séries na Internet (de 28% para 38%); e fazer pedidos de refeições em sites ou aplicativos (de 12% para 33%).

A forma de pagamento mais usada nas compras no ambiente digital em 2022 foi o cartão de crédito (73%). O Pix, lançado no final de

2020 e medido pela primeira vez pela pesquisa, ficou em segundo lugar (66%). "Apesar de ser um meio de pagamento mais novo, o Pix foi usado por 44 milhões de brasileiros nas compras online, incluindo 23 milhões da classe C e 5 milhões das classes DE", comenta Storino.

ATIVIDADES ONLINE

Mais da metade (51%) dos entrevistados fez consultas, pagamentos ou outras transações financeiras na Internet em 2022, um aumento de 5 pontos percentuais em relação ao ano anterior (46%), ocorrido sobretudo entre os usuários das classes C (de 45% para 51%) e DE (de 21% para 26%). Usuários das classes A (90%) e B (73%) seguem realizando essa atividade em maiores proporções.

Em relação as atividades multimídia, assistir a vídeos, programas, filmes ou séries online foi a mais prevalente (80% em 2022 contra 73% em 2021). Em todas as atividades multimídia investigadas, observou-se uma maior proporção de realização entre usuários homens do que entre mulheres, sendo as maiores diferenças relativas a jogar online (realizado por 45% dos homens e por 30% das mulheres) e a escutar podcast (38% e 25%, respectivamente).

Já a proporção dos que postaram na Internet conteúdos de sua autoria (textos, imagens ou vídeos) saltou de 31% (2021) para 43% (2022). "Assistimos em 2022 a uma explosão de postagens curtas e rápidas, facilitadas por aplicativos de redes sociais e mensagens instantâneas e estimuladas pela retomada das atividades presenciais", explica Storino.

"A produção de dados realizada pelo Cetic.br é fundamental, pois permite entender as nuances de uso da Internet no país e guiar a produção de políticas públicas em várias áreas, não só as que buscam ampliar o acesso, mas também as que contribuam

com a conectividade significativa e o desenvolvimento de habilidades digitais", destaca Renata Mielli, coordenadora do CGI.br.

Realizada anualmente desde 2005, a TIC Domicílios tem o objetivo de mapear o acesso às tecnologias da informação e comunicação nos domicílios urbanos e rurais do país e as suas formas de uso por indivíduos de 10 anos de idade ou mais. Na atual edição, a coleta de dados aconteceu de junho a outubro de 2022 (período antecipado em relação a 2021, quando a coleta ocorreu de outubro daquele ano a março de 2022), e incluiu 23.292 domicílios e 20.688 indivíduos.

O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), do NIC.br, é responsável pela produção de indicadores e estatísticas sobre o acesso e o uso da Internet no Brasil, divulgando análises e informações periódicas sobre o desenvolvimento da rede no País. O Cetic.br|NIC.br é, também, um Centro Regional de Estudos sob os auspícios da UNESCO, e completou 17 anos de atuação em 2022.

O Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR — NIC.br é uma entidade civil de direito privado e sem fins de lucro, encarregada da operação do domínio.br, bem como da distribuição de números IP e do registro de Sistemas Autônomos no País. O NIC.br implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br desde 2005, e todos os recursos arrecadados provêm de suas atividades que são de natureza eminentemente privada. Conduz ações e projetos que trazem benefícios à infraestrutura da Internet no Brasil. Do NIC.br fazem parte: Registro.br, CERT.br, Ceptro.br, Cetic.br, IX.br e Ceweb.br, além de projetos como Internetsegura.br e Portal de Boas Práticas para Internet no Brasil. Abriga ainda o escritório do W3C Chapter São Paulo.

O Comitê Gestor da Internet no Brasil, responsável por estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil, coordena e integra todas as iniciativas de serviços Internet no País, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados. Com base nos princípios do multissetorialismo e transparência, o CGI.br representa um modelo de governança da Internet democrático, elogiado internacionalmente, em que todos os setores da sociedade são partícipes de forma equânime de suas decisões.

Custo Brasil atinge o patamar de R$ 1,7 trilhão

Apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Movimento Brasil Competitivo (MBC), o índice representa a soma de fatores que travam o crescimento da economia brasileira; governo prepara plano de redução

O Custo Brasil chega a R$ 1,7 trilhão. O indicador, obtido a partir do estudo realizado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), é resultado de um conjunto de entraves que oneram o ambiente de negócios nacional. O número impacta na operação de empresas de diversos portes e segmentos, encarece preços e serviços, comprometendo investimentos e a geração de empregos no país.

O novo Custo, que será apresentado em Brasília durante a primeira edição do Fórum de Competitividade, representa a despesa adicional que as empresas brasileiras têm de desembolsar para produzir no país, em comparação com a média do custo nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O cálculo leva em consideração todo o ciclo de vida de uma empresa, com base em indicadores de 12 áreas consideradas vitais para a competitividade do setor empresarial.

O Custo Brasil foi medido pela primeira vez em 2019, totalizando R$ 1,5 trilhão, 22% do Produto Interno Bruto (PIB). Apesar de representar um aumento de cerca de 16% em termos nominais, o novo Custo, quando comparado ao PIB de 2021, tem sua representatividade reduzida, alcançando 19,5%. "Apesar do crescimento nominal, o número apresentou estabilidade em termos reais, justificado pela inflação do período, assim como pela pequena variação dos gaps comparativos entre Brasil e os países que integram a OCDE", destaca Rogério Caiuby, conselheiro executivo do Movimento Brasil Competitivo. Segundo ele, para transformar essa realidade, é essencial a união de forças das iniciativas pública e privada, "por isso, a parceria com o MDIC é imprescindível", declara.

O MDIC, por meio da Secretaria de Competitividade e Política Regulatória, desenvolve um Plano de Redução do Custo Brasil, a ser executado entre 2023 e 2026, e está realizando uma Consulta Pública até o dia 18 de maio. A coleta tem como objetivo reunir as propostas da sociedade civil, órgãos e entidades da União, dos Estados e Municípios, para identificar normas que causam custos excessivos ou inadequados à atividade econômica brasileira, como explica Andréa Macera, secretária de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

"A consulta pública vai nos ajudar a identificar os gargalos para que possamos agir para removê-los em quaisquer das dimensões do funcionamento de uma empresa, desde a abertura de um negócio, passando pela obtenção de crédito e acesso a insumos e infraestrutura, até o seu eventual fechamento", reforça a secretária.

Macera avalia também que, a partir desse indicador, é possível dar mais visibilidade à realidade de companhias nacionais frente a outros mercados: "É nosso papel atuar de forma assertiva, propondo alterações ou simplificações normativas que se traduzam em aumento da competitividade do setor produtivo brasileiro".

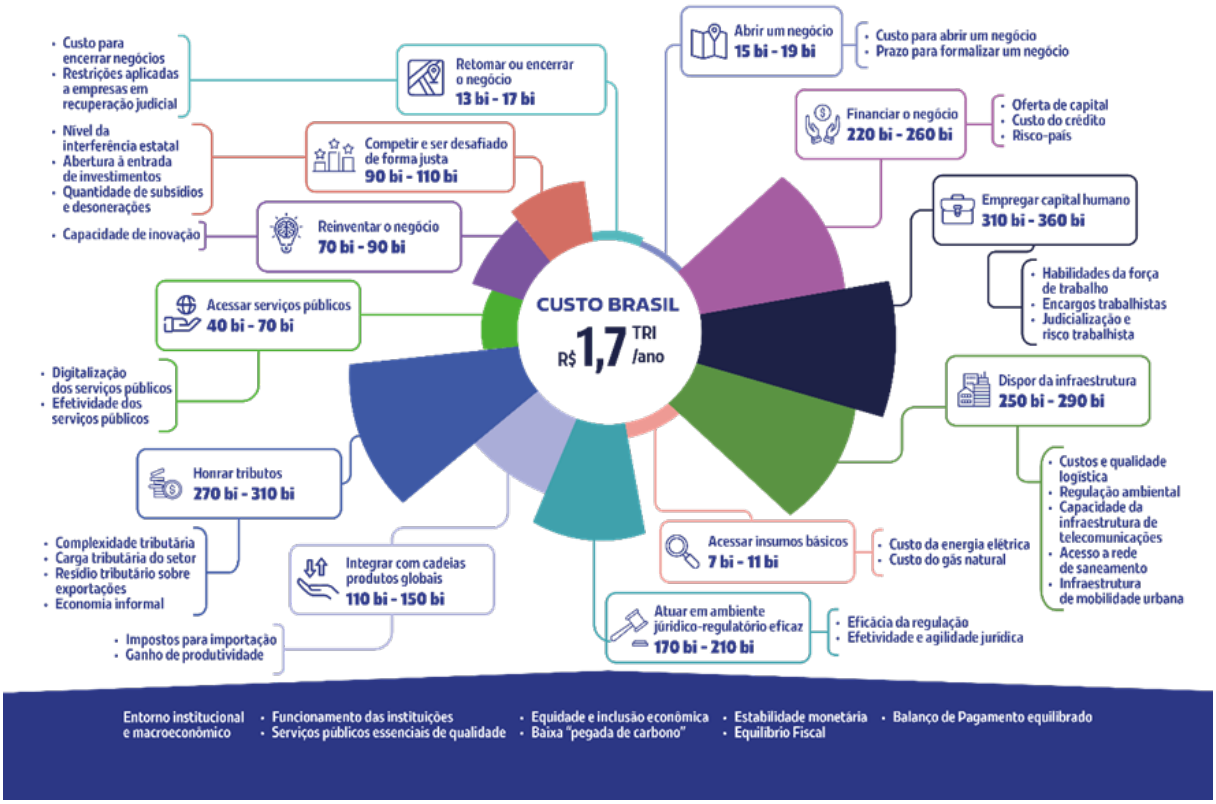
DESAFIOS PRESENTES NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL DAS EMPRESAS

Realizado em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV), o levantamento comparou os índices nacionais aos dos países que integram a OCDE, levando em consideração a mesma metodologia para o cálculo dos 12 eixos do primeiro estudo, realizado em 2019.

Entre os eixos, seis são os capítulos de maior impacto do estudo, representando mais de 80% do Custo: financiar um negócio; empregar capital humano; dispor de infraestrutura; ambiente jurídico regulatório; integração de cadeias produtivas globais; e honrar tributos.

O eixo com maior impacto no PIB nacional é Empregar Capital Humano, que trata da qualificação de mão de obra, encargos trabalhistas e processos e encargos jurídicos. A baixa qualificação de mão de obra brasileira segue como o fator de maior peso, representando 8% do Custo Brasil.

Em Dispor de Infraestrutura, o país conseguiu avançar em mais de 30% no acesso à banda larga no território nacional, contudo ainda distante dos níveis da OCDE. No quesito do custo



logístico, apesar de o Brasil ter se mantido estável, houve melhora na média da OCDE, o que contribuiu para a ampliação do gap desse eixo.

Já na avaliação sobre o pilar Honrar Tributos, o país manteve seu alto nível de complexidade tributária. "Para se ter uma ideia, devido à complexidade tributária, o tempo gasto no Brasil para a preparação de impostos é de aproximadamente 62 dias e meio, enquanto a média da OCDE é de 6 dias", detalha Caiuby. Outro fator relevante é o crescimento mais acelerado da informalidade em países da OCDE, o que contribuiu para a redução da diferença em relação ao patamar nacional -- o Brasil está em 40% enquanto a média da OCDE é de 19,6%.

MONITORAMENTO DO CUSTO BRASIL

Para além de ranquear os entraves para o crescimento do país e propor medidas para reduzir os gastos do setor produtivo nacional, o MBC e o MDIC lançarão, no segundo semestre deste ano, o Observatório do Custo Brasil, que irá monitorar e atualizar, de forma permanente, diversos projetos que podem impactar o Custo Brasil.

"Nosso objetivo é, além de acompanhar o desempenho de cada um desses projetos, consolidar o Observatório como uma fonte confiável de informação que ajude nas tomadas de decisão e contribua para a implementação de políticas públicas eficientes que impulsionem o desenvolvimento do ambiente de negócios no país", explica Tatiana Ribeiro, diretora executiva do MBC.

A executiva lembra ainda que o Custo Brasil prejudica, há décadas, o papel competitivo do país frente a outras nações. "O acompanhamento dessas frentes estratégicas nos permitirá um retrato legítimo de cada área, materializando assim o impacto de cada uma delas na economia brasileira", finaliza Ribeiro.

"Os resultados da consulta pública também serão colocados no Observatório do Custo Brasil. A partir daí estabeleceremos uma metodologia e lançaremos o Programa de Combate ao Custo Brasil, com metas anuais de execução. A proposta é que o observatório seja também o repositório destas informações e uma ferramenta de transparência e acompanhamento das ações pela sociedade", explica Andrea Macera.

O Movimento Brasil Competitivo (MBC) é uma organização da sociedade civil, apartidária, que aproxima os setores público e privado, investindo e fomentando a cultura de governança, a gestão de excelência, o aumento da capacidade de investimento do Estado e a melhoria dos serviços públicos essenciais. Age com foco na construção de uma cultura de transformação, promovendo experiências e gerando ações de alto impacto, além de buscar a mudança do Estado brasileiro por meio de conhecimento e conceitos inovadores, realizando coalizões público-privadas e formando parcerias e redes. Atua nas frentes de governança e gestão, transformação digital, Custo Brasil, educação e sustentabilidade.

A aritmética frívola no Arcabouço Fiscal

Paulo R. Haddad
Mestre em Economia, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento

Os economistas, quando são convocados para elaborar e implementar uma política pública, quase sempre se deixam guiar pelos princípios da eficiência. Definem os objetivos da política; quantificam esses objetivos em metas; selecionam os instrumentos de intervenção mais apropriados para que os objetivos sejam atingidos; e estabelecem mecanismos de controle e avaliação para acompanhar a eficiência e a eficácia da política. Uma atitude tipicamente panglossiana ou ingênua de quem acredita que uma fórmula aritmética seja capaz de eliminar os conflitos distributivos em torno da escala e da composição dos gastos públicos.

Tudo isso produz um sistema coeso e exato, que permite aos economistas falarem sobre a política, com otimismo, sobre os resultados esperados. Esse otimismo leva-os, quase sempre, a despir a política econômica de redundâncias protetoras. As redundâncias, que normalmente são interpretadas como formas de desperdício, são, na verdade, salvaguardas corretivas dos rumos usualmente menos adotados.

A pobreza, por exemplo, pode ser considerada uma falta de redundância. Um país que não dispõe de alternativas para resolver um mesmo problema é um país pobre: somente uma única estrada para ir do ponto A ao ponto B; falta energia em uma região e não há dispositivos compensatórios de abastecimento; etc. Desastres e catástrofes socioeconômicas resultam, normalmente, da falta de redundâncias para resolver problemas. Um bom exemplo de redundâncias protetoras está na Constituição de 1988: se não houver melhoria na distribuição da renda e da riqueza no País, as políticas sociais compensatórias irão funcionar como salvaguardas corretivas.

Os economistas, cada vez mais, estão trabalhando profissionalmente com modelos abstratos, que incorporam, cada vez menos, componentes institucionais e psicossociais da realidade sobre a qual intervêm e, portanto, diminuem significativamente a sua capacidade de predizer as mudanças que podem ocorrer a partir dos instrumentos que controlam. Ao formular uma política econômica não são capazes de perceber quais serão as demandas políticas necessárias e as negociações inevitáveis para a sua implementação.

Por isso, é sempre recomendável que, na concepção das políticas econômicas, se substituam as normas de eficiência por normas de confiabilidade, as quais se orientam mais para evitar o fracasso do que para garantir um retumbante sucesso. O uso das normas de confiabilidade estimula uma participação mais ampla de atores com formação profissional diferenciada para abrir os horizontes dos economistas, com suas ideologias primárias da realidade social, construídas a partir de modelos abstratos da macroeconomia das quantidades globais. Permite, também, cobrir as políticas econômicas de redundâncias protetoras, tornando-as mais resistentes a choques exógenos, a efeitos inesperados e às falhas comuns nas predições condicionais. Para cada proporção normativa de política econômica deve haver uma ressalva que possa proteger o País das incertezas do futuro econômico, das instabilidades políticas, dos interesses velados.

No caso do controle dos gastos públicos, creio que a Emenda Constitucional nº 95, que criou o Novo Regime Fiscal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, foi uma decisão correta, consensualizada e conscientizada politicamente entre os três Poderes da República. A partir da experiência realizada com sua implementação, em um contexto de pandemia e de recessão mundial, há algumas salvaguardas corretivas que se fazem necessárias. A principal seria a de incluir um parágrafo em que "as despesas primárias podem ter um acréscimo de até 10%, mediante aprovação do Congresso Nacional, em situações que configurem catástrofes ambientais ou sociais, recessão econômica ou profunda crise da economia mundial".

A grande vantagem desse Regime Fiscal é a sua simplicidade para fins de controle político; para acompanhamento pela opinião pública e pelos meios de comunicação; principalmente, para evitar que o Poder Executivo fique no campo de incertezas quanto aos recursos fiscais que irá dispor no início de cada ano, submetido a novas condicionantes aritméticas para prever as negociações políticas necessárias face à avalanche de demandas que virão para reduzir os problemas de reconstrução institucional de uma administração pública que foi desmantelada, das desigualdades sociais e regionais que se aprofundaram, da modernização da infraestrutura econômica e social, etc.

Os economistas, para preservar a eficiência de suas propostas de políticas econômicas, são capazes de negociações inusitadas e estranhas ao capital político que conduziu ao Poder a administração a qual servem. O capital político é um processo de acumulação de reconhecimento, de popularidade, de apoio e de aceitação pública que se processa ao longo do tempo. Não pode ser depreciado na mesa de negociação em uma relação de "toma lá, dá cá". Principalmente, quando se negociam os mecanismos e instrumentos indispensáveis para o processo de desenvolvimento sustentável do País, como é a controvérsia atual sobre o esvaziamento institucional do Ministério do Meio Ambiente, o qual, na verdade, deveria ser empoderado para ter funções de coordenação geral por causa da transversalidade ecossistêmica das ações governamentais.

Além do mais, o primeiro ano da atual administração vai sendo tomado principalmente pelas discussões para o fortalecimento do questionável modelo fiscal expansionista, enquanto se aprofundam assimetrias sociais de uma sociedade dividida e de uma economia semiestagnada. Como dizia Keynes, em 1919, durante a discussão do Tratado de Versailles: "Os homens nem sempre morrem silenciosamente. Porque a fome, que traz alguma letargia e um desespero desamparado, leva outros temperamentos à instabilidade nervosa de histeria e de louca aflição".

Dia da Indústria 2023: FIEMG celebra 90 anos de atuação e homenageia empresários destaques do setor produtivo

Sebastião Jacinto Júnior

"Hoje é um dia muito especial de reconhecimento aos industriais que fazem a diferença em seus setores", afirmou Flávio Roscoe, presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), durante a cerimônia do Dia da Indústria 2023. O evento, realizado no Minascentro, em Belo Horizonte, No dia 25/05, reuniu empresários e autoridades em uma solenidade de celebração das conquistas do setor produtivo mineiro. No ano em que a FIEMG comemora seus 90 anos de atuação na melhoria do ambiente de negócios do estado, o líder empresarial destacou a importância da instituição, que se tornou referência no mercado por oferecer soluções que transformam a indústria mineira em um setor competitivo e sustentável. "A FIEMG é a casa da indústria, oferecendo parcerias que geram valor e são fundamentais para impulsionar o setor em todo o país".

O líder empresarial também pontuou os desafios de empreender no Brasil, destacando alguns pontos de melhorias essenciais no ambiente de negócios brasileiro. "Um deles é a Reforma Tributária, um pleito antigo do setor produtivo que esperamos que ela seja aprovada em breve", comentou, lembrando de outro gargalo para o setor produtivo: a desoneração da folha de pagamento. "Boa parte do custo Brasil provém da folha de pagamento, a nossa força de trabalho é muito onerada e isso enfraquece nosso potencial e competitividade", afirmou.

O CRESCIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL SE DÁ POR MEIO DE PESSOAS

Aroldo Teodoro Campos, diretor presidente do Grupo Ematex, presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis de Malha de Minas Gerais (Sindimalhas-MG), membro do conselho da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), o título de Industrial do Ano 2023. "É uma honra receber essa homenagem e compartilho esse reconhecimento com todos os amigos industriais mineiros, verdadeiros guerreiros. Na minha mineiridade, herdada de meu avô boiadeiro e meu pai catireiro, aprendi que sábio é ser simples, humildade é virtude e discrição é a obrigação de um bom mineiro" disse em seu discurso de agradecimento.

René Wakil Júnior, vice-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) e presidente da Citerol Comércio e Indústria de Tecidos Roupas S.A, foi outro homenageado do evento. O empresário recebeu a Comenda Ordem do Mérito da CNI. "Estou muito feliz e agradecido pelo reconhecimento", agradeceu.

A Federação mineira também entregou aos empresários que se destacaram em prol do crescimento e fortalecimento do setor produtivo de Minas Gerais, a comenda Mérito Industrial.

O evento contou com a presença de autoridades como Fuad Jorge Noman, prefeito de Belo Horizonte, Gabriel Azevedo, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Fernando Passalio, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Marília Melo, secretária de Meio Ambiente de Minas Gerais, empresários, lideranças associativistas, deputados estaduais e senadores.

Governo federal anuncia medidas para estimular o setor produtivo

Entre as iniciativas está a redução do preço de automóveis que custam hoje até R$ 120 mil; o benefício será variável, a partir de critérios como sustentabilidade, inovação e ampliação do acesso; anúncio integral deve se dar em 15 dias

O vice-presidente e ministro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, anunciou nesta quinta-feira (25), Dia da Indústria, algumas medidas para modernizar o parque industrial, estimular o consumo, manter e criar empregos, reduzir emissões de carbono e contribuir para o crescimento econômico.

O anúncio foi feito após reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com representantes do setor automotivo, da qual participaram, além de Alckmin, os ministros Fernando Haddad e Rui Costa, da Fazenda e da Casa Civil, respectivamente.

Uma das medidas, de caráter temporário, tem como foco a redução no preço de automóveis, melhorando a eficiência energética da frota em circulação e alavancando a cadeia produtiva ligada ao setor automotivo brasileiro.

O benefício incluirá redução de PIS, Cofins e IPI de veículos com preços de mercado até R$ 120 mil, envolvendo, ao todo, 33 modelos de 11 marcas.

Para entrar em vigor, a medida depende de definições do Ministério da Fazenda sobre o aspecto fiscal. Durante a reunião, o ministro Fernando Haddad se comprometeu a entregar os estudos em 15 dias. Os estudos definirão o tempo de duração do programa.

O benefício fiscal será variável, escalonado a partir de um índice resultante do desempenho do veículo em três fatores: a) eficiência energé-

tica (nível de emissão de carbono); b) densidade industrial (capacidade de gerar emprego e crescimento no entorno); e c) preço (ampliação do acesso). A medida implicará redução de até 10,96% sobre o valor de mercado dos veículos.

Esta é uma medida temporária de estímulo para um setor que responde por 20% do PIB da indústria de transformação e está com 50% de sua capacidade instalada ociosa. Ele vai ajudar a manter os empregos diretos e indiretos nas montadoras e em toda cadeia produtiva. Poderá haver ainda reduções definidas por montadoras e outras relativas à venda dos carros direto da fábrica. O governo deverá emitir MP permitindo esse tipo de transação.

Importante destacar que a renovação da frota em circulação atende aos objetivos do Programa Rota 2030, que entra em sua segunda fase no segundo semestre, e cuja meta geral é reduzir em 50% as emissões de CO2 dos veículos automotores até 2030, em relação a 2005. O programa prevê ações e estratégias para todas as rotas tecnológicas que levem à descarbonização, com carros a etanol, elétricos e híbridos.

Nesse aspecto, desde o final do ano passado, os carros flex novos já chegam às ruas com eficiência energética 12% maior do que aqueles que saíram das fábricas nos cinco anos anteriores. Significa que poluem menos e que são mais econômicos. Ganham o meio ambiente e o consumidor – este, duas vezes, na compra e no uso do carro zero.

MODERNIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL E LINHA DE CRÉDITO PARA EXPORTAÇÃO

Alckmin também antecipou que o governo pretende usar o instrumento da "depreciação acelerada" para modernizar o parque industrial brasileiros, com aquisição de máquinas novas. Toda vez que adquire um bem de capital, o empresário pode abater seu valor na declaração do IRPJ e da CSLL. Em condições normais, esse abatimento é paulatino, feito ano a ano, conforme o bem vai se depreciando.

Com a depreciação acelerada, o abatimento poderá ser antecipado – o que aumenta o fluxo de caixa das empresas e alavanca a chamada Formação Bruta de Capital Fixo – que mede a capacidade produtiva futura com a aquisição de maquinário.

Os parâmetros da operação também serão definidos pela Fazenda. A expectativa é que o instrumento possa ser usado a partir do ano que vem.

BNDES

Em São Paulo, em encontro na Fiesp, por ocasião da celebração do Dia da Indústria, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, anunciou linha de crédito de R$ 2 bilhões, podendo chegar a R$ 4 bilhões, para que empresas brasileiras exportadoras com receita em moeda americana ou atrelada à variação cambial possam investir no país. Além disso, Mercadante anunciou R$ 20 bilhões nos próximos quatro anos para financiar inovação, tendo como referência de juros a Taxa Referencial (TR).

Progresso x preservação: o impasse entre IBAMA e Petrobras

Paulo R. Haddad
Ex-diretor da ANP – Agência Nacional de Petróleo e consultor independente

Há mais de uma década, comenta-se sobre o enorme potencial petrolífero na Margem Equatorial do Brasil, onde, a partir do Norte, encontram-se as bacias Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar. Entretanto, durante este período, apesar dos inúmeros poços perfurados na região até 2011 (a grande maioria em águas rasas), pouco resultado foi alcançado no sentido de confirmar o potencial petrolífero do local.

Mais um capítulo desta novela se iniciou recentemente. No último dia 17 de maio, o IBAMA indeferiu licença solicitada pela Petrobras para atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59, na bacia da foz do Amazonas. Importante destacar que o bloco está localizado a uma distância de 175 quilômetros da costa do Amapá, a mais de 500 quilômetros da foz do rio, e encontra-se em águas ultra profundas.

É a segunda negativa para atividades de perfuração na região. Em 2018, o IBAMA também negou a solicitação de emissão de licença para os cinco blocos sob controle da empresa TotalEnergies, que resultou na desistência da empresa na exploração da Margem Equatorial no lado brasileiro. Acreditando no potencial da região, a empresa investiu na exploração na bacia Guiana-Suriname, e tem prosperado com resultados promissores, com descobertas desde janeiro de 2020, no Bloco B58.

O processo de licenciamento ambiental do bloco FZA-M-59 teve início em 2014. Na época, a solicitação foi feita a pedido da BP Energy do Brasil, que não prosperou. A empresa era originalmente operadora do projeto, com 70% de participação no consórcio e a Petrobras com 30%. Assim, com a desistência da BP Energy, no final de 2020, os direitos de exploração de petróleo no bloco foram transferidos integralmente para a Petrobras.

Importante ressaltar que no pedido de licenciamento negado na semana passada pelo IBAMA, a Petrobras havia solicitado tão somente a realização de uma avaliação pré-operacional (APO), que consiste em uma simulação de emergência e não a licença propriamente dita para exploração da região. Ou seja, nem realizar estudos preliminares para avaliar o potencial da riqueza a ser explorada, está sendo autorizado.

A Petrobras tem em seu plano estratégico 2023-2027 uma previsão de investimentos de cerca US$ 3 bilhões

destinados à exploração na Margem Equatorial. Isto significa que, já com a iniciativa de pesquisa cientifica/exploração, a região da Margem Equatorial será beneficiada com aumento da atividade econômica, geração de empregos, aumento da renda e crescimento socioeconômico.

Espera-se que os resultados exitosos desta campanha exploratória possam transformar a região em um "novo pré-sal brasileiro", com benefícios incalculáveis para a sociedade, para o setor de petróleo e gás natural e para o Brasil. Do ponto de vista da segurança energética, o êxito na Margem Equatorial seria transformacional e, ainda, incrivelmente importante para a transição energética, já que recursos poderiam ser direcionados para pesquisas e projetos de energia renovável.

Estudos geológicos preliminares sugerem que essa nova fronteira de exploração tenha a possibilidade de produzir de 5 a 7,5 bilhões de barris de petróleo recuperáveis, se considerado um fator de recuperação de 25%. Ou seja, pode existir um volume inicial in situ de 20 a 30 bilhões de barris de petróleo.

No âmbito das preocupações levantadas pelo IBAMA, de fato, não foram realizadas avaliações ambientais de área sedimentar (AAAS) para a bacia da foz do Amazonas. Esta avaliação é uma análise ampla, estratégica e bem detalhada que permite identificar áreas em que não seria possível realizar atividades de extração e produção de petróleo e gás em razão dos graves riscos e impactos ambientais associados.

Ainda segundo o IBAMA, a bacia da foz é considerada uma região de extrema sensibilidade socioambiental e, por isso, existe a necessidade de uma AAAS. O órgão cita unidades de conservação, terras indígenas, mangues, formações biogênicas de organismos, como corais e esponjas, além de grande biodiversidade marinha com espécies ameaçadas de extinção.

Porém, considera-se que este estudo não seja um impeditivo para liberar a licença para exploração, pois, segundo parecer do próprio IBAMA, de janeiro de 2023, o órgão informa que "não há instrumentos jurídicos para justificar a recomendação de não emissão de licenças ambientais de perfuração exploratória até que seja realizada uma avaliação ambiental estratégica – como a AAAS."

Considerando todo o histórico e as ponderações de lado a lado, é preciso que o diálogo continue de forma construtiva entre todos os envolvidos para que se possa desenvolver uma visão estratégica de longo prazo com o objetivo de explorar esta riqueza de forma sustentável. Não há dúvidas de que o IBAMA está legitimamente buscando proteger nossas riquezas naturais. Assim como também é legitimo dizer que o povo do Amapá e a sociedade brasileira podem ter a oportunidade de buscar o desenvolvimento econômico sustentável da região, especialmente, se confirmado o potencial petrolífero na campanha exploratória.

Por mais que se tenha todo cuidado para prevenir acidentes, os riscos e impactos ao meio ambiente de qualquer atividade produtiva sempre existe. E, o que se espera é minimizar estes riscos com diversas atividades preventivas e de contingência vis a vis com os benefícios gerados para a sociedade. A Petrobras é reconhecida nacional e internacionalmente pelo excelente histórico na prevenção de acidentes e atividades de contingenciamento, já que utiliza padrões muito rigorosos de segurança operacional e proteção ao meio ambiente.

Importante lembrar que, não muito longe da fronteira do Brasil, do lado da Guiana-Suriname, já existem diversas empresas operando na exploração e produção de petróleo de forma segura e com resultados expressivos. A ExxonMobil, por exemplo, espera alcançar uma produção de cerca de 500 mil barris/dia este ano e cerca de 1.2 milhões de barris em 2027.

Outro fator importante a ser considerado é que, do lado brasileiro da Margem Equatorial deveria existir planos de contingência e proteção ao meio ambiente, caso ocorra algum acidente do lado da Guiana-Suriname. Porém, somente conseguimos isso de forma efetiva com empresas operando na exploração/produção de petróleo do lado brasileiro.

O processo decisório de concessão de uma licença ambiental não pode ficar restrito aos aspectos técnicos socioambientais, especialmente, em casos de grande relevância para o desenvolvimento econômico do país. A exploração na Margem Equatorial, certamente, é um projeto estratégico e de grande relevância, portanto, precisa ser avaliado por um conselho multidisciplinar, à exemplo do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), e com anuência, em última instância, do chefe do executivo e de seu governo, por se tratar de um projeto de estado.

É preciso modernizar o marco legal do licenciamento ambiental para reduzir a burocracia e equilibrar o processo decisório e de governança, para, assim, simplificar, agilizar e padronizar os procedimentos para diferentes tipos de licenciamento ambiental em todo o país.

Nada mais importante – especialmente considerando a conjuntura geopolítica para a segurança/transição energética e desenvolvimento socioeconômico do país – do que conhecer seu potencial energético e explorá-lo de forma sustentável.

Os recursos provenientes da exploração de combustíveis fosseis podem acelerar a transição energética, ajudar na preservação do meio ambiente e criar condições diferenciadas no desenvolvimento econômico da margem equatorial e do país. Há quem diga que o maior inimigo do meio ambiente é a proliferação da pobreza e do atraso no desenvolvimento econômico.

Premiação das Marcas vencedoras do 28º Prêmio Top of Mind de Minas Gerais será no dia 21 de junho

O 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum - Marcas de Sucesso – Minas Gerais tem por objetivo premiar as principais marcas do Estado no ano de 2023. Para tanto, fez-se necessário realizar um minucioso estudo visando analisar o índice de lembrança espontânea de diferentes marcas, em segmentos distintos, junto à população mineira.

A premiação das Marcas vencedoras ocorrerá às 19 horas, do dia 21 de junho, no Centro do Convenções da Associação Médica de Minas Gerais, em Belo Horizonte-MG e, após a solenidade, acontecerá o tradicional "Coquetel de Confraternização" para 500 convidados especiais.

Este 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais - 2023 conta com os apoios especiais da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas; ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais; Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; MinasPart- Desenvolvimento Empresarial e Econômico Ltda. e Portogallo Family Office. Tem, ainda, o patrocínio da Drogaria Araujo, Instituto Hermes Pardini, Supermercados BH e UNIMED-BH.

MercadoComum circulará, no mês de julho, com uma edição impressa e outra eletrônica especial, contendo o descritivo da pesquisa e sua metodologia, além de matérias jornalísticas específicas sobre as empresas vencedoras, destacando-se a importância e o relevante papel exercido por esta iniciativa, que é também o de procurar ampliar a divulgação da imagem econômica e social de Minas, aumentando as chances de atração de novas empresas para o Estado e de amplificar os negócios daquelas aqui já presentes.

As edições eletrônicas em PDF de MercadoComum são encaminhadas diretamente, via e-mail, a um público superior a 120 mil formadores de opinião em Minas e em todo o país e, as suas páginas na internet, estão sendo acessadas e visualizadas por 4,56 milhões de pessoas mensalmente.

As empresas vencedoras da premiação que veicularem publicidades, nas edições especiais de MercadoComum que circularão em julho e que participarão da solenidade de premiação, receberão uma certificação com a sua classificação na pesquisa, um troféu nominativa especialmente preparado em aço inox estilizado e a pesquisa realizada, além da publicação de um descritivo institucional sobre a mesma na referida edição, bem como, convites individualizados para a solenidade e Coquetel de Confraternização. Adicionalmente, também poderão ter acesso às fotos exclusivas, aos vídeos do evento, além de lhes ser permitido dar ampla divulgação às suas logomarcas e demais aspectos ligados a esta iniciativa.

MARCAS VENCEDORAS DO 28º PRÊMIO TOP OF MIND MERCADOCOMUM – MARCAS DE SUCESSO – MINAS GERAIS – 2028

1 - CLASSIFICAÇÃO POR MARCA

Marca	ITEM	Categoria	Segmento
3 CORAÇÕES	Café	Excelência	Alimentos
ARAUJO	Drogaria	Excelência	Saúde
ARAUJO	Site Medic.	Liderança	Saúde
AYMORÉ	Biscoitos	Excelência	Alimentos
BRAHMA	Cerveja	Liderança	Bebidas
BEM BRASIL	Batata Ind.	Liderança	Alimentos
BENEGRIP	Med.Gripe	Liderança	Saúde
BH SHOPPING	Shopping	Liderança	Compras
BRAUNAS	Tijolos	Excelência	Construção
CASAS BAHIA	Loja Eletr.	Liderança	Compras
CAIXA	Banco	Liderança*	Finanças
CEMIG	Emp. MG	Liderança	Outros
CLARO	Telefonia	Expressão*	Comunicação
CODIL	Feijão	Expressão*	Alimentos
CRISTAL DE MINAS	Açúcar	Liderança*	Alimentos
CVC	Ag. Viagem	Excelência	Turismo
DIPIRONA	Rem. Febre	Liderança	Saúde
FIAT	Carro	Excelência	Transportes
GOL	Cia. Aérea	Excelência	Turismo
HEINEKEN	Cerveja	Expressão*	Bebidas
HERMES PARDINI	Laboratório	Excelência	Saúde
ITAÚ	Banco	Liderança*	Finanças
LEITURA	Livraria	Excelência	Compras
LIZA	Óleo Cozinha	Liderança	Alimentos
MAGAZINE LUIZA	Loja Eletrod.	Expressão	Compras
MANOEL BERNARDES	Joalheria	Expressão*	Compras
MASTERCARD	Cartão	Expressão	Finanças
MATER DEI	Hospital	Liderança*	Saúde
MCDONALD'S	Loja F. Food	Excelência	Alimentos
MERCADO LIVRE	Site	Liderança	Compras
MERCEDES-BENZ	Caminhão	Liderança	Transportes
MINAS SHOPPING	Shopping	Expressão	Compras
ORTOBOM	Colchão	Excelência	Compras
PÉRGOLA	Vinho	Excelência	Bebidas
PIF PAF	Batata	Expressão	Alimentos
PORTO SEGURO	Seguros	Liderança	Finanças
PROSEGUR	Emp. Transp	Liderança	Transportes
REDE GLOBO	TV	Excelência	Comunicação
ROMMANEL	Joalheria	Expressão*	Compras
SANTA AMÁLIA	Massas	Liderança*	Alimentos
SHOPEE	Site	Expressão*	Compras
SKOL	Cerveja	Expressão*	Bebidas
SOYA	Óleo Coz.	Expressão	Alimentos
SUPERM. BH (BH)	Supermercado	Excelência	Compras
SUPERM. BH (Interior)	Supermercado	Liderança	Compra
SUVINIL	Tinta	Excelência	Construção
TIM	Telefonia	Expressão*	Comunicação
UNIÃO	Açúcar	Liderança*	Alimentos
UNIMED-BH (BH)	Plano Saúde	Excelência	Saúde
UNIMED-BH*	Hospital	Expressão*	Saúde
UNIMED-FEDER. (MG)	Plano Saúde	Excelência	Saúde
VASCONCELOS	Feijão	Expressão*	Alimentos
VILMA (BH)	Massas	Excelência	Alimentos
VILMA (MG)	Massas	Liderança*	Alimentos
VISA	Cartão	Liderança	Finanças
VIVARA	Joalheria	Liderança	Compras
VIVO	Telefonia	Liderança	Comunicação

*Empate Técnico

MARCAS VENCEDORAS POR CATEGORIA

CATEGORIA EXPRESSÃO – (15)

Marca	Item	Segmento
CLARO	Telefonia*	Comunicação
CODIL	Feijão*	Alimentos
PIF PAF	Batata	Alimentos
HEINEKEN	Cerveja*	Bebidas
MAGAZINE LUIZA	Loja Eletrod.	Compras
MANOEL BERNARDES	Joalheria*	Compras
MATER DEI	Hospital*	Saúde
MINAS SHOPPING	Shopping Center	Compras
ROMMANEL	Joalheria*	Compras
SHOPEE	Site	Compras
SKOL	Cerveja*	Bebidas
SOYA	Óleo Cozinha	Alimentos
TIM	Telefonia*	Comunicação
UNIMED-BH	Hospital*	Saúde
VASCONCELOS	Feijão*	Alimentos

CATEGORIA LIDERANÇA – (25)

Marca	Item	Segmento
ARAUJO	Site Medicamentos	Saúde
BEM BRASIL	Batata	Alimentos
BENEGRIPE	Remédio Gripe	Saúde
BH SHOPPING	Shopping Center	Compras
BRAHMA	Cerveja	Bebidas
CAIXA	Banco*	Finanças
CASAS BAHIA	Loja Eletrodom.	Compras
CEMIG	Emp. Mineira	Outros
CRISTAL DE MINAS	Açúcar*	Alimentos
DIPIRONA	Remédio Dor	Saúde
ITAÚ	Banco*	Finanças
LIZA	Óleo Cozinha	Alimentos
MASTERCARD	Cartão	Finanças
MERCADO LIVRE	Site	Compras
MERCEDES-BENZ	Caminhão	Transportes
PÉRGOLA	Vinho	Alimentos
PORTO SEGURO	Seguros	Finanças
PROSEGUR	Emp. Transp.	Transportes
SANTA AMÁLIA	Macarrão*	Alimentos
SUPERM. BH (Interior)	Supermercado	Compras
UNIÃO	Açúcar*	Alimentos
VILMA (Interior)	Massas*	Alimentos
VISA	Cartão	Finanças
VIVARA	Joalheria	Compras
VIVO	Telefonia	Comunicação

CATEGORIA EXCELÊNCIA – (17)

Marca	Item	Segmento
3 CORAÇÕES	Café	Alimentos
ARAUJO	Drogaria	Saúde
AYMORÉ	Biscoito	Alimentos
BRAUNAS	Tijolos	Construção
CVC	Ag. Viagem	Turismo
FIAT	Carro	Transportes
GOL	Cia. Aérea	Turismo
HERMES PARDINI	Laboratório Anál.	Saúde
LEITURA	Livraria	Compras
MCDONALD'S	Fast Food	Alimentos
ORTOBOM	Colchão	Compras
REDE GLOBO	TV	Comunicação
SUPERM. BH (BH)	Supermercado	Compras
SUVINIL	Tinta	Construção
UNIMED-BH	Plano Saúde (BH)	Saúde
UNIMED-FEDER. MG	Plano Saúde (Inter.)	Saúde
VILMA (BH)	Massas	Alimentos

*Empate Técnico.

Futebol: receita de clubes brasileiros chega a R$ 8,1 bilhões

Levantamento aponta 156% de crescimento da receita total de 2013 a 2022

30 dos 40 times que disputaram as Séries A e B do Campeonato Brasileiro em 2022 registraram um crescimento consolidado de 156% na receita total nos últimos 10 anos, chegando a R$ 8,1 bilhões só no último ano. Os números fazem parte do levantamento anual realizado pela EY, uma das maiores empresas de consultoria e auditoria do mundo, que analisa a saúde financeira dos clubes brasileiros e acaba de divulgar o material com base na análise do cenário econômico e o desempenho financeiro dos clubes brasileiros no ano de 2022. Para esse material, Chapecoense, CRB, CSA, Ituano, Juventude, Londrina, Náutico, Novorizontino, Sampaio Corrêa e Tombense não foram incluídos, pois os clubes, até o momento desse levantamento, não haviam publicado suas demonstrações financeiras.

Todas as receitas se mantiveram no mesmo patamar em termos proporcionais, de 2021 para 2022, com exceção de Direitos de Transmissão e Premiação e matchday, que apresentaram mudanças. "Essa diferença aconteceu, principalmente, por conta da contabilização, em 2021, de Direitos de Transmissão e Premiação dos campeonatos de 2020, que se encerraram no ano seguinte, por conta da paralisação decorrente da pandemia", conta Pedro Daniel, Diretor Executivo de Esporte da EY. "Houve aumento das receitas de matchday dos clubes brasileiros em 2022. Essa fonte de renda foi contabilizada normalmente, decorrente do retorno dos públicos aos estádios, e retornou ao patamar de anos anteriores", complementa.

Olhando para as receitas com direitos de transmissão e premiação por clube, Flamengo e Palmeiras representaram 25% do total arrecadado pelos clubes e 47% das receitas estão concentradas em 5 clubes: Flamengo, Palmeiras, Corinthians, São Paulo e Grêmio. "Esses resultados foram impulsionados pelas conquistas esportivas dos últimos anos, no período de 2018 a 2022. Vale ressaltar que o Flamengo tem 14% de receitas com direito de transmissão e premiações, maiores que o Grêmio e Internacional juntos, enquanto o Corinthians, com 9% possui mais receitas com direitos de transmissão que Bahia, Fortaleza e Ceará somados", ressalta o executivo.

Já quando o levantamento aponta a questão do endividamento, a EY analisa três aspectos: endividamento líquido, empréstimos e tributário. "No geral, todas as rubricas de endividamento apresentaram crescimento em 2022", pontua o executivo. As Dívidas Tributárias aumentaram em 8%, os empréstimos em 19% e o endividamento teve alta de 9%, em relação ao ano anterior. O Endividamento Líquido apresentou um aumento de R$ 333 milhões, se comparado ao resultado de 2020, que até então tinha sido o maior nos últimos 10 anos, e de R$ 900 milhões em relação ao ano de 2021, que havia tido uma queda. "Tanto as Dívidas Tributárias quanto os Empréstimos apresentaram crescimento constante nos últimos 5 anos, com aumento de R$ 791 milhões e mais de R$ 1,2 bilhão, respectivamente, comparado ao valor de 2018".

No que se refere aos indicadores de endividamento por receita total, metade dos clubes analisados apresentaram índices abaixo de 1. Dentre os 10 primeiros colocados, apenas 3 clubes participaram da série A em 2022: Botafogo, Atlético-MG e Fluminense, respectivamente. Já na série B, 3 clubes apresentaram índice abaixo de 1, sendo eles: Criciúma, Brusque e Operário PR. "O maior índice ficou com o Guarani, que apresentou o número de 8,49. Ou seja, o endividamento líquido do clube em 2022 foi 8 vezes superior ao faturamento realizado. O Botafogo é o segundo clube com maior índice, apresentando endividamento 6,38 vezes maior que o seu faturamento, de R$163 milhões. Esses 2 clubes juntamente com o Cruzeiro foram os únicos a apresentarem índice acima de 6", conclui. Daniel.

Segundo a empresa, a "EY existe para construir um mundo de negócios melhor, ajudando a criar valor no longo prazo para seus clientes, pessoas e sociedade e gerando confiança nos mercados de capitais. Tendo dados e tecnologia como viabilizadores, equipes diversas da EY em mais de 150 países oferecem confiança por meio da garantia da qualidade e contribuem para o crescimento, transformação e operação de seus clientes. Com atuação em assurance, consulting, strategy, tax e transactions, as equipes da EY fazem perguntas melhores a fim de encontrarem novas respostas para as questões complexas do mundo atual.

A EY tem também uma meta ambiciosa de impactar positivamente 1 bilhão de pessoas até 2030, através do seu programa de responsabilidade corporativa, EY Ripples, plataforma que permite que os colaboradores se envolvam em iniciativas comunitárias e sociais mais amplas."

Minas, Bahia e Paraná são os estados que mais desmatam a Mata Atlântica

Nova edição do Atlas da Mata Atlântica aponta a derrubada de mais de 20 mil hectares de floresta em um ano, o correspondente a cerca de mil campos de futebol, com mais de 90% desse total concentrado em cinco estados

Medida Provisória aprovada pela Câmara dos Deputados pode fazer com que a destruição do bioma aumente ainda mais nos próximos anos e compromete sua restauração

Sistema de Alerta de Desmatamento, que complementa o Atlas, apresenta o primeiro dado de um ano completo e mostra que desmatamento total pode ser quase quatro vezes maior

Considerada patrimônio nacional pela Constituição e protegida por uma lei especial, a Mata Atlântica segue ameaçada pelo desmatamento. Entre os meses de outubro de 2021 e de 2022, a Fundação SOS Mata Atlântica e o INPE observaram o desflorestamento de 20.075 hectares (ha) do bioma, o correspondente a mais de 20 mil campos de futebol de futebol em um ano ou um Parque Ibirapuera (SP) desmatados a cada três dias. Como resultado, foram lançados 9,6 milhões de toneladas de CO2 equivalente na atmosfera.

Embora esse número represente uma redução de 7% em relação ao

detectado em 2020-2021 (21.642 hectares), a área desmatada é a segunda maior dos últimos 6 anos e está 76% acima do valor mais baixo já registrado na série histórica – de 11.399 hectares, entre 2017 e 2018.

As informações são do Atlas da Mata Atlântica, estudo realizado desde 1989 pela Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e apoio técnico da Arcplan, cuja nova edição, lançada na semana do Dia Nacional da Mata Atlântica, 27 de maio, conta com patrocínio do Bradesco e da Fundação Hempel.

"Temos um quadro de desmatamento estável, porém inaceitável para um bioma fortemente ameaçado e fundamental para garantir serviços ecossistêmicos, entre eles a conservação da água, e evitar grandes tragédias, como a que tivemos recentemente no litoral norte de São Paulo", aponta Luís Fernando Guedes Pinto, diretor executivo da SOS Mata Atlântica e coordenador do Atlas. O bioma é lar de quase 70% da população e responde por cerca de 80% da economia do Brasil, além de produzir 50% dos alimentos consumidos no país. "Se por um momento pareceu que havíamos virado o jogo, agora o desmatamento está novamente vencendo. E o mundo inteiro sai perdendo", completa.

A situação vai na contramão de estudos internacionais que, tendo em vista sua contribuição para a conservação da biodiversidade e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, apontam a Mata Atlântica como um dos biomas mais importantes para o futuro do planeta. "A esta altura o desmatamento já precisava ter sido abolido e as ações de reflorestamento deveriam ser uma prioridade em todos os estados da Mata Atlântica. A realidade, infelizmente, é muito diferente", lamenta o diretor.

Os dados de desmatamento inventariados e publicados no Atlas da Mata Atlântica são essenciais para que os municípios, inseridos nos limites da Lei da Mata Atlântica, possam organizar estratégias para conscientizar a população e políticas para o monitoramento da vegetação natural. "Ainda que menos intenso que no período anterior, o desmatamento persiste na Mata Atlântica. Esperamos que a sociedade utilize as informações apresentadas no mapeamento para valorizar as áreas de vegetação natural de seus municípios, e ao mesmo tempo, solicitar medidas para eliminar o desmatamento", enfatiza Silvana Amaral, pesquisadora e coordenadora técnica pelo INPE.

DESMATAMENTO NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Cinco estados acumulam 91% do desflorestamento: Minas Gerais (7.456 ha), Bahia (5.719 ha), Paraná (2.883 ha), Mato Grosso do Sul (1.115 ha) e Santa Catarina (1.041 ha). Enquanto oito registraram aumento (Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Sergipe), nove mostraram redução (Ceará, Goiânia, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo).

No que se refere aos municípios, dez concentram 30% do desmatamento total no período. Desses, cinco estão situados em Minas Gerais, um no Mato Grosso do Sul e quatro na Bahia. Três cidades baianas encabeçam a lista: Wanderlei (com 1.254 hectares desmatados), Cotegipe (907 ha) e Baianópolis (848 ha). Em seguida vêm São João do Paraíso (MG, 544 ha), Araçuaí (MG, 470 ha), Porto Murtinho (MS, 424 ha), Francisco Sá (MG, 402 ha), Capitão Enéas (MG, 302 ha) e Gameleiras (MG, 296 ha).

Apenas 0,9% das perdas se deram em áreas protegidas, enquanto 73% ocorreram em terras privadas – reforçando que as florestas vêm sendo destruídas sobretudo para dar lugar a pastagens e culturas agrícolas. A especulação imobiliária, acima de tudo nas proximidades das grandes cidades e no litoral, também é apontada como outra das causas principais. O respeito à Lei da Mata Atlântica e ao Código Florestal, portanto, deveria ser o primeiro passo para reverter essa situação. Mas esses mecanismos legais também estão em risco.

Um exemplo é a Medida Provisória (MP) 1150, aprovada no Senado no mês de maio último, que abre brechas para que a restauração florestal no Brasil nunca aconteça. A MP, além de praticamente inviabilizar a recuperação de áreas degradadas, ainda contém graves "jabutis" – emendas sem relação com o tema principal da proposta legislativa. Uma delas permite uma maior derrubada de florestas nativas e acaba na prática com a Lei da Mata Atlântica. A emenda foi impugnada no Senado, mas retornou à Câmara dos Deputados, que, nesta quarta-feira, 24 de maio, reintegrou ao texto os jabutis – colocando nossas florestas e nossas vidas novamente em risco. Agora, a MP1150 vai para sanção ou veto do presidente da República.

Nova tecnologia revela área de florestas remanescentes maior do que se conhecia, mas desmatamento pode ser até três vezes maior

O Atlas da Mata Atlântica possibilita, em toda sua série histórica, a identificação e comparação de desmatamentos maiores que três hectares, avaliando, dessa forma, a conservação dos maiores remanescentes de matas maduras e sem sinais de degradação no bioma, o que corresponde a 12,4% da área original. O mapeamento abrange o território dos 17 estados, conforme limi-

tado pelo Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica.

Esses 12,4% monitorados pelo Atlas fazem parte dos 24% de cobertura florestal total remanescente observada pelo MapBiomas – que mapeia remanescentes acima de 0,5 hectare e em diferentes estados de conservação, incluindo florestas maduras e matas jovens em regeneração, que também têm importante papel para a conservação da biodiversidade e o futuro do bioma.

A cobertura florestal de 24% é a referência do Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) Mata Atlântica, iniciativa lançada em 2021 em parceria entre a Fundação SOS Mata Atlântica, a Arcplan e o MapBiomas, com apoio da Fundação Flex e do Fundo Canadá, para intensificar o monitoramento e combater o desmatamento.

Para também marcar o Dia da Mata Atlântica, o SAD lança um levantamento dos desmatamentos identificados entre janeiro e dezembro de 2022. Foram registrados 9.982 alertas no ano, somando 75.163 hectares perdidos, entre florestas maduras e jovens. A área total perdida, portanto, é quase 4 vezes maior do que a contabilizada pelo Atlas, ameaçando tanto as matas jovens quanto as maduras do bioma.

No período de janeiro e fevereiro de 2023, o SAD detectou 853 alertas, num total de 6.139 hectares desmatados, o que corresponde a uma taxa de 104 hectares perdidos por dia no início do ano.

Além do mapeamento, a SOS Mata Atlântica realizou um sobrevoo em áreas de mata no Paraná, estado que, com importantes florestas de araucárias, ano a ano aparece entre os que mais devastam o bioma. O sobrevoo confirmou as informações do SAD Mata Atlântica que mostram um padrão de desmatamentos menores, porém persistentes, na região. “São derrubadas em faixas laterais, que devoram a mata pelas beiradas, e em pequenas áreas interiores, como furos em um queijo suiço, feitas assim justamente para não serem detectadas pela maior parte das tecnologias, mas que agora o SAD é capaz de capturar”, explica Luís Fernando Guedes Pinto. Imagens do sobrevoo estão disponíveis neste link. (Crédito: Zig Koch/SOS Mata Altântica)

Enquanto o Atlas oferece uma “fotografia” anual do estado de conservação dos grandes fragmentos florestais, que são de maior importância para a biodiversidade, e pretende embasar políticas de longo prazo para a conservação da Mata Atlântica, os dados do SAD são divulgados semanalmente na plataforma MapBiomas Alerta com o objetivo de gerar uma documentação completa e pronta para o uso para cada alerta de desmatamento, buscando maior celeridade e eficácia nas ações dos diversos órgãos responsáveis por combater e fiscalizar o desmatamento.

“São sistemas com objetivos, abordagens e métodos distintos. Cada um possui suas peculiaridades, mas os dados que produzem são complementares e permitem uma visão mais abrangente da Mata Atlântica. O SAD e o Atlas representam ‘lentes’ diferentes de análise, porém são igualmente necessários para uma compreensão do estado atual de conservação do bioma e para o planejamento de ações de conservação e restauração”, explica Marcos Rosa, diretor da Arcplan e Coordenador Técnico do MapBiomas.

O relatório completo do Atlas da Mata Atlântica 2021-2022, incluindo os comparativos ano a ano, pode ser acessado em www.sosma.org.br, além do site www.aquitemmata.org.br. Já os dados do SAD Mata Atlântica são disponibilizados na plataforma MapBiomas Alerta, com resultados reunidos em boletins trimestrais publicados pela Fundação SOS Mata Atlântica.

A Fundação SOS Mata Atlântica é uma ONG ambiental brasileira que tem como missão inspirar a sociedade na defesa da Mata Atlântica. Atua na promoção de políticas públicas para a conservação do bioma mais ameaçado do Brasil por meio do monitoramento da floresta, produção de estudos, projetos demonstrativos, diálogo com setores públicos e privados, aprimoramento da legislação ambiental, comunicação e engajamento da sociedade.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) foi criado em 1961 com o objetivo de capacitar o país nas pesquisas científicas e nas tecnologias espaciais. Ao longo dos anos, suas atividades se ampliaram e a importância dos estudos vão desde assuntos complexos sobre a origem do Universo a aplicações de ciências como nas questões de desflorestamento das nossas matas.

A ArcPlan é uma empresa privada com mais de 20 anos de atuação em temas relacionados ao mapeamento e monitoramento ambiental para subsidiar ações que visam a conservação ambiental, uso sustentável e o planejamento.

O MapBiomas é uma rede colaborativa, formada por ONGs, universidades e startups de tecnologia, que revela as transformações do território brasileiro, por meio da ciência, tornando acessível o conhecimento sobre o uso da terra, a fim de buscar a conservação e combater as mudanças climáticas. Produz mapeamento anual da cobertura e uso do solo desde 1985, valida e elabora relatórios para cada evento de desmatamento detectado no Brasil desde janeiro de 2019 e monitora a superfície de água e cicatrizes de fogo mensalmente desde 1985.

Minas Gerais possui média anual de 1.650 casamentos com menores de idade

Número caiu 28% deste a entrada em vigor da lei federal que estabeleceu idade mínima de 16 anos, mediante autorização dos pais

Minas Gerais possui uma média 1.650 casamentos ao ano envolvendo menores de 18 anos. Os números constam de levantamento completo - que contempla todos os tipos de matrimônios nesta faixa etária-, feito junto aos dados estratificados da Central de Informações do Registro Civil (CRC Nacional), plataforma de dados administrada pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), que reúne os dados de nascimentos, casamentos e óbitos dos 7.761 Cartórios de Registro Civil no país.

O casamento envolvendo menores de idade no Brasil, permitido pela legislação a partir dos 16 anos mediante autorização dos pais, ganhou destaque nos últimos dias em razão de polêmica envolvendo a celebração de um matrimônio na cidade de Araucária, no Paraná, quando o prefeito da cidade, de 65 anos, casou com a atual primeira-dama do município, que acabara de fazer 16 anos.

O levantamento contempla os atos celebrados nos últimos cinco anos -- 2018 a 2022 -- e mostra uma redução de 28% no número destas celebrações desde a aprovação, em 2019, da Lei Federal nº 13.811/2019, que estabeleceu a idade mínima de 16 anos para o casamento, alterando assim a redação do artigo 1.520 do Código Civil que antes permitia, em caso de gravidez, o casamento de menores de 16 anos.

Em 2018 foram registrados um total de 775 matrimônios envolvendo menores no estado, enquanto que em 2019 foram totalizados 2.199 casamentos nesta configuração. No primeiro ano de vigência da nova lei, 2020, o número caiu para 1.752, passando para 1.949 em 2021 e 1.576 em 2022. Já neste ano, até o mês de março, foram totalizados 332 matrimônios envolvendo menores.

No período de 2018 a março de 2023 foram registrados 220 casamentos onde ambos os cônjuges são menores. Foram 13 realizados em 2023, 52 em 2022, 50 em 2021, 38 em 2020, 54 em 2019 e 13 em 2018.

Também neste período -- 2018 a março de 2023 - foram realizados 291 matrimônios onde as mulheres são maiores de idade e os homens são menores de idade. Foram 14 até março deste ano, 59 em 2022, 67 em 2021, 50 em 2020, 74 em 2019 e 27 em 2018.

E neste período -- 2018 a março de 2023 - foram realizados 8.281 matrimônios onde os homens são maiores de idade e as mulheres são menores de idade. Foram 318 até março deste ano, 1.517 em 2022, 1.882 em 2021, 1.697 em 2020, 2.125 em 2019 e 742 em 2018.

Já os casamentos homoafetivos neste mesmo período -- 2018 a março de 2023 -- totalizaram 28 celebrações envolvendo menores. Foram 1 em 2020, 21 em 2019 e 6 em 2018. Nesta configuração foram 2 casamentos onde ambos os nubentes eram menores, ambos em 2019.

O Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais (Recivil) é a entidade de classe que representa os registradores civis das pessoas naturais de Minas Gerais, responsáveis pelos principais atos da vida civil de uma pessoa: o registro de nascimento, o casamento e o óbito.

Seguimos sem rumo nem objetivos firmados e, a verdade, é que o Brasil não passa de um solteirão desengonçado

Paulo Rabello de Castro

Formado em Economia e Direito, Ph.D pela Universidade de Chicago, ex-Presidente do BNDES e do IBGE, fundador e sócio da RC Consultores. Foi Presidente do Instituto Atlântico e fundador da OSCIP Instituto Maria Stella. Fundou o Movimento Brasil Eficiente que propõe uma simplificação da carga tributária e mais eficiência dos gastos públicos. É autor de mais de 10 livros, entre os quais O Mito do Governo Grátis, Rebeldia e Sonho e Lanterna na Proa.

Mais do que por seu poder militar ou pela posição estratégica na geografia mundial, nações são hoje respeitadas e consideradas por sua condição financeira e pela estatura educacional do seu povo. O Brasil não detém poder militar nem estatura educacional. Não será por esses quesitos que nos destacaremos na roda dos poderosos. Na geografia mundial, a condição do Brasil tampouco é estratégica, por estar a muitos milhares de quilômetros de todas as "zonas quentes" do globo, onde as grandes potências hoje se enfrentam na atual guerra fria.

O Brasil, numa síntese, é um "lugar longe e lerdo", talvez mais apropriado para nele se esconder, do que ali se construir uma história e prosperar. Há dias, esteve no Brasil o renomado historiador econômico Niall Ferguson. Na sua palestra em São Paulo, a convidados do Banco Itaú, Ferguson lançou um questionamento: "O Brasil é parte do Ocidente?"

A questão deixada pelo sagaz escocês vale mais pela interrogação do que pela resposta. O Brasil está absolutamente fincado no Ocidente, de tradição judaico-cristã, com sua língua e tradições latinas, associadas às contribuições indígenas e africanas. Mas a pergunta, em si, deixa respirar uma dúvida, uma espécie de inquietação, que a recente diplomacia do governo Lula, notoriamente sinofílica, só faz acentuar: estaria o Brasil disposto a formar uma aliança política com as nações orientais? Nesse sentido, tem cabimento a pergunta de Ferguson sobre se, de fato, o Brasil teria apetite para seguir sendo "ocidental".

A aliança de conveniência dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e Africa do Sul – hoje organizada em torno de reuniões periódicas e com um banco para chamar de seu, o NDB sediado em Xangai e dirigido, neste momento, por ninguém menos do que Dilma Rousseff, dá uma dimensão do muro político invisível que afasta

o Brasil de Washington, Londres ou Madrid, para aproximá-lo da órbita de países orientais, cuja história é muito distinta da nossa secular tradição ocidental.

A verdade é que o Brasil não passa de um solteirão desengonçado, que perambula pelos cantos do baile no clube mundial. A representação oficial que tem tido de si mesmo, nos últimos anos, tampouco ajuda o Brasil a melhorar essa imagem ou explicitar o que quer no Big Brother planetário e quem, de fato, ele gostaria de tirar para jogar. O desempenho econômico do solteirão não colabora para fortalecer uma boa impressão.

Literalmente, há décadas, desde os anos 1980, nossos dirigentes políticos têm produzido muito mais anos de fracasso do que de bons resultados, razão pela qual a parte da população sustentada por programas de "mesadas" oficiais tipo Bolsa Família e outros auxílios e benefícios variados tem crescido exponencialmente sobre a fatia de pessoas que conseguem um trabalho de carteira assinada. Quem pode, ainda se vira como MEI, outro disfarce do emprego precarizado, a ponto de serem treze estados – em 27 – onde a população de assistidos já supera a de empregados formais. Não espanta que pesquisas de opinião entre jovens brasileiros hoje revelem o que eles pensam desse "solteirão" chamado Brasil: a maioria afirma que, se pudesse, migraria para os EUA ou para Portugal porque, alegadamente, "o Brasil já deu!".

Nem a força financeira adquirida pelo País em anos recentes, por exportações da agropecuária, do petróleo e do minério de ferro, e traduzida em reservas confortáveis de mais que 350 bilhões de dólares, é capaz de representar uma consolidação positiva da imagem do "solteirão" no clube das potências. Destituído de vocação para o estudo e para uso útil do tempo, o País segue valorizando a lascívia midiática e a esperteza impune como meios de ascensão social e afirmação na arena política.

Seguimos sem rumo nem objetivos firmados, haja vista a absoluta ausência de sequer um documento escrito que se possa chamar de "plano de governo". O objetivo central dos poderes é a manutenção e, se possível, a extensão de suas próprias prerrogativas e privilégios. Nenhuma nação jamais chegou perto de ser "potência" com tamanha fragilidade de propósito. Porém, nada se compara, no rol de nossas tibiezas desconcertantes, à fragilidade financeira doméstica, onde o descontrole é fantasiado de super-controle.

Apenas neste 2023, a conta da rolagem dos encargos sobre a dívida interna pública, pode superar os 800 bilhões (!) – está sendo a cara do nosso descontrole -, fruto da prática dos juros mais escorchantes do planeta, elevados supostamente para estabilizar preços – tal se apresentando como a face severa do supercontrole exercido por um Banco Central independente. O descontrole disfarçado de supercontrole é a faceta máxima da irresponsabilidade política dos nossos governantes, verdadeiros ventríloquos daquele estranho "solteirão" em que nos convertemos.

SELIC – COPOM do Banco Central do Brasil mantém taxa de juros inalterada

Em reunião do dia 3 de maio último, o Copom manteve a sua taxa básica de juros, a Selic, em 13,75% ao ano. A decisão, novamente unânime, veio em linha com a projeção e a expectativa consensual dos participantes de mercados.

De acordo com a LCA Consultores Associados, “os comunicado da decisão sofreu alguns ajustes de redação, mas, no geral, preservou as avaliações da autoridade em relação: (i) ao ambiente externo, que "se mantém adverso"; (ii) à atividade econômica doméstica, que continua a desacelerar em linha com o esperado pelo Copom, "ainda que exibindo maior resiliência no mercado de trabalho"; e (iii) à inflação, incluindo suas diversas medidas subjacentes, que seguem "acima do intervalo compatível com o cumprimento das metas".

O comunicado notou que as projeções de mercado para a inflação elevaram-se apenas "marginalmente", de modo que foi excluído do documento o comentário presente em sua versão anterior de que as expectativas haviam sofrido deterioração adicional, sobretudo para prazos mais longos. As projeções de inflação do próprio Banco Central não se alteraram: (i) no cenário de referência - que leva em conta a mediana das projeções de mercado para a trajetória da Selic -, a projeção oficial para o horizonte relevante, que passou a ser o ano-calendário de 2024, está em 3,6% (acima, portanto, da meta de 3%); e (ii) no cenário alternativo, em que a Selic é mantida em 13,75% em todo o horizonte, a projeção para 2024 reduziu-se de 3% para 2,9% (portanto, ao redor da meta)”.

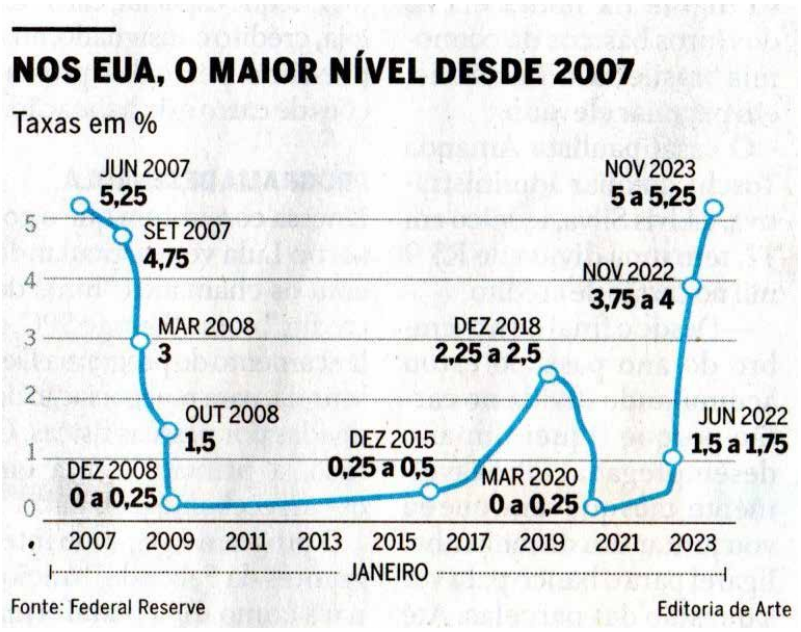
Para a LCA, “a principal novidade do comunicado foi a avaliação do Banco Central de que houve uma redução parcial "da incerteza advinda da política fiscal" a partir da "reoneração dos combustíveis" e, "principalmente, da apresentação de uma proposta de arcabouço fiscal". Mas o comitê afirmou que ainda restam incertezas "sobre o desenho final do arcabouço fiscal a ser aprovado pelo Congresso Nacional e, de forma mais relevante para a condução da política monetária, seus impactos sobre as expectativas para as trajetórias da dívida pública e da inflação".

Ademais, o Copom ressaltou que "a conjuntura, caracterizada por um estágio em que o processo desinflacionário tende a ser mais lento em ambiente de expectativas de inflação desancoradas, demanda maior atenção na condução da política monetária". E enfatizou "que não há relação mecânica entre a convergência de inflação e a aprovação do arcabouço fiscal" - sugerindo que a aprovação das novas regras fiscais é condição necessária, mas não suficiente, para que a política monetária comece a ser flexibilizada.

Por fim, o Copom avaliou "que a conjuntura demanda paciência e serenidade na condução da política monetária"; e tornou a enfatizar que "não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado" - embora tenha indicado que um cenário de retomada do ciclo de aperto passou a "ser um cenário menos provável".

Em resumo, o conteúdo do comunicado do Copom parece vir em linha com a nossa expectativa de que o Banco Central poderá encontrar espaço para começar a flexibilizar cautelosamente a política monetária a partir do 3º trimestre do ano. Até lá, esperamos: (i) que as incertezas em relação à política fiscal e a possíveis alterações nas metas de inflação provavelmente terão sido dirimidas; e (ii) que a desaceleração da atividade e da inflação, no exterior e aqui no Brasil, terá ficado mais evidente”.

Federal Reserve Bank dos Estados Unidos eleva juro básico e não sinaliza novas altas



Em reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) realizada no dia 03 de maio, o FED decidiu elevar a sua taxa básica de juros para o intervalo de 5% a 5,25% ao ano, preservando o ritmo de elevação de juros em 25 pontos-base. A decisão, unânime, veio em linha com a expectativa da maioria dos participantes de mercado.

No comunicado da decisão, o FED manteve avaliação de que a atividade vem crescendo em ritmo modesto, mas reiterou que o crescimento do emprego segue robusto e que a inflação continua elevada. O FED também reiterou que o "sistema bancário dos EUA é sadio e resiliente"; e que "os desenvolvimentos recentes [no sistema bancário] devem resultar em condições de crédito mais restritivas para famílias e empresas e pesar na atividade econômica, no emprego e na inflação" - concluindo que "a extensão desses efeitos [da crise bancária] continua incerta". Já o trecho prospectivo do comunicado sofreu alteração sutil.

De um lado, o FED retirou a sinalização de que "algum aperto adicional talvez seja apropriado" para "atingir uma postura de política monetária (...) suficientemente restritiva para retornar a inflação para 2% ao longo do tempo". Isso reforça a percepção, nos mercados, de que o ciclo de elevação de juros pode ter se encerrado.

Mas o FED deixou a porta aberta para, caso julgue necessário, estender o ciclo de elevação de juros. Isso, pela indicação de que "ao determinar em que extensão poderia ser apropriado" estender o aperto da política monetária, o Comitê levará em conta o aperto cumulativo já promovido, a defasagem com que a política monetária afeta a atividade econômica e a inflação, e os desenvolvimentos econômicos e financeiros.

Na avaliação da LCA-Consultores Econômicos, o aumento de juros promovido na reunião desta semana foi o derradeiro ajuste no ciclo de aperto monetário iniciado em março do ano passado. Desde então, a taxa básica de juros do FED foi elevada em 500 pontos-base. Ademais, mantemos projeção de que a política monetária dos EUA começará a ser flexibilizada na virada de 2023 para 2024. Até lá, avaliamos que a atividade e a inflação terão apresentado desaceleração mais consistente, em resposta aos efeitos defasados do forte aperto monetário promovido; e num contexto em que a normalização das cadeias globais de suprimento vem ensejando uma descompressão relevante nos custos de produção nos EUA.

Brasil empaca na mais elevada taxa real de juros do mundo

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano no dia 3 de maio último, em sua primeira decisão após a apresentação do novo arcabouço fiscal pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A entidade manteve o tom conservador e, em sua justificativa, chegou a dizer que poderia aumentar a taxa nas próximas reuniões, caso a inflação, que está em desaceleração no país, voltasse a subir. A decisão da última reunião manteve o Brasil no topo dos juros mundiais. Sendo primeiro em taxa real (descontada a inflação) e o segundo país com a maior taxa nominal, atrás apenas da Argentina, de acordo com levantamento da MoneYou em parceria com Infinity Asset Management.

Em sua justificativa para manter a taxa Selic em 13,75% na última quarta-feira (3/5), o Copom do Banco Central informou que "considerando a incerteza ao redor de seus cenários, o comitê segue vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período prolongado será capaz de assegurar a convergência da inflação", disse o BC no comunicado. Na prática, a decisão de manter os juros altos afeta a economia ao encarecer o crédito, por exemplo. Grandes cadeias produtivas, como automóveis e construção civil, para venda de carros e imóveis, dependem do crédito para o consumo

RANKING MUNDIAL DE JUROS REAIS
Taxas de juros atuais descontadas a inflação projetada para os próximos 12 meses

01.	Brasil	7,29%
02.	México	6,13%
03.	Colômbia	5,13%
04.	Chile	4,89%
05.	Filipinas	2,62%
06.	Indonésia	2,48%
07.	África do Sul	2,37%
08.	Turquia	2,20%
09.	Israel	1,65%
10.	Hong Kong	1,55%
11.	Nova Zelândia	0,55%
12.	Malásia	0,54%
13.	Reino Unido	0,25%
14.	China	0,22%
15.	Rússia	0,20%
16.	Estados Unidos	0,08%
17.	Índia	-0,10%
18.	Coreia do Sul	-0,17%
19.	Espanha	-0,26%
20.	Grécia	-0,30%
21.	Taiwan	-0,53%
22.	Suíça	-0,66%
23.	Dinamarca	-0,72%
24.	Tailândia	-0,78%
25.	Bélgica	-0,78%
26.	Holanda	-0,83%
27.	Cingapura	-1,12%
28.	Canadá	-1,17%
29.	Austrália	-1,56%
30.	França	-1,63%
31.	Portugal	-1,63%
32.	Japão	-1,94%
33.	Alemanha	-2,29%
34.	Áustria	-2,46%
35.	Itália	-2,46%
36.	Hungria	-2,94%
37.	República Checa	-3,16%
38.	Suécia	-3,50%
39.	Polônia	-5,37%
40.	Argentina	-13,02%

Fonte: MoneYou e Infinity Asset Management

dos produtos, girando setores com grande número de fornecedores, geradores de mão de obra e de renda e impostos.

A explicação para manter os juros altos é manter recursos na poupança e aplicações, reduzindo a demanda e forçando a oferta a baixar preço, no intuito de segurar a inflação. "O comitê (Copom) reforça que irá perseverar até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas", informou o BC. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que apura a inflação oficial do país, atingiu 0,71% em março, desacelerando em relação a fevereiro, quando ficou em 0,84%, e atingindo o menor patamar desde janeiro de 2021. Em março de 2022, o IPCA chegou a 1,62%. No ano, o índice acumula elevação de 2,09% e, nos últimos 12 meses, de 4,65%, percentual menor do que os 5,60% registrados no período imediatamente anterior, mas ainda um acima do centro da meta, que é de 3,25%. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é considerada alta pelo governo e boa parte do mercado.

RANKING DAS TAXAS DE JUROS AO ANO
Taxa de juros nominais sem descontar a inflação

1.	Argentina	91,00%
2.	Brasil	13,75%
3.	Colômbia	13,25%
4.	Hungria	13,00%
5.	Chile	11,25%
6.	México	11,25%
7.	Turquia	8,50%
8.	África do Sul	7,75%
9.	Rússia	7,50%
10.	República Checa	7,00%
11.	Polônia	6,75%
12.	Índia	6,68%
13.	Filipinas	6,25%
14.	Indonésia	5,75%
15.	Hong Kong	5,25%
16.	Nova Zelândia	5,25%
17.	Estados Unidos	5,00%
18.	Canadá	4,50%
19.	Cingapura	3,78%
20.	Israel	4,50%
21.	China	4,35%
22.	Reino Unido	4,25%
23.	Austrália	3,85%
24.	Alemanha	3,75%
25.	Áustria	3,75%
26.	Espanha 3	,75%
27.	Grécia	3,75%
28.	Holanda	3,75%
29.	Portugal	3,75%
30.	Suécia	3,75%
31.	Bélgica	3,75%
32.	França	3,75%
33.	Itália	3,75%
34.	Coreia do Sul	3,50%
35.	Malásia	3,00%
36.	Dinamarca	2,60%
37.	Tailândia	2,00%
38.	Taiwan	1,88%
39.	Japão	-0,10%
40.	Suíça	-0,75%

Fonte: MoneYou e Infinity Asset Management

COPOM mantém taxa de juros Selic em 13,75% ao ano pela sexta vez seguida – Análises e comentários

1 - Decisão foi tomada com base em dados, não em datas*

"Em comunicado com o título 'Decisão com base em dados, não em datas' a Selic foi mantida em 13,75%, em razão da permanência da desancoragem da inflação, do desvio em relação à meta da projeção no cenário de referência e da necessidade de consolidação do processo de desinflação. O Copom adotou um tom hawkish (elevação de juros e contração monetária) ao sinalizar que segue vigilante, com a estratégia de manutenção da taxa Selic, buscando assegurar a convergência da inflação.

Uma diminuição pode ocorrer na descrição do balanço de riscos e na possível supressão da menção referente à possibilidade de voltar a elevar os juros. Essa exclusão, decorreria do fato que as expectativas de inflação entre os anos de 2024 e 2026 se estabilizaram nas últimas semanas, da eliminação do "risco de cauda" de uma trajetória explosiva da relação dívida/PIB devido ao novo arcabouço fiscal e da melhora, ainda que lenta, dos indicadores recentes de inflação.

A projeção de inflação para 2024 no cenário de referência não apresentou variação relevante com relação aos 3,6% último comunicado. Vale destacar, a deterioração adicional das expectativas de inflação, ainda que em menor magnitude do que no período anterior.

QUAL FOI O RECADO DA ATA DO BC?

Na ata do BC, o Copom reconhece a continuidade do processo de desinflação e uma abertura positiva das últimas divulgações, mas ressalta a permanência em patamar acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta de inflação e a necessidade de se observar os próximos números, para confirmar se o processo de desinflação seguirá em velocidade adequada.

A sinalização continua sendo de estabilidade da Selic, mas tem ênfase no alerta sobre a desancoragem das expectativas. Nesse sentido, o tom geral do Comitê permaneceu duro, mesmo admitindo algumas indicações positivas, tendo como objetivo o firme propósito de promover a ancoragem das expectativas.

O CICLO DE QUEDA DA SELIC COMEÇARÁ QUANDO?

Na minha percepção, o ciclo de relaxamento monetário deve se iniciar apenas em agosto, com a Selic atingindo os 11,50% no fim de 2023 e 9,5% no encerramento do ciclo.

Ao longo dos próximos meses, é importante acompanhar a tramitação no Congresso do projeto do arcabouço fiscal e quais medidas serão tomadas para se chegar a um resultado primário equilibrado em 2024, o que poderia contribuir não só para uma queda adicional dos prêmios de risco, como também para um melhor comportamento das expectativas de inflação. A propósito, a definição das metas de inflação pelo CMN é fundamental para que haja um processo de ancoragem das expectativas, o que abriria espaço para o início do processo de queda da Selic. Cabe ressaltar que a Área de Estratégia da Warren Rena já tinha, no começo do ano, uma visão mais otimista com relação à trajetória da taxa de câmbio. Consideramos que há espaço adicional para a valorização do BRL, o que contribuiria para um movimento mais rápido e intenso de desinflação e para o recuo das expectativas de inflação.

O ARCABOUÇO IMPACTOU A DECISÃO DO COPOM?

Sem dúvidas. É quase unanimidade entre os economistas que analisaram o arcabouço que, a regra só se sustenta, se o governo ampliar a arrecadação de forma considerável e consistente. Na contramão, o mesmo governo promete não aumentar impostos, o que torna o cumprimento do arcabouço mais desafiador. No comunicado do Copom, houve um aceno reconhecendo a medida como positiva, mas sem relação direta com a condução da política monetária.

Temos que lembrar que, o próprio presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem adotado um tom elogioso para a proposta fiscal apresentada pelo governo, mas isso, por si só, não é suficiente para que os juros comecem a cair em um curto prazo.

É O MOMENTO DE BAIXAR OS JUROS DA TAXA SELIC?

Se faz necessário um debate técnico a respeito do assunto. As falas agressivas entre Lula e Campos Neto dificultam um otimismo nesse sentido.

O mais importante nesse debate dos juros é o custo efetivo do crédito para pessoa física financiar o seu consumo e para a pessoa jurídica financiar ou seu capital de giro ou os seus investimentos em expansão, modernização e novas instalações.

Desde o início do governo atual, esse debate tem ficado à margem de todo esse debate político sobre a Selic. É claro que a Selic tem sim uma grande importância, principalmente, no financiamento da dívida pública e no custo das despesas financeiras do governo.

Porém, o mais importante para o crescimento do setor privado da economia é o custo real do crédito. É sobre esse aspecto que deveria gerar o debate. Por que, com a Selic a 13,75% ao ano, tem taxas muito mais altas de crédito efetivo para as empresas e para o consumidor?

Em resumo, isso só vai conseguir ser reduzido com o aumento da competição, a diversificação do sistema financeiro - hoje, poucas instituições controlam praticamente todos os ativos financeiros do País - e com a redução da cunha fiscal do setor.

Quais setores mais prejudicados com a manutenção da taxa de juros e quais mais beneficiados?

BENEFICIADOS

- BANCOS

Uma vez que os juros baixos propiciaram maior oferta de crédito e mais competitividade para o setor, os bancos podem se beneficiar de um ciclo de alta da Selic

Isso acontece porque o movimento esperado diante de juros maiores é o contrário: crescerá também o nível de risco na concessão de empréstimos e financiamentos, o que impacta diretamente em um prêmio maior para remunerar as instituições credoras.

- EXPORTADORES

A alta dos juros causa uma atividade econômica menos aquecida, com empresas investindo e produzindo menos, e famílias diminuindo o consumo. Neste cenário, empresas ligadas ao setor exportador tendem a se mostrar mais resilientes do que aquelas companhias mais dependentes do mercado doméstico. Ou seja, empresas de proteína animal, papel e celulose, commodities como o petróleo e o minério de ferro podem seguir avançando.

PREJUDICADOS

- IMOBILIÁRIO

As empresas do setor imobiliário tendem a ser impactadas, pois os financiamentos imobiliários consistem em linhas de crédito que são ajustadas mais rapidamente diante de aumentos na Selic. Dessa forma, a alta pode reduzir o apetite para a tomada de novos financiamentos, assim como aumentar o grau de inadimplência entre aqueles que já têm contratos.

Nada que se compare com os números do passado, é verdade, mas é um ponto de atenção. O mercado imobiliário vem de um ano histórico muito forte, com as taxas de juros em patamares historicamente baixos. Mas, à medida que os juros vão subindo, o preço vai aumentando pro consumidor, que pode acabar comprando menos.

- VAREJO

As varejistas também sofrem com juros mais elevados, pois estes se tornam um incentivo para a realocação de renda das famílias, que optam por reduzir o consumo para aumentar a segurança financeira.

Além disso, juros mais altos impactam no aumento das despesas dos consumidores com crédito e, portanto, aumentam o endividamento e reduzem a renda disponível para realizar outros gastos.

Dessa forma, a alta na Selic pode prejudicar o volume de vendas e as receitas de companhias do varejo, como redes de supermercados, vestuário, calçados e bens de consumo duráveis.

O DÓLAR FICA MAIS ATRATIVO?

Não concordo com as aplicações dolarizadas na carteira do investidor local. Afinal, o que o cenário tem nos mostrado é uma tendência de queda da moeda americana em relação ao real.

Temos que lembrar que o dólar fez o seu pico em setembro do ano passado e desde então já caiu cerca de 10%, dada a atividade mais fraca por causa dos juros mais altos para controlar a inflação, acredito que as

oportunidades de crescimento estão fora dos Estados Unidos porque nos últimos anos a economia performou muito bem, mérito deles, mas neste ano deve ficar em 1%, com o resto do mundo crescendo mais.

Estimo que o processo de enfraquecimento da moeda americana dure de dois a três anos, embora não seja um "movimento em linha reta". Nesse ciclo de revisão do jogo de forças econômicas, o real tende a acompanhar uma cesta de moedas globais.

QUAIS SETORES DA BOLSA DEVEM SE BENEFICIAR

Há dois setores que se beneficiam da alta dos juros e podem se tornar opções interessantes para o investidor de ações que quer driblar o aperto monetário: os bancos e as seguradoras.

Em relação aos bancos, quanto maior o juro, mais as instituições ganham nos empréstimos que concedem a seus clientes.

Mas há um ponto de alerta para os investidores. O dinheiro que os bancos emprestam não surge do nada. Em geral, trata-se de um recurso que a instituição financeira tomou emprestado de outra instituição financeira, a juros menores, para poder emprestar a juros maiores ao cliente.

Para as seguradoras, o cenário é mais 'tranquilo'. As companhias desse setor ganham com os juros altos na hora que vão fazer a gestão do dinheiro que arrecadam todos os meses com os clientes que contratam seus seguros.Como o grande custo das seguradoras só ocorre quando o cliente aciona o seguro, no chamado "sinistro", as empresas aproveitam o dinheiro do prêmio para fazê-lo render enquanto está parado.

A seguradora, então, aplica o recurso em títulos de renda fixa e, portanto, gera mais dinheiro quando a Selic está em alta".

*Texto de autoria de Luiz Felipe Bazzo. CEO do transferbank, uma das 15 maiores corretoras de câmbio do Brasil. O executivo também já trabalhou em multinacionais como Volvo Group e BHS. Além disso, criou startups de diferentes iniciativas e mercados tendo atuado no Founder Institute, incubadora de empresas americanas com sede no Vale do Silício. O executivo morou e estudou na Noruega e México e formou-se em administração de empresas pela FAE Centro Universitário, de Curitiba (PR), e pós-graduado em finanças empresariais pela Universidade Positivo.

FIEMG CIEMG SESI SENAI IEL Sistema FIEMG

2 - FIEMG e a decisão do Banco Central sobre taxa de juros

A FIEMG viu com preocupação a manutenção da taxa de juros em patamar elevado (13,75%), anunciada no dia 03/05 pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), tendo em vista as consequências negativas para a atividade econômica brasileira. As taxas de juros elevadas podem dificultar o acesso das empresas ao crédito e inibir investimentos, comprometendo o bem-estar da população e o progresso do país.

Para garantir um ambiente mais favorável ao desenvolvimento econômico, é fundamental o estabelecimento de um arcabouço fiscal que ajude a ancorar as expectativas e reduzir os prêmios de risco. Além disso, é necessária a promoção de reformas que aumentem a eficiência dos gastos do governo e auxiliem na diminuição da inflação e das taxas de juros de médio e longo prazos. Apenas dessa forma será possível alcançar um crescimento econômico sustentável e duradouro do país.

CIESP Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

3 - "É preciso acreditar nos indicadores do mercado", alerta presidente da CIESP

Ao comentar a reunião do Copom sobre a Selic, encerrada em 3/05), Rafael Cervone, presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), salientou que há uma contradição entre os próprios indicadores colhidos no meio empresarial e setor financeiro pelo Banco Central e a manutenção da taxa básica em seu patamar mais alto nos últimos seis anos. "Pela quinta semana consecutiva, a estimativa para o IPCA em 2023 avançou de 6,04% para 6,05%, bem acima da meta de 4,7%, conforme dados do Boletim Focus divulgado na terça-feira (2/05) pela instituição, que contém as expectativas do mercado. Ou seja, fica muito claro que os juros estratosféricos não têm sido eficazes para conter a inflação", pondera.

O líder industrial lembra que, além das sinalizações do Boletim Focus, os setores produtivos têm explicitado a dificuldade gerada pela Selic, que vem se mantendo em 13,75% ano, para financiamentos, créditos para capital de giro e consumo. "Temos hoje a taxa real de juros mais alta do mundo, que é uma trava para a economia, puxando o PIB para baixo". Entre os países que, na América Latina, adotam o regime de meta de inflação, todos têm inflação maior e juros menores do que o Brasil. Só para mencionar alguns, Colômbia, Chile, México e Peru. E todos têm crescido mais do que o Brasil.

Para Cervone, os juros altos (que

também aumentam a dívida pública), o rombo fiscal, o baixo crescimento e a inflação retroalimentam-se, criando um círculo vicioso no qual o País vem patinando há muitos anos. "Por isso, precisamos, com urgência, equacionar nossa economia com uma visão integrada e ampla, reequilibrando os juros e o câmbio e realizando as reformas tributária e administrativa, que darão ao País uma nova perspectiva de prosperidade, com impostos menores e um Estado menos oneroso e mais eficiente no atendimento à sociedade".

Concluindo, o presidente do CIESP afirma: "Para o êxito nesses propósitos, não pode haver rixas políticas. As autoridades precisam pensar de modo coeso no bem do Brasil e dos brasileiros".

ANBIMA

4 - Selic deve encerrar o ano a 12,50%, segundo economistas da ANBIMA

Grupo Consultivo Macroeconômico da Associação projeta o início do ciclo de queda dos juros para setembro diante da recente melhora gradual da inflação

A Selic deve encerrar o ano a 12,50%, de acordo com o Grupo Consultivo Macroeconômico da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), ante uma projeção de 12,75% anteriormente. Os economistas preveem o início do ciclo de queda dos juros para setembro diante da recente melhora gradual da inflação.

Há consenso no grupo de que o Banco Central não reduzirá os juros antes da reunião do Conselho Monetário Nacional em junho, quando será decidida a meta de inflação dos próximos anos.

Apesar da percepção mais positiva para a trajetória da inflação de curto prazo, a previsão para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 2023 subiu de 5,8% para 6,1%. Na visão dos economistas, a convergência das expectativas de inflação para patamares mais baixos só deverá ocorrer em meados do próximo semestre, quando a atividade econômica estará desacelerando.

Na análise do cenário externo, o grupo acredita que o Fed (Federal Reserve), o banco central norte-americano, deverá elevar a taxa de juros na reunião de hoje e encerrar o ciclo de alta. A expectativa é de que o aperto nas condições de crédito se reflita na atividade nos próximos meses, com efeito no emprego e no segmento de serviços.

O debate sobre política fiscal foi centrado no arcabouço anunciado pelo governo federal, com o reconhecimento do colegiado de que a existência do plano reduz o risco de cauda, refletido nos preços dos ativos desde o início do ano, quando havia grande incerteza quanto ao substituto do teto de gastos. Ainda assim, há muitas dúvidas em relação às perspectivas para as contas públicas, com o grupo indicando como maior desafio assegurar um nível de receitas que torne factível essas medidas.

Em relação ao câmbio, o colegiado reduziu a estimativa para o final deste ano de R$ 5,25 para R$ 5,20, o que corresponderia a uma valorização de 6,8% do real em 2023. A recente apreciação da moeda doméstica, na avaliação do grupo macro, é resultado da divulgação do arcabouço fiscal e da expectativa de safra recorde em um momento de recuperação da economia chinesa, além do próprio enfraquecimento do dólar no mercado internacional.

O grupo manteve a projeção para o PIB (Produto Interno Bruto) de 2023 em 0,90%, reconhecendo que houve uma surpresa positiva no início do ano liderada pelo setor agrícola e o consumo das famílias, mas prevendo uma perda de dinamismo nos próximos meses.

A ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) representa mais de 295 instituições de diversos segmentos. Dentre seus associados, estão bancos comerciais, múltiplos e de investimento, asset managements, corretoras, distribuidoras de valores mobiliários e consultores de investimento. Ao longo de sua história, a Associação construiu um modelo de atuação inovador, exercendo atividades de representação dos interesses do setor; de regulação e supervisão voluntária e privada de seus mercados; de distribuição de informações que contribuam para o crescimento sustentável dos mercados financeiro e de capitais; e de educação para profissionais de mercado, investidores e sociedade em geral.

INSTITUTO Millenium

5 - Taxa de juros deve ter ciclo de baixa nos próximos meses, analisa ex-presidente do BC, Gustavo Franco, em evento do Instituto Millenium

Declaração foi feita durante primeiro debate presencial do think tank do ano; segundo terá como tema inteligência artificial

Durante evento organizado pelo Instituto Millenium no dia 2 de maio último, em São Paulo, o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, indicou que a Selic (taxa básica de juros) deve começar um ciclo de baixa nos próximos meses e deve caminhar para o juro neutro, que é aquele positivo para a economia e que não desacelera a inflação.

"Vamos ver como será o ciclo de baixa agora, vai começar sei lá daqui quantas reuniões. Tem uma que vai terminar na quarta-feira dia 3 de maio, vamos ver", disse Franco, quando se referiu à reunião do Comitê de Política Monetária, que está acontecendo desde terça (2), em Brasília, e acaba nesta quarta. "[A taxa de juros] vai seguramente cair e convergir para uma coisa que é o juro neutro", completou o ex-presidente do BC durante masterclass proferida por ele sobre o "Futuro da Economia Brasileira".

Ainda durante a apresentação, o economista e socio-fundador da Rio Bravo Investimentos afirmou que o Brasil "vai convergir para uma taxa de juros no futuro que não é 2%, mas não é 13%". A previsão do mercado para a reunião desta quarta-feira é que a Selic fique no patamar de 13,75% ao ano.

Durante a pandemia, na avaliação do ex-presidente do Conselho de Governança do Instituto Millenium, o Banco Central reduziu os juros mais do que qualquer pessoa poderia pensar, e subiu mais do que se esperava quando retornou ao patamar de alta.

O evento foi realizado pelo Millenium no auditório da faculdade Ibmec na capital paulista. A iniciativa foi a primeira de uma série de encontros que o Instituto deve promover com especialistas, autoridades e lideranças de diferentes áreas para promover debates sobre os desafios do país. O próximo tema a será debatido pelo instituto será inteligência artificial.

"Existe essa falta de ter grande intelectuais públicos brasileiros dando aulas para o Brasil. Com a parceria com o IBMEC, nossa expectativa é promover discussões importantes para o desenvolvimento nas principais capitais, como São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro", afirmou o diretor executivo do Instituto Millenium, Diogo Costa.

O Instituto Millenium é uma associação civil sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária, reconhecido por defender interesses públicos e, principalmente, valores e princípios democráticos que pautam o desenvolvimento do país. Com um quadro de formadores de opinião e influenciadores, o think tank proporciona um espaço de debate para encontrar soluções para os problemas econômicos e sociais do Brasil.

6 - Especialistas do mercado financeiro comentam a decisão do Banco Central de manter a Selic em 13,75%

A - MARIANNA COSTA, ECONOMISTA-CHEFE DO TC:

A decisão do Banco Central (BC) em manter a taxa básica de juros em 13,75% na reunião de maio não surpreendeu; e o comunicado segue a linha das comunicações anteriores do colegiado, ratificando uma postura técnica, cercada de parcimônia.

No comunicado, a autoridade monetária se certificou de enfatizar as premissas básicas da política monetária hoje adotada, que tem como objetivo primordial conduzir as expectativas de prazo mais longo para a meta de inflação. Dessa forma, a autoridade monetária traz luz aos resultados dos modelos de projeções que seguem apontando inflação resiliente e indica que os riscos associados a essa dinâmica permanecem em ambas as direções.

Nesse sentido, no entendimento do colegiado, a decisão de manter os juros no atual patamar está em linha com a estratégia adotada de fazer as expectativas de inflação convergir para a meta em um prazo mais longo. A autoridade monetária cita que é necessário paciência, reafirmando mais uma vez a postura cautelosa inerente a qualquer banco central. Ao citar que, se necessário, poderá promover novo aperto monetário, novamente o colegiado está apenas enfatizando o funcionamento do atual regime e que, se houver piora das expectativas, essa pode ser uma ação necessária.

No todo, o comunicado altera muito pouco as expectativas acerca da trajetória futura dos juros. Há

uma larga expectativa de que o ciclo de afrouxamento monetário comece no terceiro trimestre do ano, e segue dependendo do comportamento dos dados e de que forma impactam a dinâmica dos preços olhando um horizonte um pouco mais à frente.

Por hora, tudo igual. A ata como sempre será relevante, no sentido de buscar melhor compreensão sobre a avaliação da autoridade monetária sobre o balanço de riscos observada por ela e sobre os resultados dos modelos econométricos adotados por esse BC.

B - LUCAS SEIXAS, CEO DA INVESTAI:

Pela sexta vez seguida, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu por unanimidade manter a Selic em 13,75%. Como de praxe, mencionaram que não hesitarão em retomar o ciclo de alta caso o processo de desinflação não transcorra como o esperado. Porém, dessa vez, diferente dos últimos comunicados, deixaram evidente que esse é um cenário menos provável.

Outro ponto importante foi a avaliação do Comitê de que o momento requer "paciência e serenidade na condução da política monetária". Este pode ser um indício de que talvez o processo de redução da Selic não comece na próxima reunião.

Além disso, reforçaram a necessidade de convergir as expectativas de inflação de 2024 e 2025 para o centro da meta, que hoje é de 3%. Todavia, a discussão do governo em elevar a meta de inflação para os próximos anos é um dos principais desafios para que isso se concretize, uma vez que o mercado entende ser difícil esperar que a inflação seja próxima a 3% caso a meta de inflação suba, por exemplo, para 4%.

C - IDEAN ALVES, SÓCIO E CHEFE DA MESA DE OPERAÇÕES DA AÇÃO BRASIL

"Na minha visão, o tom do comunicado do Copom foi bastante duro, bem mais hawkish, e mantendo a palavra quase que de lei nas últimas reuniões do Comitê: vigilância. Além disso, adotou um tom forte ao afirmar que não hesitam em retomar o ciclo de ajuste, caso vejam como necessário, já que o preocesso de desinflação é custoso. Roberto Campos Neto e todo o o time do Copom seguem vigilantes para, além de realizar o processo desinflacionário com sucesso, ancorarem a expectativa de inflação no médio prazo.

A surpresa, na minha opinião, ficou por conta do tom da manutenção da Selic no patamar atual por mais tempo, pegando o mercado meio que na contramão, em um momento em que havia a esperança de um corte de juros no curto prazo. O Comitê caminhou no sentido contrário por entender que ainda há muito a ser feito, principalmente para ancorar as expectativas de inflação, tentando cumprir a meta de forma técnica, mas tendo que cobrar um custo alto para isso.

O Comitê entende que o processo de alinhamento de expectativas e controle de preços acontecerá de forma gradual, e mais lenta que o esperado, em razão de diversos fatores externos e internos como os bancos centrais lá fora buscando também a convergência de inflação via alta de juros, o risco bancário nos Estados Unidos, e no Brasil um novo arcabouço fiscal ainda indefinido.

O Copom sinalizou que o processo desinflacionário tende a ser mais lento em ambiente de expectativas de inflação desancoradas, e avalia que a desancoragem das expectativas de longo prazo eleva o custo da desinflação necessária para atingir as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Tudo isso torna o trabalho do Copom mais árduo, duro, e caro para a economia real, e para a população como um todo, que terá que suportar o cenário de inflação e juros altos por mais tempo.

A decisão de hoje provavelmente deixará o ânimo dos políticos a flor da pele, já que boa parte da base aliada pedia um corte de juros "de qualquer jeito", e mais uma vez um Copom sinalizou que vai ser técnico, e que não cederá as pressões políticas".

D - RICARDO JORGE, ESPECIALISTA EM RENDA FIXA E SÓCIO DA QUANTZED, CASA DE ANÁLISE E EMPRESA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PARA INVESTIDORES

"É verdade que nós tivemos um IPCA no mês passado melhor do que o esperado com qualitativo melhor também. A gente teve IPCA-15 também melhor do que o esperado. O qualitativo também foi bom, porém abaixo das expectativas dos próprios analistas. Mas de maneira geral, a gente teve aí 2 IPCAs, um cheio e um parcial, sendo divulgados com dados mais benéficos.

Então, isso obviamente ajuda na condução de política monetária, mas ainda para essa reunião, já era sabido que teríamos uma manutenção na taxa. Inclusive, por conta das declarações que o Roberto Campos Neto deu no no Senado e vem se manifestando há algum tempo. Dizendo que ainda é cedo. A gente precisa de mais consistência nos dados para que a gente comece um ciclo de afrouxamento monetário.

O IPCA é o principal indicador de atividade utilizado pelo Banco Central, não é o único. Obviamente existem um conjunto de fatores que dão base para as decisões do comitê, mas é bem verdade que o IPCA segue sendo o principal indicador. Obviamente que um IPCA mais fraco corrobora para um perfil menos contracionista da condução da política monetária.

Os dois números bons dos últimos dados de inflação trouxeram ânimo para o mercado, mas nesse momento eles ainda são insuficientes para que a gente possa fazer qualquer tipo de

afirmação em termos de afrouxamento monetário, então eu acho que ainda é cedo para fazer qualquer tipo de afirmação, mas com certeza o Banco Central vai seguir observando os dados dos próximos IPCAs e aí sim, a medida em que a gente começa a ter uma consistência maior em termos de desaceleração dos preços, muito provavelmente o Banco Central vai começar com o processo de corte de juros.

O cenário que o Banco Central trabalha hoje, com a fotografia que a gente tem hoje, é de manutenção até o final do ano. Os modelos do Banco Central não confirmam qualquer possibilidade de afrouxamento monetário, seja por questões macroeconômicas, seja por questões políticas. A apresentação do arcabouço e todo esforço que o governo tem tentado fazer para trazer uma solução para a dívida pública, é um ponto positivo. Ajuda a ancorar as expectativas, mas não há uma relação mecânica entre o arcabouço fiscal e a condução de política monetária. Então, tendo isso colocado, a gente sabe que o Banco Central não vai tomar qualquer decisão em função das medidas que o Governo tem adotado. Obviamente que isso ajuda na precificação de longo prazo, mas o que o Banco Central mais olha são dados de curtíssimo prazo para tomada de decisões. Então, nesse momento o cenário é de manutenção da taxa de juros até o final do ano.

Já o mercado está mais otimista do que o próprio Banco Central e já começa a projetar quedas a partir do segundo semestre de 2023. Agora é importante a gente relembrar que o mercado já vem num passo otimista há muito tempo. Então, à medida em que o tempo passa e que a gente vê que de fato não há uma desaceleração consistente dos níveis de preço, o mercado vai se reajustando a essa nova realidade. É muito difícil a gente afirmar quando que o Banco Central vai começar com esse afrouxamento justamente porque a gente depende de dados que vão sendo divulgados ao longo do tempo".

E - ROBSON CASAGRANDE, ESPECIALISTA EM INVESTIMENTOS E SÓCIO DA GT CAPITAL

"O mercado já esperava de que nesta reunião do Copom a taxa básica de juros deveria se manter nos patamares atuais. O mercado aguardava a apresentação do novo arcabouço fiscal para projetar os juros futuros, porém a política fiscal apresentada não é clara e, apesar de delimitar o crescimento real dos gastos primários, demonstra uma redução lenta da despesa/PIB, com um aumento considerável da carga tributária e agora este projeto precisa vencer a resistência do Legislativo. Diante destes fatos, o mercado projeta uma Selic de 13,75% para todo o ano de 2023.

Os ativos que se beneficiam com a alta da taxa Selic são os de renda fixa pós fixados, pois muitos deles estão indexados ao CDI que acompanha este movimento de alta, por exemplo, um CDB de 120% do CDI hoje está rendendo por volta de 16,38%a.a, se taxa Selic for para 14%a.a este mesmo título irá rende próximo a 16,7%a.a.

Os ativos que mais são afetados negativamente com alta da Selic são os de renda variável. Um exemplo são os Fundos Imobiliários que perdem atratividade no mercado devido a facilidade do investidor em buscar rentabilidade em ativos de menor risco e com menos volatilidade. Com a Selic a 13,75%, facilmente o investidor consegue uma rentabilidade de 1% a.a. Este percentual é muito próximo do que muitos fundos imobiliários pagam de dividendos, por este motivo muitos estão sendo negociados abaixo do seu valor patrimonial.

Muitas ações também são impactadas negativamente com este cenário de juros altos. Com um custo de capital elevado as empresas lucram menos e repassam menos dividendos para seus acionistas".

7 - COPOM e Fomc podem diminuir os juros na próxima reunião?

Selic a 13,75% e EUA entre 5% e 5,25%, o controle inflacionário para as nações gera polêmica

Considerada como "Super Quarta", os bancos centrais brasileiro e americano anunciaram ontem, 03/05, a nova taxa de juros vigente para cada país. No Brasil, a Selic foi mantida pela sexta vez consecutiva no patamar de 13,75%. Já nos EUA, o FOMC decidiu pelo aumento em 25 pontos base, levando os juros para o intervalo entre 5% a 5,25% ao ano.

Aumentar os juros em uma economia é um remédio amargo para o con-

trole inflacionário da nação. Com juros mais altos, é mais difícil tomar crédito emprestado, consequentemente, o consumo cai, dificultando o acesso a produtos e estabilizando a economia como um todo; no entanto, diversos setores sofrem com a perda de vendas, contratos, negociações e clientes.

Tanto o Brasil quanto os Estados Unidos presenciaram inflações acima do teto limite ao longo dos últimos anos, mas, os indicadores recentes mostram certa diminuição nos preços em geral. No cenário nacional, o IPCA-15 do mês de abril ficou em 0,57%, a taxa foi inferior na comparação com o apontado em março de 2023, cerca de - 0,69%, e de abril de 2022 que fechou em - 1,73%. Na terra do Tio Sam, o índice de preços ao consumidor (CPI na sigla em inglês) fechou o mês de março em 5%, abaixo dos 6% esperado por analistas, e marcando o menor patamar nos últimos dois anos.

Para Paulo Cunha, especialista em mercados financeiros e CEO da iHUB Investimentos, o momento dos juros nas economias já era esperado. "A decisão foi unânime em relação à expectativa do mercado. Sempre em super quartas o mercado fica mais volátil, mas curiosamente essa semana foi mais fraca; não vimos os ativos oscilarem tanto, mesmo havendo quedas expressivas", comenta.

PANORAMA BRASIL

O cenário brasiliero segue na batalha entre governo e Banco Central. Falas de membros do executivo federal e principalmente do presidente Lula estão voltadas para a diminuição da taxa de juros no país. Já Roberto Campos Neto, presidente do BC, e membros do Copom continuam firmes na decisão sobre o atual patamar da Selic.

De acordo com o comunicado que acompanhou a decisão da taxa, o Comitê de Políticas Monetárias afirma que a conjuntura demanda paciência e serenidade na condução da economia. "O Copom enfatiza que, apesar de ser um cenário menos provável, não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado", diz o texto.

Vale lembrar que em 21 de setembro do ano passado, o Copom interrompeu um ciclo de 12 altas seguidas na Selic, iniciado em março de 2021.

"É necessário se atentar também à curva de juros, após a decisão da Selic, vemos a curva com vencimento de juros longo, lá para 2030, 2031, cair abaixo dos 12% pela primeira vez nos últimos tempos, isso sinaliza que o mercado enxerga uma possível redução na Selic em breve. Mas vemos essa movimentação da curva de juros futuros muito mais sensível aos discursos políticos", comenta Cunha.

PANORAMA EUA

Mesmo com nove quedas consecutivas no nível de inflação, no patamar dos 5% indicado no mês de abril, a situação inflacionária em terras americanas está longe de atingir a meta de 2%. Em contrapartida, Jerome Powell, presidente do Federal Reserve, afirmou em discurso para a imprensa, que certos fatores serão levados em consideração nas próximas decisões da entidade financeira, sinalizando que novas altas poderão ser paralisadas.

Porém, o momento não é nada favorável para a economia do país. Na última semana, mais um banco teve de ser amparado economicamente em falência. Depósitos e outros deveres do First Republic Bank foram assumidos pelo maior banco dos EUA, o JP Morgan.

Outro ponto de preocupação é a dívida que o governo norte-americano possui. Segundo Janet Yellen, secretária do Tesouro, o país poderá deixar de pagar suas dívidas até 1º de junho, caso o congresso americano não aprove um novo teto limite para a dívida. O débito atual dos EUA encontra-se no patamar de US$31,4 trilhões.

"A situação de quebra dos bancos tem sido motivo de preocupação. Há um temor de contágio da situação em relação ao sistema financeiro, isso pode acarretar numa crise de proporções macro. Nessa linha, o FED mantém o discurso mais duro para conter o problema e tentar entregar a inflação na meta", finaliza o CEO.

A iHUB Investimentos é uma empresa especializada em assessoria de investimentos credenciada pela XP Investimentos. Possui mais de 3,5 mil clientes, somando mais de R$1,5 bilhão em valores investidos sob custódia.

8 - Brasil continua com a maior taxa de juros do mundo

Desaceleração da atividade econômica e encarecimento do crédito para empresas e pessoas físicas são algumas das consequências das altas taxas

O Banco Central decidiu manter a taxa básica de juros (Selic) em 13,75%, mesmo com pressão dos setores econômicos e do governo federal para a diminuição. A taxa mantém o Brasil no topo do ranking global de juros reais, acima de México, Colômbia, Chile e Filipinas, segundo levantamento da MoneYou e da Infinity Asset Management.

Descontada a inflação esperada para os próximos 12 meses de 5,32%, segundo relatório Focus, do BC, os juros reais ficaram em 6,82%. Já nos juros nominais (sem descontar a inflação), o Brasil se manteve na segunda posição, atrás apenas da Argentina, em que a taxa é de 91%, porém a hiperinflação derruba a taxa real.

O comunicado da decisão desta quarta-feira foi mais ameno, mas não indicou a redução dos juros para a próxima reunião, em junho. Embora a infla-

ção esteja em queda, o BC mantém a preocupação com a inflação corrente ainda elevada e a diminuição só vai ocorrer se houver um programa melhor para a estabilização das dívidas do país.

Para o especialista Fernando Lamounier, diretor de novos negócios da Multimarcas Consórcios, o cenário de juros altos é importante para conter a inflação, ainda que esteja razoavelmente controlada dentro dos padrões brasileiros, em comparação com países em realidade financeira semelhante.

"Há um consenso entre os especialistas, desde as últimas reuniões do Copom, de que há sim uma possibilidade para a redução das taxas de juros. O BC tem sido mais conservador nesse ponto, obviamente há uma visão técnica que tem que ser respeitada, mas há também uma dificuldade de crescimento econômico do país", destaca o especialista.

A alta dos juros foi um dos principais fatores para a desaceleração da atividade econômica de 2022. No último trimestre do ano passado, o PIB diminuiu 0,2% na comparação com o trimestre anterior. Como esse nível foi

mantido nos primeiros meses de 2023, a Selic continua restringindo a atividade econômica e as expectativas do Boletim Focus do BC, que indicam alta do PIB de apenas 1% em relação ao ano passado.

Além da desaceleração da atividade econômica, as taxas pesam no bolso do consumidor quando se trata de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. Lamounier pontua que elas encarecem o crédito para empresas e pessoas físicas, dificultam novos investimentos e também o poder de compra.

"Para o sistema de consórcio, as taxas de juros altas acabam sendo favoráveis, uma vez que deixa o produto do consórcio mais competitivo em relação ao financiamento. Porém, vale dizer que para todas as empresas e pessoas um cenário de juros alto nunca é bom e está longe de ser o ideal, pois as próprias empresas precisam investir e ter essa capacidade de realizar seus investimentos, assumir seus próprios riscos, mas sem pagar um valor desproporcional para isso", explica o executivo.

Neste ano, o setor de consórcios contabilizou cerca de 1 milhão de novas cotas, totalizando R$ 68,95 bilhões de negócios, crescimento de 4,8% em relação ao mesmo período do ano passado. As contemplações tiveram alta de 21,1% - em relação ao intervalo entre os meses de janeiro e março de 2022 - e somaram R$ 19,22 bilhões, segundo a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC).

O que mais preocupa o mundo

A inflação foi o tema mais citado entre a principal preocupação global. O dado foi apurado pela Ipsos por meio da pesquisa "What Worries the World" do mês de fevereiro, realizada em 29 nações.

43% dos 29 países acreditam que a inflação é a questão que mais preocupa sua nação atualmente. O segundo assunto que mais preocupa o mundo, segundo 31% dos países, é a pobreza e desigualdade social. Em terceiro lugar, com 26%, vêm o crime e violência.

No Brasil, o cenário é completamente diferente: Quatro em cada dez brasileiros (43%) estão preocupados com a pobreza e desigualdade no país.

Saúde (37%), crime e violência (32%) e corrupção (30%) completam o topo da lista. Nesta questão, os entrevistados poderiam indicar mais de uma opção, por isso o resultado final é maior que 100%.

A pesquisa "What Worries the World" foi realizada de forma on-line, com 20.570 entrevistados, sendo mil brasileiros, com idade entre 16 e 74 anos de 29 países, entre os dias 20 de janeiro e 03 de fevereiro de 2023. A margem de erro para o Brasil é de 3,5 pontos percentuais.

Google é a marca mais influente do Brasil pelo décimo ano consecutivo

A Ipsos, empresa global de pesquisa de mercado, divulgou no dia 19 de abril a 10ª edição da pesquisa "The Most Influential Brands", que teve como grande destaque a estreia do WhatsApp no ranking. O aplicativo de mensagens instantâneas aparece em segundo lugar, atrás apenas do Google, que lidera a lista pelo décimo ano consecutivo.

A pesquisa avalia as marcas mais influentes no cotidiano e comportamento dos consumidores em seis dimensões: Inovação, Confiança, Presença, Empatia, Engajamento e Responsabilidade Socioambiental. As empresas que completam o top 10 são: YouTube (3º), Instagram (4º), Amazon (5º), Samsung (6º), O Boticário (7º), Netflix (8º), Nubank e MasterCard (9º) e Natura (10º).

O resultado do estudo foi apresentado em um evento que contou com a presença de Marcos Calliari, CEO da Ipsos no Brasil, Paula Sória, diretora sênior de Clientes, Ana Hashizume, head de Trackings de Saúde de Marca, e Steve Levy, diretor de Clientes na Ipsos no Canadá e idealizador da pesquisa.

O painel de discussão contou com a presença de Beatriz Bottesi, head de Marketing Latam na Meta, Maria Paula Fonseca, Diretora do CoE da Marca na Natura, Maia Mau, Diretora de Marketing do Google no Brasil e Juliana Roschel, Head de Marketing e Crescimento na Nubank, para uma conversa sobre a influência e o sucesso das marcas.

Para Calliari, apesar de a pandemia ter afetado o comportamento e a relação dos consumidores com as marcas, os resultados da pesquisa demonstram que algumas empresas souberam se adaptar e se destacaram em um cenário desafiador. "A nossa pesquisa reforça que, além de produtos e serviços de qualidade, é importante que as marcas criem conexões emocionais com os consumidores e transmitam valores com os quais eles se identifiquem".

MARCAS NACIONAIS SE DESTACAM

Neste ano, o ranking tem como destaque a presença de três marcas nacionais: O Boticário (7º), Nubank (9º) e Natura (10º).

Comparado ao ranking de 2021, cinco empresas perderam posições entre as 10 mais bem colocadas: Americanas, Facebook, Nestlé, Mercado Livre e Microsoft.

De acordo com pesquisa da Ipsos, divulgadp no último dia 19 de abril, a 10ª edição da pesquisa "The Most Influential Brands", teve como grande destaque o Google, que lidera a lista pelo décimo ano consecutivo. Vale mencionar a estreia do WhatsApp no ranking, que aparece em segundo lugar.

A pesquisa avalia as marcas mais influentes no cotidiano e comportamento dos consumidores em seis dimensões: Inovação, Confiança, Presença, Empatia, Engajamento e Responsabilidade Socioambiental. As empresas que completam o top 10 são: YouTube (3º), Instagram (4º), Amazon (5º), Samsung (6º), O Boticário (7º), Netflix (8º), Nubank e MasterCard (9º) e Natura (10º).

O resultado do estudo foi apresentado em um evento que contou com a presença de Marcos Calliari, CEO da Ipsos no Brasil, Paula Sória, diretora sênior de Clientes, Ana Hashizume, head de Trackings de Saúde de Marca, e Steve Levy, diretor de Clientes na Ipsos no Canadá e idealizador da pesquisa.

O painel de discussão contou com a presença de Beatriz Bottesi, head de Marketing Latam na Meta, Maria Paula Fonseca, Diretora do CoE da Marca na Natura, Maia Mau, Diretora de Marketing do Google no Brasil e Juliana Roschel, Head de Marketing e Crescimento na Nubank, para uma conversa sobre a influência e o sucesso das marcas.

Para Calliari, apesar de a pandemia ter afetado o comportamento e a relação dos consumidores com as marcas, os resultados da pesquisa demonstram que algumas empresas souberam se adaptar e se destacaram em um cenário desafiador. "A nossa pesquisa reforça que, além de produtos e serviços de qualidade, é importante que as marcas criem conexões emocionais com os consumidores e transmitam valores com os quais eles se identifiquem".

MARCAS NACIONAIS SE DESTACAM

Neste ano, o ranking tem como destaque a presença de três marcas nacionais: O Boticário (7º), Nubank (9º) e Natura (10º).

Comparado ao ranking de 2021, cinco empresas perderam posições entre as 10 mais bem colocadas: Americanas, Facebook, Nestlé, Mercado Livre e Microsoft.

Queda no ritmo empresarial: alta dos juros e dificuldade para empréstimos impactam setor da indústria, diz pesquisa SIMPI/Datafolha

88% avaliam que estão sendo prejudicados porque a taxa de juros do país está elevando seus custos junto a fornecedores

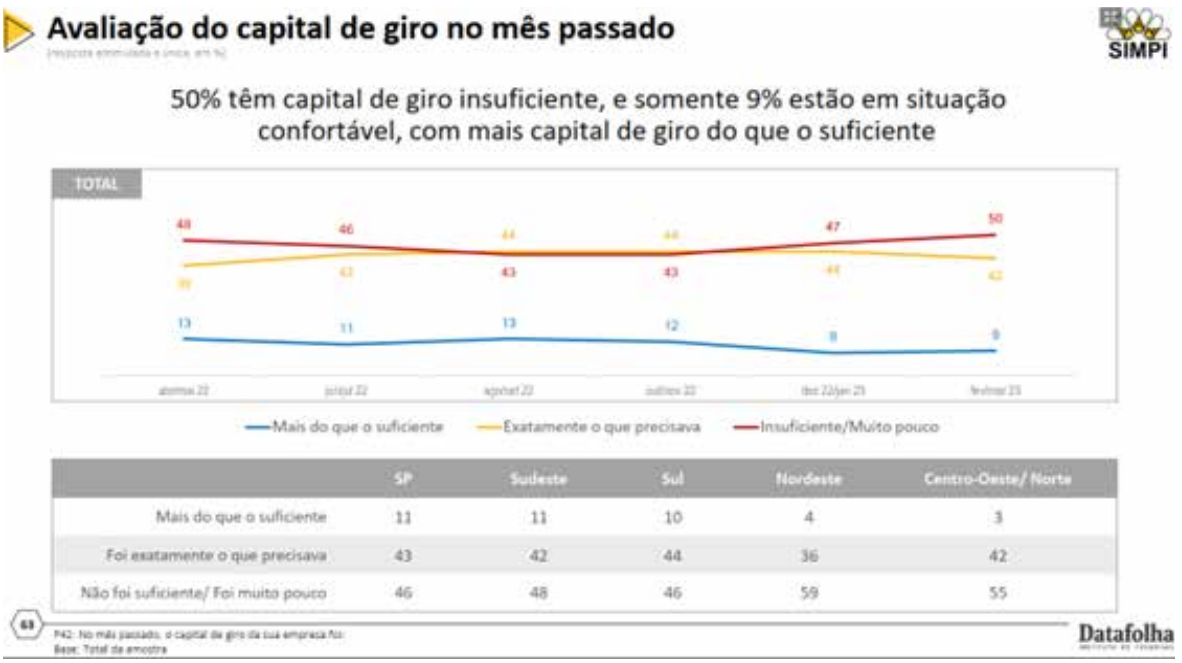
Entre fevereiro e março deste ano, a alta dos juros impactou de forma negativa o setor industrial. Por conta das elevadas taxas, 88% avaliam que estão sendo prejudicados e elevando seus custos junto a fornecedores. É o que aponta a pesquisa "Indicador Nacional de Atividade da Micro e Pequena Indústria", realizada pelo SIMPI/Datafolha.

O grau de prejuízos causados se manifesta de várias formas, sendo que as dificuldades não se limitam somente entre os empresários, mas também aos fornecedores e o consumidor final. "É uma série de componentes que leva a este cenário. Os juros sobem, consequentemente a matéria prima e os produtos também. A consequência disso tudo é que o salário do consumidor não acompanha, com isso, as vendas diminuem e a economia começa a desacelerar", avalia Joseph Couri, presidente do SIMPI.

Na tentativa de desafogar as contas, os empréstimos e financiamentos aparecem como opções para aliviar as finanças. Entre as micro e pequenas indústrias, 11% realizaram consulta para estas condições, no período mencionado, sendo que, deste grupo, 30% tiveram aprovação de crédito. Mesmo assim, mais uma vez a taxa de juros aparece como obstáculo e é o principal empecilho na tomada de empréstimo ou financiamento, seguido por falta de linhas adequadas para o porte das MPI's. Outros fatores como restrições por causa de outras dívidas, garantias exigidas e prazo para pagamento também aparecem como dificuldades entre as micro e pequenas indústrias.

O que complementa este cenário foi a avaliação do capital de giro: 50% disseram ter têm capital de giro insuficiente, e somente 9% estão em situação confortável, com mais capital de giro do que o suficiente.

Além disso, o uso do cheque es-



pecial também se mostrou presente: 11% usaram cheque especial como capital de giro. Em segundo lugar aparecem empréstimo PJ e empréstimo pessoal.

Reflexo deste cenário ruim foi a inadimplência: a taxa de empresas que deixou de pagar as contas oscilou de 29% para 26%, entre os itens: fornecedores e/ou Dívidas com bancos ou financeiras e/ou Despesas em geral e/ou Impostos ou taxas e/ou Contas de consumo (energia, água, telefonia, etc).

EXPECTATIVA DE CRISE

A pesquisa indica ainda que 55% das MPI's veem o cenário de crise econômica forte e sem previsão de quando a economia voltará a crescer. Se comparar de forma separada, a micro em relação à pequena empresa, o cenário é mais pessimista: 68% avaliam que a crise ainda é forte e somente para 1% a crise já passou.

Mesmo assim, 36% do total espera por uma melhora na economia do país, para os próximos três meses.

Realizado pelo Datafolha, a pedido do SIMPI, o Indicador de Atividade da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo, traz um panorama geral da categoria. A coleta de dados ocorreu entre os dias 08 e 24 março de 2023, foram realizadas 712 entrevistas.

SEU DINHEIRO

Juros altos atraem mais que bolsa

Fernando Soares Rodrigues
Jornalista especializado em economia e finanças

O mercado de capitais vive uma espécie de transição no final deste primeiro semestre, à espera de aprovações de medidas econômicas pelo Congresso e suas implementações, o que pode assegurar mais tranquilidade à economia. Entre elas, as regras fiscais que têm condições de oferecer algum grau de previsibilidade na administração orçamentária.

Se conseguir romper as barreiras do jogo político – deputados que condicionam votos à liberação de recursos das emendas -, governo ainda pode encaminhar a reforma tributária.

Com juro real (taxa Selic menos inflação projetada para os próximos doze meses) da ordem de 7% ano, e a taxa Selic de 13,75% ao ano, a renda fixa continua imbatível entre as opções de investimento. No mercado de risco (ações), o investidor tem que conseguir superar em larga escala este percentual para assegurar uma rentabilidade aceitável.

VITÓRIA DO GOVERNO

Uma vitória importante foi obtida na segunda quinzena de maio pelo presidente Lula. O governo conseguiu, finalmente, que a Petrobrás deixe de reajustar com periodicidade excessiva os preços dos derivados de petróleo, com adoção de medidas tentadas sem sucesso pelo governo Bolsonaro, e que custaram diversas trocas de presidentes da estatal.

A correção pura e simples dos preços dos combustíveis de acordo com as oscilações das cotações do petróleo no mercado internacional, a chamada paridade, nunca foi aceita com tranquilidade mesmo pelos defendem a economia de mercado em um regime capitalista moderno, que tem preocupações com a área social.

Se conseguir um manejo adequado da nova política de fixação de preços dos combustíveis para cima ou para baixo, a Petrobrás poderá contribuir para a desaceleração do processo inflacionário e manter bons percentuais de lucratividade.

Não é racional que a estatal, que praticamente

detém o monopólio da exploração e comercialização de petróleo e seus derivados, fique à mercê de especulações com o preço do combustível no mercado internacional.
A pergunta que se coloca é: com que finalidade o governo continuaria a deter o controle da estatal para ela cobrar preços internacionais fixados para o combustível? E sem levar em consideração os custos do transporte, a receita com as exportações de parcela do petróleo extraído no litoral do Brasil, as despesas com a importação de algum tipo do produto e a compra no exterior de cerca de 10% da gasolina consumida internamente e de 30% do total do diesel vendido no país. Ou seja, quase detendo a autossuficência na produção do petróleo e seus derivados, mas praticando preços internacionais internamente.

O sucesso ou mão do manejo da nova política de preços da Petrobras terá impacto na B3, a bolsa brasileira, nos próximos meses, já que as ações da estatal estão incluídas na relação das mais negociadas ao lado dos papéis de bancos, mineradora Vale, etc.

SELIC CONTÉM INFLAÇÃO

A provável ligeira redução da taxa Selic para 12,50% ao ano ao final de 2023, e para 10% ao ano ao término de 2024, conforme o boletim Focus do Banco Central terá impacto também no mercado acionário ao desestimular a concentração das aplicações nos ativos de renda fixa. Se não consegue deter a inflação de forma mais expressiva – previsão de crescimento de 6% ao final de 2023 e de 4% ao final de 2024 -, o BC pelo menos impede a sua disparada, o que já é um bom resultado.

Os bancos podem assegurar sua rentabilidade se aumentarem os volumes de empréstimos tendo como atrativo a ligeira redução dos juros. E assim, recuperarem um pouco a redução dos lucros dos últimos trimestres, o que influenciará o desempenho de suas ações.

As ações da mineradora Vale sofrem influência das importações chinesas do minério de ferro, cuja cotação recuou para pouco mais de US$ 100 a tonelada com a ligeira desaceleração do crescimento econômico do país asiático.

O mercado acionário brasileiro afetado nos últimos meses, inicialmente pelo prejuízo recorde das Lojas Americanas, sofre também a influência negativa das crises em outras empresas do varejo como o Magazine Luíza.

BAIXO CRESCIMENTO

A previsão de baixo crescimento econômico neste ano, da ordem de 1% conforme as previsões do Boletim Focus, e previsão do alcance de Produto Interno Bruto-PIB da ordem de 1,38% ao término de 2024 não estimulam as vendas das empresas de varejo e a recuperação das ações delas.

A área cambial brasileira assegura relativa tranquilidade ao mercado de capitais e ao desempenho da economia. O Boletim Focus prevê dólar a R$ 5,20 ao final deste ano e no próximo. O superávit na balança comercial de US$ 60 bilhões previsto para este ano, e entrada de US$ 80 bilhões em investimentos externos diretos no Brasil em 2023, cobrem com folga a previsão de US$ 47,3 bilhões no déficit das contas correntes este ano.

Dia da Indústria: dados revelam queda nos investimentos do setor

Evento encabeçado por Ciesp/Fiesp/BNDES/Cebri teve sinalizações de apoio do governo e BNDES sugeriu 'plano safra da indústria'

Lideranças do ramo da indústria, diretores regionais do Ciesp e representantes de sindicatos patronais participaram do evento

Uma pesquisa inédita Fiesp/Ciesp com 500 indústrias mostrou que os investimentos no setor devem cair em 2023 em relação ao ano passado e que a dependência de financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) deverá aumentar.

Os dados foram apresentados pelo presidente do Ciesp, Rafael Cervone, no dia 25 de maio último, durante um painel que fez parte das atividades em celebração ao Dia da Indústria em São Paulo. O evento contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de sua equipe, além de técnicos, sindicatos do setor, lideranças do mercado e diretores das 42 regionais do Ciesp, entidade que representa oito mil indústrias. O evento foi encabeçado em conjunto por Ciesp/Fiesp/BNDES/Cebri.

De acordo com o estudo, no ano passado, os investimentos representaram em média 5,2% do faturamento de cada indústria, mas neste ano o percentual deve cair para 4,5%. O presidente do Ciesp explicou que já no ano passado, os investimentos já tinham ficado abaixo da média registrada desde 2008, que era de 6,6%. De acordo com ele ainda, os investimentos em equipamentos, máquinas e instalações devem ser os mais afetados, caindo de 3,8% em 2022 para 3% este ano.

Por outro lado, deve crescer a dependência de financiamentos públicos. As empresas ouvidas também declararam que o percentual de investimento com origem em financiamentos subirá de 4,5% para 9,7% em relação ao faturamento.

"Acreditamos que a reindustria-

Rafael Cervone, presidente do Ciesp durante evento em celebração ao Dia da Indústria, pesquisa mostra que investimentos no setor devem ter queda

lização é essencial e urgente para superarmos os desafios e alcançarmos o futuro próspero para o nosso país. Esperamos claramente do governo uma política de estado, de longo prazo, com o olhar nos legítimos interesses da sociedade e do país", disse Cervone durante a cerimônia de abertura do evento. Ele lembrou ainda que até os anos 80, a indústria representava 20% do Produto Interno Bruto, mas que hoje este percentual chegou a 11,3%.

PLANO SAFRA' DA INDÚSTRIA

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, sinalizou positivamente às demandas da indústria durante o evento. Ele lembrou que o setor é importante para o país na criação de empregos, na geração de valor agregado, além de trazer pesquisa e inovação.

Mercadante anunciou recursos na ordem de R 40 bilhões nos próximos quatro anos para que as indústrias possam financiar seus projetos de inovação com juros de 1,7% ao ano.

O presidente do banco ainda defendeu subsídios para o setor e disse que isso tem sido uma realidade em países como EUA e China, que mantêm um foco na competitividade industrial.

"Nós precisamos de um plano safra para a indústria. Não me venha falar de plano 'safrinha', precisamos de um plano safra para valer. Quando é transparente, quando é bem aplicado, quando é direcionado para setor estratégico, o subsídio é indispensável em momentos como nessa saída da pandemia e na mudança geopolítica que estamos enfrentando, com a competitividade da Ásia e com as oportunidades que saem do Brasil. O Brasil pode ser uma grande plataforma de atração de investimento", disse o presidente do BNDES.

O Plano Safra é renovado anualmente e destinado ao setor do agronegócio. No período 2023-2024, por exemplo, serão disponibilizados R$ 400 bilhões para custeio e investimentos da produção agropecuária.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Outro tema discutido em painéis do evento foi o da reforma tributária. De acordo com Bernard Appy, secretário extraordinário da reforma tributária do Ministério da Fazenda, embora não tenha sido divulgada ainda, a proposta que está em discussão no Congresso Nacional hoje, deverá sugerir regras mais homogêneas e simples, imposto sobre valor adicionado, tributação no destino e a adoção de um "padrão internacional".

Além do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, participaram do evento o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Indústria brasileira: em evento na FIESP, Mercadante anuncia medidas do BNDES para fortalecer o setor

Banco reduziu em até 60% spread da linha Exim Pré-Embarque, que financia produção de bens nacionais para exportação. Empresas com receita em dólar ou atrelada à variação cambial terão até R$ 2 bi para financiar aquisição de máquinas com taxa fixa em dólar. Com aprovação ontem, pelo Senado, Banco terá R$ 20 bi em quatro anos para financiar inovação com taxa de juros de 1,7% ao ano

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou no dia 25 de maio uma série de medidas para fortalecer a indústria brasileira. O pacote inclui a disponibilização de R$ 2 bilhões, a taxa fixa em dólar, para empresas brasileiras exportadoras com receita em moeda americana ou atrelada à variação cambial, a redução dos spreads para financiar a produção de bens nacionais voltados à exportação, e a disponibilização de R$ 20 bilhões, nos próximos quatro anos, para financiar inovação tendo por juros a Taxa Referencial (TR).

As novidades foram anunciadas pelo presidente do Banco, Aloizio Mercadante, no Seminário "Indústria Forte, País Forte", que acontece na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em comemoração ao Dia da Indústria. Para Mercadante, o movimento do BNDES "inaugura uma nova etapa" no relacionamento com o setor. "Espero que hoje seja uma data histórica, de uma aliança estratégica para defesa da indústria brasileira", disse.

TAXA FIXA EM DÓLAR

No caso da Taxa Fixa BNDES em Dólar (TFBD), ela tende a ser positiva para clientes com receitas atreladas à variação do dólar, já que esses têm um hedge natural, que possibilita compensar perdas e ganhos oriundos da oscilação cambial.

Serão R$ 2 bilhões, por 12 meses, para aquisição de máquinas e equipamentos de fabricação nacional por meio do BNDES Finame e para projetos de investimento ou capital de giro no âmbito do BNDES Automático e do BNDES Finem.

No caso desses dois últimos produtos, estão habilitadas apenas empresas enquadradas na seção C (Indústria de Transformação) da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A opção pela taxa em dólar terá prazo máximo de carência de até 24 meses, contados a partir da fixação da TFBD, e prazo total de até 120 meses. Seu custo financeiro será a partir de 5,5% a.a. (remuneração do BNDES) mais remuneração do agente financeiro e variação cambial. O prazo máximo para liberação de recursos é de até 120 dias. Cabe ao agente financeiro avaliar a capacidade de pagamento dos clientes, em especial a existência de receitas em dólar compatíveis com as obrigações financeiras da operação de crédito. As operações começarão a ser protocoladas ainda em junho.

Condições favoráveis para inovação – Os R$ 20 bilhões anunciados pelo presidente do Banco para inovação resultam de aprovação ontem, pelo Senado Federal, para que o BNDES financie projetos de P&D a Taxa Referencial (TR), com custo de 1,7% ao ano e dois de carência.

"Não existe inovação com TLP (Taxa de Longo Prazo). Vai ter dinheiro para inovação do BNDES a custo barato. Subsídio não é jabuticaba. Transparente, ele é indispensável neste pós-pandemia", afirmou Mercadante.

Menos juros para MPMEs exportadoras - Quanto ao BNDES Exim Pré-Embarque, que financia a produção de bens nacionais a serem exportados, o destaque é a redução da remuneração básica do BNDES. O spread cobrado pelo Banco será reduzido em até 60%, no caso de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), mas as melhoras nas condições da linha abarcarão empresas de todos os portes.

As novas remunerações básicas estão a partir de 0,50% a.a., o que resulta em taxas de juros totais, em dólar, a partir de 3,80% a.a. (veja a tabela abaixo). As alterações são resultado do processo de revisão dos spreads na Política Operacional do BNDES, com o objetivo de reforçar a atuação do Banco em alguns objetivos prioritários, como o fortalecimento da indústria, o apoio às MPMEs e o aumento das exportações brasileiras, em alinhamento com a nova estratégia geral da instituição.

O limite de financiamento com as novas condições é o equivalente em dólares a R$ 150 milhões por grupo econômico, nas modalidades direta e indireta (operações contratadas com um agente financeiro repassador dos recursos do BNDES), e valores adicionais poderão ser financiados com as condições anteriores.

As demais condições da linha de crédito permanecem inalteradas, com o financiamento de até 100% do valor da exportação na fase pré-embarque e prazos de até cinco anos.

Para onde estamos indo?

Roberto Brant
Advogado, ex-Deputado Federal, ex-Ministro da Previdência

A vida política é um assunto que interessa cada vez menos aos brasileiros, se levarmos em conta os tópicos de maior interesse que circulam no ambiente das redes sociais. Por mais que na aparência estejamos vivendo na mais ardente polarização, tudo leva a crer que estes sentimentos estão confinados a uma certa elite e que a grande massa da população se mantém em plácida indiferença. Não por desinteresse ou ignorância, mas pela consciência de que o interesse pela política se tornou entre nós uma ocupação inútil.

Todos nos cansamos de repetir que o Brasil recebeu da natureza a maior dotação de recursos naturais que se possa desejar, mas infelizmente temos perdido ultimamente todas as oportunidades para nos desenvolver, prosperar e assegurar boas condições de vida para toda a população. A razão deste fracasso só pode estar no mal funcionamento das instituições do Estado. Um excelente livro de dois autores americanos, Daron Acemoglu e James Robinson, cujo título é" O corredor estreito", investigando o destino da liberdade e do progresso na história do mundo, mostra que o Estado só funciona no interesse das maiorias quando a ele se contrapõe ou se articula uma sociedade civil ativa e resoluta. Na ausência desta o Estado fica a serviço das elites e se torna um instrumento de opressão e de miséria. Talvez seja este, de um certo modo, o caso do Brasil.

O Fundo Monetário Internacional passou a elaborar desde o ano de 1980 uma série que registra a participação dos países na economia global. Esta série nos conta uma história muito triste. No seu início, em 1980, o PIB do Brasil correspondia a 4,3% da economia do mundo. Neste mesmo ano, a economia chinesa representava cerca de 2,3% e a da Índia, 2,8%. Ou seja, a economia brasileira correspondia a quase a soma das economias da Índia e da China juntas. Passados pouco mais de quarenta anos a economia do Brasil representa apenas 2,4% da economia global, encolhendo quase pela metade sua participação relativa. Enquanto isto a Índia hoje representa mais de 6% da renda do mundo e a China quase 17%. Podemos dizer que perdemos um Brasil nesta caminhada enquanto outros povos multiplicaram sua renda e seu padrão de vida. Como estaríamos hoje se o nosso crescimento não tivesse se interrompido?

PIB-PRODUTO INTERNO BRUTO – 1980/2022

Paridade de Poder de Compra – Em milhões de dólares internacionais

	Brasil	China	Índia	Mundo
1980	570.510	302.760	371.276	13.428.478
2000	1.581.938	3.657.469	2.024.74	50.505.718
2022	3.837.239	27.419.465	10.370.824	163.510.095

Fonte: World Economic Outlook-Apr 2023/FMI. Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

PIB-PRODUTO INTERNO BRUTO – 1980/2022

Paridade de Poder de Compra – Participação % no total mundial

	Brasil	China	Índia	Mundo China + Índia
1980	4,25	2,26	2,76	5,02
2000	3,13	7,24	4,01	11,25
2022	2,35	16,77	6,34	23,11

Fonte: World Economic Outlook-Apr 2023/FMI. Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

Com exceção da produção agrícola e da geração de energias renováveis, todos os índices brasileiros tem recuado nas comparações internacionais. A renda média dos brasileiros representa hoje apenas 25% da renda dos países avançados e nos últimos anos tem caído em vez de aumentar. Diante de tudo isto qual é a atitude dos governos e das instituições do Estado? Continuam funcionando como se nada disto existisse ou como se não tivessem nada a ver com isto.

Ao ver os Tribunais julgando, as casas do Parlamento deliberando e o Governo atuando, pode parecer a alguém mais distraído que o país vive a mais completa normalidade, pois o que se passa do outro lado dos muros do Poder tornou-se invisível para eles. O Estado brasileiro vive apenas para si mesmo, sem nenhuma noção de propósito ou sentido de finalidade.

O mundo mudou em quase todas as suas dimensões fundamentais. O século XXI acelerou tendências e está transformando a vida e a economia de um modo vertiginoso. Nossas instituições infelizmente estão velhas e incapazes de agir no mundo novo. A história nos ensina que só onde as sociedades são ativas e controlam as instituições do Estado as nações podem ser livres e prósperas. Para despertarem do alheamento as nações precisam de lideres esclarecidos e contemporâneos do futuro. Não é o que tivemos há pouco e não é o que temos agora.

As perguntas que ficam no ar são: para aonde estamos indo? O que será de nós daqui a quarenta anos? Vamos continuar regredindo em relação ao mundo ou vamos recuperar o tempo perdido? Uma coisa é certa: o mundo não vai parar de andar para nos esperar. A se julgar pelo estado de nossas instituições e sua resistência em se reformar por si próprias, as respostas não podem ser animadoras.

O que consola é que o futuro das nações não é apenas destino. É principalmente uma escolha.

Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

Quem está chegando ao mundo do vinho

Inimá Souza
inima.souza@gmail.com

Acertou quem pensou nos jovens. Eles estão chegando, com vontade, ao encantador mundo do vinho; trazidos pela, digamos, natural curiosidade, estimulada, nestes tempos, entre outros fatores, por amplas interações parassociais. Isso explica a sua crescente busca por conhecimento sobre o vinho; especialmente, em cursos sobre a bebida.

Considerando que a população feminina é predominante na sociedade brasileira, natural que a mulher seja majoritária nos contingentes que chegam ao vinho; segundo anoto não só nos diversos cursos que ministro por aí, mas, sobretudo, pelos números que revelam as estatísticas.

Neste momento em que sombras aparecem sobre o consumo de vinho, em nosso País, após um período de euforia - principalmente durante a pandemia, acredito que a palavra de ordem, do interesse de todo o semento, da vinícola à distribuição, seja engajamento. há um fantástico mercado à disposição da comercialização do vinho.

Logo, ações eficazes e consistentes - e isto inclui o entendimento de que o vinho é, agora, uma bebida, também feminina, e, pois, que as ações considerem o universo feminino, com toda a sua expressão mercadológica, e não apenas o masculino.

O engajamento deve ser caminho para abraçar, com lucidez, o mercado jovem que está aí; interagindo, diuturnamente, com redes sociais, influenciadores e demais canais. Ademais, é preciso considerar, em razão

dele, jovem, a reinvenção dos pontos de vendas, sem desconsiderar os aplicativos voltados para o vinho.

Concordo, sim, que a pandemia permitiu que o brasileiro conhecesse melhor o vinho nacional; e, assim, chegar a maiores números no consumo será resultado de se abrir para o mercado. As cartas, digo, as taças estão postas.

ON THE ROAD

Dia 09 de maio, Belo Horizonte recebeu o TDP On te Road, evento de vinho voltado para profissionais e apreciadores da bebida. A programação - que começou às 930, com palestra de Suzana Barelli, colunista de vinhos do caderno Paladar do jornal O Estado de São Paulo - durou todo o dia, e teve, ainda, às 15, palestra de Diego Bertolini, co-fundador da Educa Vinhos, exclusivamente para profissionais do setor. A partir das 16 oras teve início o wine tasting com a degustação de vinhos de produtores de diversos países. Foram apresentados mais de 70 rótulos.

TOPO DO MUNDO

O que era belo, ficou melhor. A repaginada realizada no restaurante Topo do Mundo, ao ampliar o espaço, criou maior funcionalidade com a aquisição de espaço destinado, exclusivamente, aos coktails, além de moderna e aplaudida decoração. Ou seja, se já era belo, aumentou o encanto.

Tim, tim.

Destinos: Calcata, Itália

Paulo Queiroga
Com ajuda do Blog: malapronta.com.br

Nesses longos anos de viagens pelo mundo, sempre me encantaram os pequenos destinos. As razões são simples: Lugares onde não ocorreu, em grande escala, o fenômeno moderno da urbanização tendem a manter também intactas sua cultura original, a arquitetura e o modo de vida simples dos habitantes. Isso, se juntando à hospitalidade e ao acolhimento, fascinam o visitante. Assim é a aldeia de Calcata, (pronuncia-se Cálcata), na Província de Viterbo, Itália.

Calcata fica a 40 Km ao norte de Roma. Ainda na estrada, o visitante se encanta com uma colina entre florestas e vales revelando um promontório de rocha em tons de cinza, como que flutuando no ar sobre as árvores, a se confundir com construções monumentais de pedra. São as primeiras impressões desta pequena aldeia de 900 habitantes, cheia de particularidades e magia.

Praticamente tudo é feito de pedra. A começar pelo imponente portal em arco romano, onde se limita a entrada de automóveis, além das calçadas, as ruas estreitas e as edificações antigas esculpidas em pedra calcária. Flores coloridas nas janelas e uma exposição permanente de objetos de artesanato e obras de arte espalhados pelas ruas e lojinhas harmonizam ainda mais o ambiente mágico.

Registros do século VIII dão conta de que Calcata era uma das grandes fazendas de propriedade da igreja e abastecia a cidade de Roma. Sua história é também carregada de lendas de ocultismo, paganismo, culto aos poderes da energia do seu subsolo e dos ventos, que seriam o canto das bruxas, daí sua história estar ligada à magia e às bruxarias.

Em razão da frágil formação natural de seu solo, a aldeia passou, em 1930, por um processo de despejo de assentamentos em áreas de risco, obrigando o Estado a construir novas casas em lugar seguro para os moradores. Os riscos acabaram por isolar ainda mais a aldeia.

Assim foi se criando uma aura de magia em Calcata atraindo artistas, escritores e um grande número de estrangeiros, principalmente holandeses, belgas, americanos, que ali buscaram a vida alternativa longe dos grandes centros. Chegaram também comunidades hippies vivendo nas cavernas locais, que dão um certo colorido gentil e afetuoso no ambiente.

Atualmente, na era da informação, a aldeia conta com um centro de arte telemática construído por profissionais de tecnologia digital, que escolheram viver no lugar. A comunidade local restaurou também um antigo celeiro de 1670, o Granarone, que hoje é a sede da Associação Cultural Local e que vale a pena visitar.
Ao transpor o monumental portal de pedra que dá acesso à aldeia, não há como negar a imediata sensação de estar em lugar mágico e de outra época. Enquanto caminhamos pelos austeros arcos, ruelas, escadarias e becos monolíticos, (alguns, mal dão para passar uma pessoa), somos distraídos por lojinhas, ateliês, oficinas de artesanato, cafés charmosos pela sua simplicidade e restaurantes, alguns com vista majestosa, entre muradas e torres, para o vale e os bosques de carvalho.

Na pequena praça principal estão o Castelo Baronal, do século XIII e o prédio da Câmara Municipal preenchendo grande parte da praça. Há também ali um monumento em homenagem aos mortos na Segunda Guerra Mundial.

A Sala de Chá é um local que também merece uma visita. São mais de cem tipos de chás de ervas diversas. A farmacopeia local é tradicionalmente reconhecida pelos poderes de cura utilizando elementos da natureza. Sua história é também associada às bruxas que produziam misturas mágicas para cuidar e curar as pessoas de todos os males.

O Museu de Arte da Natureza Opera Bosco, no entorno da aldeia, é um museu-laboratório de arte experimental contemporânea, a céu aberto, que se estende por um caminho numa área de 2 hectares, onde são expostas obras de arte feitas com madeira da floresta revelando que arte é dinâmica, portanto, possível de harmonizar memória histórica e contemporaneidade. O Opera Bosco é um passeio exuberante pela natureza, que bem completa este roteiro inesquecível em Calcata, mais uma das pequenas e fascinantes aldeias da Europa Medieval.

Rota Bahia-Minas teve o 1º Pedal da Cachaça

Evento foi realizado no dia 7 de maio, com apoio do Sebrae Minas, em Novo Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha

A cidade de Novo Cruzeiro, localizada a560 km da capital mineira, é conhecida como a "terra da cachaça", devido ao grande número de alambiques existentes na região – que produzem 200 mil litros da iguaria por ano - dará a largada da primeira edição do Pedal da Cachaça, realizada no dia 7 de maio. O evento integra a programação clicloturística da Rota Bahia-Minas, destino por onde passava a antiga ferrovia, que ligava o Sul da Bahia aos vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais.

Durante o Pedal da Cachaça, os participantes tiveram a oportunidade de vivenciar aventuras inéditas pelos atrativos naturais da região e pela arquitetura histórica da cidade e seu entorno. Além disso, vão conhecer os tradicionais alambiques e cachaçarias, além de degustar as famosas cachaças produzidas artesanalmente.

"A região é conhecida pela produção de cachaça de alta qualidade, que atrai a atenção de apreciadores de todo o país. O Pedal da Cachaça vem para agregar ainda mais valor aos atrativos turísticos da rota, juntamente com os produtos da agroindústria, sua vocação para o ciclismo, suas belezas naturais, e principalmente, à sua cultura e gastronomia típicas do interior do estado. Assim, nosso objetivo é criar diferenciais para atrair mais turistas e estimular o empreendedorismo nas comunidades ao longo da antiga ferrovia", afirma o analista do Sebrae Minas Jeferson Batalha.

Dando início ao passeio, o café da manhã dos ciclistas ocorreu na Pastelaria Central. O proprietário é adepto do pedal e, por isso, criou o "Café do Ciclista", uma refeição especial para dar muita energia aos atletas. O pas-

seio também inclui uma parada na Pedra Formosa, localizada no povoado do Ribeirão da Pedra, há 28 km do centro de Novo Cruzeiro. Eles ainda irão conhecer as trilhas de montanhismo da região, com inúmeras formações rochosas e belas paisagens.

Na Fazenda Borá, em Novo Cruzeiro, os participantes do pedal também puderam ver de perto a produção da Cachaça Boralina, produzida desde 1850, a bebida tem elevado padrão de qualidade, que já rendeu premiações internacionais. Durante a visitação também será possível ver o primeiro moinho movido por roda d'água da região, o casarão da família e as dornas (barris de madeira) centenárias.

Já a passagem pelo distrito de Queixada foi um convite para uma verdadeira viagem no tempo, com seu conjunto arquitetônico histórico, composto pela antiga estação ferroviária e o museu da cidade (antiga casa do maquinista). Os visitantes também participaram de rodas de repente e ciranda, que serão apresentadas por um grupo de mulheres da comunidade que cantarão as tradicionais cantigas de roda e repentes. Houve, ainda, um almoço com as delícias da culinária mineira, na Pensão da Luiza.

Além de toda experiência oferecida ao longo do trajeto – foram 42 km de competição, e 30 km para turismo, os ciclistas também tiveram o desafio de pedalar em altitudes elevadas e em terrenos arenosos, e poderão optar por modalidades de competição, com direito a pódio e premiação.

Além de Novo Cruzeiro, outros cinco municípios da Rota Bahia-Minas também serviram de cenários de ações previstas para acontecer em julho, agosto e setembro deste ano – em Ladainha, Poté e Teófilo Otoni, respectivamente -, e no primeiro semestre de 2024 – em Araçuaí e Carlos Chagas.

CACHAÇA

Minas Gerais concentra 41,6% dos estabelecimentos de produção de cachaça registrado no país até 2020, segundo dados da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg). O estado, que é o maior produtor de cachaça artesanal do país, também se destaca pela ampliação em 70% no volume exportado, que passou de 79,6 mil litros, de janeiro a junho de 2021, para 135,3 mil litros em igual período do ano passado. Desde 2007, o processo tradicional de fabricação da bebida em alambique é declarado como patrimônio cultural por lei estadual.

ROTA BAHIA-MINAS

A Rota Bahia-Minas foi desenvolvida pelo Sebrae Minas em seis municípios - Araçuaí, Novo Cruzeiro, Ladainha, Poté, Teófilo Otoni e Carlos Chagas -, com apoio de diversas instituições públicas e privadas. A iniciativa prevê uma série de ações para alavancar o turismo na região e gerar novas oportunidades de negócios por onde passava a antiga ferrovia.

Entre as iniciativas já realizadas estão a promoção de eventos de aventura, capacitação dos pequenos negócios locais, mapeamento de atrativos e fomento ao turismo regional. O objetivo da rota é atrair novos visitantes e gerar emprego e renda para as cidades e povoados localizados no percurso.

Para conhecer mais sobre os atrativos acesse o site www.rotabahiaminas.com.br e acompanhe as dicas de viagem, programação de eventos, indicações de meios de hospedagens e lugares para saborear a gastronomia da região.

New York City Tourism + Conventions apresenta em São Paulo as novidades de Nova York em 2023

Foi o primeiro evento para a imprensa brasileira desde a pandemia, o qual integrou a primeira missão internacional em que a organização usou seus novos nome e logomarca

No dia 27 de abril último, a equipe da New York City Tourism + Conventions, capitaneada pelo presidente e CEO da organização, Fred Dixon, a vice-presidente executiva de Comunicações Globais, Tiffany Townsend, e a vice-presidente de Comunicações para o mercado internacional, Britt Hijkoop, esteve em São Paulo para apresentar tudo o que há de novo e o que está por vir nos cinco distritos de Nova York aos principais veículos e influenciadores de viagens do mercado.

O presidente e CEO da New York City Tourism + Conventions, Fred Dixon, durante a apresentação das muitas novidades de Nova York para jornalistas e influenciadores em São Paulo

"Estamos muito felizes por estar de volta a São Paulo. O Brasil é um mercado extremamente importante para a cidade de Nova York e temos grandes novidades e atualizações importante para compartilhar", disse o presidente e CEO da New York City Tourism + Conventions, Fred Dixon, que começou contando sobre o processo de rebranding da organização – que desde o fim de março se apresenta com esse novo nome e uma nova logomarca – e da recuperação do turismo na cidade.

Em 2022, Nova York recebeu 56,7 milhões de turistas, o que corresponde a 85% de seus níveis recordes de visitação, alcançados em 2019. E, em 2023, a previsão é receber 63,3 milhões de turistas. Entre os viajantes internacionais, o Brasil é o quarto maior emissor de visitantes para a cidade, atrás de Reino Unido, Canadá e França, com um total 507 mil visitantes em 2022 – esse número deve chegar a 670 mil neste ano, o que representa mais de 80% dos níveis de 2019. Para receber ainda melhor todo esse pessoal, os três aeroportos que servem a metrópole (JFK, Newark-Liberty e LaGuardia) estão passando por grandes projetos de ampliação e renovação, num investimento de mais de US$ 20 bilhões.

Na sequência, foram apresentadas as novidades em atrações, incluindo a exibição dedicada ao universo mágico de Harry Potter, que estreará em maio; as grandes exposições do ano, como Os Ciprestes de Van Gogh, no MET, e Yayoi Kusama: Passo Cada Dia Abraçando Flores, na David Zwirner Gallery; e os musicais da Broadway, que tem as adaptações dos filmes De Volta Para o Futuro e A Vida de Pi entre as estreias da temporada.

Os executivos da New York City Tourism também mostraram os lançamentos em restaurantes, lojas, tours e hotéis, incluindo o luxuoso Aman New York, com apenas 83 quartos e que ocupa o prédio outrora usado pelo MoMA na Quinta Avenida; o Wall Street Hotel, localizado em um edifício histórico de estilo beaux arts em Lower Manhattan; e o primeiro Virgin Hotel de Nova York, em NoMad, que oferece 500 quartos, vários locais para comer e beber e piscina e bar no rooftop.

Entre os eventos, destaque para as comemorações em torno dos 50 anos da criação do hip hop, que surgiu em South Bronx em 11 de agosto de 1973. A data será celebrada com muitos eventos, shows e atividades por toda a cidade neste verão norte-americano e ao longo do próximo ano, culminando na inauguração do Universal Hip Hop Museum, cuja construção, no Bronx, está em andamento.

Para mais notícias, informações, dicas e roteiros de Nova York, acesse o site da New York City Tourism + Conventions, nyctourism.com, e siga o perfil @nyctourism nas redes sociais

Levantamento com 100 mil turistas aponta preferências de viagens

Viagens em família e destinos com opções de lazer também são apontados como tendência em 2023

Um levantamento realizado pela primeira vez dentro do maior banco de dados de turismo no Brasil, mantido pela pioneira em assinatura de viagens RDC Viagens, que há 30 anos promove aos brasileiros o hábito de vivenciar experiências únicas em lugares inesquecíveis, avaliou com 100 mil viajantes as principais mudanças dos hábitos de turismo no País.

De acordo com a pesquisa, apesar de nos últimos anos as viagens para o Nordeste serem o carro chefe da assinatura de viagens, por sempre ser um destino que garante bons momentos aos turistas, com sol, praia, e diversas opções em lazer e hospedagens, nos últimos anos, houve queda nas reservas, com crescimento para viagens no Sudeste.

MUDANÇA DE DESTINO

Marcio Monti, diretor de Revenue & Supply da empresa, comenta sobre essa mudança de comportamento. "Observamos uma movimentação em relação aos destinos mais procurados, como Rio de Janeiro, Porto Seguro e Fortaleza. De forma geral, dos 50 destinos mais procurados, 28 tiveram, nos primeiros meses de 2023, demanda abaixo de 2022. Por exemplo, houve uma queda de 27% nas reservas para Fortaleza em relação ao ano passado, e um aumento de 83% para o destino Olímpia, em que o foco são os parques aquáticos e atrações nas águas termais, conta.

Outro dado interessante que o levantamento traz é a faixa etária mais ativa em viagens atualmente na base de assinantes. "56% dos nossos Assinantes têm entre 40 e 60 anos e são o público que mais viaja em família. Porém temos registrado que as exigências em relação à hospedagem vêm se equilibrando entre hotéis de hospedagem completa, tipo resort all inclusive, onde o hotel precisa oferecer opções de lazer para toda a família, e aqueles em que o mais importante é a localização, quando o hotel precisa estar perto de atrações, ou seja, a diversão real está fora dos limites do hotel", explica.

NOVO COMPORTAMENTO

As informações obtidas pela plataforma de assinatura de viagens convergem com a pesquisa de tendências de 2023 "Culture Rising", realizada pela Meta, controladora do Facebook e outros produtos relacionados como Instagram e WhatsApp, segundo o qual as pessoas estão vivendo mais e isso as tem levado a considerar a idade entre os 40 e 60 anos como uma nova adolescência. Essa nova forma de ver a vida se reflete, também, no turismo e na forma de consumi-lo, aponta o levantamento realizado pela RDC Viagens.

Para Monti, a sociedade está mudando e os indivíduos estão se agrupando de forma diferente. "As pessoas estão se identificando por afinidades, construindo identidades coletivas e, portanto, exigindo múltiplos olhares para a mesma atividade", finaliza.

Com cerca de 100 mil assinaturas em todo o Brasil e no mercado desde 1992, a RDC oferece ao viajante a certeza de experiências de viagens inesquecíveis, com assessoria completa para todas as etapas da viagem. Por meio de um pagamento mensal, o assinante tem sete diárias que podem ser usadas em hospedagem ou convertidas em pontos para a compra de passagens aéreas, pacotes, passeios ou outros produtos turísticos. A RDC também possui um braço no mercado corporativo através da Férias & Co., empresa criada com a missão de democratizar o turismo para os colaboradores de empresas que também acreditam que a qualidade de vida e o bem-estar impactam positivamente no clima organizacional e nos resultados da companhia. A empresa contribui, enquanto benefício. O colaborador escolhe o plano que melhor cabe no seu bolso e nos seus roteiros de viagem. São mais de 400 mil opções de hospedagens e passagens aéreas com negociações especiais para colaboradores de empresas viajarem quando quiser.

Four Seasons anuncia novo projeto residencial em Las Vegas em parceria com Azure e Luxus Development

A Four Seasons, empresa líder em hospitalidade de luxo, em parceria com a Azure Resorts & Hotels e a Luxus Developments, anuncia novo projeto residencial em Las Vegas, a ser inaugurado em 2026. O projeto faz parte de um grupo crescente de residências independentes de hotéis que estão sendo desenvolvidas pela empresa ao redor do mundo.

O Four Seasons Private Residences Las Vegas fica em MacDonald Highlands, um oásis de 4.5 hectares a minutos do centro de entretenimento e vida noturna de Las Vegas. O projeto prevê um edifício com 171 residências e seis villas independentes, todas em estilo contemporâneo e com serviços de resort.

Líder no segmento de branded residences desde 1985, a marca Four Seasons continua a expandir seu portfólio global de residências de luxo nos destinos mais cobiçados. A crescente coleção de residências independentes da empresa oferece privacidade e o incomparável serviço personalizado da marca Four Seasons. “Estamos levando a experiência da marca para fora dos hotéis e resorts,” diz Bart Carnahan, Presidente, Desenvolvimento de Negócios Globais e Gestão de Portfolio, Four Seasons Hotels and Resorts.

O Four Seasons Private Residences Las Vegas será o primeiro prédio residencial em Henderson. Com arquitetura de Wimberly Allison Tong & Goo, as residências em estilo contemporâneo irão de 213 a 678 metros quadrados, oferecendo espaços com vistas deslumbrantes do Las Vegas Strip e das montanhas. As residências contam com elevadores semi privados, garagens privativas e interiores totalmente decorados em uma rica paleta de opções, incluindo cozinhas gourmet e banheiros em estilo spa. Os projetos contemplam cozinhas ao ar livre e amplos espaços sociais. O projeto prevê ainda um restaurante e bar de vinhos, spa, espaço fitness, e acesso exclusivo ao Dragon Ridge Country Club. As residências já estão à venda, com preços a partir de 3 milhões de dólares.

Embratur participa de feira de turismo de negócios na Alemanha

IMEX Frankfurt é considerado o maior evento de turismo de negócios da Europa, e ocorrerá entre os dias 23 e 25 de maio. A agência terá estande compartilhado com 14 coexpositores brasileiros

A Embratur participa da IMEX Frankfurt, na Alemanha, considerada a maior feira de turismo de negócios da Europa, realizada entre os dias 23 e 25 de maio, em um estande compartilhado com 14 coexpositores brasileiros. Para este evento, a agência está focada em posicionar o Brasil como protagonista no segmento MICE, trazendo aspectos de inovação e sustentabilidade.

No total, 14 coexpositores brasileiros irão participar da feira que é voltada para o segmento MICE

"Esse perfil de comprador, que são grandes empresas e organizações, busca hoje destinos que possuam a melhor estrutura para realizar seu evento, mas também um lugar que lhe permita viver experiências autênticas e inesquecíveis. O Brasil tem um potencial muito grande de crescer nesse segmento, e esta feira é uma grande oportunidade de fechar negócios", destaca Marcelo Freixo, presidente da Embratur.

Na sua última edição, em 2022, a IMEX contabilizou 9,3 mil participantes, sendo 2,8 mil compradores, e mais de 42 mil reuniões. Entre os expositores brasileiros neste ano estão representantes de destinos, operadores de turismo, redes hoteleiras, espaços para congressos, convenções e exposições, entre outros. O estande terá espaço para capacitações e experiências envolvendo a gastronomia, com destaque para o café brasileiro. Na atual gestão da Embratur, foi recriada a gerência do MICE (meetings, incentive, conferences and exhibitions, que se traduz do inglês como reuniões, incentivo, conferências e exposições). Na Alemanha, a Embratur enviará sua equipe com a finalidade de retomar relações com as principais operadoras deste segmento no mundo. Em 2019, último ano pré-pandemia, o Brasil recebeu 978.383 turistas que vieram a negócio, 15,4% do total de turistas daquele ano.

Agência de viagens e companhia aérea devem indenizar família por voos adiados

Valor por danos morais e materiais é de aproximadamente R$ 15 mil

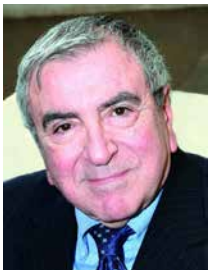
14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) manteve decisão da Comarca de Ubá, na região da Zona da Mata mineira, e condenou uma agência de viagens e uma companhia aérea ao pagamento de R$ 12 mil em danos morais a uma família por constantes adiamentos de passagens. O valor corresponde a R$ 3 mil a cada vítima, sendo um casal e duas crianças.

A decisão prevê ainda pagamento de R$ 3.053,80 a título de danos materiais. O valor total deve ser dividido entre as duas empresas citadas no processo. Conforme o documento, as passagens aéreas foram reiteradamente adiadas, sempre postergando a viagem e impactando o período de férias da família. A família alegou que precisou buscar nova estadia em período de alta temporada em local turístico, e como houve atraso no retornou, perdeu, dessa forma, a festa de aniversário já previamente agendada de uma das crianças envolvidas.

Diante do ocorrido, a decisão considerou uma situação de aborrecimento, ponderando que se tratava de uma viagem em família, com duas crianças, com atraso de mais de dois dias para retorno. A agência de viagens, que solicitou recurso da decisão proferida na Comarca de Ubá, defende que "o cancelamento do voo ocorreu por responsabilidade da companhia aérea", e que somente ela deveria ser responsabilizada. A empresa também defendeu a inexistência de danos morais e necessidade de redução das indenizações.

Ainda segundo o processo, empresa citada alegou que a situação foi causada pela pandemia, durante uma terceira onda. A decisão, no entanto, considera "que a situação alegada não pode ser havida como inevitável ou imprevisível, na medida em que a referida pandemia já assolava o país há mais de um ano, não podendo, portanto, ser configurada como imprevisível, conforme pretende a requerida".

Os fatos avaliados pela empresa não foram acolhidos pela decisão do desembargador Estevão Lucchesi de Carvalho, que manteve entendimento de 1ª Instância. Os desembargadores Marco Aurelio Ferenzini e Valdez Leite Machado votaram de acordo com o relator.



O impacto ambiental da guerra na Ucrânia

Jayme Vita Roso
Advogado, Escritor e Ambientalista
vitaroso@vitaroso.com.br

O artigo publicado pelo Programa de meio-ambiente da ONU (UNEP - UN Environment Programme) nos revela parte do horror (e que horror!), do ponto de vista da preservação ambiental, que tem sido parcamente revelado na continuidade da guerra ucraniana com mais de um passado já! (The toxic legacy of the Ukraine war, de 22 de fevereiro de 2023).

O conflito em curso na Ucrânia tem tido forte impacto e de longo alcance no meio ambiente, afora, como algumas imagens têm mostrado, a destruição de casas, apartamentos, prédios públicos, escolas, hospitais, creches, esgoto, reservatório de água, como sustentabilidade e estabilidade geopolítica. A guerra resultou em danos significativos à infraestrutura e instalações industriais, causando poluição e degradação ambiental. Além disso, o conflito tem dificultado os esforços para promover a sustentabilidade e combater a mudança climática, em um momento em que uma ação global sobre essas questões é urgentemente necessária. Neste artigo, exploraremos o impacto da guerra ucraniana no meio ambiente e na sustentabilidade, bem como seus custos monetários, no contexto do Acordo de Paris, da Eco 92 e de questões geopolíticas globais relacionadas ao fornecimento de gás da Rússia à Europa e os Estados Unidos.

O conflito ucraniano causou danos significativos à infraestrutura e instalações industriais, resultando em poluição e degradação ambiental, como assevera o excelente artigo da The Economist, intitulado A guerra devastou o meio-ambiente ucraniano também (The war has devastated Ukraine's environment, too, de 12 de janeiro de 2023).

Além dos danos diretos às instalações industriais, o conflito prejudicou os esforços para promover a sustentabilidade e combater as mudanças climáticas na Ucrânia. O país tem trabalhado para fazer a transição para uma economia de baixo carbono, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e aumentar a produção de energia renovável. No entanto, o conflito em curso dificultou a implementação dessas políticas e investimentos, pois os recursos são desviados para gastos militares e esforços de reconstrução.

Além disso, o conflito ucraniano teve um impacto mais amplo nos esforços da comunidade internacional para promover a sustentabilidade e combater as mudanças climáticas. O Acordo de Paris, assinado em 2015, visa limitar o aumento da temperatura global bem abaixo de 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais, com o objetivo de limitar o aumento a 1,5 graus Celsius. No entanto, o conflito na Ucrânia prejudicou os esforços internacionais para atingir esses objetivos, pois os recursos e a atenção são desviados para o conflito em vez da ação climática.sangrentas, destacando-se a Guerra Púnica, famosa pelas pessoas ali envolvidas, como narrado pelo clássico livro O Mediterrâneo: destino de um oceano (Rio de Janeiro: Editora Olympio, 1933), do historiador Emil Ludwig (1881-1948).

O conflito ucraniano teve um impacto significativo no meio ambiente, sustentabilidade e estabilidade geopolítica. Os danos à infraestrutura e às instalações industriais causaram significativa poluição e degradação ambiental, enquanto o conflito prejudicou os esforços para promover a sustentabilidade e combater as mudanças climáticas.

Conclusão – que que conclusão! –, a verdade é que ninguém quer falar do migrações, oriundas do conflito entre Rússia e Ucrânia, para os países vizinhos e que até mesmo a Itália está tendo que suportar.

A fronte praecipitium, a tergo lupi (pela frente, o precipício, por trás, os lobos).

Inteligência Artificial no agro: aliados pelo futuro do planeta

Julia Ghizzi

Data Scientist da 4intelligence

Os dispositivos de inteligência artificial (IA) são o assunto do momento. Suas diversas facetas já estão presentes em inúmeras aplicações e soluções ao redor do mundo, que vão desde pesquisas científicas até tecnologias médicas. No entanto, muitas vezes não imaginamos o quanto a IA também pode ajudar em setores como o agronegócio e meio ambiente.

O agro brasileiro é gigante. O setor fechou o primeiro semestre de 2022 com superávit de US$ 71,2 bilhões – crescimento de 32,3% frente ao mesmo período do ano anterior. As exportações do setor somaram US$ 79,3 bilhões, enquanto as importações, US$ 8,1 bilhões – valores 29,4% e 8,6% acima dos observados em 2021, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Levando em consideração as dimensões das áreas semeadas no Brasil, que hoje planta soja em 39,2 milhões de hectares, de acordo com dados da Produção Agrícola Municipal de 2021, provenientes do IBGE, tornou-se muito custoso analisar cada talhão agrícola presencialmente. Nesse sentido, a IA se transformou em uma ferramenta poderosa porque possibilita gerar, processar e analisar grande volume de informações a respeito das lavouras, em escala anteriormente inviável. Essas informações ainda são insumos para modelos preditivos, que fornecem projeções assertivas de indicadores fundamentais para o acompanhamento da safra.

A implementação desse modelo na agricultura permite o mapeamento do uso do solo por meio de imagens de satélite e, por consequência, possibilita o monitoramento remoto das plantações. O objetivo é gerenciar de forma inteligente o desenvolvimento da safra, cobrindo a maior área possível para ter uma amostra representativa.

Com isso, é possível coletar informações em cada localidade sobre o momento de início do ciclo, o desenvolvimento da cultura em cada estágio fenológico e a ocorrência de fenômenos meteorológicos, colocando em ação informações locais de qualidade e alta frequência. A partir desses dados, algoritmos de machine learning, que treinam modelos para reconhecer padrões e tendências, geram projeções acuradas de produtividade de forma antecipada, enquanto a safra ainda está ocorrendo, isto é, antes da colheita. Dessa forma, aplicações de IA condensam toda essa abundância de informações em projeções de produtividade.

Se anteriormente decisões eram tomadas em ambientes opacos e de muita incerteza, principalmente devido aos fenômenos climáticos e às oscilações de mercado, com as aplicações de IA no agronegócio decisões podem ser baseadas em dados e tecnologias preditivas. Assim, agentes da cadeia do agronegócio podem alcançar ganhos de eficiência em suas atividades operacionais.

Na ponta da concessão de crédito e da contratação de seguro, a ferramenta caracteriza propriedades ao longo do tempo para entender como, de fato, ocorre o uso da terra, ou seja, qual é a cultura plantada, qual é a produtividade, como está a preservação da reserva legal, entre outros aspectos. Nesse caso, a tecnologia ainda contribui para a diminuição da assimetria de informação e a redução dos custos.

Com o aumento da previsibilidade da safra, os agentes que atuam na logística e comercialização e aqueles que utilizam os produtos do campo como insumo podem planejar suas atividades operacionais de forma mais assertiva, antecipando eventos futuros e ampliando a compreensão da conjuntura de produção e de mercado.

De acordo com projeções da Markets and Markets, o investimento no setor agro deve saltar para US$ 4 bilhões em 2026 e, considerando que a população mundial vai crescer em 2 bilhões de pessoas até 2050, de acordo com a ONU, deve aumentar em 60% a demanda por alimentos. Em um setor que segue em franco crescimento e que é essencial para a manutenção da própria vida, a IA deve andar lado a lado com o agronegócio e com a sustentabilidade do planeta.

A 4intelligence é uma startup que desenvolve soluções para dar suporte a tomadas de decisões baseadas em análise de dados, por meio de algoritmos e inteligência artificial. A tecnologia possibilita a estruturação e customização de processos decisórios em larga escala, visando às respostas mais acuradas para serem entregues no momento correto para as pessoas certas. A 4i também é associada à I2AI (International Association of Artificial Intelligence), a maior associação de inteligência artificial do Brasil. Além disso, a companhia já recebeu 120 prêmios, entre eles se destacam os do Banco Central, da Secretaria da Economia, da Agência Estado e da Consensus Economics. Também concorreu com grandes financeiros do setor, como o Bradesco, a JP Morgan, a Barclays, o Santander, entre outras consultoras gigantes.

OPEP volta a ditar as regras do jogo no mercado global de petróleo

Felipe Kury
Ex-diretor da ANP – Agência Nacional de Petróleo e consultor independente

A OPEP (Organização de Países Exportadores de Petróleo) anunciou, no início de abril, uma nova redução de 1,66 milhões de barris/dia (mbd) na oferta de petróleo. Somado ao corte de 2 mbd, anunciado em outubro de 2022, isso representa cerca de 3,6% no valor total de 101,9 mbd, que é da demanda de petróleo projetada para 2023.

Segundo a instituição, este movimento faz parte de um esforço contínuo para equilibrar o mercado e estimular novos investimentos na exploração e produção de petróleo. Entretanto, o anúncio foi recebido com preocupação pelo Ocidente, pois contribui para agravar a crise energética e aumentar a pressão sobre diversas economias no combate à inflação.

Nos EUA, por exemplo, na segunda semana de abril, foram anunciados os dados de inflação, que se mantém resistentes e sugerem a manutenção de uma política monetária contracionista. Especialmente, considerando a tendência de alta no preço do petróleo bruto: o Brent chegou a ser negociado a cerca de US$ 87 por barril; enquanto o WTI (West Texas Intermediate) estava no patamar de US$ 83 – uma alta superior a 5%, se comparado com preços antes do anúncio.

Este último movimento da OPEP+, que inclui 23 países, dentre eles a Rússia, sinaliza com mais força que o cartel está de volta no controle do mercado mundial de petróleo, segundo muitos analistas e executivos do mercado. Dados recentes do setor, sugerem que a revolução do "Shale Gas" americano apresenta sinais de desaceleração. Sendo assim, com o corte na produção, o setor tem expectativa de preços mais altos no médio prazo e, isso pode complicar ainda mais as decisões dos bancos centrais, onde existe uma sinalização majoritária de um período prolongado de juros elevados para combater as pressões inflacionárias.

Ainda em relação ao "Shale Gas"

americano, de acordo com relatório recente da Baker Hughes, observa-se uma pequena desaceleração no número de plataformas terrestres no início de 2023 – uma redução de 758 para 753, só entre fevereiro e março. Porém, comparando com o último trimestre de 2022, a redução foi ainda maior, de 775 para 753. Ainda é cedo para dizer que teremos um cenário mais dramático, como o ocorrido em meados de 2020, quando os produtores foram forçados a fechar poços, cortar investimentos de capital, plataformas ociosas e demitir trabalhadores.

Entretanto, é importante destacar que investidores têm manifestado preocupação com o aumento dos custos advindos da inflação e a capacidade do setor sustentar resultados e retornos expressivos como os de 2022. O fato é que investidores estão sendo pressionados pelos acionistas a apresentar um maior rigor e disciplina na alocação de recursos e/ou a devolver dinheiro mais rápido. Esta condição, certamente, pode prejudicar o crescimento da oferta doméstica de petróleo nos EUA.

Outro aspecto, não menos importante nesta análise, é a intervenção dos EUA no mercado através da utilização de suas reservas estratégicas de petróleo. O SPR (Strategic Petroleum Reserve) vem sendo utilizado para enfrentar limitações na oferta e garantir preços acessíveis dos derivados no mercado doméstico americano. Nos últimos dois anos, o SPR diminuiu cerca de 42%, saindo de um total de 638 milhões de barris, em janeiro de 2021, para o patamar de 371, em abril de 2023. A última vez em que o país esteve neste nível foi em 1983. Obviamente, esta estratégia gera muitas críticas internas e eleva a preocupação com a segurança energética nos EUA.

O movimento nas reservas estratégicas evidencia o enorme esforço do país em manter o mercado de petróleo estável e, de certa forma, manter o controle sobre os preços, enfrentando grandes adversidades macroeconômicas e geopolíticas. Além disto, evidencia, de forma clara, a escalada na disputa entre os dois grandes blocos produtores de petróleo (OPEP+ e EUA) na busca para exercer maior influência no mercado. Este cabo de força contribui para uma maior volatidade dos preços e eleva a tensão em relação à segurança energética no mundo. Estamos caminhando no fio da navalha e a situação pode se deteriorar rapidamente nos próximos 12 meses, dependendo da evolução do contexto geopolítico e macroeconômico.

A pressão sobre os países produtores de petróleo deve continuar avançando, especialmente, observando a recuperação da economia na China após a suspensão dos bloqueios de Covid-19. Se a economia chinesa alcançar uma recuperação mais rápida, haverá mais pressão nos preços das commodities, em especial nos preços de petróleo, em um momento desafiador em que os países buscam maior controle sobre a inflação.

Neste jogo, o Brasil tem uma posição de destaque e contribui com o aumento da oferta, proporcionando aumentos expressivos em sua produção. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis (ANP), o país quebrou novo recorde de produção com 4,183 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), em fevereiro de 2023. A produção avançou 11,4% em relação à mesma época no ano anterior, sendo que houve uma maior contribuição da produção de gás natural, alcançando a marca de 146,54 milhões de metros cúbicos.

Este patamar de produção significa que o país se torna cada vez mais relevante na oferta de petróleo para o grupo de países não pertencentes à OPEP e para mundo, contribuindo, assim, para mitigar os efeitos dos movimentos unilaterais do cartel. De forma geral, entretanto, espera-se que os aumentos da oferta desses países sejam bastante moderados em 2023. De acordo com a própria OPEP, o crescimento total esperado, em média, deve ser de cerca de 1,5 milhão de barris/dia, em comparação com 1,9 milhão de barris/dia, em 2022, que devem ser impulsionados com o início de novos campos offshore na América Latina e no Mar do Norte.

Tudo indica que a produção de petróleo bruto dos EUA ainda represente a maior parte do crescimento da oferta entre os países não pertencentes à OPEP em 2023, compensando a redução de produção na Rússia e no México. Porém, como mencionado, o foco no retorno de caixa aos acionistas – bem como o impacto da inflação – interrupção da cadeia de suprimentos e os custos de produção mais altos, limitaram o ritmo da recuperação do setor de petróleo nos EUA este ano. Com isso, abrem-se oportunidades ainda mais interessantes para países como Brasil, que pode estar entre os cinco maiores produtores de petróleo já na próxima década.

Por outro lado, nesta disputa, o contexto sinaliza de forma objetiva que a OPEP+ está de volta para ditar as regras do jogo com maior influência no controle dos preços de petróleo para o mundo. Neste contexto, os países que melhor se adaptarem às condições, tiverem agilidade e apresentarem maior atratividade para investimentos, alcançarão maior influência neste mercado tão relevante quanto o de energia.

A "República de Curitiba" bombardeada pelo exército togado

Kátia Magalhães

Colunista do Instituto Liberal, advogada formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e MBA em Direito da Concorrência e do Consumidor pela FGV-RJ, atuante nas áreas de propriedade intelectual e seguros, autora da Atualização do Tomo XVII do "Tratado de Direito Privado" de Pontes de Miranda, e criadora e realizadora do Canal Katia Magalhães - Chá com Debate no YouTube

Confesso a você, caro leitor, que, ainda em choque diante da decisão talvez mais hedionda de toda a nossa história judiciária, meus dedos teimam em não percorrer o teclado com a desenvoltura habitual. Em vez de executarem algo como a Valsa Brilhante de Chopin, hoje, eles insistem em travar a cada minuto, como se estivessem improvisando um réquiem, bem lento e monotemático, como parte de uma liturgia fúnebre de reverência à extinção de uma vida, ou à perda de um valor intangível essencial à coletividade. Réquiem para nossas liberdades políticas.

No último dia 16 de maio, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassou, por unanimidade, o registro da candidatura do deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR), e o fez basicamente mediante a alegação de suposta infração à Lei Complementar 64/90, que dispõe sobre as hipóteses de inelegibilidade. No entanto, antes de adentrar o mérito da questão propriamente dita, vale dar uma arejada na memória e relembrar que o relator do caso, ministro Benedito Gonçalves, havia sido, em priscas eras, suspeito de favorecer o empresário Leo Pinheiro, sócio da construtora OAS, e um dos principais alvos da Operação Lava-Jato. Assim, não é demais indagar qual seria a isenção desse togado para relatar e julgar assunto referente a Deltan, logo ele, um dos protagonistas da Operação que suscitara dúvidas em torno da idoneidade de Gonçalves. Da mesma forma como cabe colocar em xeque em que medida os demais magistrados participantes do julgamento de ontem, todos abertamente opositores à Lava-Jato e a seus integrantes, poderiam ser tidos como imparciais para a avaliação de eventuais irregularidades praticadas por Deltan. Por si, tais questionamentos já seriam suficientes para a descaracterização da sessão de ontem como uma ocasião de exercício de jurisdição, e, antes, para delineá-la como um ritual farsesco.

No tocante aos argumentos do relator, acolhidos instantaneamente pelos demais, Gonçalves sustentou que a formulação, por Deltan, de seu pedido de exoneração do Ministério Público onze meses antes da corrida eleitoral, mas na pendência de uma sindicância contra o então procurador, o teria deixado inelegível. Contudo, aí está a chave da falácia

do raciocínio do relator – e o diabo mora nos detalhes! –, não havia sido instaurado, contra Deltan, qualquer processo administrativo disciplinar (PAD), cuja propositura, esta sim, o teria privado do direito de concorrer, pois o início de um PAD já teria implicado o reconhecimento de uma fumaça em torno da possível prática de ilícitos graves. Trata-se, aliás, de conclusão decorrente da redação textual da Lei Complementar invocada pelo togado, segundo a qual se tornam inelegíveis membros do MP que tenham "pedido exoneração na pendência de processo administrativo disciplinar".

Ora, como pôde o togado ter vestido a fantasia de adivinho, a ponto de basear todo o seu raciocínio em um PAD que teria sido "inevitável", mas que sequer chegou a existir? Qualquer usuário de toga deveria saber que, ao intérprete da lei, cabe o exame de fatos reais, e jamais a elucubração em torno daqueles que "poderiam ter sido". Onde residiria a necessariedade na transformação de uma sindicância (menos gravosa) em um PAD (mais gravoso)? No universo jurídico, não há que se falar em "inevitabilidade", muito menos no que diga respeito a juízos de valor apriorísticos em procedimentos, e muito menos ainda em procedimentos administrativos, cuja tramitação precede o ingresso na esfera judiciária.

Como alegar "fraude à lei", chegando a invocar o inigualável Pontes de Miranda – que o togado do português capenga certamente jamais folheou! -, se não há, nos autos, qualquer prova concreta de que Deltan tenha burlado vedações com o simples intuito de vencer uma eleição? Um gigantesco universo de cogitações, em paralelo ao mundo dos autos, que é o que tem de nortear qualquer magistrado.

O dito julgamento se torna ainda mais escandaloso se pensarmos que a controvérsia gira em torno do direito fundamental e constitucional de ser eleito, razão pela qual os casos de inelegibilidade têm de ser avaliados de modo restritivo, ou seja, em consonância estrita com os termos da lei. Portanto, se a legislação aplicável se refere à existência de PAD instaurado e se, no caso específico, sequer houve PAD, não há impedimento à candidatura apreciada. Esse, aliás, já havia sido o entendimento unânime do TRE/PR, que havia declarado Deltan plenamente elegível, e possibilitado que milhares de paranaenses optassem pelo ex-procurador.

Já em relação ao processo promovido contra Deltan junto ao TCU, alegação acessória trazida por Gonçalves, é fato notório que o assunto ainda se acha pendente de recurso, não tendo figurado, assim, como elemento impeditivo à sua candidatura, pois a inelegibilidade só pode decorrer de decisão definitiva (transitada em julgado).

Sem mais tedioso juridiquês, e resumindo todo esse imbróglio tão tragicamente nacional, nota-se que a corte local, a partir da apreciação fiel das provas, havia constituído uma determinada situação jurídica, a saber, o reconhecimento da elegibilidade de Deltan. Uma vez escolhido por seus eleitores, e empossado como parlamentar, o ex-procurador, ainda que punido pela justiça eleitoral, só poderia ser efetivamente cassado por deliberação da mesa da Câmara dos Deputados, por força de dispositivo expresso da nossa Constituição.

Contudo, como não mais vivemos sob a égide de uma ordem constitucional, mas sob os ditames imprevisíveis da recém-implantada república alexandrina, o presidente do TSE, nosso todo-poderoso censor, definiu ontem, ao proclamar o resultado da sessão, que o julgado produziria efeitos imediatos. Desse modo, não só as escolhas dos 344 mil eleitores em favor do deputado mais votado em seu Estado foram jogadas ao lixo, como papel velho e imprestável, como também o próprio congresso voltou a ser humilhado e subjugado pelo poder vizinho.

Contrariamente aos demais animais, nós, humanos, vivenciamos duas esferas bem distintas de existência: aquela do nosso âmbito privado, centrado em torno da nossa casa, família e relações de afeto, e a de nossa vida pública, na qual atuamos como "animais políticos", interagindo com nossos iguais na pólis tanto por nossas ações quanto por nosso discurso. Nos modernos sistemas representativos, nossa atividade política só pode ser exercida mediante o escrutínio de muitos (eleitores) em prol de alguns (eleitos), razão pela qual as sociedades com as quais lidamos mais amiúde, incluindo a nossa, pactuaram, como regra, a mais ampla liberdade de votar e ser votado, e, em casos excepcionais definidos com precisão na lei aplicável, algumas barreiras ao exercício dos direitos políticos.

No Brasil da censura togada e do arbítrio escancarado por parte de quem não conhece mais freios aos seus desejos e caprichos, a cada dia, nossos ungidos nos impõem a privação de mais uma liberdade. Ontem, testemunhamos o adeus à livre escolha nas urnas, rota certeira para a eliminação da oposição ao grupo político assentado em cargos de mando, e para a pasteurização dos rostos no parlamento, todos mais ou menos desenhados para assentirem a qualquer excrescência. Amanhã, qual será a próxima liberdade tolhida, ou até eliminada de vez?

O Instituto Liberal foi criado por Donald Stewart Jr. no Rio de Janeiro, em 1983. Sua missão é difundir e defender o liberalismo, em suas diversas vertentes teóricas, e as vantagens de seus princípios e agendas para a sociedade. Atualmente o IL atua na publicação e tradução de grandes obras sobre o liberalismo, desenvolvimento de eventos memoráveis e cursos imperdíveis.

O Auxílio Brasil e a renda do brasileiro

Rodrigo Augusto Prando

Professor e Pesquisador do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Graduado em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Sociologia, pela Unesp

Em matéria de Carlos Madeiro e Mariana Desidério, no UOL Economia, em 11 de maio, cujo título "Puxada por Auxílio Brasil inflado, renda do brasileiro subiu 6,9% em 2022", temos alguns elementos atinentes ao cenário político e econômico que reclamam atenção.

Há, no texto em tela, o seguinte: "O rendimento médio da população brasileira subiu 6,9% em 2022, puxado pelo Auxílio Brasil (que voltou a ser chamado de Bolsa Família) e pela melhora no mercado de trabalho. É o que mostram os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua 2022, do IBGE. No ano eleitoral, o valor do Auxílio Brasil foi elevado para R$ 600, e o número de beneficiários saltou para 21,6 milhões".

Em termos mais precisos, o rendimento passou de R$ 1.484,00 (2021) para R$ 1.586,00 (2022). Segundo os dados da pesquisa, são os programas sociais que explicam o incremento na renda per capita, que passou de 4% (2021) para 4,6% (2022). Em 2022, 16,9% dos lares no Brasil tinham algum beneficiário do Auxílio Brasil. Houve, também, ainda segundo os dados da investigação, uma melhora no mercado de trabalho, já que de 2021 para 2022, 7,7 milhões de brasileiros passaram a ter uma ocupação e, com isso, renda proveniente do trabalho. Mesmo assim, a participação do trabalho na renda média mensal domiciliar per capita caiu: foi de 74,4% em 2019, passando para 75,3% em 2021 e caiu para 74,5% em 2022. Já a renda média do trabalho caiu também, pois em 2022 foi de R$ 2.659,00 e isso significou uma queda de 2,1%, isso se comparamos ao ano de 2021.

Os dados, caro leitor, são muitos e, a depender das variáveis, podem ser relacionados em inúmeros outros aspectos da vida do trabalhador brasileiro. Contudo, é sociologicamente importante entender que, mesmo trabalhando, a renda do trabalhador tem caído e só não foi pior graças ao impacto gerado na economia e na vida cotidiana pelo Auxílio Brasil. O Governo Bolsonaro jogou para ser reeleito e isso pode ser visualizado por todas as ações estatais desenvolvidas e até por condutas sob suspeita e, agora, investigadas pelas Justiças comum e Eleitoral. De um lado, o governo queria a vitória eleitoral e concedeu aumento do auxílio; do outro, muitas famílias, de acordo com os números, foram desmembradas para garantir que mais indivíduos pudessem receber os R$ 600,00. As chamadas famílias unipessoais saltaram de 3,3 milhões para 5,8 milhões em 2022. A PNAD mostra, ainda, que a desigualdade de renda caiu, de acordo com o Índice de Gini -- 0,544 em 2021 e 0,518 em 2022 -, tal índice varia de 0 a 1 e quanto mais baixo, menor é a desigualdade. Todavia, os que estão na faixa do 1% mais rico, no Brasil, ganham, em média, 32,5 vezes mais que a metade mais pobre da população.

O Brasil congrega um contingente considerável de miseráveis e pobres e isso só não é pior por conta dos programas sociais e da existência, por exemplo, do SUS. Embora, os números, em termos conjunturais, possam apontar melhoras, há que se levar em conta um problema estrutural que nos prende ao passado e não nos permite a conquista das virtuais promessas de um capitalismo mais inclusivo, com melhores índices educacionais e conjugado com uma democracia substantiva.

Tributação de investimentos no exterior: MP altera tributação e acaba com benefício de offshore

Pedro Céglio
Advogado do GBA Advogados Associados

Publicada em 30 de abril, MP 1.171/23 estabelece cobrança de imposto de renda para ganhos acima de R$ 6 mil

No último dia de abril, o Governo Federal publicou a Medida Provisória (MP) 1.171, que promove alterações relevantes na legislação tributária federal, em especial no Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), passando a tributar rendimentos recebidos no exterior por meio de aplicações financeiras, entidades controladas e trusts (fundos usados para administrar valores de terceiros). Além disso, a MP altera o método de apuração da tributação de entidade controlada no exterior (offshore), acabando com um dos benefícios dessas entidades, que é o diferimento tributário, uma técnica que adia o pagamento do imposto.

Segundo a Medida Provisória, a partir de 2024, os investimentos entre R$ 6 mil e R$ 50 mil serão tributados em 15% e, acima desse valor, a alíquota será de 22,5%. Rendimentos até R$ 6 mil são isentos.

Outro ponto importante é a alteração na tributação das chamadas offshores, empresas abertas em outros países. Além de estipular essas alíquotas, a Medida Provisória estabelece que é controladora da entidade aquele que possui mais de 50% do capital social ou que, ainda que indiretamente e em conjunto com outros, tenha o poder de eleger maioria dos administradores da entidade.

"A Medida Provisória considera não somente a pessoa em si, mas também aquelas vinculadas e que fazem parte da entidade, como companheiro ou parente até terceiro grau", explica o advogado Pedro Céglio, do GBA Advogados Associados. Para as entidades estrangeiras controladas por residentes no Brasil, os lucros serão tributados em 31 de dezembro de cada ano.

A regulamentação tem como foco as entidades controladas que estejam situadas nos chamados "paraísos fiscais", países que têm alíquota máxima inferior a 20%, ou caso a entidade possua renda ativa própria inferior a 80% do faturamento.

"Essas alterações são extremamente relevantes e devem pautar a discussão tributária nas próximas semanas, já que a Medida Provisória precisa passar pelo crivo do Congresso Nacional, em até 120 dias da publicação", afirma Céglio.

O advogado aponta que entre os pontos discutidos está o tratamento genérico dado ao investimento estabelecido nos países com tributação favorecida (independentemente da efetiva alíquota que se pratica no país no caso concreto). Para Céglio, "a MP parece ser coerente com o tratamento legislativo dado às operações que envolvem essas jurisdições, que também as trata genericamente quando as submete às regras de Preço de Transferência (artigo 24 da Lei 9.430)".

Um ponto fulcral, segundo o advogado, é a alteração de método de apuração. A MP pretende criar uma regra que impede diferimento tributário, uma técnica que adia o pagamento do imposto. "Ou seja, se antes os rendimentos das controladas no exterior somente autorizavam que as pessoas físicas controladoras fossem tributadas quando da efetiva distribuição do lucro (regime de caixa), a regra passará a ser a tributação no momento de sua apuração, ainda que não se tenha deliberado sobre a distribuição", explica. Para o advogado, essa modificação faz cair por terra um dos benefícios da constituição de entidades controladas em outros países, justamente o diferimento do tributo.

Eletrificação 4.0 e garantir competitividade no setor de mineração

Rogério Bertoldo
Gerente do segmento de Mineração e Metais da ABB Eletrificação

A indústria de mineração vive um momento de expansão de projetos, e boa parte deles tocados por empresas de menor porte. Dados do IBRAM – Mineração do Brasil mostram que os investimentos do setor previstos para o período 2022-2026 estão situados em US$ 40,4 bilhões, sendo US$ 18,7 bilhões em execução (46%) e US$ 21,7 bilhões (54%) programados. A maior parcela seguirá para projetos em Minas Gerais (27%), seguido por Pará (11%) e Bahia (15%).

Esse movimento de avanço de empresas de menor porte e diversos tipos de minério pode ser um marco para aumentar a competição em um mercado ainda concentrado em poucas companhias gigantes, beneficiando a economia brasileira com a geração de empregos e a elevação da mineração no país a novo patamar produtivo. Para isso, no entanto, os novos entrantes precisam investir em tecnologias capazes de elevar a produtividade e confiabilidade das operações, em especial no gerenciamento da infraestrutura elétrica.

Em um mercado em que a concorrência se dá via preços, a competitividade das empresas é determinada principalmente pela qualidade das jazidas e busca pela eficiência de seus processos, que resulte em custos de produção mais baixos. Nesse cenário, cresce a adoção de soluções de monitoramento e controle para operações mais automatizadas.

Bons exemplos são as correias transportadoras de longa distância, em substituição a caminhões, e os sistemas automatizados de monitoramento e controle nos processos de beneficiamento, que têm como base o uso intensivo de energia elétrica. Dessa forma, torna-se essencial investir em tecnologias que garantam uma melhor eficiência energética e a confiabilidade das operações – ainda mais diante do quadro que se desenha de maior pressão de custos da energia diante da guerra na Ucrânia.

É importante ressaltar que as empresas têm ao alcance soluções inteligentes de eletrificação em linha com a indústria 4.0, cujo uso deve ser potencializado com a expansão do 5G no Brasil, para uma maior produtividade, qualidade e disponibilidade.

São plataformas que permitem a digitalização de processos, tornando-os mais ágeis e reduzindo custos a partir do monitoramento 24 horas de informações sobre o sistema elétrico da indústria. Esses sistemas contribuem para uma melhor tomada de decisão, ao fornecer dados como o gasto de energia elétrica para produzir uma tonelada de minério de ferro de cada unidade produtiva. Com isso, é possível, por exemplo, obter uma métrica de comparação de eficiência entre as fábricas e promover as mudanças necessárias para a otimização de recursos.

Isso porque sensores interligados a uma nuvem com Inteligência Artificial (IA) dão uma visibilidade contínua e completa do status de máquinas e equipamentos, usando dados da planta para também prever as necessidades de manutenção. O sistema coleta rapidamente informações de diversos equipamentos da produção como motores, disjuntores, redutores, válvulas, chaves e sensores. Após a análise feita com IA, um diagnóstico online é apresentado em dashboards.

A construção de uma indústria de mineração mais competitiva passa, portanto, pelos investimentos na digitalização da infraestrutura elétrica de suas operações. Isso dará ao setor, principalmente aos novos entrantes de menor porte do mercado, a capacidade de enfrentar os ciclos de mercado, que por vezes impõem períodos prolongados de baixos preços dos minérios, nestes momentos mantenindo somente o que realmente é necessário, assim como momentos de aumento significativo da demanda ter a confiabilidade que o sistema exige, mitigando a possibilidade de paradas não planejadas, garantido dessa forma sua produção ao máximo.

CHICO FONSECA

CRÔNICAS

A Força da Ancestralidade

Chico Fonseca

Chegamos a Vila Verde no final da tarde. Era mês de abril, final dos anos 80. Fazia um friozinho gostoso. Depois de um dia inteiro dirigindo desde Lisboa, finalmente estávamos perto do nosso destino. No hotel, falei com a gerente sobre o motivo da nossa viagem: busca pela ancestralidade.

- E qual é a sua família? – perguntou-me a moça, muito educada.

- Fonseca. Tenho aqui uma lista com os nomes dos irmãos do meu avô.

- Deixe-me vêire, pediu-me, modulando a voz em delicioso sotaque de fado.

Concluímos que o avô dela era irmão do meu avô, ambos já falecidos. Apenas meia hora nos separava das nossas origens. Não deu para esperar o dia seguinte. Eu, minha mulher, minha irmã e meu cunhado deixamos o cansaço de lado e fomos assim mesmo, já começando a escurecer.

Na Freguesia de Paçô, entramos no primeiro bar, falamos sobre o motivo da nossa viagem e o nome da família. Um homem que estava ali perto ouviu nossa conversa e veio até nós. Era o marido de uma prima do meu pai. A partir daí foi tudo festa e emoção. Para nós e para eles. Tinham até fotos nossas, que a minha tia havia enviado nas suas correspondências.

Conhecermos vários parentes, estivemos no quarto onde o meu avô nasceu, em maio de 1888, mês e ano da Abolição, por coincidência. Tiramos fotos em frente à igrejinha onde ele foi batizado e onde também se casou com a minha avó.

Atravessamos o Atlântico, rodamos vários quilômetros. Quantos de nós já fizemos aventura semelhante? É a

força da ancestralidade que nos move e nos faz sentir orgulho de sobrenomes, que muitas vezes são comuns, como o nosso. Mas é nosso, parte de uma cadeia de afetividades bem definida na linha do tempo. São os laços de família, bem apertados, bem identificados.

Tempos depois, já no Rio de Janeiro, li no jornal um artigo do Nei Lopes, compositor e estudioso das culturas africanas, em que ele observava que os afrodescendentes brasileiros não têm sobrenomes africanos, mas portugueses. É que os escravizados acabavam sendo identificados pelos nomes dos seus senhores, como um certificado de propriedade. E os seus descendentes têm que carregar esses sobrenomes pela vida afora. Como é que eu nunca tinha pensado nisso antes?

Os negros eram capturados em regiões diversas da África, com culturas, religiões e línguas diferentes, mas quando chegavam aqui viravam uma coisa só: mão de obra, sem passado, sem futuro, sem história. Misturados, apartados das suas famílias, vendidos separadamente dos filhos, mulheres, maridos, amigos.

Os seus nomes de origem eram trocados por outros, muitas vezes com requintes de crueldade, usando o mesmo nome do traficante que os vendeu.

Lembrei-me da minha viagem a Portugal. Talvez tão sofrido quanto a perda da liberdade seja a privação da ancestralidade.

Felizmente, muitos dos nossos irmãos afrodescendentes já perceberam que, agora que o sobrenome é seu, podem, com sua dignidade, fazer dele um motivo de orgulho e não de dor. Honrar esse sobrenome será uma homenagem aos seus antepassados e não aos senhores deles.

Conhecer um pouco da história ainda é o melhor caminho para compreender, respeitar e exercitar a empatia em relação aos nossos irmãos afrodescendentes.

ALBERTO JÚNIOR

Seguro de vida vira saída para planejamento de herança

Rogério Bertoldo

Alberto Júnior escreveu cinco livros: A Lógica (traduzido ao inglês), Vendedor Cougati, GOOO Up, The big Players e Como ser um inútil e se tornar milionário. É criador do Sistema Integrado de Venda sem Filtro X3 (SIVE), do Método de Formação de Riqueza (MFR), voltado a times comerciais, e do Método de Recrutamento Avançado (MRA), para formação rápida de times comerciais. Atualmente, é CEO da holding Grupo Life Brasil e da Life Brasil Investimentos.

Apólice pode ser usada pelos herdeiros para custear o valor do inventário, que pode ultrapassar 20% (diretos e indiretos) do patrimônio e beneficiários podem enfrentar bloqueio e burocracia

Dados da FenaPrevi de fevereiro mostram que foram pagos R$ 4,69 bilhões em prêmios de seguro de vida no Brasil, sendo 47% para produtos de Vida e 29% para prestamistas. De acordo com o especialista do setor e CEO da holding Life Brasil, Alberto Junior, as duas modalidades são as mais comuns para quem quer diversificar os seguros e garantir um futuro mais tranquilo quando o assunto é herança, por exemplo.

O processo de sucessão é a transferência de bens de uma pessoa para seus herdeiros - chamado, então, de herança. A modalidade não está necessariamente atrelada à morte, mas sim a um planejamento de futuro.

"Para haver o espólio, que é a divisão de bens entre os herdeiros, gera a necessidade do inventário. O ideal é que seja feito em vida e é um processo oneroso. Caso a família não tenha o valor necessário para desbloquear os bens, que pode ultrapassar 20% (diretos e indiretos) do patrimônio, eles podem ficar indisponíveis", explica Alberto Junior.

As modalidades são diversas para essa finalidade, utilizando o seguro de vida de acordo com a realidade de cada indivíduo.

VANTAGENS DO SEGURO DE VIDA

O seguro de vida é isento do Imposto de Renda e do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). Também é impenhorável e não é contemplado pelo inventário. Segundo Alberto, isso traz mais segurança para o momento de contratar o serviço.

Após o sinistro a seguradora possui 30 dias para pagar o prêmio, segundo a Superintendência de Seguros Privados (Susep), o que deve ocorrer diretamente na conta dos beneficiários. "Mas as seguradoras, por entenderem o momento da família, costumam levar menos tempo que isso", elucida o executivo.

COMO ESCOLHER UM SEGURO DE VIDA?

Decidir por um seguro de vida é, para Alberto, uma decisão assertiva. "Não sabemos o que nos reserva o futuro, por isso que preparar-se para cenários extremos é importante. Recursos financeiros são sempre necessários para resolver qualquer situação".

Para escolher a modalidade mais adequada, é preciso ter em mente para que serve o seguro de vida. "Os prêmios do seguro de vida podem cobrir a renda em caso de doenças graves, invalidez, acidentes, funeral e para o próprio planejamento sucessório", explica o executivo.

Existem quatro modalidades de seguros de vida. O primeiro é o seguro de vida individual, para quem busca cobertura para si e seus dependentes em qualquer ciclo vital. "Pode auxiliar em momentos de eventualidades e ainda oferece suporte para crianças em seus primeiros anos de vida, orientação nutricional e psicológica e até assistência para animais de estimação", explica Alberto.

"A segunda modalidade, e a mais popular, é a do seguro de vida temporário. Consiste em um tempo fixo de pagamento e cobertura doS segurados. Um bom exemplo é o de seguro-viagem, normalmente contratado para períodos curtos que, além de garantir a cobertura em caso de ocasionalidades do próprio deslocamento como extravio de bagagens, também prevê indenização em caso de acidentes ou mortes", esclarece o CEO da holding Life Brasil.

O seguro de vida vitalício vem em terceiro lugar, com sua característica de não precisar ser renovado periodicamente, apenas pode sofrer atualizações da inflação. E a quarta modalidade é a de seguro de vida coletivo ou em grupo, que é normalmente oferecido pelas empresas aos seus colaboradores. Segundo Alberto, é uma forma de oferecer segurança à família, mas o ideal é que seja complementado com individual.

O lento avanço rumo à regulamentação dos Trusts no Brasil

João Pedro Goetz Volz
Advogado tributário e sócio da Saint Joseph Trust Company

A questão dos Trusts no Brasil tem sido amplamente debatida durante a maior parte da última década. Como uma jurisdição de direito de origem romano-germânica ("civil law") (*1), o Brasil historicamente se esquivou da estrutura de Trust como uma realidade legislativa. Claro, isso está longe de impedir que brasileiros proeminentes usem essa estrutura ativamente em seu planejamento internacional. A privacidade e proteção de ativos oferecidos pela estrutura têm sido atraentes para indivíduos com alto patrimônio líquido que buscam proteger parte do seu ativo internacional contra riscos econômicos e políticos.

O uso de Trusts entrou na consciência política social em 2016, quando conhecidos políticos foram descobertos usando a estrutura em seu planejamento pessoal. Com a anistia fiscal geral concedida no mesmo ano, ficou claro que algum tipo de posição das autoridades fiscais brasileiras seria necessário. Foi durante esse período que as autoridades, em uma discussão informal de perguntas e respostas, fizeram a primeira incursão nos Trusts: uma simples declaração de que os ativos em um Trust revogável seriam declarados pelos instituidores, enquanto aqueles em um Trust irrevogável seriam declarados pelos beneficiários do Trust. Desde então tivemos muita especulação, embora um silêncio geral sobre a edição de uma legislação formal a respeito dessas estruturas.

Embora a expectativa fosse a de um ato legislativo formal sobre esses instrumentos – e, de fato, várias versões de propostas de atos legislativos foram publicadas –, nada se tornou formal. Isso foi até os últimos meses, quando, em duas ocasiões, as autoridades fiscais decidiram agir por conta própria e contornar a necessária deliberação pelo Congresso. Por meio desses dois atos, criaram as bases do que está se configurando como sendo a posição da regulação de Trusts no Brasil.

O direito internacional é um conceito difícil para a maioria dos países, pois envolve a tradução da realidade internacional para a estrutura jurídica nacional. Embora os tratados contribuam muito para promover esse aspecto, eles têm sido, em grande parte, limitados a fatos e circunstâncias específicos. Os países tendem a temer abrir mão, mesmo que nominalmente, de qualquer parte de sua soberania. A maioria das leis internacionais são uma reação regional ao que seus cidadãos estão fazendo no exterior. Foi isso que esteve por trás dos recentes esforços legislativos que afetam os Trusts em muitos países sul-americanos. Os cidadãos desses países não apenas enviavam seu dinheiro para o exterior, mas o faziam usando vários tipos de entidades que não existiam de maneira semelhante ou equivalente no respectivo direito nacional. Essas estruturas foram até mesmo escolhidas às vezes por causa de seu sistema jurídico exótico, que conferia aos usuários um ar adicional de defensabilidade. Os esforços para criar uma estrutura nacional para esses instrumentos são extremamente valiosos, pois permitem que os países compreendam melhor o comportamento de seus cidadãos e, aos cidadãos, uma maior clareza sobre como cumprir a lei.

Como sugerido acima, o Brasil não esteve completamente isento de menções aos Trusts em seu passado. Em 2016 e em 2021, houve reconhecimento da estrutura, mas, em ambos os casos, aconteceram em pronunciamentos "semi formais", e não em um verdadeiro sentido de normatização do instituto. Essas posições não ajudaram muito a esclarecer o que as pessoas que usam essas estruturas deveriam fazer exatamente, ou foram quase sem sentido em sua compreensão das operações das estruturas.

Isso nos leva às mudanças legislativas mais recentes no Brasil. A "Instrução Normativa RFB n. 2119, de 6 de dezembro de 2022", modificada ainda em março de 2023, deu o primeiro passo coerente no reconhecimento da existência das estruturas de Trust no Brasil. No artigo 53, seção 5, buscou-se definir quais as partes em um Trust devem ser identificadas quando a estrutura ingressa direta ou indiretamente no mercado brasileiro para investir. Essa regulamentação buscou identificar os investidores internos e a definição do que seria interesse substancial em direitos econômicos ou autoridade decisória.É importante ressaltar, sempre, que a MP. 1.171 foi a mais extensiva determinação sobre Trusts feita até o momento, Além disso, esta Medida Provisória vai contra à indicação feita em 2016 e permite uma isenção para as pessoas que seguiram a sugestão anterior. Esta MP também ignora a complexidade e as nuances da Lei de Trust internacional, preferindo, simplesmente, dar um caráter bastante superficial à estrutura.

Resta saber como essas medidas serão aplicadas. Como qualquer grande democracia, o Brasil sofre com a divisão entre os seus Poderes e não é surpresa que essas regulamentações sejam atos de agências executivas ou emanados do próprio Poder Executivo, e não de esforços legislativos. O que está mais claro é que a questão dos Trusts não está mais sendo ignorada pela maior economia da América do Sul, e esclarecimentos e regulamentações adicionais provavelmente seguirão o mesmo caminho nos próximos meses.

LUIZ AUGUSTO PEREIRA DE ALMEIDA

Nova Agenda Urbana da ONU sinaliza caminhos do desenvolvimento sustentável

Luiz Augusto Pereira de Almeida
Diretor da Sobloco Construtora e membro do Conselho Consultivo do SECOVI

Neste início das gestões na União e nos estados, bem como da legislatura do Congresso Nacional, é oportuno que os governantes e parlamentares, incluindo os prefeitos e vereadores dos municípios brasileiros, deem atenção à Nova Agenda Urbana do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), que ganhou versão completa em português no final de 2022. Sua análise permite inferir com clareza como o nosso país, ao longo de décadas, se distanciou em relação às políticas públicas unanimemente recomendadas para o planejamento urbano e a qualidade da vida nas cidades.

O documento, de modo lúcido, enfatiza que a urbanização é uma das ferramentas mais importantes para orientar a agenda de desenvolvimento sustentável. "Entretanto, quando não planejada ou malfeita resulta em desordem econômica, manifestações populares, congestionamento e degradação ambiental, bem como no aumento e na expansão de favelas". Qualquer semelhança com o Brasil não é mera coincidência. Um país com uma das maiores populações do planeta não foi capaz de criar políticas públicas urbanísticas que conciliassem sua expansão demográfica com a construção de suficientes unidades habitacionais, preservação do verde e dos mananciais, oferta de transportes, saneamento básico, serviços de saúde e educação e oportunidades de trabalho/inclusão socioeconômica.

Ademais, nossa legislação ambiental tornou-se excessivamente restritiva e de resolutividade lenta, dificultando e tornando morosos projetos sustentáveis e adequados. Ao mesmo tempo, porém, por força do alto crescimento populacional e forças migratórias e da incapacidade do Estado de atender a essa demanda habitacional, observa-se complacência com o uso e ocupação ilegal do solo, inclusive em locais de preservação e terrenos localizados em locais de risco. Em decorrência, assiste-se à proliferação de moradias precárias, suscetíveis a desmoronamento de encostas e enchentes, sem água, esgotos, escolas, hospitais, comércio e, o mais grave, excluídas da presença do Estado e expostas às "leis" do crime organizado. Avaliando-se as quatro dimensões-chave da sustentabilidade

constantes da Nova Agenda Urbana, é possível verificar com mais clareza os gargalos do desenvolvimento das cidades brasileiras e o que poderia ser feito para corrigir os problemas, bem como mitigar as consequências de décadas seguidas de equívocos.

O primeiro eixo é o social, no qual se recomenda que as cidades sejam inclusivas e busquem atender às necessidades de todos os habitantes. O segundo é o econômico, com a promoção do emprego decente para todos, oportunidades de progresso e empreendedorismo e posse segura da terra. O terceiro é o meio ambiente, com o fomento da energia limpa, uso sustentável do solo, proteção dos ecossistemas e da biodiversidade, em harmonia com o conforto humano.

A quarta dimensão do documento do ONU Habitat refere-se à sustentabilidade espacial, mais diretamente ligada aos preceitos do planejamento urbano, que "pode aumentar o poder das cidades de gerar valor e bem-estar social, econômico e ambiental". A principal tese, com a qual concordamos, diz respeito ao desenvolvimento compacto e adensamento. Como exemplo, é apresentado o estudo "Os Imperativos da Renovação Urbana de Santiago: os custos da expansão", referente à capital do Chile.

A conclusão é de que a prestação de serviços e infraestrutura para empreendimentos de habitação social localizados na periferia era quase 18 vezes mais caro do que alocar os recursos em perímetros com infraestrutura e acessibilidade existentes. Nas regiões consolidadas, o custo médio de adutoras de água, esgoto, redes de energia elétrica, vias de acesso e circulação, equipamentos de saúde e educação, vigilância policial, mobiliário esportivo e recreativo para cada unidade habitacional foi de 363 dólares, ante 6,38 mil em áreas de expansão.

O modelo ideal, portanto, é o maior adensamento de moradias em áreas já consolidadas. Porém, para viabilizá-lo no Brasil seria necessário flexibilizar as normas relativas ao número de andares dos prédios, criar incentivos fiscais e monetários e recuperar e reurbanizar áreas centrais das grandes cidades, que, em sua maioria, estão deterioradas, desperdiçando-se, assim, imenso potencial para redução do déficit habitacional, estimado em cerca de sete milhões de unidades no País.

Como exemplo dessa ineficiência urbanística, tomemos o centro da cidade de São Paulo. Há décadas, planos para melhorias são discutidos, mas sem consenso entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Quando o município de Santana do Parnaíba quis incentivar seu desenvolvimento, criou alíquotas diferenciadas de ISS. Foi o suficiente para atrair, durante anos, bilhões em investimentos e se transformar radicalmente, criando renda, arrecadação e empregos. Na Riviera de São Lourenço, em Bertioga (SP), após 42 anos de seu desenvolvimento, continua a política de descontos no preço do lote para quem construir sua residência em até 60 meses. Os resultados são centenas de casas em obras. Isso mostra com clareza que, incentivando a iniciativa privada, conseguimos, rapidamente, promover mudanças.

A Nova Agenda Urbana do ONU-Habitat contém subsídios consistentes no sentido de contribuir para que o Brasil corrija equívocos históricos no processo de crescimento das cidades, equacione os problemas relativos às habitações precárias e ocupação ilegal e desordenada do solo e passe a realizar políticas habitacionais e urbanas em linha com os mais contemporâneos e sustentáveis modelos. Para isso, temos de ser mais práticos e menos ideológicos. Já sabemos quais são os nossos problemas e quais são as respostas corretas. Só temos de pôr a teoria em prática. Afinal, a qualidade da vida é a grande prioridade da população.

As resoluções do Banco Central e o novo contexto do PIX para empresas

Fernando Nunes
Cofundador e CEO da fintech Transfeera

Os últimos meses foram de mudanças no cenário do PIX, principalmente com o lançamento de duas novas resoluções do Banco Central do Brasil, a 269 e a 293, que impactam diretamente o mercado e os negócios. Em uma tentativa de trazer mais segurança para as transações, o regulador colocou em prática novas regras que visam elucidar as permissões para oferecer o modelo de pagamento instantâneo.

Em dezembro de 2022 foi publicada a Resolução BCB 269 que altera o Regulamento do PIX, no que diz respeito à "terceirização de atividades", determina critérios e faz definições sobre quem pode ofertar o PIX para consumidores finais. Portanto, a Resolução 293 complementa a 269 com o esclarecimento mais detalhado evidenciando as responsabilidades dos agentes e define um modelo de transição para quem foi afetado.

O PIX ganhou projeção e espaço no coração das pessoas pela facilidade de uso no dia a dia, transações rápidas e sem complicações. Nos últimos anos, entretanto, o Banco Central percebeu que era preciso assegurar transparência na cadeira de pagamentos, garantindo rastreabilidade das operações para identificar o usuário final evitando problemas como fraudes e golpes.

Em outras palavras, o regulador quer saber qual a origem do dinheiro e o seu destino final, buscando aprimorar a segurança do arranjo PIX, garantido que os usuários finais se relacionem com terceiros com comprovada capacidade técnica e operacional.

O BCB vedou duas formas de oferecer o pagamento instantâneo, que estão explicadas no artigo 90-A do Regulamento do PIX. A primeira diz respeito às "contas bolsão", esta prática é bastante comum e ocorre quando um terceiro, que não é participante do arranjo PIX, possui uma conta corrente e oferece aos seus usuários finais uma conta transacional.

Neste caso, a terceirização fica proibida porque a empresa que possui este tipo de conta e desejar ofertar PIX a seus clientes deve obrigatoriamente ser um participante do arranjo, isto inclui passar por todo o processo de avaliação e homologação junto ao Banco Central.

A segunda vedação reforça a proibição de que agentes atuem como iniciadores da transação PIX sem que a empresa seja autorizada a funcionar pelo Banco Central ou esteja fora do Open Finance.

Com essas mudanças, passou a ser necessário que as empresas sejam reguladas para oferecer PIX, contudo, existem exceções, como: marketplaces, arranjos de propósito limitado e agente de coleta. Quem é impactado pelas novas regras deve ajustar a sua operação, que pode ser através da adequação do modelo de negócio junto ao seu fornecedor PIX ou a solicitação de autorização ao Banco Central para atuar como provedor do modelo de pagamento. Assim, existem dois caminhos para aderência às normativas: se tornar participante indireto ou individualizar recebíveis junto a um participante do PIX.

É importante entender que o objetivo das resoluções é deixar claro como o PIX deve ser oferecido, evitando problemas futuros. Também, é função dos provedores entenderem seus contextos e se adequarem, a fim de trazer segurança e transparência para as operações, beneficiando não somente o usuário final, mas o arranjo de pagamentos como um todo.

O que são as Smart Cities?

Eneida Orbage de Britto Taquary
Sócia do Escritório de Advocacia Borges Taquary e professora Doutora da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília

As cidades inteligentes estão compreendidas nos Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) como decisivo para o bem-estar da população, com a redução das desigualdades sociais e o acesso a direitos e serviços essenciais.

Segundo o ODS 11, as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis contribuem para a sustentabilidade social, impulsionando ações que visem a implementação das necessidades básicas de todo indivíduo, com acesso aos direitos fundamentais, de forma a reduzir as desigualdades sociais.

Note-se que uma Smart City deve observar os seguintes objetivos, visando tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros e sustentáveis, garantindo até 2030:

- *garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas;*
- *proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos;*
- *aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países; fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;*
- *reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade; reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;*
- *proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência;*
- *apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento;*
- *aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres;*
- *desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis;*
- *apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.*

UM RECORTE DE UMA SMART CITY BRASILEIRA

Brasília aparece como a sexta cidade inteligente do ranking Connected Smart Cities, levando-se em conta os seguintes indicadores: Urbanismo (URB) Tecnologia e Inovação (TIC), Saúde (SAU), Segurança (SEG), Economia (ECO), Mobilidade (MOB), Meio Ambiente (MAM), Empreendedorismo (EMP), Educação (EDU), Energia (ENE) e Governança (GOV). Além disso, a cidade fica em nono lugar do Brasil, no Ranking da ONU, com qualidade de vida, sendo o IDH de 0,824, Educação: 0,742; expectativa de vida de 0,873- 77,35 anos e renda de 0,863, equivalente a 1.715,11.

Todavia, a Região Administrativa de Brasília, não expressa o que ocorre no Distrito Federal, que apresenta, assim como a maioria das cidades brasileiras, que não possuem o título de cidades inteligentes ou smart cities, diversos problemas. Entre esses, a habitação, saneamento básico, transporte coletivo, alimentação, saúde, educação, além da estrutura burocrática que tem que adotar em face da criação de mais de 30 Regiões Administrativas e a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), que abrange o Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, conforme a Lei Complementar nª 94, de 19 de fevereiro de 1998.

Segundo dados do IBGE, o índice de desenvolvimento da educação básica, ensino fundamental e anos finais nas escolas públicas é de 4,9, e o ensino médio é de 4,5, também em escolas públicas. No tocante ao trabalho e rendimento, a proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana de referência é de 72,5%, e a proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência em trabalhos formais o índice é de 69,2 %, de acordo com dados do IBGE.
As desigualdades sociais no Distrito Federal e na área das RIDE e RM são imensas. Os investimentos são parcos e a qualidade de vida fica comprometida. Atualmente temos um aumento de mais de 50% de moradores de rua e no Brasil, entre 2012 e 2022, o aumento é de 212%, segundo o IPEA.

O Distrito Federal como sede administrativa do País, deve ser o centro de irradiação das medidas e políticas públicas a serem seguidas por outras unidades da federação ou ao menos serem inspiradoras para outros gestores. Para diminuir as desigualdades sociais é necessário maior investimento e organização de metas para o futuro com fundamento nos dados levantados pelos órgãos oficiais.

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie é uma instituição de ensino confessional presbiteriana, filantrópica e de perfil comunitário, que se dedica às ciências divinas, humanas e de saúde. É uma das mantidas do Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM), entidade mantenedora e responsável pela gestão administrativa dos campi em três cidades do País: Brasília (DF), Curitiba (PR) e Rio de Janeiro (RJ). Entre seus diferenciais estão os cursos de Medicina (Curitiba); Administração, Ciências Econômicas, Contábeis, Direito (Brasília e Rio); e Engenharia Civil (Brasília).

O Triângulo do Lítio e seu xadrez geopolítico: um peão poderá se tornar rainha?

Nora Keite Sampaio

A Internet surgiu em 1969, nos Estados Unidos, com o objetivo de garantir a comunicação segura e independente entre militares e cientistas no contexto da Guerra Fria. Já a primeira chamada de celular foi realizada em 1973, sendo que os aparelhos começaram a ser vendidos a partir de 1984.

As inovações tecnológicas foram exponenciais no contexto da Guerra Fria, muitos aparelhos – hardwares - foram criados e geraram a necessidade de novas fontes de energia que garantissem autonomia para os usuários de aparelhos móveis, assim como avanços em vários ramos da indústria militar e da ciência.

Com isso, a busca por recursos energéticos mais baratos e eficientes foi e continua sendo a demanda estratégica das grandes potências e o que explica um cenário atual com várias tensões geopolíticas que não findaram com o fim da Guerra Fria. Após 1991, ano da desintegração da antiga URSS, os EUA saborearam um período de domínio tecnológico no mundo, mas o avanço chinês foi contínuo, tornando-se a segunda maior economia do mundo em 2010 (atrás apenas dos EUA) e assumindo destaque em setores produtivos e tecnológicos, o que explica a atual Guerra Comercial entre essas potências.

A VEZ DO LÍTIO: A corrida tecnológica e energética é a própria disputa pela Ordem Mundial

A demanda por baterias só fez crescer e o setor de tecnologia aumentou os investimentos, principalmente, durante e pós a pandemia de covid-19, contexto favorável para acelerar a aplicação de recursos para pesquisas em inovação que, por sua vez, aceleraram os avanços do 5G e da própria indústria 4.0.

Nesse cenário, em 2020, na cidade de Davos, o fundador e diretor-executivo do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab, recomendou que todas as empresas participantes do encontro se comprometessem com a definição de meta para zerar suas emissões líquidas de gases do efeito estufa até 2050 ou antes. Esse discurso, alinhado com um compromisso ambiental é, também, ponta de lança para o debate sobre a transição energética, para que a substituição de combustíveis fósseis enfraqueça potências como a Rússia e concentre poder tecnológico e financeiro em países que liderarem a transição de sua matriz energética.

A partir dessa mudança no cenário das principais fontes energéticas, o lítio, que é o metal mais leve do mundo e possui elevado potencial de armazenamento de energia, continua com seu uso na indústria do vidro, aço, cerâmica e ligas metálicas, mas, atualmente, 75% da produção se destina às baterias recarregáveis e não recarregáveis de celulares, câmeras e outros dispositivos móveis, o que indica uma mudança na maneira como os países têm se posicionado sobre o recurso. Com isso, há um foco em relação à bateria do carro elétrico, que exige maior uso do recurso, cerca de 10 mil vezes a mais do que a quantidade necessária em um celular, de acordo com a Bloomberg NEF, o que fez elevar tanto a produção, o refino e a busca por reservas desse metal.

Neste contexto, a frota de carros elétricos está crescendo no Brasil e no mundo, sendo que a velocidade depende dos preços e da infraestrutura necessária, mas temos o exemplo da Noruega, que emplacou, desde 2021, mais carros elétricos do que a gasolina, deixando o mercado mais otimista e ambientalistas vislumbrando a redução das emissões de gases estufa. Isso explica a "corrida" pelo lítio no mundo, cuja exploração saltou mais de 60% nos primeiros anos do século 21, devido sua eficiência na fabricação de células de baterias, justificando ser chamado de "ouro branco".

Atualmente, 90% das reservas do lítio no mundo estão na Austrália, Chile, China e Argentina, por isso esse minério é foco de disputas geopolíticas entre o país asiático e os Estados Unidos, as duas maiores economias do mundo e grandes produtores de veículos elétricos. Os chineses possuem 93 gigafábricas com 75% da capacidade mundial e fabricação de células de bateria; já os EUA contam com apenas quatro, fazendo com que as grandes potências tecnológicas tenham como meta conter o poder chinês, dada a importância estratégica do lítio.

"SONHO CHINÊS"

A partir de 2013, com o projeto "nova Rota da Seda", o Belt and Road, lançado por Xi Jinping, a China consolida seu papel de potência global. A partir disso, o país expande suas relações com a instalação de infraestrutura incialmente na Ásia, mas que se estendeu para os demais continentes, incluindo a América. Com a entrada da Argentina no projeto, a Nova Rota da Seda soma 145 países integrantes, sendo a maioria (44) da África, 42 da Ásia, 29 da Europa, 20 da América Latina e do Caribe e 10 da Oceania.

Com novas maneiras de negociar investimentos estratégicos, a aproximação chinesa com a América do Sul se tornou um projeto de governança, de fortalecimento do sul global e isso passa pela autonomia energética, sendo que a Argentina com suas reservas de lítio pode representar "mais uma casa" no xadrez global.

OCEANO PACÍFICO COMO ROTA ENTRE AMÉRICA DO SUL E CHINA

A Austrália envia sua produção à China, que tem ampliado a demanda pelo metal. Esse país é o maior produtor mundial de lítio, cerca de três vezes a produção do Chile, o segundo maior produtor. Argentina, Bolívia e Chile formam o chamado triângulo do "ouro branco", países que concentram mais da metade dos recursos de lítio do mundo. O metal da região está em salinas, o que implica grande consumo de água em região árida para sua exploração, mas sua posição estratégica e a qualidade do minério irá impulsionar a exploração na região, que em pouco tempo deve superar a produção australiana, tendo como vantagem a rota pelo Oceano Pacífico diretamente para o principal produtor de baterias, a China.

Sendo assim, os países do Triângulo do Lítio – Argentina, Chile e Bolívia -, podem juntos negociar suas importantes reservas e sua estratégica localização e/ou, individualmente, usar o "ouro branco" para adquirir tecnologia de refino neste setor e em outras áreas, aproveitando o grande interesse de potências e empresas não só no minério, mas na disputa de uma Nova Ordem Mundial.

A Guerra Fria terminou em 1991, mas as disputas continuam até os dias atuais e o poder político passa pela economia, tecnologia e energia, tripé fundamental para compreender a corrida por recursos e alianças regionais. Os peões do tabuleiro que souberem "jogar o jogo" alcançarão vantagens e aliados, ao invés de pobreza e algozes.

Holding Familiar: quais são suas vantagens e como funciona esse conceito

Nara Dias Rodrigues

Advogada, sócia do escritório Rodrigues Miranda Advocacia e Consultoria. Mestre em Direito Empresarial | MBA Gestão Financeira, controladoria e auditoria | Graduada em Direito | Professora de graduação e Pós graduação.

Administrar o patrimônio da família é muito importante para evitar brigas, discórdias e conflitos; também porque a incidência de tributação para transmissão dos bens entre vivos pode ser menor do que em uma herança tradicional. Uma das alternativas que tem se mostrado atraente para gestão do patrimônio familiar é a criação de uma Holding Familiar.

A advogada, mestre em direito empresarial, Nara Rodrigues explica que é uma empresa que tem como objetivo gerenciar o patrimônio de uma família, que passará a ter participações societárias; além de proteger os ativos familiares e facilitar o planejamento da sucessão. "Resumidamente, uma holding é uma empresa que detém participações societárias de outras sociedades. Ou seja, é uma empresa que é sócia de outras empresas", explica.

Elas podem ser classificadas como pura, que é quando o objetivo social é única e exclusivamente a participação em outras sociedades. E mista quando prevê, além da participação em outras sociedades, um objetivo operacional com fins lucrativos.
A advogada destaca ainda que, no caso de uma holding familiar, usualmente é uma holding pura. "É realizada a partir da integralização do patrimônio da família no capital social de uma pessoa jurídica. O patrimônio da família passa a fazer parte de uma pessoa jurídica familiar, uma empresa. Os sócios da empresa são, justamente, os pais e os herdeiros", diz.

VANTAGENS DE UMA HOLDING FAMILIAR:

- ***Maior controle patrimonial;***
- ***Proteção patrimonial;***
- ***Planejamento sucessório e economia;***
- ***Evitar litígios judiciais;***
- ***Maior administração de todos os investimentos;***
- ***Tempo de criação reduzido;***
- ***Menor tributação de rendimentos;***
- ***Menor Tributação da venda de bens imóveis;***
- ***Sem incidência de tributação por transmissão de imóveis e sucessão.***

A competência da Justiça do Trabalho e as controvérsias das relações entre aplicativos e motoristas

Cíntia Fernandes

Advogada de Direito do Trabalho e sócia do escritório Mauro Menezes & Advogados

No último dia 23 de maio, o Supremo Tribunal Federal afastou a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ação em que litigam Cabify e seus motoristas.

A medida liminar foi tomada pelo relator da Reclamação (RCL) 59795, que considerou que decisão do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais teria desrespeitado entendimento firmado pelo STF. O principal precedente invocado foi a ADPF 324, que considerou "lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho em pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante."

Ocorre que a relação entre motoristas de aplicativos e as respectivas plataformas, como é o caso da Cabify, não é a mesma de uma relação comercial entre pessoas jurídicas distintas, em regime de terceirização de serviços. Na relação com as plataformas, os motoristas são pessoas naturais que prestam serviços sem o reconhecimento – ao menos por ora – de vínculo empregatício.

Ao mesmo tempo, é importante destacar que tampouco houve, por parte do STF, decisão que vedasse o reconhecimento de relação de emprego desses trabalhadores com as plataformas para as quais prestam serviço.

Além disso, ainda que não se venha a reconhecer o vínculo de emprego, a relação de trabalho segue presente. A esse respeito, a Emenda Constitucional No. 45/2004 deu nova redação ao art. 114 da Constituição e afirmou a competência da Justiça do Trabalho para processor e julgar as ações oriundas da relação de trabalho – e não apenas de emprego.

Com isso as controvérsias que envolvem trabalhadores autônomos, eventuais, avulsos, voluntários, estagiários, aprendizes e outros passaram a ser dirimidas pela Justiça do Trabalho – rompendo o entendimento de que conflitos que não envolvessem contratos com vínculo de emprego seriam processados e julgados pela Justiça comum.

Essa ampliação partiu da premissa de que a relação de trabalho é gênero, que compreende diferentes espécies de trabalhos prestados por pessoas naturais, inclusive aquele que ocorre em uma relação de emprego.

Portanto, a utilização de instrumentos tecnológicos para gerenciar a interação entre usuários e prestadores de serviços não descaracteriza a relação de trabalho firmada entre motoristas e a Cabify (ou outras plataformas), pois é esta quem remunera os motoristas e estabelece as regras do contrato.

Por esses motivos, entendemos que há margem para reversão da decisão liminar do STF, de modo a restabelecer a competência constitucional da Justiça do Trabalho para julgar as controvérsias oriundas das relações de trabalho entre a Cabify e seus motoristas.

Toffoli suspende execuções trabalhistas que acionam empresas do mesmo grupo: qual o impacto?

Caroline Garcia
Coordenadora da área trabalhista do Arbach & Farhat Advogados

Polêmicas crescentes vêm sendo registradas no Superior Tribunal Federal (STF) no que diz respeito à inclusão de empresas que integram o mesmo grupo econômico, no pagamento de condenações, ainda que não tenham participado da fase de conhecimento para produção de provas e julgamento da ação.

Em meio a uma problemática que vinha gerando enorme insegurança jurídica desde 2003, após o cancelamento da Súmula Trabalhista que tratava do tema, a recente suspensão, até decisão final, do ministro Dias Toffoli, do STF, dos processos trabalhistas em todo o território que discutem a legalidade ou não desta inclusão, abre fôlego para que os executados deixem de ser prejudicados financeiramente em prol de uma decisão mais justa e benéfica para as partes.

Há mais de duas décadas o tema tem gerado conflito nas relações jurídicas, pela falta de legislação específica dentro da justiça especializada. Afinal, após o cancelamento da Súmula 205 do TST, em 2003, que vedava a inclusão do integrante de um grupo econômico que não participou da fase de conhecimento no processo de execução, parte dos magistrados passaram a considerar plausível tal inclusão, proferindo decisões distinta e sem unanimidade.

Na prática, os efeitos desta anulação geraram impactos intensos e variados em todos os setores. Se tornou comum, por exemplo, a notificação de empresas para arcarem com valores elevados ao terem sido inclusas na fase de execução, passíveis de terem seus bens e/ou contas

bloqueadas caso não cumprissem com a determinação de imediato. Não era assegurado a elas o direito de se defenderem e contestarem os fatos, sendo surpreendidas e obrigadas a efetuar ou ao menos garantir o pagamento, enquanto em determinadas situações só tinham conhecimento quando seus ativos já estavam penhorados.

A resposta para tamanha confusão foi inevitável: hoje, segundo informações disponibilizadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualmente existem mais de 232 processos sobre o tema nos Tribunais Superiores, sendo 207 deles no TST.

Vale lembrar que diante da omissão da legislação trabalhista acerca de determinado procedimento legal, é possível a utilização subsidiaria do direito processual comum, a fim de suprir as demandas em tramite. No que tange ao tema em comento, sobre a possibilidade de inclusão de outras empresas que não tenham participado no processo de conhecimento no processo de execução, o artigo 513, § 5º do Código Processual Civil, prevê claramente a impossibilidade, devendo ser esse o entendimento pacificado da Corte.

Independente de qual seja a decisão final, passar a fazer parte de um processo de execução, sem ter participado das fases anteriores é uma grave violação aos princípios constitucionais da legalidade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Responsabilizar empresas que não puderam se defender previamente, é o mesmo que desprestigiar a legislação e a própria Justiça.

A decisão proferida pelo ministro Toffoli evitará que, até que tenhamos uma decisão definitiva, sociedades sejam obrigadas a arcar com valores já liquidados em fase de execução, sem que tenham participado da fase de conhecimento. O direito de defesa e a correta apuração dos fatos na busca da verdade real deve ser concedido a todos, evitando assim novas decisões que repercutem em nítida insegurança jurídica.

Monet - Le Rêve Um Sonho Imersivo

Raquel Capucio
Advogada, especialista em Cultura.

Claude-Oscar Monet (1840 -1926) é nome número um do Impressionismo. O pintor francês que batizou um dos movimentos mais importantes da história da arte ganhou, em Belo Horizonte, uma exposição a sua altura: Le Rêve.

Depois de uma temporada de sucesso em São Paulo, a exposição "Monet Le Rêve - Um Sonho Imersivo" desembarca em no BH Shopping e fica em cartaz até 18 de junho de 2023. Uma das maiores exposições digitais sobre Monet já produzidas no Brasil.

O público poderá se encantar com a 2ª temporada da Exposição Monet Le Rêve, com mais de 290 obras licenciadas, expostas em ricas composições audiovisuais espalhadas em diversos ambientes com mais de 900 M^2, um lugar que lhe convida e imergir na vida e obras de Claude Monet.

A mostra faz o público se sentir na França, na segunda metade do século XIX. Tudo com organização, produção e curadoria 100% brasileira.

O expectador terá aproximadamente 30 minutos para visitar e visualizar as obras do artista no formato digital, conhecer sua história na linha do tempo e fazer fotos nos pontos instagramáveis.

Após esse circuito, será direcionado para a sala imersiva, onde poderá "mergulhar" nas obras digitais do Monet em uma sala com projeções em 360°, com duração de 30 minutos.

Além das obras, a mostra tem ambientes perfeitos para fazer fotos, área para ações culturais e performances diversas, e uma Galerie com produtos encantadores personalizados.

Com curadoria de Paula Borghi, Le Rêve é o sonho que se torna realidade!

Seja muito bem vindo a essa experiência imersiva, sensorial e instagramável.

Informações:

Até domingo, 18 de junho de 2023.

Bh Shopping - Rod. BR-356, 3049, Belvedere
(31) 4003-4135
https://www.bhshopping.com.br/dicas-e--novidades/exposicao-monet-le-reve

Respeito ao patrimônio histórico: novo mobiliário urbano de Ouro Preto camufla tecnologia 5G

Soluções integradas ao mobiliário urbano são aprovadas pelo IPHAN, por terem mínimo impacto no ambiente tombado

A Prefeitura Municipal de Ouro Preto está implantando uma série de soluções tecnológicas dedicadas a melhorar a conectividade em seus espaços urbanos sem interferir no patrimônio histórico. Desenvolvida e implantada pela IHS Brasil, subsidiária da IHS Towers, uma das maiores proprietárias, operadoras e desenvolvedoras independentes de infraestrutura compartilhada de comunicações do mundo, a tecnologia de conectividade é camuflada em mobiliário urbano.

São elementos integrados às características urbanas, respeitando limitações dos ambientes locais, como bancos de praça e floreiras, que acomodam em seu interior a tecnologia de comunicação necessária, pronta para o 5G, a ser oferecido pelas operadoras. Soluções que são complementadas por postes de rua semelhantes a postes de iluminação, que guardam em seu próprio interior equipamentos e acessórios, gerando o mínimo de intervenção visual.

Por seu valiosíssimo conjunto arquitetônico e urbanístico, a cidade de Ouro Preto foi declarada Monumento Nacional em 1933, tombada pelo IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938 e declarada pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1980. Todas estas soluções de conectividade desenvolvidas pela IHS Brasil receberam aprovação do IPHAN, por serem minimamente invasivas e respeitarem completamente o ambiente que as cerca. "Ao mesmo tempo em que é reconhecida como um dos conjuntos arquitetônicos e históricos de maior valor para a humanidade, um dos principais destinos turísticos do Brasil, a cidade de Ouro Preto oferece a seus habitantes, visitantes e empresas o que há de mais avançado em tecnologia, provando que valorizar seu patrimônio e ser uma cidade inteligente são coisas que caminham juntas", afirma Felipe Guerra, secretário de Desenvolvimento Econômico de Ouro Preto.

"Como uma das mais importantes desenvolvedoras de infraestrutura compartilhada do mundo, a IHS tem sempre se dedicado a fornecer a operadoras e ISPs as melhores condições de operação, seja em ambientes de difícil acesso, seja, como no caso de Ouro Preto, em áreas com limites para a implantação de novas estruturas de telecom. E é motivo de muito orgulho contribuirmos para a excelência tecnológica deste Patrimônio Mundial e a melhor qualidade de vida para seus visitantes e moradores", afirma Michel Levy, CEO da IHS Brasil.

A IHS Towers é uma das maiores proprietárias, operadoras e desenvolvedoras independentes de infraestrutura compartilhada de comunicações do mundo por número de torres e é a maior multinacional independente de torres focada exclusivamente nos mercados emergentes. A companhia possui quase 40 mil torres em seus 11 mercados: Brasil, Camarões, Colômbia, Costa do Marfim, Egito, Kuwait, Nigéria, Peru, Ruanda, África do Sul e Zâmbia.

Imposto sobre grandes fortunas: obra atualiza discussão no Brasil

Com mais de 25 anos de atuação na área tributária, Toni Costa Pinto publica livro sobre o polêmico tema que está na pauta do novo governo

Idealizado como instrumento de justiça social, o polêmico IGF - Imposto Sobre Grandes Fortunas é o único, dentre os previstos pela Constituição de 1988, que ainda não foi implementado. Com o início de um novo governo, a discussão reacende, concomitantemente a outras pautas do Direito Tributário que impactam, na ação ou omissão, sobre a vida de todos os brasileiros.

Neste sentido, para trazer luz ao debate, o mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília, Toni Pinto Oliveira, publica pela editora Almedina Brasil o livro Imposto sobre Grandes Fortunas. Com ênfase na justiça tributária, a obra explica a matriz brasileira, hoje apoiada na tributação sobre o consumo.

A análise se concentra nos mais de 40 projetos de lei sobre o IGF que hoje tramitam no Congresso Nacional. O autor examina os princípios constitucionais aplicáveis ao tema, como legalidade, isonomia, capacidade contributiva e não-confisco, e ainda detalha as motivações contemporâneas para a instituição do IGF. Por fim, traz a experiência internacional como contraponto, abordando o cenário dos países que aderiram ao tributo.

A opção pelo imposto ganha força com o agravamento da desigualdade social em todo mundo após a pandemia. Segundo o Fórum Econômico Mundial, atualmente a população 1% mais rica do mundo ficou com quase 2/3 de toda riqueza gerada desde 2020: cerca de US$ 42 trilhões. Segundo o documento, um imposto anual sobre a riqueza de até 5% sobre os super-ricos poderia arrecadar um valor suficiente para tirar 2 bilhões de pessoas da pobreza e financiar ações de combate a fome pelo mundo.

Apesar das projeções, a complexidade do tema divide opiniões, a começar pela definição da expressão: o que seria uma grande fortuna? O imposto só incidiria sobre bens imóveis? E os bens móveis de valor elevado? Para contribuir com as discussões sobre o assunto atual e polêmico, Toni Pinto Oliveira apresenta em Imposto sobre Grandes Fortunas o resultado da atuação de 25 anos na área tributária e supre uma lacuna na literatura jurídica nacional.

Toni Pinto Oliveira se dedica à área de tributação há mais de 25 anos, boa parte desta atuação como chefe da unidade de comércio exterior no Aeroporto Internacional de Brasília. É Auditor-Fiscal da Receita do Distrito Federal e preside o SINAFITE-DF (Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita do Distrito Federal). É diretor do departamento de projetos especiais da Federação Nacional do Fisco Nacional. Pós-Graduado em Gestão de Processos, Direito Público, Direito Tributário, Direito Administrativo e Direito Empresarial e Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília.

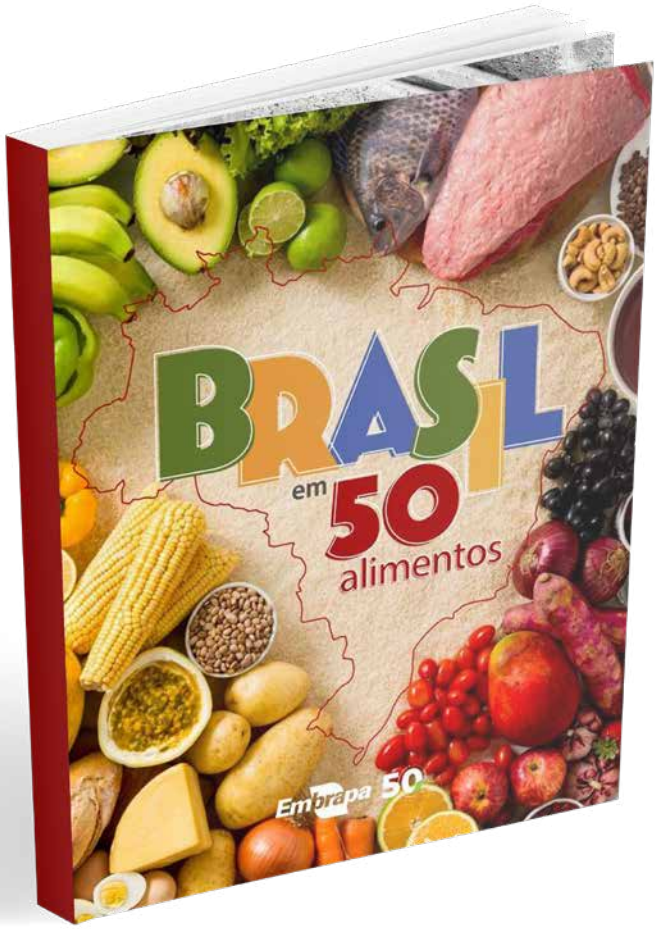
Fundada em 1955, em Coimbra, a Almedina orgulha-se de publicar obras que contribuem para o pensamento crítico e a reflexão. Líder em edições jurídicas em Portugal, a editora publica títulos de Filosofia, Administração, Economia, Ciências Sociais e Humanas, Educação e Literatura. Em seu compromisso com a difusão do conhecimento, ela expande suas fronteiras além-mar e hoje traz ao público brasileiro livros sobre temas atuais, em sintonia com as necessidades de uma sociedade em constante mutação.

Ficha técnica

Livro: *Imposto sobre Grandes Fortunas*
Autor: *Toni Pinto Oliveira*
Editora: *Almedina Brasil*
ISBN: *9786556278513*

Páginas: *156*
Formato: *23x16 cm*
Preço: *R$ 149,00*

Embrapa oferece download de livro sobre 50 alimentos produzidos no Brasil



Cinquenta dos alimentos mais importantes do ponto de vista econômico e social são tema do livro "Brasil em 50 alimentos", disponível para download gratuito. Lançado para comemorar os 50 anos da Embrapa, é uma homenagem da Empresa aos cientistas e as instituições que ajudaram o Brasil a se transformar de importador em um dos maiores produtores mundiais de alimentos.

Concebido e organizado pelo jornalista Jorge Duarte, "Brasil em 50 Alimentos" mostra, de maneira clara, objetiva e didática, a diversidade e relevância da produção de alimentos no Brasil e sua importância para o mundo, estabelecendo a conexão com o fato de que a agricultura brasileira é baseada em ciência.

O livro tem 359 páginas. A produção do conteúdo, entre textos, fotos, gráficos e diagramação, envolveu mais de 150 profissionais da Embrapa. Cada alimento é apresentado em seis páginas, e contou com a contribuição e supervisão de especialistas em cada alimento. A primeira edição tem 350 exemplares, mas está disponível na internet para qualquer interessado.

Cada um dos 50 alimentos é apresentado de forma individual, com uma descrição-síntese tratando dos aspectos mais relevantes de cada um deles, incluindo origem, características, nutrientes. Gráficos e ilustrações trazem, de maneira visual e didática, informações atuais e históricas sobre a produção, produtividade, exportações, consumo. O livro traz também, informações dos locais onde são cultivados, números da produção, para onde são exportados e dados econômicos.

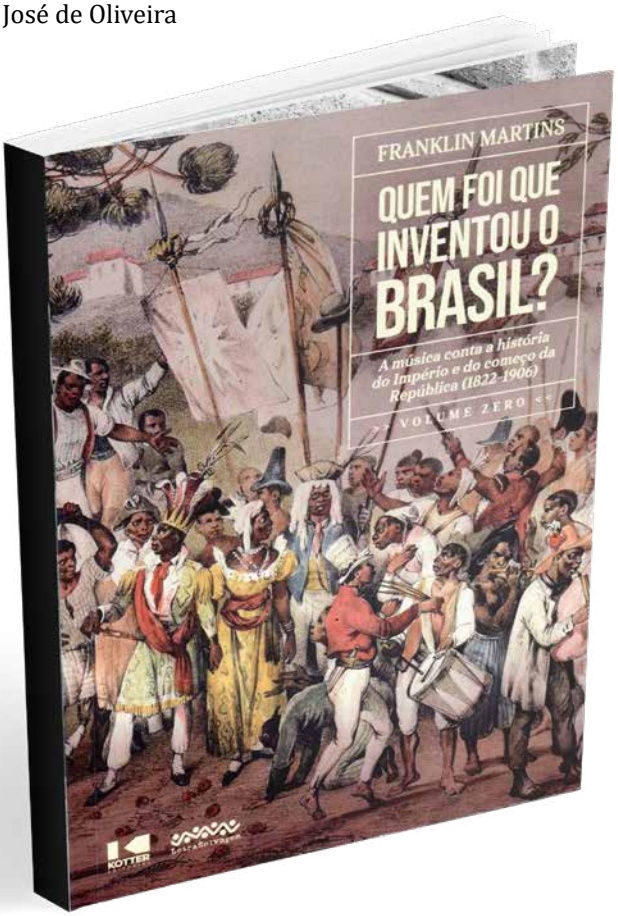
Um texto aborda a descrição do alimento, falando sobre origem, nutrientes, usos, chegada ao Brasil. Outro texto mostra a trajetória de cada alimento no Brasil e o papel da ciência para melhorar a qualidade e atender aos mercados interno e externo. Os textos incluem detalhes sobre as principais conquistas, a evolução, a articulação com produtores, a superação de dificuldades, o reconhecimento de lideranças. A importância da parceria entre instituições e seus pesquisadores foi fator indispensável para o sucesso atual da produção.

Além dos 50 alimentos, o livro, tem, como complemento, perfil de seis produtos agrícolas com contribuição relevante da ciência brasileira nos últimos 50 anos: vinho, pastagens, pinus, eucalipto, algodão, cana-de-açúcar.

O livro está disponível gratuitamente em: Brasil em 50 alimentos. - Portal Embrapa

Quem foi que inventou o Brasil?

Itamar José de Oliveira



O Jornalista Franklin Martins, posseiro de uma biografia enciclopédica, conseguiu, de forma exemplar, responder a uma pergunta irreverente do compositor Lamartine Babo, que continua sempre em cartaz: "Quem foi que inventou o Brasil". E o próprio autor da indagação sentenciou com maestria: "Foi seu Cabral, no dia 22 de abril, dois meses depois do carnaval". Na contramão do personalismo que impera no Brasil e no mundo globalizado, a missão do repórter é continuar perguntando, ouvindo e escutando muitas vozes, algumas escravizadas e muitas silenciadas pelos poderosos de todos os cantos, pra deixar bem claro que o Brasil é uma invenção, solidária e coletiva do povo brasileiro.

VIAGEM VIAJADA

A Odisseia do autor também não foi uma viam solitária. Foi uma aventura solidária a fraterna na companhia de músicos, intérpretes, compositores, pesquisadores e colaboradores de diversas searas e o resultado não podia ser diferente: estamos diante de um trabalho que não precisa ser elogiado. Merece ser compartilhado e apresentado como um gesto coletivo de amor ao povo brasileiro que aparece de corpo inteiro nas vozes, nos ritmos e nas interpretações mais criativas da nossa gente. Fico pensando na Heloneida Studart, na Heloísa Starling e na Heloísa Buarque de Hollanda, conhecedoras e estudiosas da cultura brasileira como o nosso Moniz Sodré, e imagino que todos estão encantados com a viagem em curso do timoneiro Franklin Martins.

São mais de 600 páginas que a Editora Kotter teve o cuidado de oferecer como produto editorial repleto de uma vasta documentação que as novas safras de estudiosas da cultura popular brasileira poderão desfrutar nas mais variadas plataformas. Os que tiveram juízo, paciência e curiosidade descobrirão tesouros e saberão que o mundo é quem só se comunica com palavras. Como nos ensinou o genial Candeia é preciso enxergar além do horizonte. Para enxergar é preciso ouvir.

1922 É LOGO ALI

A viagem começa em 1922 e nos coloca no ano de 1906.

Tem gente de peso, como Sérgio Buarque de Hollanda, Darcy Ribeiro, Celso Furtado e Antônio Cândido que infelizmente partiu antes e não teve o privilégio de embarcar na viagem que precisa continuar. Todos queremos saber, pelo menos até a Nova República de Ulysses, Tancredo e Teotônio, como a música popular brasileira descobriu e construiu a pátria que ainda não é pátria.

QUEM INVENTOU O BRASIL?

Não estamos em face de um livro simples. Estamos diante de um manancial de informações, estudos, análises, roteiros e profecias. Com um diferencial muito importante: quem conta a história não é um ator, um artista, um professor. Um historiador.

O repórter Franklin Martins, com a ajuda de muita gente bacana, conseguiu colocar em cena a música popular brasileira. É a nossa MPB que nos ensina que o Brasil foi inventado pelo sofrimento, alegria e esperança do povo brasileiro.

ANUNCIE NA MELHOR

REVISTA DE ECONOMIA FEITA EM MINAS, AGORA EM TODO O BRASIL

5,26 MILHÕES

de visualizações/ mês, de acordo com o Google Search

Com 30 anos de tradição, a MercadoComum expandiu suas atividades para todo o território nacional, levando informação a um seleto público composto por formadores de opinião e executivos de alto nível das médias e grandes empresas.

Divulgue sua empresa para quem decide os negócios!

A CADA EDIÇÃO MENSAL:

- Estudos aprofundados sobre a economia de Minas Gerais, brasileira e mundial
- Artigos com análise política e de mercados assinados por nomes de peso no cenário nacional
- Reportagens especiais com foco nos mais relevantes setores econômicos
- MC promove, há 28 anos, o Prêmio Top of Mind – Marcas de Sucesso – Minas Gerais
- MC há 29 anos promove o Ranking de Empresas de Minas Gerais e realizará em 2023 o 25º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores – Minas Gerais.
- As edições mensais são encaminhadas, em PDF e por e-mail, a um público de 120 mil formadores de opinião em todo o país.

MERCADOCOMUM

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

Publicação de MinasPart Comunicação, Ltda.
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar - CEP 30.330-040 – Belo Horizonte – MG
Site: www.mercadocomum.com - E-mail: revistamc@uol.com.br - Fone: 31 3281-6474